

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**RELAÇÕES SOCIAIS NO ESPAÇO AGRÁRIO EM TRANSFORMAÇÃO: UMA
ANÁLISE DOS PRODUTORES FAMILIARES NA COMUNA DE COLLIPULLI, SUL
DO CHILE**

SANDRA PEREZ INFANTE

**Dissertação apresentada sob a orientação da professora
Dra. Anita Brumer, como exigência parcial para a
obtenção do título de Mestre em Sociologia na
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.**

Porto Alegre, Julho de 1997

AGRADECIMENTOS

Neste momento em que volto ao início escrevendo as primeiras páginas, começo a reviver meu próprio processo com relação ao significado desta tarefa. Por isso quero agradecer a todas as pessoas que estiveram junto comigo e que me brindaram seu apoio nos diferentes momentos da realização deste trabalho.

Em especial aos meus pais Victor e Orfilia, pelo respaldo incondicional, sempre presentes em cada esforço de crescimento pessoal; ao meu irmão Rodrigo, por sua amizade. A minha grande família, que de várias maneiras outorgaram seu carinho.

O Arturo, meu companheiro e amigo, que com sua maravilhosa compreensão e calor humano me trouxe a energia para construir o dia-a-dia e os desafios propostos.

Aos meus colegas de Mestrado, com os quais aprendi a importância do intercâmbio de idéias e o companheirismo que tornou mais agradável o conhecimento. Em especial a Elisa, por sua amizade e o apoio dado nesta fase final, junto a Edgar; a Marília minha “hermana”, a José Marcos, a Flavio, a José Inácio e a Vicente.

A Anita Brumer, minha Orientadora, que com suas indicações e estímulos, ademais do acadêmico, me permitiram finalizar este trabalho.

Agradeço a CAPES pela bolsa de estudos com a qual pude estudar, bem como a PROPESP que proporcionou ajuda para que pudesse terminar a Dissertação.

Aos meus amigos do Chile, a María Teresa e a Eliana, por sua amizade fecunda e incondicional. A Consuelo e a Eduardo, pelo impulso dado para efetuar o Mestrado.

E muito especialmente aos “parceleros” de Collipulli, que além de abrir as portas de suas casas consentiram que eu permanecesse com eles compartilhando do seu cotidiano.

RESUME

Cette investigation a pour but de reconstruire la trajectoire sociale des producteurs familiaux issus du processus de réforme agraire dans la Commune de Collipulli au sud du Chili. Leur trajectoire s'inscrit dans le cadre de la modernisation agraire, qui a entraîné des transformations dans le domaine de l'espace social agraire et des conséquences dans les perspectives de reproductions chez ces production chez ces producteurs-lá.

Nos références pour l'analyse de ce processus sont les perspectives néo-marxistes concernant la clase social, les relations et la différenciation sociale, tout comme les aspects qui, dans une perspective chayanovienne, nous ont permis d'aborder et compléter les distinctions entre les producteurs à un niveau micro-social.

Il nous a été possible de vérifier que dans la trajectoire des producteurs se reflétaient les changements qui avaient eu lieu au niveau structurel, lesquels changements se traduisent dans la réforme agraire, la contre-réforme agraire et l'arrivée des entreprises forestières à l'espace agraire. Tout cela a amené des transformations au groupe et aux relations sociales établis entre les producteurs familiaux, ces transformations étant axées sur la possession de la terre. Dans ces processus, le producteur familial, membre d'un groupe social, a subi l'influence des politiques de l'Etat, dans la mesure où il représente la partie la plus sensible aux règles du marché capitaliste.

Les transformations sociales ont encore affecté les producteurs familiaux, les différenciant socialement, mais les producteurs à leur tour ont développé des stratégies différenciées, cherchant à assurer leur reproduction sociale. Si l'on tient compte de ces aspects-là il est possible de constater les perspectives de reproduction sociale des "parceleros" dans un espace agraire en transformation.

RESUMO

Esta pesquisa reconstitui a trajetória social dos produtores familiares procedentes do processo da Reforma Agrária no Município de Collipulli, ao sul do Chile. Sua trajetória está inserida no marco da modernização social agrária, e que tem provocado transformações sociais no espaço social agrário e repercussões nas perspectivas de reprodução social entre os produtores familiares.

Para a análise dos processos se consideraram as visões neo-marxistas relativas à classe social, às relações sociais e à diferenciação social, assim como os aspectos que, desde uma visão chayanoviana, permitiram abordar e complementar as diferenciações dos produtores a nível micro-social.

Foi possível revelar que na trajetória dos produtores se refletem as mudanças acontecidas a nível estrutural, as quais se traduzem na reforma agrária, na contra-reforma agrária e na chegada das empresas florestais ao espaço agrário. Tudo isso tem causado modificações nos grupos sociais e nas relações sociais dos produtores familiares, tendo como eixo articulador a posse da terra. Nesse processo o produtor familiar integrante de um grupo social, tem sido favorecido e desfavorecido pelas políticas de Estado na medida em que se encontram mais ou menos submetidos às regras do mercado capitalista.

As transformações sociais afetam os produtores diferenciando-os socialmente, que por sua vez desenvolveram diversas estratégias visando sua reprodução social. Tendo em vista tais aspectos, é possível constatar as perspectivas dos “parceleros” de se reproduzirem socialmente em um espaço agrário em transformação.

SUMÁRIO

Introdução.....	6
Capítulo I: Aspectos teóricos e procedimentos metodológicos.....	11
1.1 A modernização da agricultura e suas transformações.....	11
1.2 O produtor familiar e suas diferenciações sociais.....	12
1.3 O produtor familiar e estratégias de reprodução social.....	32
1.4 Problematização.....	39
1.5 Objetivos e hipóteses.....	42
1.6 Método e técnicas de coleta de dados.....	44
Capítulo II: Ocupação do espaço social agrário	49
2.1 Considerações gerais sobre o sistema latifundiário no Chile.....	50
2.2 Ampliação da fronteira agrícola.....	54
2.3 Grandes proprietários na ocupação em Collipulli.....	59
Capítulo III: Política de modernização no espaço social agrário.....	67
3.1 Surgimentos de assentados.....	72
3.2 Os assentados e sua organização produtiva.....	78
3.3 De assentados a “parceleros” agrícolas	85
Capítulo IV: Incorporação de novos atores sociais.....	99
4.1 O estabelecimento das empresas florestais	100
4.2 Empresários florestais em Collipulli.....	107
4.3 Estratégias dos empresários florestais.....	110
4.4 Efeitos das plantações florestais e percepção dos “parceleros”	117
Capítulo V: Estratégias e perspectivas de reprodução social dos “parceleros”.....	122
5.1 Produtores familiares simples	124
5.2 Produtores familiares complexos	137
5.3 Produtores familiares semi-assalariados	149
Considerações finais.....	162
Bibliografia.....	169

Anexos

INTRODUÇÃO

A preocupação central deste estudo é reconstruir um processo de modernização agrária que tem modificado as relações sociais estabelecidas pelos produtores familiares com outros grupos sociais, provocando diferenciações sociais entre os próprios produtores familiares, em um espaço social agrário localizado no Município de Collipulli, no sul do Chile.

A modernização agrária, indubitavelmente, tem afetado variados grupos sociais já que em nome da modernização têm se implementado diversas políticas agrárias. No caso chileno, o processo de modernização agrária incrementado pelo Estado, através de diferentes políticas dirigidas ao setor, responde a uma determinada concepção modernizadora.

No final dos anos sessenta e início dos anos setenta produziu-se um aumento nos créditos agrícolas, na mecanização e na tecnologização do processo produtivo com a pretensão de torná-los acessível aos setores agrícolas mais marginalizados. Além disso, cimentaram-se as bases para o fortalecimento do mercado interno e abertura de fronteiras para a exportação. Apesar da preocupação do Estado para evitar grandes migrações rural-urbanas, isto se produziu em escala permanente.

As profundas mudanças políticas da economia da época e a concepção modernizadora da agricultura significaram o início de uma nova etapa nas relações sociais dentro do espaço agrário, o que implicou na modificação da estrutura da propriedade através da Reforma Agrária entre os anos 1967 e 1973.

Entre os anos setenta e os noventa, desenvolveu-se um modelo neoliberal extensivo ao espaço agrário com uma concepção modernizadora firmemente marcada pela privatização dos meios de produção. Ao mesmo tempo percebeu-se a ausência do Estado, tradicionalmente reconhecido como órgão de apoio, os que fizeram com que as empresas agrícolas iniciassem sua articulação com as empresas capitalistas inseridas nos diferentes ramos produtivos (frutícola, hortícola, vinícola e silvícola, entre outros).

Assim, essas empresas aumentaram seu poder de acumulação na agricultura ao mesmo tempo em que melhoraram seu nível tecnológico. Este grupo de empresários agrícolas, por volta de 20.000, a nível nacional, controla dois terços da área agrícola do país. Os produtores não capitalistas - produtores familiares, estimados em 250.000 famílias, sem considerar os assalariados ligados

diretamente à economia agrícola - são responsáveis pela metade da produção de alimentos de consumo básico, ocupando um terço da superfície agrícola (ECHENIQUE; ROLANDO, 1989).

Na Região da Araucania, na qual se situa o Município de Collipulli, objeto deste estudo, os produtores familiares, em torno de 42.000, se dedicam, basicamente, à agricultura, tendo o trigo como cultivo básico (HENRÍQUEZ, 1990). Pela sua importância no passado a Região foi denominada “celeiro do Chile”, mas hoje perdeu sua relevância, mostra disto é a diminuição da população rural que chegou a 302.417 indivíduos no ano de 1992 (38,7% da população total) (INE, 1992).

Vale ressaltar que 56,5% das terras da Região estão em mãos de médios e grandes produtores, 30,4% pertence a pequenos latifundiários e 13,1%, às comunidades indígenas (SERPLAC, 1993).

A economia da Região está formada por recursos primários, tanto agropecuários como florestais, e a partir deles se levantam relevantes fontes de emprego. A agricultura é do tipo extensivo cerealista, de baixos rendimentos produtivos. Neste contexto, os produtores familiares caracterizam-se pela utilização de mão-de-obra familiar e por técnicas rudimentares de produção.

Segundo a classificação de solos, a Região possui aptidões agrícola, pecuária e florestal. Os 33% dos solos estão aptos para o setor agrícola, 13,1% para o setor pecuário, 43,1% correspondem ao setor florestal e os 10% restantes dizem respeito à paisagem (SERPLAC, 1993). Mesmo que a capacidade de uso potencial indique que mais de 50% da terra está apta para o setor florestal, isto ainda não se concretizou já que as terras, em sua maioria, têm sido utilizadas na agricultura, apesar de produzir-se um forte processo de reflorestamento nos últimos tempos.

A partir de uma visão global considera-se que a economia regional tem na agricultura seu eixo de desenvolvimento, com uma forte taxa de emprego (42,5%). Atualmente vem sendo disputada por outros setores, especialmente pela silvicultura. Desta maneira o crescimento da indústria manufatureira, principalmente a indústria florestal, aumentou sua participação de 10,84% em 1982 a 16,9%, em 1988. Com isso produziu-se um avanço do setor privado que investiu no plantio e reflorestamento com espécies exóticas, com apoio e subsídio estatal. Alguns dados indicam que 48% das plantações correspondem a grandes empresas de celulose e serraria, e 52% pertencem a empresas regionais constituídas por pequenos e médios proprietários individuais. Segundo Henríquez (1990), a presença deste capital tem provocado flutuações no preço da terra,

apresentando-se um maior número de transações na Província de Malleco (terrenos florestais, agrícolas e pecuários).

As variações dos processos sociais aparecem de um modo particularmente interessante na Província de Malleco, e em especial no Município de Collipulli, pela presença dos produtores familiares provenientes da reforma agrária, testemunhas dos distintos momentos do processo modernizador. Neste Município desenvolveu-se o maior número de expropriações na Província de Malleco entre a década de sessenta e o início dos anos setenta¹. Além disso, observa-se uma expansão das empresas florestais na última década. A atividade silvícola esteve ausente ou foi explorada vagamente em décadas passadas, situação que na atualidade, devido ao seu auge, tem provocado uma mudança na paisagem física e variações na paisagem humana.

Quanto à composição populacional, as cifras indicam que a população rural no ano de 1992 alcançou a 8.405 habitantes, representando 36,9% da população total, com a média de 2.000 produtores familiares segundo estimativas estabelecidas em dados do censo².

Do ponto de vista social, a presença das empresas florestais nacionais e internacionais em um aberto processo de plantio e reflorestamento com espécies exóticas (eucaliptus, pino radiata), provocou um efeito devastador sobre os produtores familiares, representados neste estudo pelos “parceleros”. A simplicidade deste imediatismo na percepção social deixava claro que o processo de transformação não se explicava simplesmente pela chegada das empresas florestais; também se apresentava o Estado com uma concepção modernizadora da agricultura cujos efeitos têm provocado transformações sociais neste espaço social agrário.

Em seu processo produtivo os produtores familiares possuíam um ordenamento especial e fortemente ligado às políticas estatais (em todas as suas variáveis). Suas ações não se encontrariam influenciadas somente pelas empresas florestais; obedeceriam, além disso, a processos históricos herdados.

O processo histórico pelo qual têm passado os produtores familiares reflete as mudanças estruturais do espaço agrário onde os atores são partes ativas da história em seus diferentes momentos. Observava-se que a complexidade e perspectivas de reprodução social dos produtores familiares não se derivavam somente da intervenção das empresas florestais; sua trajetória revelava

¹ Cabe aclarar a respeito que a divisão político-econômica do país está composta por doze regiões mais a Região Metropolitana. Cada região se subdivide em províncias e cada província em municípios. A Região da Araucania inclui as Províncias de Malleco e Cautín, que juntas somam trinta e um municípios.

² Para maior informação e caracterização do Município, ver Anexo I.

um forte processo de transformação social ocorrido neste espaço. É por isso que a primeira questão levantada foi saber como se alteraram a composição das classes sociais agrárias e as relações sociais que os produtores estabeleciam entre eles, intermediadas pela posse da terra e acessos aos recursos estatais.

Se bem que esta análise constata elementos mais macro em relação aos produtores, também se busca analisar como este processo de transformação social provoca uma diferenciação entre eles, caracterizada em três grupos: os “parceleros” simples, que são aqueles que não vendem nem compram mão-de-obra; os “parceleros” complexos, que compram mão-de-obra, e aqueles produtores que vendem mão-de-obra a meio-período e período integral. Esses produtores, utilizando diversas estratégias, definem suas perspectivas de reprodução social neste espaço. Desta maneira podem-se observar quais são as perspectivas de reprodução futura deste grupo de produtores enquanto integrantes de uma classe social.

Portanto, o presente estudo se insere na discussão teórica acerca da perspectiva do produtor familiar diante do processo de modernização agrária. Para isso tem-se lançado mão de uma perspectiva neo-marxista junto com elementos que caracterizam a produção familiar desde Chayanov. Neste sentido considera-se que os produtores familiares se encontram subordinados direta ou indiretamente ao capital, buscando definir e/ou redefinir suas formas de produção por meio de mecanismos que garantam sua reprodução social (GARCÍA, 1983; LOVISOLO, 1989; MOURA, 1978; TAVARES DOS SANTOS, 1984).

Justifica-se o estudo na medida em que se utilizam categorias provenientes de duas linhas teóricas que buscam explicar e interpretar os fatos em sua complexidade. Procurou-se extrair nesta análise as diferenciações produzidas por fatores sociais estruturais em relação aos elementos de ação, em um tempo que vai do passado ao presente, tratando de reconstituir o passado através da narrativa dos “parceleros”. Para isso consideram-se as transformações sociais ocorridas no espaço agrário e como foram vivenciadas pelos “parceleros” nesse tempo. Considera-se a situação de diferenciação dos próprios produtores nas perspectivas de reprodução social. Neste sentido, a pesquisa pretende contribuir para uma elaboração teórica dos processos sociais, utilizando a perspectiva estrutura-ação, dentro de diferentes abordagens teóricas.

Por outro lado constatou-se a ausência de maiores estudos na Região sobre o tema, já que os existentes apresentam informações quantitativas em torno das empresas florestais (GREENCHI, 1986; VARGAS, 1985), mas não examinam a situação dos produtores familiares considerando as

variações da sua estrutura interna³. Por esta razão, considera-se que esta pesquisa pode entregar elementos empíricos chaves dos produtores familiares que se viram subordinados ao processo de modernização.

O Capítulo I trata do marco teórico, da problematização e metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa.

O Capítulo II apresenta os antecedentes históricos da ocupação do espaço agrário, examinando a relação entre latifundiários ou grandes proprietários com os inquilinos.

O Capítulo III refere-se à política de modernização agrária que dá passagem à reforma agrária e ao surgimento de assentados que passam a se constituir, com a contra-reforma agrária, em “parceleros” agrícolas.

O Capítulo IV assinala a incorporação dos novos atores no espaço agrário, a chegada das empresas florestais, suas estratégias e a disputa dos “parceleros” para conservar a terra para a agricultura.

O Capítulo V refere-se às diferenciações sociais entre os “parceleros” e suas estratégias de reprodução social. Por último, apresenta as considerações finais, relacionando as hipóteses deste trabalho com os resultados encontrados na pesquisa empírica.

³ No espaço agrário, os “parceleros” têm sido motivo de diversos estudos, com distintos objetivos de análise, centrados principalmente no processo da Reforma Agrária e Contra-Reforma, considerando suas limitações, seus acertos, vantagens e desvantagens durante as décadas de 1970 e 1980 na zona central do país.

CAPÍTULO I: ASPECTOS TEÓRICOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1.1. A Modernização da Agricultura e suas Transformações

A modernização da agricultura é a tônica atual dos processos no espaço agrário e sua implementação assume diversas ênfases e alterações na estrutura produtiva. Em linhas gerais, o processo modernizador se expressa em torno da inovação tecnológica articulada a indústria produtora de insumos e bens de capital, e também, a indústria processadora de produtos agrícolas, o que permite que o processo seja funcional para a economia. Nesta perspectiva, Neves (1991) entende a modernização agrícola como a transformação do processo de trabalho, a mecanização de certas tarefas agrícolas e a industrialização da produção agropecuária.

A análise da modernização da agricultura encontra-se em diversos estudos, os quais se centram, preferivelmente, no avanço tecnológico por excelência. Neste sentido percebe-se que as implicações que tem este processo para os produtores familiares significam profundas mudanças enquanto a estrutura produtiva (TEDESCO, 1991). Sem dúvida, a modernização envolve, além disso, uma mudança nas relações econômicas ao gerar um mercado da terra como um mercado para os produtos.

Segundo VOLLELA (1979), “lo fundante del proceso de modernización es el desarrollo de patrones capitalistas en el seno de la estructura de la sociedad” (1979:4). Assim, compreende-se que a modernização está vinculada ao processo do capital internacional e suas contradições por seu desenvolvimento. Portanto, “los significados de la modernización se relacionan con los diversos momentos de desarrollo del capital, como por los ajustes restauradores diversos” (VILLELA, 1979:4). Para Villela, compreende-se o capital como uma relação social na medida em que esta se estende por todos os espaços da sociedade, legitimando assim as relações capitalistas onde se incorporam os capitais financeiro, industrial e comercial.

Além disso, a modernização não pode ser considerada somente enquanto a sua estrutura econômica, mas também como estrutura de classe, na qual se configuram novos atores sociais que provocam a mudança dos já existentes ao mesmo tempo em que gera alterações nas estruturas de poder, alcançando assim as expressões políticas. Desta maneira, adquire existência nas relações sociais estabelecidas entre os diferentes grupos sociais presentes no espaço agrário⁴ que se encontra articulado ao grande capital.

⁴ O espaço agrário é compreendido como um “locus de relações sociais de produção específicas, em uma formação social determinada” (TAVARES DOS SANTOS, 1991). Os produtores familiares, em suas diferentes condições de

A modernização agrária, em termos gerais, parece atribuída exclusivamente ao empresariado deixando de lado a interferência estatal neste processo⁵. Enquanto processo, Palmeira (1989) assinala que na modernização se privilegia o discurso que destaca que as mudanças são derivadas do empresariado moderno. Mas, é impossível pensá-la sem considerar a intervenção do Estado toda vez que esta se volte a um ser acionador em seu desenvolvimento através de diversas políticas agrárias; desta maneira, o produtor familiar vincula-se ao Estado através dos programas de desenvolvimento, aos mercados interno e externo, bem como às instâncias financeiras existentes. Portanto, na maior parte das vezes o processo modernizador na agricultura se viabiliza através de políticas agrárias emanadas do Estado, provocando alterações nas relações sociais de produção entre os atores produtores.

1.2. O Produtor Familiar e suas Diferenciações Sociais

O avanço do capitalismo tem-se constituído em um fator que tem superado a “questão agrícola” no tempo e no espaço, o qual passa por uma permanente discussão a nível teórico, como também político, a respeito do rumo tomado pelos produtores familiares no modo de produção capitalista. É um debate que, fundamentalmente, tem demonstrado uma complexidade e uma heterogeneidade bastante amplas já que o desenvolvimento do capital adquire particularidades específicas na agricultura.

Marx (1897/1972), em seu trabalho “Desenvolvimento do Capitalismo na Inglaterra”, observou que a produção agrícola tem características próprias e distintas da produção industrial, já que o produtor familiar possui seus próprios meios de produção. A terra constitui-se em um aspecto “que não pode ser produzida e não é reproduzível”, ao contrário do que ocorre com os meios de produção industrial. Nesta perspectiva, o produtor familiar reúne em si mesmo um duplo caráter: “é seu próprio empregado e patrão...”. Mesmo quando os produtores têm seus próprios meios de produção, Marx (1972) afirma que mediante a incorporação do capital no campo se lhes exige uma produção para o intercâmbio, para assim cobrir o sistema de impostos, a usura e a renda da terra.

posse da terra, constituem diversas relações sociais frente aos meios de produção, em conjunto com os empresários agrícolas. O espaço agrário se constitui pela presença e relação dos diversos segmentos sociais que o compõem.

⁵ Compreende-se o Estado como um fator de coesão, ao qual não se confia somente uma intervenção nos diversos níveis, especialmente no econômico. A não-intervenção estatal no econômico não indica que o Estado perca sua função coerciva; é o caso do Estado liberal da sociedade capitalista. (POULANTZAS, 1994).

Para este autor, a pequena produção agrícola desenvolve uma economia mercantil simples⁶, cujo objetivo final é o valor de uso, mostrando um ciclo que é o da mercadoria – dinheiro – mercadoria, sendo o dinheiro o mediador na relação de troca entre uma e outra mercadoria⁷, o que permite satisfazer as necessidades do pequeno produtor. Enquanto que no modelo capitalista se produz para a mudança, isto é, o ciclo se transforma em dinheiro – mercadoria - dinheiro, passando a ser a mercadoria a finalidade para aumentar o valor inicial. Para captar este novo valor se necessita força de trabalho, isto é, um tempo de trabalho necessário para sua reprodução e um tempo de trabalho excedente de onde é gerada a mais-valia.

Para Marx, o capitalismo impõe uma relação econômica que implica na subordinação do trabalho e que se apresenta através de dois modelos: a subordinação formal, e a real do trabalho ao capital. Com isso se permite extrair o excesso de trabalho para a obtenção da mais-valia. Em outras palavras, o capital cria valor através do trabalho e para que ele se materialize é necessária sua mercantilização. Nessa dinâmica quem possui ou é dono dos meios de produção se apropria do tempo de trabalho excedente ao tempo necessário para a geração de valor da força de trabalho.

Para compreender a subordinação formal e real do trabalho ao capital é preciso reconhecer a mais-valia absoluta e a relativa que se dá no processo produtivo. A mais-valia absoluta encontra-se na extensão da jornada de trabalho, quando o trabalhador, além de trabalhar o tempo preciso para criar o valor necessário para a sua força de trabalho, investe seu tempo adicional, com o qual cria o valor excedente ou mais-valia, que é o tempo de trabalho excedente. Desta forma, quanto mais extensa seja a jornada de trabalho, maior será o nível de mais-valia obtido (MARX, 1975).

A mais-valia absoluta tende a apresentar-se nas primeiras fases do capitalismo nos diferentes ramos da produção. Sua expressão é a manifestação da dominação do capital sobre a força de trabalho na transformação da natureza (SOARES, 1981). Esta mais-valia absoluta deriva-se da subordinação formal do trabalho ao capital, por sua ausência ou resistência ao avanço tecnológico das forças produtivas, por tanto è necessário que o valor excedido seja extraído do aumento da jornada de trabalho além do necessário para a reprodução do valor da força de trabalho.

⁶ Referindo-se à economia mercantil simples, Marx assinala que: “La repetición o renovación del acto de vender para comprar, tiene su pauta y su meta, como el propio proceso, es un fin último exterior a él: el consumo en la satisfacción de determinadas necesidades. La circulación simple de mercancía, el proceso para comprar sirve de medio para la consecución de valores de uso” (MARX, 1972, p.168)

⁷ A mercadoria é entendida como um “producto del trabajo humano que no ha sido elaborado para ser consumido por el mismo productor y que por lo tanto no sirve al productor, por lo cual dice ser dado a otros a cambio de productos de los que tiene necesidad” (KAUTSKY, 1978, p.66)

A mais-valia relativa é a mais-valia gerada pelo capitalismo. Para obtê-la se combina o capital variável e constante, a força de trabalho com a utilização da máquina, de maneira a diminuir o tempo de trabalho necessário e aumentar o tempo de trabalho excedente em uma mesma jornada de trabalho. A não alteração da duração da jornada de trabalho permite o aumento da mais-valia. Em outras palavras, “o que muda não é a duração da jornada de trabalho, senão o modo de se repartir em trabalho necessário e trabalho excedente” (MARX, 1975, p.360). Portanto, neste processo, a mais-valia deriva-se da subordinação real do trabalho ao capital, isto é, a subordinação real do trabalhador se materializa por meio da introdução da máquina.

Considerando-se este tipo de subordinação e as características do camponês, aprecia-se a especificidade deste, por quanto à intensidade do trabalho não reduz necessariamente o período de produção, considerando que o tempo de produção não depende, indispensavelmente, do tempo de trabalho. Nela não se reduz o tempo necessário para produzir determinada mercadoria nem se aumenta a quantidade desta em certo tempo (GRAZIANO DA SILVA, 1981). Por isso, o desenvolvimento do capitalismo no campo se apresenta em forma lenta, acelerado somente com a introdução da indústria.

A extração da mais-valia relativa, como a subordinação real do trabalho, é gerada no desenvolvimento pleno do capitalismo, o que alguns denominam como desenvolvimento do capitalismo em profundidade (SOARES, 1981). O desenvolvimento do capitalismo, em extensão, refere-se à amplitude que este alcança em sua implementação. A esse respeito, Soares assinala que isto “inclui duas situações típicas ou dois padrões de relações, espécies de tipos ideais: as articulações de modalidades diferentes de capital com estruturas de organização da produção imediatas não capitalistas, marcadas essencialmente pela não separação entre produtores diretos e meios de produção, e com estruturas fundamentalmente capitalistas, mesmo quando mantém métodos e estruturas não tradicional, por um estado precário de avanço das forças produtivas, por uma divisão de trabalho precária” (SOARES, 1981, p.197).

O questionamento pleiteado por Soares (1981) com respeito a ambos os tipos de subordinação, se refere às fronteiras entre um e outro, no momento em que as forças produtivas deixam de ser precárias. Se as noções tradicionalismo e precário correspondem a condições não capitalistas, é só a partir da divisão da força de trabalho e meio de produção que se provoca uma alteração nas relações de produção, convertendo-as em relações capitalistas. É a este último que se refere à subordinação formal do trabalho ao capital. Neste sentido, Soares pergunta: como é possível

dar-se conta de formas não capitalistas no regime capitalista ou em seus estados mais avançados? Como se explica que o excedente de trabalho independente, fora do capitalismo, nutra, em seus primórdios, a formação de trabalho capitalista? Além disso, como se explica que a acumulação da exploração comercial e da usura, junto a outros elementos, dê espaço a uma transformação do processo produtivo? Frente aos questionamentos, Soares (1981) aponta a insuficiência conceitual para demonstrar os aspectos empíricos aqui colocados, e é por isso que ressalta a necessidade de preencher o vazio deixado por Marx tendo como base um terceiro tipo de subordinação, isto é, a subordinação indireta do trabalho ao capital “através do mercado, em que a forma de organização da produção imediata não supõe o divórcio entre a força de trabalho e os meios de produção, ou seja, em que o processo imediato da produção guarda características pré-capitalistas e, neste sentido, não seria propriamente capitalista” (MARX, 1981, p.199-200). Desta forma, o autor reconhece em Marx três tipos de subordinação ao capital, a subordinação formal e a real, o que significa que a força de trabalho passa por sua mercantilização através do trabalho assalariado, e uma subordinação indireta que, mesmo subordinada através do mercado, mantém formas não capitalistas.

Portanto, reconhecendo a particularidade do camponês no processo social de produção, pode-se assinalar que a subordinação deste ao capital se apresenta em forma indireta através do mercado. Os produtos gerados pelo produtor familiar e que passam pelo mercado entram na esfera de expropriação da mais-valia gerada pela produção familiar. Ao não se apresentar esta situação, não há apropriação. Tal é o caráter flexível da produção familiar, que nesta venda ou não de produtos podem se apresentar também em forma esporádica, o que indica sua inclusão no processo de dominação econômica.

Não obstante, a relação com o mercado não se dá só por meio da venda de produtos, também está relacionada com o mercado financeiro, além de apresentar-se na compra ou venda de mão-de-obra em tempo parcial, o que demonstra uma subordinação formal do trabalho.

O produtor familiar possui sua especificidade ao produzir de forma simples, sendo incapaz de alcançar o produtor capitalista devido ao seu escasso nível de produção. Para Marx (1972) e Lênin (1985), o produtor familiar ver-se-ia obrigado a abandonar seus meios de subsistência para incorporar-se ao mercado industrial. Em outras palavras, de acordo com a visão marxista (Marx e Lênin), o sistema produtivo familiar não sobrevive e o avanço do capitalismo no campo traz consigo a destruição da “manufatura doméstica rural”, processo que para os produtores implica assumir

diversas formas, conforme os diferentes momentos históricos⁸. Assim, no modo de produção capitalista os camponeses são considerados produtores não capitalistas, os quais obstruem o desenvolvimento pleno da nova forma de produção, sendo necessária, portanto, sua desapareção no tempo.

Para Marx, tanto a agricultura como a manufatura se encontram submetidas ao modo de produção capitalista para permitir o desenvolvimento capitalista, incluindo a livre presença de capitais, a transferência de um setor a outro, e igual lucro médio (VERGOPOULOS, 1977). Este modo de produção, enquanto sistema abstrato sustenta-se nas forças produtivas (meios de produção e força de trabalho) e as relações de produção (relações entre os homens no processo de produção social). Do resultado de ambas surge o conceito de classe. Se a relação de produção baseada na propriedade privada gera uma situação contraditória entre as partes envolvidas, as classes expressam esta oposição em suas relações. Para o autor, de acordo com Teotônio dos Santos, o conceito de classe constrói-se teoricamente no conceito de luta de classes, o que significa que esta luta está relacionada com a superação de determinado modo de produção ou formação social (SANTOS, 1983). Por outro lado, a classe e luta de classe se analisam em nível de estrutura social, isto é, as relações que estabelecem os indivíduos na sociedade, e que se dá em determinado momento histórico e geográfico.

Em termos gerais, em Marx, a classe é compreendida em relação à estrutura econômica, onde os atores ocupam uma posição no processo de produção. Sem dúvida, Marx propõe que as classes não só estão ligadas expressamente a uma atividade econômica determinada, como também seus membros apresentam uma forma de pensar similar, uma tomada de consciência como tal e em oposição a outras classes. O “O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte” expressa:

Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras e opõem seus interesses, tipo de vida e sua cultura aos de outras classes da sociedade,

⁸ A análise realizada por Marx com respeito à diferenciação camponesa abrange diferentes categorias de análises, partindo da mais simples a mais complexa. Entre os elementos considerados encontram-se: a concentração da terra, o papel do Estado nos diversos níveis de concentração, transferência de excedente dos camponeses a outros segmentos sociais, condições de produtividade dos camponeses, relações econômicas e políticas da comunidade e o papel legitimador do Estado frente às mesmas relações, mudanças a partir da diferença interna da comunidade, condições sociais da existência e da reprodução social dos camponeses, as alianças de interesses entre Estado e segmentos sociais, correlação de forças entre as alianças, surgimento de novos agentes econômicos (FERNÁNDEZ, 1982, apud NEVES, 1988).

essas famílias constituem uma classe. Na medida em que existe somente um vínculo local entre os camponeses e a similitude dos seus interesses não cria nenhuma comunidade entre eles, nenhum laço nacional ou nenhuma organização política, eles não constituem uma classe (MARX, 1977, p.115-116).

Neste sentido, segundo Marx, o proletariado é a classe que tem consciência em oposição aos capitalistas, além disso, considerava que o avanço do processo capitalista provocaria a existência de somente duas grandes classes: de um lado, a burguesia como classe dominante e, por outro lado, o proletariado como classe subordinada. Tal dualidade tem sido, sem dúvida, um dos aspectos críticos em sua obra, especialmente por considerar que a expansão do proletariado permitiria, finalmente, a tomada do poder, como o fez a burguesia como classe privilegiada que retirou o sistema feudal, assumindo o poder político.

Apesar disso, a perspectiva anterior a respeito da classe é uma das diversas interpretações efetuadas por Marx. É difícil extrair em sua obra uma definição precisa da camponesa como classe social, já que em seus textos o trata como “classe”, “estratificação” ou “bárbaro” o que dificulta seu ordenamento. Ao mesmo tempo, isto estaria refletindo a complexidade do mundo camponês nos diversos momentos e espaços.

Com respeito aos enfoques de classes em Marx, Ossowski (1964) distingue diversos tipos entre os quais identifica uma visão dicotômica, isto é, as relações de classes se apresentam na oposição dominantes - dominados, visão cruzada, fundamentalmente, pelo aspecto político. Nesta relação se produziria a destruição das classes burguesas médias e da camponesa. Ao considerar categoria de classe nesta perspectiva, percebe-se que a camponesa não pode ser considerada como uma classe social, pois para se constituir em tal se requer que o excedente do trabalho gerado por produtores diretos seja apropriado por outros que não sejam produtores. O que não ocorre expressamente desta maneira no campo, já que a apropriação do trabalho excedente não se produz no processo do trabalho; o excedente é apropriado pelo capital através de outras instâncias, como o mercado, de onde se deixa manifesta a subordinação do campo a economia capitalista⁹.

⁹ O camponês, enquanto categoria, é bastante discutível (ABRAMOVAY,1992; ARCHETTI, 1978; BRUMER, 1987; FURCHE, 1990; SHANIN, 1978, 1980; SHEJTMANN, 1980). A esse respeito toma-se o enfoque de Eli da Veiga (1991) no que se refere ao camponês e agricultor. O autor indica que os camponeses constituem grupos sociais que formam parte de um sistema econômico complexo e que estão constantemente expostos a forças do mercado. Entre os critérios diferenciadores como agricultor, Veiga (1991) aponta que os camponeses podem se distanciar do mercado sem perder a condição do camponês, agregando que: “a) o mercado de capitais é fragmentário, o crédito é

No entanto, de acordo com Ossowski, Marx inclui a esta dicotomia classes intermediárias, as quais identificam como “camadas” ou “estado meio”. Destas classes intermediárias efetua uma escala de acordo às condições econômicas em relação aos meios de produção, ou pelos papéis sociais e fonte de renda. Não obstante, a classe intermediária mais reconhecida em Marx é a que se localiza entre capitalistas e proletários, reconhecida como “pequena burguesia”. Os critérios para sua identificação se baseiam na propriedade dos meios de produção e trabalho; são classes que possuem e fazem uso dos seus próprios meios de produção, onde se encontram os que trabalham com assalariados e sem assalariados. Outra maneira de reconhecer esta classe intermediária se dá através dos critérios de propriedade dos meios de produção e o não emprego de mão-de-obra assalariada (trabalham por conta própria).

Ossowski identifica na obra de Marx um esquema funcional relacionado com as fontes de renda, onde os critérios utilizados são a relações dos meios de produção e trabalho com o assalariamento da mão-de-obra. Finalmente o autor afirma que, de acordo com as diferentes situações propostas por Marx a análise da classe encontra-se ligada a sua intenção final.

Até aqui é possível assinalar que a camponesa é uma classe social que não se encontra em uma perspectiva dicotômica, e pode-se identificar como uma classe intermediária de acordo aos seus meios de produção; é uma classe social subordinada direta ou indiretamente pelo mercado (trabalho, mercantil, financeiro), e que se define em relação com os outros. Um aspecto relevado por Marx é a existência de uma classe em relação a outras, porquanto elas não se apresentam em forma isolada, mas relacionadas entre si. Stavenhagen (1978) diz a respeito: “lo que define y distingue a las diversas clases son las relaciones específicas que se establecen entre ellas. Una clase social sólo puede existir en función de otra” (STAVENHAGEN, 1978, p.34).

adquirido junto a proprietários latifundiários, comerciantes e agiotas; b) as taxas de juros refletem as circunstancias específicas de cada transação e não as condições de mercado; c) o crédito e as taxas de lucro podem estar ligados ao preço de outros fatores (terra, trabalho) dentro das relações de dependência, isto é, não há acesso independente a cada fator em mercados diferenciados; d) a informação dos mercados é insuficiente; e) a compra e venda da terra e as formas de arrendamento sofrem limitações extra econômicas; f) mercados e comunicações não chegam a estar integrados e isto implica diferentes graus de isolamento entre as comunidades camponesas. No entanto, o agricultor familiar “opera nos mercados de produtos e fatores completamente desenvolvidos: “a) crédito abundante, disponível nos mercados financeiros, as taxas de juros relativamente competitivas; b) os insumos podem ser adquiridos em qualquer quantidade, por preços razoavelmente competitivos; c) informações sobre novidades tecnológicas são amplamente acessíveis; d) compra e venda de terras permite a entrada de novos agricultores, bem como o êxodo de outros; e) a informação sobre preços de insumos e produtos pode ser obtida a nível nacional, refletindo o alto grau de integração dos mercados e das comunicações” (VEIGA,1991, p. 191-192). Esta distinção permite ter uma definição clara do que se entende por camponês. Claro que a discussão pode prosseguir ao perguntarmos-nos pelas fronteiras entre o camponês e o agricultor; no entanto não se pretende entrar nesta controvérsia, mas sim privilegiar as distinções do campesinato neste trabalho.

Continuando na mesma linha de Marx, Lênin expõe uma definição de classe onde ressalta o econômico em sua formação. Lênin assinala que:

Las clases son grandes grupos de hombres que se diferencian entre sí por el lugar que ocupan en un sistema de producción social históricamente determinado, por las relaciones en que se encuentran con respecto a los medios de producción (relaciones que en gran parte son establecidas y formuladas en las leyes), por el papel que desempeña en la organización social del trabajo y, consecuentemente, por el modo y la proporción en que perciben la parte de la riqueza social de que disponen. Las clases sociales son grupos humanos, uno de los cuales puede apropiarse del trabajo del otro, por ocupar puestos diferentes en un régimen determinado de economía social (LÊNIN, “La gran iniciativa”, Obras Escogidas, VolII, Moscú, apud STAVENHAGEN, 1978, p.32).

Sem dúvida, para Lênin o aprofundamento do capital passava, também, pela divisão do trabalho, uma maior mercantilização e, por sua vez, uma diferenciação da classe social. No seu estudo “Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” (1899/1985), o autor expõe uma nova possibilidade a esta teoria, o da categoria “diferenciação social”. Em sua análise elucida um processo de desagregação, o que se constitui em um elemento básico para a formação do mercado interno, no qual as relações socioeconômicas se dão de forma contraditória (tal como apresenta no capitalismo, como por exemplo, a acumulação de terra, hegemonia da produção, processos migratórios, entre outros). As desigualdades e o mercado viriam a aprofundar a divisão do trabalho, provocando uma ruptura entre os camponeses para dar passo a uma diferenciação; estes produtores tenderiam a desaparecer, em forma paulatina. Lênin assinala:

Es claro que el surgimiento de desigualdades entre los patrimonios es el punto de partida de todo el proceso, que en hipótesis alguna se agota en esa diferenciación. El campesino afectado no se “diferencia” apenas: él deja de existir, él se destruye, es enteramente substituido por nuevos tipos

de población rural que constituyen la base de una sociedad dominada por la economía mercantil y por la producción capitalista (LÊNIN 1985:114).

O autor reconhece, a partir do grupo médio¹⁰, o surgimento de um segmento denominado burguesia rural ou camponeses ricos que desenvolvem uma agricultura comercial, e por outro lado a presença do proletariado rural, que é de vital importância para o mercado de consumo. O mercado de meios de produção está representado, fundamentalmente, pela pequena burguesia. Sendo assim, os camponeses têm como perspectiva a proletarianização ou a transformação em empresários. Desta maneira, a diferenciação é o início de um processo de decomposição que transforma e provoca o surgimento de novas relações sociais.

Até aqui parece que este enfoque teórico é unilateral e no qual o produtor familiar não se considera na sua heterogeneidade. Porém, Lênin (1985) indica que a presença capitalista não expressa linealidade; pelo contrário, sua presença na agricultura é um processo lento, que ocorre através das mais diversas formas. A este respeito, Shanin (1980) em uma breve interpretação de Lênin, destaca que este autor depois da sua obra “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”, tende a reconhecer a persistência de certos traços do camponês, o que estaria refletido nas mudanças sofridas no programa agrário de seu partido, à luz dos antecedentes ocorridos na época.

Mesmo quando Lênin tenta flexibilizar sua postura, reafirma o antagonismo do processo diferenciador e a polarização das posições sociais, de onde os interesses tendem a ser opostos. Interesses que se encontram determinados, não só pela condição econômica como também pela ideologia, pelas necessidades, pela visão de mundo, entre outras coisas. Ainda que a posição social se veja mediada por outros elementos, a posição social do produtor familiar aparece fortemente dependente da condição econômica que se cristaliza em forma polarizada no espaço social agrário.

Segundo Abramovay (1992), a diferenciação social proposta por Lênin só é atendível no contexto histórico em que foi escrito, e agrega: “para Lênin, a pobreza não era incompatível com o surgimento do mercado interno para o avanço do capitalismo. Pelo contrário, a aceleração da pobreza (resultante da separação entre os produtores e suas condições imediatas de trabalho) e o crescimento do mercado eram processos simultâneos e indissociáveis (ABRAMOVAY, 1992, p.41).

Em termos estritos, o processo de diferenciação proposto por Lênin, que envolvia o crescimento do assalariado no campo, hoje se demonstra bastante questionável, especialmente, nas

¹⁰ Para Lênin (1985) os camponeses médios se distinguem pelo seu baixo desenvolvimento na economia mercantil.

sociedades capitalistas mais avançadas. Nesse sentido, Shanin (1980) indica que os camponeses não se tornaram proletários, não desapareceram completamente, do mesmo modo que não permanecem com a mesma estrutura de antigamente.

Entre os clássicos, a relativização do processo diferenciador e sua polarização podem ser encontradas no estudo efetuado por Kautsky (1899/1978), em sua obra “A Questão Agrária”. O autor primeiro postula que a acumulação da riqueza provocada pela penetração do capitalismo possibilita o desaparecimento da classe camponesa. Não obstante, no transcurso da sua obra deixa aberta a possibilidade de que a classe camponesa permaneça e não seja eliminada, e que tenda a diversificar suas atividades de forma complementar para evitar sua proletarização, reconhecendo a capacidade de permanência e de “readaptação” às condições externas. Para o autor, os produtores familiares possuem certas especificidades em oposição ao capitalismo, como por exemplo, que a terra não é um meio de produção reproduzível e que não têm a capacidade de concentrar terra para eles mesmos, como ocorre no processo de desenvolvimento do capitalismo. Por outro lado, o produtor familiar produz, significativamente, para o auto-consumo, o qual não é valorizado pelo mercado. Essas seriam as condições que permitiriam a permanência do produtor familiar.

Mesmo quando flexibiliza o curso dos produtores, Kautsky (1978) reconhece que as mudanças dependeriam da imposição de caráter mercantil à orientação das condições de uso dos fatores de produção. Ao mesmo tempo, o autor ressalta o caráter particular de expansão da agricultura toda vez que a “exploração e a casa” continuam sendo dependentes do processo produtivo; considera que a pequena e a grande produção se condicionam entre si, mesmo quando reconhece a superioridade desta última. Se bem que a produção obtida se encontra integrada ao sistema econômico global, isso implica que o trabalho do produtor familiar, que se vê refletido no produto final, é menos valorizado devido ao intercâmbio desarmônico do mercado; desta forma o produtor deixa sua mais-valia nas mãos do capital comercial.

Assim sendo, reconhece-se a profunda complexidade dos processos sociais e a permanência do camponês subordinado ao processo produtivo capitalista. As características correspondentes à concepção de classe e ao processo diferenciador tendem a ser flexibilizadas por autores contemporâneos. Entre outros, Lehmann (1980), em uma análise do processo de diferenciação proposto por Lênin, argumenta que, como tal, o camponês não podia se considerar dentro da mesma categoria do empresário, pois os interesses opostos estão baseados entre aqueles que controlam a propriedade e a utilização dos meios de produção, e aqueles que vendem mão-de-obra. Segundo

Lehmann, este último fator é o que não se ajusta à concepção do camponês; aponta que os conflitos de interesses se baseariam na possibilidade de acesso ao mercado para os produtores.

A proposta teórica marxista, especialmente com respeito à concepção de classe, tem encontrado dificuldades na interpretação da realidade atual já que a categoria do trabalho tem-se tornado cada vez mais complexa no sistema capitalista; por sua vez, o conceito de classe foi adquirindo rigidezes que dificultaram a interpretação da realidade.

Uma tentativa contemporânea na relativização da compreensão da classe social, é possível de ser encontrada em Poulantzas (1968/1994). O autor considera que as classes sociais estão estruturalmente determinadas e não é só a estrutura econômica que as determina, já que também conta a influência de fatores políticos e ideológicos. Portanto, as classes determinam-se na luta permanente nos níveis econômico, político e ideológico.

Mas exactamente, la clase es un concepto que indica los efectos del conjunto de estructuras, de la matriz de un modo de producción o de una formación social sobre los agentes que constituyen sus apoyos: ese concepto indica, pues, los efectos de la estructura global en el dominio de las relaciones sociales (POULANTZAS 1994, p.75).

Pondera que a estrutura social se reflète no comportamento da propriedade dos meios de produção, na relação das classes sociais e na ideologia. Mesmo reconhecendo a importância dos efeitos do conjunto destes três elementos na categoria de classes propostas por Poulantzas, parece ser que o determinante na conformação de classes sociais se dá pelo fator econômico. A respeito disso Poulantzas assinala:

El papel determinante, en la constitución de las clases sociales, de su relación con las relaciones de producción, en la estructura económica, indica de hecho, muy exactamente, la constante determinación, en última instancia de lo económico en las estructuras, reflejada en las relaciones sociales (POULANTZAS, 1994, p.77).

Em outras palavras, seguindo a linha de Marx, o econômico define-se pelo grupo de pessoas que estabelecem relações de produção (a forma como se combinam os agentes de produção com os meios de produção), relações na divisão do trabalho social e na transferência do produto que obtém um excedente. Por outro lado, o excedente econômico implica, em certa medida, na propriedade dos meios de produção, o qual se pode adquirir por via jurídica, violenta ou tradicional. Para o autor, “las relaciones de producción tienen como efecto, sobre las relaciones sociales, y en lo que respecta a lo económico, una distribución de los agentes de producción en clases sociales que son, en ese nivel, las relaciones sociales de producción” (POULANTZAS, 1994, p.72). Cabe agregar que isto também determina as possibilidades de consumo das pessoas.

Por outro lado, o autor reconhece a importância que a sociedade tem ao reproduzir os agentes para ocupar as posições, e, além disso, deve produzir as posições para serem ocupadas pelos agentes. De certa forma admite o papel estruturalista das posições, acima dos agentes sociais.

Aunque es cierto que los agentes mismos deben reproducirse, formados y socializados para ocupar ciertas posiciones, es cierto también que la distribución de los agentes no depende de sus propias oportunidades y aspiraciones, sino de la reproducción de esas mismas posiciones. Esto se debe a que el aspecto principal de la determinación de las clases son las posiciones, y no los agentes que ocupan esas posiciones (POULANTZAS, 1975, p.29).

Se bem que Poulantzas tenta flexibilizar a corrente marxista, mantém a condicionante determinista, que deixa de lado a vontade e consciência dos atores. Este autor pleiteia que na história das classes sociais, as frações de classe podem adotar posições que não correspondem com a sua posição estrutural geral. Por outro lado, assinala que os atores podem adotar diversas posições sociais; um ator não necessariamente “milita” numa determinada posição social, como também pode simultaneamente ser parte de mais de uma posição. Assim, o produtor familiar, que forma parte da classe camponesa, pode ocupar uma posição diferente, como, por exemplo, um camponês médio, que se sente parte da burguesia agrária. Isto sem dúvida pode outorgar flexibilidade à proposta de classe de Poulantzas, já que se relativizam as posições adquiridas pelos atores.

É preciso distinguir a terminologia utilizada pelo autor com relação a frações de classe e extratos sociais. Por fração de classe compreende-se a conjuntos sociais que podem se converter em frações autônomas que se constituem em forças sociais eventuais. A identificação de frações de classes sociais implica que a classe social está formada por subunidades, enquanto que os extratos sociais são compreendidos como efeitos secundários da combinação dos modos de produção na formação social das classes sociais. Os extratos sociais não se constituem em forças sociais, mas sim em frações. O determinismo histórico, segundo Poulantzas, deixa sem sentido a ação cotidiana dos atores na sociedade, ao mesmo tempo em que deixa de lado o requerimento de Marx com respeito a que “os homens fazem sua própria história”, e acrescenta, “mas não a fazem como eles querem, sob circunstâncias escolhidas por eles mesmos, e sim sob circunstâncias dadas e herdadas do passado”.

Os estudos de acordo com a corrente marxista estruturalista têm dado escasso espaço às pesquisas históricas pelo privilégio das estruturas sociais; mas é preciso conceber a estrutura social como uma globalidade que incorpore a história. Para Habermas (1988), a compreensão do mundo operacionaliza-se pela compreensão do nosso passado, que geralmente nos ajuda a compreender o que ocorre na atualidade.

A partir da perspectiva marxista, a história encontra-se ligada ao desenvolvimento da sociedade, e as diversas classes apresentam-se em situações históricas específicas; em outras palavras, cada período contém suas próprias classes sociais (STAVENHAGEN, 1978). Este autor acrescenta que, as classes sociais mudam no tempo, se formam e se transformam em relação às mudanças da sociedade já que as classes refletem as diversas situações da sociedade junto com suas contradições. Por sua vez, elas contribuem a que estas situações se desenvolvam. A relação de classe e história também se encontra em Thompson (1987), para quem a “noção de classe traz consigo a noção de relação histórica”.

Para Thompson (1987), a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou compartilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (geralmente opõem-se) dos seus. E acrescenta que, “a experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção nas quais nasceram os homens ou entraram voluntariamente” (THOMPSON, 1987, p.10). Desta forma, o determinismo não se encontra na definição de classe, mas na experiência e identidade que possuem os atores em relação a uma classe social.

Cabe assinalar, que na produção social se estabelecem relações de produção necessárias ou independentes da vontade dos atores sociais, as relações de produção correspondem ao nível de forças produtivas materiais que estes possuam. É o conjunto destas relações o que configura a estrutura econômica; neste esquema marxista, compreendeu-se, por décadas, o econômico como determinante tanto na política como no cultural.

Larangeira (1993), indica que no conceito de classe social, para alguns autores (Habermas, Laclau, Bourdieu, entre outros), nos dias de hoje, em uma sociedade pós-industrial, tende a desaparecer a centralidade das relações de produção, e já não existiria a precipitação de uma melhor distribuição da renda, além da improbabilidade do surgimento de uma classe trabalhadora com acesso ao poder.

Sem dúvida, os questionamentos dos autores encaixam-se na complexidade da sociedade atual, especialmente em sociedades de maior avanço tecnológico. Não obstante, mesmo em sociedades menos desenvolvidas também é possível encontrar processos altamente desenvolvidos por um efeito globalizante da tecnologia; portanto, isto não impossibilitaria a incorporação de complexos elementos para interpretar a realidade social.

No entanto, ao transportarmos-nos ao espaço social agrário em sociedades menos desenvolvidas industrialmente, considera-se pertinente tomar como base as questões econômicas e redistributivas. Nesse sentido, coincide-se com Larangeira (1993) com respeito ao questionamento de onde “em sociedades menos desenvolvidas” o econômico perderia validade na definição das classes sociais, para substituí-las por conflitos político-culturais?”(LARANGEIRA, 1993, p.89). A autora assinala que “abandonar o conceito de classe social significa ignorar o poder do capital que ainda tem a capacidade de produzir efeitos sociais determinantes, especialmente em sociedades ‘periféricas’...” (LARANJEIRA, 1993, p.90).

Entretanto, para Shanin, os camponeses são uma classe, na medida em que se conceituem “como ator e sujeito da história social, que permite levantar questões como cristalização e descristalização de classe, colisões de classes temporárias, retiradas, vitórias e derrotas ”(SHANIN, 1980, p.70). Além disso, ele acrescenta que os camponeses são uma classe, uma economia, uma “part-society”; evitando cair no ecletismo; indica que é a definição da problemática o que permite definir o quadro de referência conceitual.

Vergopoulos (1977), distanciando-se dos determinismos assinala que “o caráter do camponês não deve ser buscado no nível do que é ou deveria ser em função das categorias do modo

de produção capitalista. Ao contrário, seu caráter pode ser definido a partir do nível de sua existência social nas suas relações com o conjunto do sistema social. A questão mais interessante não é a natureza do seu ser, mas o caráter de sua existência” (VERGOPOULOS, 1977, p.197). Para o autor, a classe não se constrói em função dos lugares nos meios de produção, nem no modo de produção, mas em função do conjunto de relações sociais, e especialmente, os de circulação. No entanto, a diferenciação social pode ser compreendida em “relação ao resto das relações do sistema, e não especificamente, em relação à produção rural” (VERGOPOULOS 1977, p.133).

Além disso, a classe implica em uma relação histórica. Como expressa Thompson: “Ao deter-se a história em um determinado ponto, não há classes senão uma multidão de indivíduos com um montão de experiências; mas, se examinamos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observamos padrões em suas relações, suas idéias e instituições; a classe é definida pelos homens na medida em que vivem sua própria história (no final, esta é a única definição)” (THOMPSON, 1987, p.12).

De maneira que para o reconhecimento das relações entre as classes se requer conhecer a trajetória histórica dos camponeses e suas tendências. Portanto, a classe social se constrói e se define em relação a outros setores imersos em uma estrutura social; isto não significa condicionamento ou determinismo, como ocorre na perspectiva marxista ortodoxa. Na medida em que se relaciona com outros, a classe não pode ser considerada como grupo pré-determinado historicamente; no entanto, é necessário localizá-la tanto em seu contexto histórico, como no modo de produção, no qual se define a estrutura social. Além disso, se entendem que as relações sociais se sustentam em fatores econômicos, políticos e culturais.

Nestas relações a classe camponesa manifesta-se em forma heterogênea, levando com ela fatores externos que se manifestam em diferenciações, mas, a diferenciação nem sempre pode significar antagonismos. Servolin demonstra que os “interesses de pequenos e grandes camponeses não estão regidos por uma relação de exploração; portanto, seus interesses não são antagônicos, em outras palavras, não há luta de classes especificamente agrícola”, e ela na realidade se dá em oposição com outros setores que não são agrícolas (SERVOLIN, apud VERGAPOULOS 1977, p.133). Desta forma, o autor resume e indica que “para o camponês, o que é opressivo é o capital bancário, de crédito, o capital mercantil e os preços do Estado e o imposto” (SERVOLIN, apud VERGAPOULOS, 1977, p.133).

Reconhecer sua heterogeneidade envolve diferenciações sociais internas provocadas por fatores externos, as quais estão relacionadas com o acesso aos meios de produção, acesso ao mercado e utilização de mão-de-obra.

Como afirma Martins (1989), os camponeses possuem uma diversificação interna, que não pode ser desconsiderada em sua compreensão, para assim resgatar seus “dilemas e suas debilidades”. A relativização e a colocação social dos atores permitem identificar a classe camponesa em sua complexidade, distanciando-a de uma visão homogeneizante. Portanto, é possível distinguir diferenciações sociais a nível horizontal, tal como expressa Sorj (1980). O modelo analítico por ele proposto contempla o cruzamento da diferenciação social clássica vertical (proletariados e burgueses), com a diferenciação social horizontal (distinções entre os próprios camponeses em torno a seus processos produtivos). Cabe acrescentar que as ações dos atores podem definir novas mudanças diferenciadoras, o que se apresentaria nas relações sociais, onde os atores sociais não só se enfrentariam pelas diferenças econômicas, como também caberia incorporar outras distinções (sexo, raça, etc.).

A partir da corrente marxista, aprecia-se além do mais, que o processo de diferenciação tem passado por diferentes interpretações, desde as mais ortodoxas às mais flexíveis. Na atualidade, parece existir um consenso a respeito da presença da classe camponesa, e sua trajetória, não implica necessariamente na adoção de posições sociais antagônicas dos atores no espaço e no tempo. Nos dias de hoje parece limitado compreender os processos em uma bipolaridade absoluta, especialmente pela complexidade e globalidade dos processos de mudança que se vive na agricultura.

Nesse processo de diferenciação social e sua perspectiva dualista, tem surgido uma das grandes discussões a respeito da presença-ausência ou readequação dos camponeses, enquanto a sua trajetória na sociedade capitalista no espaço social agrário.

Na bibliografia mais recente é possível observar diversos enfoques teóricos a respeito da produção familiar. Em alguns estudos, surge a antiga discussão da sua permanência ou desaparecimento ao interior do modo de produção capitalista, em outros estudos, isto é superado graças à demonstração da multiplicidade de formas de subsistência no cotidiano.

Apesar dos desencontros com a perspectiva marxista não se pretende reduzir a permanência ou não dos camponeses, e sim resgatar, nesta perspectiva, aqueles elementos macro-sociais que tratam das transformações sociais a partir da inserção capitalista na agricultura, especialmente no

que se refere às relações sociais no espaço agrário. O processo de diferenciação hoje oferece uma relativa vigência, especialmente no âmbito latino-americano, já que a expansão do capital deixa como marcas uma gama de complexidades.

Alguns estudos demonstram processos diferenciadores no espaço agrário. Loureiro (1987), em um estudo em Sorocaba, Estado de São Paulo, analisa a relação do produtor familiar com o capital. Centrando-se no processo de acumulação, demonstra como os agricultores encontram-se envolvidos e determinados pela inserção do capital, o qual é representado pela industrialização da agricultura ou modernização tecnológica. Nessa relação, produz-se um processo de diferenciação social do produtor, que vai desde a pequena burguesia rural aos semi-proletários.

Para Loureiro (1987), a classe camponesa encontra-se imersa em um processo de diferenciação derivado de uma economia capitalista. Esta autora identifica o pequeno burguês sob a aparência de produtor familiar, o qual apresenta uma racionalidade empresarial que lhe permite entrar no processo de acumulação de meios de produção. Mesmo quando ocorre uma forte incorporação da indústria, o trabalho do produtor não entra totalmente no capital, e em consequência verifica-se a presença do produtor familiar capitalizado. Já os camponeses semi-proletários são aqueles que no processo de produção de mercadoria não alcançam sua própria reprodução e se tornam um contingente de mão-de-obra de reserva.

Segundo Tepicht (1973), citado por Neves (1988), o produtor familiar pode adaptar-se aos processos de mudança, pela capacidade de reorganizar as forças produtivas e as relações de produção próprias da economia camponesa. O autor, que parte do postulado de um “modo de produção” camponesa¹¹, assinala que:

...os camponeses transformam-se em produtores mercantis, em função da substituição dos fatores terra e trabalho pelo fator capital (instrumentos mecanizados, germe de uma diferenciação de classe). É básica, também, a especialização, na medida em que existem mudanças nas técnicas básicas de especialização ou a expansão da economia mercantil (o que conduz a perda dos antigos instrumentos de trabalho e o uso de trabalhadores marginais, mulheres e crianças) (TEPICHT, 1973, apud NEVES, 1988, p.582).

Os estudos aqui mencionados expressam a vigência dos processos diferenciadores dos camponeses a partir da posição social que assumem ao seu redor, o que, por sua vez permite a

¹¹A discussão a respeito da existência de um modo de produção camponesa foi fortemente discutida em décadas passadas. Caberia assinalar que isso dificilmente pode ser considerado como tal, pela carência de uma estrutura político-econômica com certa auto-suficiência.

análise da trajetória social mediante determinadas situações de caráter estrutural. Considerando as mudanças vividas pelo capital e suas repercussões no processo de modernização na agricultura, poder-se-ia considerar que os produtores familiares desenvolvem uma trajetória de posições sociais que tem como base sua relação com os meios de produção.

Apesar da sua singularidade, a visão teórica marxista não permite explicar a forma como se organiza a economia camponesa nem como atua, considerando sua heterogeneidade ante os processos diferenciadores provocados pelo processo modernizador. Por estes motivos, recorre-se, neste ponto, à perspectiva chayanoviana, na medida em que possibilite efetuar uma análise interna dos produtores familiares, considerando-os como parte de um processo histórico social e político, a fim de poder visualizar as perspectivas de reprodução social.

Chayanov (1924/1974) no seu estudo de uma sociedade russa composta por 80% de camponeses, reconhece a especificidade do pequeno produtor em relação a outras formas econômicas. Sua teoria, caracterizada por uma epistemologia de múltiplas formas, como argumenta Shanin (1989), torna possível a análise da organização interna da produção através das novas categorias. Seu modelo focaliza-se na produção familiar, identificando como categoria relevante a utilização de mão-de-obra familiar.

Em termos globais, pode-se indicar que, mesmo quando os aspectos descritos em Chayanov com respeito à produção-consumo, utilização da força de trabalho familiar, sua auto-exploração e a diferenciação demográfica não aparecem nos estudos de caráter empírico na sua forma mais pura, na sua teoria se encontra, tal como expressa Lehmann (1980), um “aparelho conceitual” que permite compreender a reprodução. Na postura de Chayanov, é possível visualizar a heterogeneidade dos produtores familiares. Nesse sentido, o autor desenvolve sua proposta sem negar a implantação do capitalismo e o conseqüente processo de diferenciação social na agricultura, o qual se expressaria na utilização de mão-de-obra assalariada com o objetivo de aumentar a renda e ter acesso aos créditos. Cabe recordar que, a partir desta perspectiva, os produtores familiares “coexistem” no sistema econômico capitalista, na medida em que se gera um intercâmbio comercial de onde obtêm os produtos não reproduzidos por eles¹².

¹² O conceito “coexistência” empregado por Chayanov supõe um momento simultâneo da existência de um modo de produção camponesa junto a um modo de produção capitalista. Shanin (1980), que realiza uma crítica a esse respeito, demonstra que os camponeses “se transformam y se vinculam gradualmente a una economia de molde capitalista”. Dentro da postura marxista e neo-marxista tem-se utilizado o conceito de articulação. Em Heyning (1982) encontra-se o conceito de “resistencia” do camponês a presença do capitalista.

O autor, reconhecendo a existência da diferenciação social assinala que isto não explica a complexidade dos produtores, já que existe também a diferenciação demográfica, referindo-se a ambas as diferenciações, afirma:

No hay duda que cierta diferenciación de éste tipo se produce en el campo, pero un análisis más profundo demuestra que la heterogeneidad no puede explicarse totalmente por la diferenciación social. No sólo depende del aspecto dinámico, sino también, y en forma considerable, del efecto de los factores demográficos, que resultan de la naturaleza de la unidad económica campesina. (CHAYANOV, 1974, p.290).

Citando alguns estudos da sua época o autor ressalta que a diferenciação demográfica é o centro das diferenças quanto ao tamanho da “unidade de exploração”. As variações são explicadas de alguma maneira por uma base biológica da família que contém tamanhos e composições diferentes. Assim, segundo a idade, constituem-se sistemas de trabalho distintos e é neste sentido que se observa a existência de uma diferenciação demográfica. Com isto, o autor pretende dar um caráter dinâmico a sua teoria para contrapor-se à crítica que aponta como estática sua análise do binômio produção-consumo. Mesmo quando a diferenciação demográfica não se transforma tão rapidamente em curto prazo diante da expansão capitalista, sem dúvida ela adquire um papel considerável no processo produtivo familiar.

Por décadas, Chayanov constituiu-se em um recurso teórico para explicitar a existência de uma lógica própria do camponês, isto baseasse em que a unidade econômica, formada pela família, não pretende uma acumulação de capital, e sim satisfazer suas necessidades de subsistência possibilitando sua manutenção e reprodução. Isto significa que os produtores familiares continuam produzindo, mesmo quando ocorre uma baixa no preço dos seus produtos, já que produzem valores de uso, enquanto que a empresa capitalista, geradora de valores de mudanças, não poderia resistir a tal situação. A especificidade se encontraria na lógica do produtor familiar, a qual está relacionada com as necessidades de seu grupo familiar, que varia, principalmente, pela expansão capitalista na busca da sua reprodução.

Em Chayanov é possível encontrar uma lógica diferente do empresariado, atribuindo-lhe, portanto, uma lógica própria, em estudos mais recentes, Loureiro (1987) assinala que o processo de acumulação não permite pensar na existência de uma lógica própria para o camponês na busca de sua reprodução; ao contrário, os produtores, no modelo econômico capitalista, encontram-se submetidos, a nível social, a processos profundamente diferenciadores.

Alguns estudos empíricos priorizam uma perspectiva interna a partir dos produtores familiares. Do seu lado, Martínez e Rendon (1978) propõem a incorporação de duas perspectivas de análises: a “unidade de produção” e a “sociedade local”. Com isto as autoras referem-se à necessidade de integrar a “estrutura das unidades produtivas”, ou seja, tamanho, composição, divisão do trabalho e sua relação com o mercado, como também, com as características estruturais, que inclui a análise das forças produtivas (nível tecnológico, utilização de mão-de-obra) para estudar novos processos de diferenciação.

As autoras dão especial ênfase à consideração do nível de acumulação que possuem ou não os camponeses, especificamente na distribuição variável dos meios de produção dos produtores familiares. O respeito, Heyning (1982) indica que ignorar tal fato, significa reafirmar o tipo de organização dos produtores familiares desde a perspectiva chayanoviana. Isto parece conter elementos que podiam invalidar completamente tal perspectiva teórica, o que não ocorre, pois tal teoria precisamente estuda a organização interna com as novas contribuições de estudos empíricos, que tendem a questioná-las ou consolidá-las em sua heterogeneidade.

Segundo tal perspectiva, Lovisolo (1989) questiona as posturas teóricas marxista-leninistas e chayanoviana através de um estudo comparativo de dois grupos de produtores, um mais capitalizado no Rio Grande do Sul e o outro menos capitalizado na Bahia. O autor reconhece a permanência das “unidades familiares na agricultura”, as quais¹³, segundo ele, caracterizam-se por uma “diversidade” e não por uma diferenciação como sugeria Lenin. Para definir a diversidade, indica uma série de diferenças: dos meios e de sua articulação com os fins, das estratégias e orientações. Valendo-se de sua proposta de “diversidade”, chama a atenção à existência de produtores em um “continuum”, desde os capitalizados até os semi-proletarizados, refletindo diferenças e semelhanças presentes neles. Apesar dessas diferenças, esses produtores possuem uma mesma forma de produção: produção simples de mercadoria e comercialização simples.

Lovisolo indica que tal aspecto (diversidade) nem sempre tem sido considerado nas diferentes perspectivas teóricas, pois a visão privilegia como fator determinante o “capital”, e outra postula os aspectos “culturais” nas unidades, acrescentando que em ambas as perspectivas se tem

¹³O conceito de unidades produtivas familiares na agricultura enquanto objeto empírico está caracterizado pela utilização da força de trabalho que se dá por uma relação de parentesco. “Em outros termos, a possibilidade de vinculação do trabalhador direto aos meios de produção está mediada por uma relação de parentesco com membro (s) específico(s) da unidade” (LOVISOLO, 1989, p.157). No caso deste estudo, trabalha-se com a categoria de produtor familiar. A esse respeito considera-se que mesmo não existindo uma importância relevante na relação de parentesco, ela não seria uma determinante, uma vez que se aceita a preponderância das relações de trabalho que caracterizam os produtores familiares.

examinado o produtor de forma homogênea. O mesmo ocorre na análise das diferenças de produção que não incorporariam as diferenças sistemáticas que se dão nos produtores. Para Lovisolto torna-se difícil estabelecer uma lógica econômica que permita unificar uma forma de produção, afirmando que nas unidades estudadas não existe uma lógica própria como postula Chayanov no seu estudo.

Os estudos demonstram que existe uma relativização das categorias na análise da realidade, e mais, considerando a heterogeneidade do produtor familiar, não é suficiente ter em conta só a diferenciação demográfica que conduz às diferenciações no tamanho dos produtores familiares, e sim, estimar a diferenciação social, entendida como processo gradual da concentração dos meios de produção para identificar a trajetória social que assumem e, por sua vez, vislumbrar projeções dos produtores em um processo de transformação agrária.

As projeções, inevitavelmente passam, também, pelas condições internas dos produtores. Compreende-se que os produtores se encontram subordinados ao capital e estigmatizados por determinados processos, pois ao se apresentar uma heterogeneidade entre os camponeses, existem, também, condições e decisões próprias que lhes permitem projetar suas perspectivas de reprodução social no espaço agrário. A reprodução social envolve uma série de estratégias em torno da posse e o uso da terra bem como da disponibilidade de mão-de-obra, aspectos que serão tratados a seguir.

1.3 O Produtor Familiar e Estratégias de Reprodução Social

Para compreender o processo de reprodução é preciso assinalar que, a partir da perspectiva capitalista, o processo produtivo e reprodutivo é compreendido de forma simultânea. Quer dizer, “todo proceso de producción social es al mismo tiempo proceso de reproducción” (MARX, 1972, p.605). Cabe recordar que o homem como ser animal e social cria e reproduz sua existência. A esse respeito, Engels acrescenta que “essa reprodução é de dois tipos: de um lado, a reprodução de meios de subsistência, de produtos alimentícios, roupa, habitação e instrumentos necessários para tudo isto; de outro lado, a produção do próprio homem, a continuação da espécie” (ENGELS, 1980, p.8).

Para Marx, esta reprodução é de caráter físico e social do trabalhador e de sua família, o que estaria socialmente determinado para sua subsistência (RIVERA, 1989). Quando se expõe que as necessidades estariam limitadas (CHAYANOV, 1974) ou determinadas (MARX, 1972) pelas

condições sociais, deveríamos pensar que elas mudam constantemente através do tempo e do espaço.

Para Shanin (1980), a reprodução social como parte da dinâmica social seria a “produção das necessidades materiais, a reprodução de seres humanos e do sistema de relações sociais que mostram padrões específicos e genéricos dos camponeses” (SHANIN, 1980:48).

Compreende-se a reprodução como um processo da dinâmica social, que tende a suprir essas necessidades físicas e sociais que se apresentam no interior da unidade produtiva familiar, o que envolve uma exigência dupla: reprodução para o consumo e reprodução para o mercado, permitindo-se com isso a continuidade da sua posição social.

Cabe acrescentar a esse respeito à consideração que faz Almeida (1986), que distingue um ciclo curto e um ciclo longo na reprodução social. Considera que “aparece a idéia de reprodução da família para si (no curto e no longo), articulada com sua inserção na sociedade capitalista” (ALMEIDA, 1986, p.67). No ciclo curto, a família reproduzir-se-ia de forma anual de modo a considerarem-se os aspectos, fundamentalmente, econômicos, tomando como fato a noção de trabalho-consumo. As estratégias no ciclo longo referiam-se a perpetuação da família (gerações), em uma lógica de parentesco. Deste modo, a família conseguiria dar resposta às pressões econômicas e políticas externas, unificando estratégias de curto e longo ciclo, de maneira tal que lhes permitiria articular-se “no campo externo”.

Junto com a reprodução surgem as estratégias que, mesmo quando se tornam um conceito quase implícito e/ou explícito dos processos de produção, devemos considerar que são geradas no interior do grupo familiar na busca de sua reprodução, obedecendo aos cálculos próprios ou específicos desta unidade de produção. Isto envolve certa forma de organização e planificação que permite aperfeiçoar os próprios recursos em um determinado período (RIVERA, 1989; HARNECKER, 1986).

Para Chayanov, a reprodução sustenta-se, basicamente, na relação de equilíbrio entre produção e consumo. Este fator de equilíbrio não é fixo, dependerá da quantidade de trabalho que varia conforme o tamanho da família. O autor assinala:

La producción del trabajador en la explotación doméstica se detendrá en este punto de natural equilibrio porque cualquier otro argumento en el desgaste de la fuerza de trabajo resultará subjetivamente desventajoso. Cualquier unidad doméstica de explotación agraria tiene su límite natural para su producción, el cual está determinado por las proporciones entre la intensidad de trabajo anual de la familia y el grado de sus necesidades (CHAYANOV, 1974, p.85).

A isto, o autor acrescenta que a relação de equilíbrio entre consumidores e produtores altera-se ao longo do ciclo de desenvolvimento da família. Portanto, este grupo busca, constantemente, manter o equilíbrio entre as unidades de produção e consumo.

Neste sentido, Almeida (1986) realizando uma exaustiva análise da relação de consumo, chama a atenção, para explicar estes processos, sobre a necessidade de efetuar uma análise a partir da mostra heterogênea, em termos de tamanho e composição familiar. Mesmo quando Almeida demonstra uma relação de equilíbrio entre consumidores e produtores, sua perspectiva permanece relativamente longe da incorporação da influência dos elementos externos. O autor revela que é nessa confrontação de consumo-auto-exploração e busca de equilíbrio, que o grupo define suas estratégias de reprodução.

Em geral entende-se esta categoria, “auto-exploração” do trabalho familiar, como um mecanismo utilizado para a reprodução na produção. Ou mais especificamente é definido como trabalho familiar surgido pelas necessidades do consumo familiar. O respeito, Kautsky (1978) indica que o trabalho excessivo não significa, necessariamente, um consumo suficiente para o grupo familiar, manifestando que este excesso de trabalho ou baixo consumo “producen una alimentación sub-humana” (KAUTSKY, 1978, p.116).

Em Chayanov, ao contrário, a reprodução não se dá nesses níveis de privação ou de mero instrumento na geração de lucros para outros setores; a “auto-exploração” está diretamente relacionada com os “ótimos diferenciados”, assinalando que a auto-exploração não significa seu empobrecimento, que pode ser usada em forma instrumental por outros setores para obter maiores ganhos, o que não ocorre com os produtores familiares que utilizam as características próprias do seu meio-ambiente como a disponibilidade de mão-de-obra familiar e o trabalho não remunerado dos vizinhos e parentes para seu bem-estar (SHANIN, 1989). Neste sentido, Chayanov afirma:

Puesto que el estímulo básico de la familia trabajadora para la actividad económica es la necesidad de satisfacer las demandas de sus consumidores, y dado que sus manos son el medio principal para ello, debemos esperar, ante todo, que el volúmen de la actividad económica de la familia corresponde cuantitativamente en forma aproximada a estos elementos básicos en la composición de la familia” (CHAYANOV, 1974, p.56).

Entende-se por “volúmen de la actividad económica todas las formas de actividad económica de la familia, tanto en la agricultura como en la totalidad de las actividades artesanales y

comerciais” (CHAYANOV, 1974, p.56). Isto se encontra relacionado com o número de consumidores (não de trabalhadores) que permitem manter os ingressos e o equilíbrio ou reequilíbrio econômico. Mesmo quando a renda da terra, como categoria objetiva de ingresso econômico, não aparece como tal nos estudos de Chayanov, ela faz-se presente na medida em que existem os fatores que a compõem, tais como qualidade de solo e posição no mercado, fatores da renda diferenciada da terra, que contribuem diretamente para aumentar a produção.

Na medida em que estes (ótimos diferenciados) se apresentam, se reconhece a presença de tamanhos de unidades produtivas distintas, em diferentes regiões e especialidades na agricultura, com níveis tecnológicos distintos (SHANIN, 1989).

Se para Chayanov, a relação consumidor-trabalhadores está relacionada com a idade dos membros da família, Tavares dos Santos (1984) apresenta uma interessante relação em um estudo onde examina o processo de trabalho, especificamente, a “auto-exploração”. Indica que a relação entre consumidores e trabalhadores é explicada por uma relação de exploração externa aos pequenos produtores, como é o capital; desta maneira, o autor resgata as influências externas à família, reconhecendo o caráter subordinado dos produtores familiares ao capital.

Um aspecto relevante no processo de produção é a terra que é vista, fundamentalmente, em seu caráter produtivo e conseqüentemente reprodutivo. Chayanov (1974) indica que, ao se apresentar, relativamente, uma escassez da terra, considera-se que em termos de quantidade e qualidade, isto dificulta a utilização da força de trabalho familiar com a intenção de uma melhor remuneração, motivo pelo qual os produtores familiares intensificam seu trabalho ou adquirem novas terras. Somente os produtores que possuem uma quantidade considerável de terra, têm a capacidade de utilizar a mão-de-obra familiar disponível.

A partir deste enfoque, estabelece-se uma relação entre o tamanho da família e a superfície de terra. No caso estudado por Chayanov, na Rússia, a comunidade distribuía a terra a seus membros considerando suas necessidades, de modo que a terra não era um fator limitante. Nas sociedades capitalistas, a terra é uma mercadoria como qualquer outra; nessas sociedades a pressão do desenvolvimento biológico da família não enflora sobre a quantidade de terra disponível, quando se torna impossível a ampliação da terra à medida que se necessita, ou sua divisão entre os filhos/herdeiros.

Levando em consideração tal fato, o sistema de herança altera-se no caso dos produtores familiares, de maneira que para regulá-lo Chayanov considera importante um rigoroso controle de

ingresso e egresso de mão-de-obra familiar. Assim, para o autor, o produtor familiar “resolve sua ação em uma confrontação interna de avaliações subjetivas. Certamente consideram-se as condições particulares e objetivas que desenvolvem a unidade” (CHAYANOV, 1974, p.112).

No estudo de Heredia (1979), considera-se como foco central a perspectiva Chayanoviana, dando a entender o caráter específico da “unidade econômica camponesa”. Essa especificidade encontra-se na bipolaridade entre a unidade de produção e a unidade de consumo. A categoria unidade de produção e consumo reflete-se na composição “casa-roçado”, o que permite visualizar como as atividades dos integrantes da família se distribui em uma oposição das tarefas, marcando assim, o feminino e o masculino.

Desta forma, Heredia (1979) incorpora o elemento de gênero na distribuição das tarefas dentro do grupo familiar, aspecto que não foi analisado por Chayanov. Por outro lado, Heredia assinala que a utilização de mão-de-obra familiar fundamenta-se nas relações de parentesco dos produtores, constatando, além disso, a existência de certa hierarquia na ordem familiar.

Heredia (1979) revela que, diante das transformações que envolvem a plantação açucareira, o produtor privilegia o consumo familiar para sua reprodução considerando que o “roçado” não produz todos os alimentos necessários para o consumo em forma periódica, o produtor é obrigado a vender produtos do “roçado” para permitir a compra de outros bens. Essa transação realiza-se em nível de “economia mercantil simples”, com o objetivo de assegurar a reprodução da família e é neste sentido que se destaca uma especificidade da unidade econômica.

Sua inserção no mercado leva-nos a confirmar a situação de subordinação a que fica exposto o produtor familiar, isto porque o preço do mercado é regulado por grupos capitalistas toda vez que eles abastecem a demanda do produto. Sem dúvida, a autora não se detém no processo de comercialização, mas sim, no cálculo econômico do produtor para responder ao consumo familiar. Desta forma, mesmo quando os produtos são produzidos e consumidos diretamente, torna-se necessária a venda de determinados produtos (por eles produzidos) na feira.

Porém, como expressa Heredia (1979), o produtor para se manter na feira realiza um cálculo duplo: o que se efetua em curto prazo (semanal) e o outro, chamado “previsão cíclica”, através do qual assegura, ciclicamente, a manutenção de algum produto para por a venda e garantir os bens de consumo. É assim que esta “previsão” diferencia-se do sentido de acumulação internalizada no capitalismo.

Outro elemento a destacar na reprodução, citado por Moura (1978), é o acesso a terra e a sua herança. A autora assinala que a presença das grandes propriedades encarece o preço da terra, tornando difícil sua compra por parte do pequeno produtor, que se v obrigado a alugá-la para assegurar sua qualidade de livre produtor.

A distribuição do patrimônio, idealmente ou supostamente, de uma geração a outra, principalmente a terra, deve ser efetuada de forma igualitária entre os herdeiros, mas ante a escassez da terra isto se torna praticamente impossível, e, em conseqüência, é impossível efetuar sucessivas divisões. Observa-se que a herança da terra constitui-se, em longo prazo, em um elemento substancial dos produtores familiares (LOVISOLO, 1989, ALMEIDA, 1986).

Wolf (1971), reconhecendo a existência de uma lógica interna no pequeno produtor, indica que a terra se constitui em um dos elementos centrais para a reprodução da exploração. Distingue dois tipos de herança: “indivisa” e “divisa”. A herança “indivisa” é dirigida a um só herdeiro, podendo passar ao filho mais velho ou ao mais novo, ou aquele integrante designado pelo chefe do grupo familiar. Qualquer um pode ser o escolhido, o importante é que assim se permite manter a exploração nas mãos de um só sucessor. Wolf (1971) adverte que esta situação dá passo a que existam “herdeiros” e não “herdeiros”, fazendo assim que estes últimos passem a ter um caráter de subordinados caso permaneçam no estabelecimento, ou ainda, provocando seu afastamento. Algumas vezes, principalmente quando a legislação prevê direitos iguais do patrimônio familiar para todos os herdeiros, os que permanecem na terra procuram compensar, financeiramente, ou com outros meios, por exemplo, educacional, aos que não permanecem no estabelecimento. A tudo isto é possível agregar o pequeno tamanho do estabelecimento, que torna impossível sua divisão.

A herança divisível é dirigida a mais de um sucessor e depende do tamanho do estabelecimento que, para Wolf, “se hace viable cuando el grupo familiar pierde cohesión entre si, como asimismo cuando los terrenos son muy productivos y aseguran la presencia del grupo familiar” (WOLF, 1971, p.160). É possível pensar que este tipo de herança permite que cada membro continue com seu processo produtivo. Atualmente, mesmo quando a terra entra em processos sucessivos de herança, torna-se difícil sua contínua divisão já que o tamanho reduzido do terreno põe em perigo a existência do grupo familiar.

Para evitar o fracionamento da terra provocado pelo limite da propriedade, Kaustky (1978) observa que o camponês tinha como tendência diminuir o número de filhos, e a este respeito

menciona: “...en el caso del reparto por igual de la herencia se reduce a tener dos hijos, en la transmisión de la totalidad de la herencia, a un sólo hijo. Los otros están imposibilitados para vivir independientes, formar hogar y educar hijos legítimos” (KAUTSKY, 1978, p.178). Ou como aponta Heredia (1979), por meio da migração que evite a fragmentação da terra. Neste sentido, os filhos decidem abandonar a terra em busca de trabalho assalariado que lhes permita viver.

Em relação ao anterior, Garcia (1983), utilizando um modelo chayanoviano, tenta desvendar as estratégias frente à inserção do capital, para o qual se centra o trabalho familiar. Desta forma, reconhece uma lógica econômica do produtor: produção para o consumo, e não de acumulação. Estima como obstáculo ou inibidor da produção a escassez da terra, revelando o desequilíbrio existente entre terra e mão-de-obra. É nesse sentido que se contrapõe ao equilíbrio teórico de Chayanov. Por outro lado, considerando a posição social dos produtores, assinala que as estratégias são variadas.

Em outro estudo, Garcia (1989) revisa a validade dos conceitos do trabalho familiar, estimando a diferenciação apresentada. O autor, a respeito disso, indica:

Particularmente no caso da acumulação dos agricultores, é exatamente a referência constante a auto-exploração do trabalho doméstico, confrontada com o consumo socialmente necessário, que permite determinar a sua direção e as estratégias postas em prática (GARCIA 1989, p.271).

Garcia (1989) observa as estratégias e suas variações em relação às trajetórias do produtor na agricultura. A esse respeito, o autor relaciona a influência das estratégias de um e outro setor; entre o senhor da fábrica e os agricultores, entre dominantes e dominados, em um processo de transformação social. Em seu estudo, demonstra que a especificidade do produtor em “trajetória ascendente” se manifesta na produção-consumo, para o qual estima o consumo socialmente necessário e a disponibilidade da força de trabalho. Portanto, argumenta que isto não significa a presença de uma economia natural ou autárquica, os produtos obtidos podem surgir da produção direta, como também, da venda dos produtos para o consumo ou a combinação diversa de sua produção.

Garcia (1989) dá a entender que se não existisse tal orientação, seria difícil explicar a não especialização por parte do pequeno produtor em determinados produtos. Diante disso, observa que tal fato ocorre toda vez que a produção é marginalizada, fundamentalmente, ao consumo

socialmente necessário, o qual, por sua vez, é regulado pelo número de membros, o sexo e a idade. Uma sutil e relevante diferença entre Garcia e Chayanov deriva do fato de que Garcia tenta ver nas estruturas sociais um delimitador do cálculo da auto-exploração, de tal maneira que, sem desconhecer a validade de Chayanov, outorga-lhe papel preponderante na análise da produção das relações sociais que permitam sua existência, ou seja, analisa não somente a lógica do cálculo familiar, como também reconhece as reações que estabelecem estas unidades para sua reprodução.

Por outro lado, o autor chama a atenção para a importância de certos determinantes internos no equilíbrio consumo-trabalho familiar; como a presença de crianças, doentes, anciãos, filhos de diferente sexo, os quais não são produtores e sim consumidores, aspectos que são considerados na utilização da força de trabalho quando existe demanda ou oferta. É nessa confrontação de consumo e auto-exploração e seu equilíbrio que o grupo familiar define suas estratégias.

Nessa perspectiva, Almeida, tendo como referência a Chayanov, vê e questiona as diferentes estratégias e objetivos dos produtores familiares. Um dos aspectos pleiteados refere-se “até onde a unidade técnica é fechada em si mesma na utilização de mão-de-obra, e se esta corresponde a algum tipo de família específica. Outro assunto tem relação com a composição da família, como determinante do volume de produção” (ALMEIDA, 1986, p.72).

Diante da racionalidade econômica, Almeida põe em questão a individualidade assinalando a existência de padrões culturais. Por exemplo, diante das mudanças do preço do produto, em curto prazo não haveria uma nova disposição no plano interno, já que se apresentariam elementos próprios da tradição, como a escolha dos cultivos e a divisão das tarefas por sexo.

Até aqui, os estudos revisados apontam para a ênfase econômica e extra-econômica, na busca da reprodução dos produtores familiares.

1.4. Problematização

Considerando o exposto, reconhece-se a presença conjunta do capital e os produtores familiares. Para alguns, os produtores familiares constituem-se em uma “realidade única” ao capitalista; para outros, constituem-se meramente em um exército de reserva para a indústria, na agricultura, sendo que neste sentido diferenciam-se, socialmente, em pequenos burgueses e proletários (GEANDO, 1990; LOUREIRO, 1987).

Apesar de que as posturas tendem a ser relativamente desiguais, coincidem ao avaliar que os produtores familiares se encontram em uma relação de subordinação, de modo formal ou informal, ao capitalismo (BENGOA et al., 1989; CROUCH; JANVRY, 1979; GARCIA, 1983; HEREDIA, 1979; TAVARES DOS SANTOS, 1984; SOARES, 1981), entendendo, além disso, que cada dia fica mais longe a idéia de um produtor familiar sustentado por uma economia autárquica.

Compreende-se que os produtores familiares se encontram conectados com a economia, e por sua vez, com o processo de modernização agrária sob forma de subordinação direta ou indireta, enquanto que sua história, enquanto classe localiza-se em tempos e espaços específicos, definindo-se como tal em relação a outras classes ou grupos sociais específicos (MARX, 1972; SOARES, 1981; STAVENHAGHEN, 1978; THOMPSON, 1987).

Tomando em consideração que as classes sociais mudam no tempo, que se transformam em direta relação com as transformações sociais e que revelam e refletem a essa sociedade em sua trajetória, cabe perguntar-se como as transformações ocorridas no espaço agrário de Collipulli tem afetado os produtores familiares, especificamente, aos “parceleros” (provenientes da reforma agrária). Especificamente, a questão central é saber como as transformações sociais derivadas do processo de modernização, têm afetado a capacidade de reprodução social dos produtores familiares e sua relação com outros grupos sociais, no mesmo espaço social agrário, relações estas, intermediadas pela posse da terra e acesso a recursos estatais.

O Estado chileno implementou uma política de modernização mais intensa, a partir da década de sessenta, a qual tem tido distintas expressões em torno da propriedade e posse da terra, como também, créditos e assistência técnica, elementos centrais na política agrária no transcurso dos últimos vinte e cinco anos. A ação modernizadora do Estado tem provocado claras mudanças no espaço agrário, mudanças que se encontram presentes nos próprios produtores familiares.

Se bem que com isto é possível obter uma visão geral da posição que assumem os produtores, o certo é que a partir desta perspectiva teórica, não são tratadas outras distinções próprias dos produtores, de modo que permita aprofundar as perspectivas de reprodução social diante dos processos de transformação. Em outras palavras, somente a análise da trajetória social não é determinante para conhecer as perspectivas de reprodução social, por isso a necessidade de incorporar a heterogeneidade interna dos produtores a fim de complementar os elementos externos com os quais se enfrenta o produtor familiar.

Se por um lado busca-se analisar um processo de transformação a nível macro social, por outro lado interessa saber como as transformações influem na diferenciação social dos produtores, da perspectiva de quais são as condições de reprodução social (socialmente diferenciados) e as estratégias empreendidas para isso. Em outras palavras, visualizar como, a nível mais micros social, os produtores tem-se visto afetados por estes processos.

Teoricamente, observa-se que a transformação social contém processos diferenciados, que atuam sobre as características de um determinado grupo. Nesse sentido, Lovisolo (1989), baseando-se nesta categoria, indica todo um leque de possibilidades que vai desde os pequenos burgueses aos proletários, passando a denominar tal processo como “diversificação” e não diferenciação, apontando com isso os aspectos econômicos e sociais.

Consideram-se o processo de diferenciação social no qual se demonstra as posições que ocupam os diferentes atores no espaço agrário, especialmente, os produtores familiares enquanto integrantes de uma classe social. Neste sentido, desde a perspectiva neo-marxista, utiliza-se a contribuição de diferenciação como um aspecto que permite vislumbrar a trajetória dos “parceleros”.

Além da diferenciação social vertical tradicional, Sorj (1980) denomina diferenciação social horizontal às diferenças produzidas entre os camponeses, considerando o acesso a recursos produtivos. Esta concepção flexibiliza a noção de diferenciação social como foi formulada por Lenin (SORJ, 1985).

Geralmente, quando se pretende estudar os processos globais ou estruturais desde uma perspectiva marxista para-se na porta de entrada da casa dos produtores familiares, já que ela não se aprofunda na ação de sua estrutura interna. Daí a necessidade de complementar com a teoria de Chayanov que, como já foi visto, desenvolve como categoria central a utilização do trabalho familiar, tendo assim a incorporação de uma dimensão complementar para ver e explicar os fenômenos sociais.

Com estes elementos como centrais, os produtores familiares têm características próprias e especiais, apresentando uma heterogeneidade endógena no que diz respeito às características internas da produção familiar, e exógena referente às diferenciações sociais derivadas das condições econômicas. Portanto, considera-se a família no seu tamanho e composição. Incorporando os diversos elementos diferenciadores, questiona-se a forma como os produtores familiares reagem, e que tipo de estratégias diferenciadas ou não utilizam para sua reprodução ante o processo de

transformação. O conhecimento dessas estratégias constitui-se em um elemento heurístico para a compreensão da lógica do produtor ante a reação de fatores externos.

Além disso, pretendem-se conhecer quem são os que desenvolvem estratégias de intensificação de mão-de-obra, trabalho assalariado, permanente, temporal, atividades agrícolas comunitárias; os que efetuam mudanças na produção agro-pecuária combinando-a com a produção silvícola; quem comercializa seus produtos no mercado (comércio, feiras); quem aluga a terra a outros, e como se distribui a herança da terra (recai no filho mais velho, no mais novo), e a presença de herdeiros legais e ilegais para a manutenção da terra.

Em resumo, pretende-se saber em que medida o processo de transformação social derivado do processo de modernização agrária tem afetado a composição das classes sociais, e a relação dos produtores familiares com as demais classes que atuam no espaço agrário. E se isto tem levado a uma diferenciação social entre os “parceleros”, e que tipo de estratégias de reprodução social utilizam, de maneira que se possa perceber suas perspectivas de reprodução social futura, em um espaço social agrário em transformação.

1.5. Objetivos e Hipóteses

Os objetivos pleiteados no estudo identificam-se da seguinte maneira:

Objetivo Central:

- Examinar como o processo de transformação social tem interferido na composição das classes sociais e suas relações, como também, as conseqüências que este processo traz sobre as perspectivas de reprodução social dos produtores familiares no espaço social agrário.

Objetivos Secundários:

- Analisar as alterações das relações sociais entre os “parceleros” e outras classes sociais na reforma agrária e contra-reforma, considerando o acesso aos recursos econômicos e sociais disponíveis por parte do Estado.

- Analisar como os produtores familiares, de acordo com suas condições de reprodução social, disputam à posse e o uso da terra com o empresário florestal, principal ator do processo de transformação.
- Examinar as diferentes estratégias que desenvolvem os produtores familiares para sua reprodução social, conforme a relação estabelecida com a terra e outros meios de produção.

Hipóteses

As hipóteses que conduziram à pesquisa partem de uma hipótese central:

Hipótese Central

- O processo de modernização agrária promovido pelo Estado chileno provoca conseqüências no espaço social agrário da Comuna de Collipulli, modificando a composição das classes sociais agrárias e as relações sociais que estabelecem entre elas, bem como as perspectivas de reprodução social dos produtores familiares.

Hipóteses Secundárias

- As diferentes classes sociais (camponeses, latifundiários e empresários florestais), estabelecidas no espaço social agrário, entram em disputa pela distribuição dos recursos sociais e econômicos disponíveis por parte do Estado (no período da reforma agrária os produtores familiares são beneficiados, como resultado de forças sociais políticas excepcionais, o que altera a relação entre eles e outras classes sociais. Com a contra-reforma agrária, os produtores familiares são deslocados pela chegada de novos atores sociais).
- Com a inserção das empresas florestais neste espaço agrário, os produtores familiares entram em disputa pela posse e uso da terra, gerando estratégias diferenciadas conforme suas próprias condições de reprodução social.

- As estratégias produtivas que desenvolvem os produtores familiares são provocadas por uma relação familiar diferenciada de acesso e possibilidade de terra e outros meios de produção, bem como pelo tamanho e composição familiar, as quais resultam, junto à sua história, ser indicativas das perspectivas de reprodução social.

1.6 Método e Técnicas de Coleta de Dados

Como já foi mencionado, nas últimas três décadas tem-se registrado mudanças devido ao processo de modernização agrária dispensado pelo Estado, através de políticas creditícias e distribuição da terra, quando foi necessário reconstituir essa dinâmica de transformação por meio de relatos dos produtores familiares.

De acordo com as propostas deste estudo, utilizou-se o método de estudo de caso, que permite captar a complexidade da dinâmica em que se desenvolvem os processos de mudança pelos quais têm passado os produtores familiares, identificados e auto-identificados como “parceleros” na Comuna de Collipulli.

A escolha do método de estudo de caso obedeceu às peculiaridades da proposta de pesquisa com a qual se pretendeu captar as transformações das trajetórias, diferenciações e perspectivas de reprodução social dos produtores familiares. O estudo de caso, dadas suas peculiaridades, permite efetuar uma reconstrução sociológica dos processos sociais, já que se considera a realidade como uma totalidade, incorporando a perspectiva histórica dos processos (TAVARES DOS SANTOS, 1984).

Ao considerar a realidade como uma totalidade, nela se reconhece as mudanças estruturais e conjunturais. Sem dúvida, é impossível considerar em termos teóricos, uma explicação do todo; é por isso que só se tem concentrado o problema na trajetória e nas perspectivas de reprodução dos “parceleros”. Sendo assim, é possível reconstituir por meio dos seus relatos, a trajetória dos “parceleros”, o que permite ter uma explicação da realidade que não é simplesmente descritiva, pois os elementos que compõem o objeto de estudo revelam relações entre si.

Dado o caráter sociológico do estudo, se utilizaram técnicas diferenciadas e complementarias que permitiram analisar a realidade de forma sistemática e específica. Obteve-se a recopilación do material mediante um trabalho no local, com a necessidade de permanecer na Comuna por um

período de cinco meses. A estada em cada um dos três setores de trabalho requereu parte importante deste tempo, o que facilitou a recopilação da informação.

Uma vez instalada na Comuna, efetuou-se um levantamento sócio-econômico da localidade, para verificar as grandes mudanças sucedidas nos últimos vinte e cinco anos com relação ao processo de modernização, especificamente, centrada na posse da terra, na mecanização e no apoio creditício por parte do Estado.

Para isto, analisaram-se documentos estatísticos que permitiram examinar certos aspectos sócio-econômicos como: propriedade e posse da terra, mecanização, população economicamente ativa, aspectos demográficos e crescimento empresarial na Comuna, especialmente, as florestais. Estes dados foram obtidos através das seguintes fontes: a) Servicio Nacional de Estadística, que permitiu uma comparação dos dados entre o censo 1970, 1982 e 1992; b) Municipalidad de Collipulli; c) Servicio Nacional de Impuestos Internos (Angol); d) Corporación Nacional Forestal (CONAF Temuco-Angol); e) Servicio Regional de Planificación (SERPLAC-Temuco); f) Cooperativa COMULCO (Collipulli); g) Comisión Regional de Medio Ambiente (COREMA); h) Biblioteca Municipal (Collipulli); Servicio Agrícola Ganadero (Angol); Instituto de Desarrollo Agropecuario (INDAP Temuco-Collipulli).

Ao mesmo tempo, estabeleceu-se uma primeira aproximação e contato com os produtores familiares através da criação de uma rede de vínculos com representantes de instituições e organismos que desenvolvem trabalho rural na Comuna, tais como: Município de Collipulli (Programa de Desenvolvimento Agrícola Comunal, Departamento de Serviço Social), Departamento de Ação Social dependente da Igreja Católica, o Instituto de Desarrollo Agropecuario (INDAP), Cooperativa COMULCO y Servicio Nacional de Salud.

Partindo do anteriormente citado, realizaram-se entrevistas abertas com informantes chaves (três dirigentes camponeses, dois professores, dois engenheiros florestais, um empresário agrícola, um funcionário estatal), que permitiram o máximo de informação a respeito das modificações sucedidas na Comuna, como aspectos referentes às modificações surgidas pela reforma agrária, alinhamentos de INDAP, chegada das empresas florestais, variação da fonte de emprego, enriquecimento ou empobrecimento dos produtores familiares. O relacionamento individual e direto com os dirigentes, e posteriormente com os produtores familiares no local, permitiu o estabelecimento de um clima de confiança com os parceleiros.

Com a informação reunida, obteve-se um quadro geral das mudanças da Comuna além da visão global dos tipos de produtores familiares afetados.

Em seguida, selecionaram-se os produtores familiares com os quais se trabalhou durante toda a pesquisa. Para isso, consideram-se os seguintes critérios: “parceleros” derivados da reforma agrária, diferentes ciclos de vida, distintos tamanhos familiares, diferente composição e chefia familiar, não mapuche, proprietários de 0,5 a 110 hectares físicos, com moradia em três setores geográficos: “Surco y Semilla”, “Canadá” y “San Jorge”, localizadas ao Oeste da Comuna de Collipulli (ver Mapas II, III, IV, V, anexos).

Neste processo efetuou-se a aplicação do questionário para verificar sua confiabilidade e adequação ao objeto do estudo, considerando suas características. Posteriormente, efetuaram-se algumas correções de forma (especialmente adequação de linguagem) ao instrumento, para posterior aplicação. Em cada setor, a pesquisadora foi acolhida pelas famílias, permanecendo em suas casas durante o tempo de coleta da informação. Esta foi, sem dúvida, uma instância que permitiu conhecer a forma como têm visto e vivido os processos de transformação do setor, lugar onde dividiam suas avaliações, perspectivas e sonhos com respeito ao espaço agrário que habitam.

Realizaram-se trinta entrevistas com produtores familiares, avaliando-se que com relação às questões centrais da pesquisa, a mostra foi suficiente para caracterizar as variações existentes entre os produtores. Realizou-se a entrevista com o chefe da família, com a presença do cônjuge (nos casos de sua existência), ou com algum outro membro da família, cuidando assim que a informação fosse confiável e participativa. Esta técnica permite ao pesquisador orientar, sutilmente, a informação aos tópicos específicos (QUEIROZ, 1988). Desta maneira, a entrevista esteve centrada em captar antecedentes históricos da vida dos “parceleros” nos distintos períodos por eles vivenciados neste espaço. Portanto, a entrevista permitia colocar o contexto histórico de interesse na pesquisa. Cabe indicar que ao tratar com os entrevistados primeiro à trajetória de suas pequenas histórias inseridas na história social, abriu-se a confiança com o grupo familiar, o que, por sua vez, tornou mais leve o momento de aplicar o questionário.

Os relatos foram aparecendo, preferencialmente, de forma sequencial no tempo, considerando as grandes mudanças associadas à modernização agrária na Comuna, presença das classes sociais no espaço social agrário, relações sociais, variações na posse da terra, tipo de produção, variações no uso da força de trabalho, variações na comercialização (venda dos produtos

na feira, comércio estabelecido), variações em volta do tipo de cultivo, percepção das mudanças e suas aspirações quanto às formas de herança.

Com alguns entrevistados, a seqüência histórica era marcada pela própria relevância que esta integrava sua vida como produtor familiar e isto foi considerado como parte do tipo de entrevista, o que deixa ao entrevistado a liberdade para descrever sua experiência a respeito do assunto tratado (THIOLLENT, 1980, apud FROTA, 1990).

Os relatos foram gravados sob prévia consulta e aprovação dos entrevistados, com uma duração, em média, de sessenta minutos cada uma.

Em uma segunda visita, em acordo anterior com os entrevistados, aplicou-se o questionário aos trinta produtores familiares para tomar dados quantitativos a respeito da estrutura interna dos produtores familiares, referentes aos aspectos e características próprias do grupo familiar, considerando as variações no tempo.

Simultaneamente, utilizou-se a observação simples como técnica permanente ao longo da pesquisa, suas diversas formas diante dos diferentes momentos, e estabeleceram-se, basicamente, duas instâncias: uma, para a obtenção de maior informação e aproximação da Comuna e até dos produtores familiares, e, por outra parte, a técnica permitiu acionar as outras técnicas, de maneira fluida. Portanto, assumiu-se a observação simples como técnica cotidiana da pesquisadora, o que permitia atenção ao reconhecimento constante dos pontos relevantes e significativos, que foram registrados num caderno de campo onde se anotou o curso da pesquisa de campo, bem como os questionamentos e as reflexões permanentes da pesquisadora no curso do processo.

Uma vez recolhida a informação, o material gravado foi transcrito e analisado pela pesquisadora, tendo como base-padrão as considerações para uma “análise biográfica sociológica”¹⁴. Analisaram-se dois momentos chaves: a) transcrição e segmentação dos relatos - abordou-se a análise considerando uma segmentação temática para extrair, cronologicamente, as mudanças; b) abstração analítica - com os dados obtidos, realizou-se uma reinterpretação analítica deles. O estudo dos relatos permitiu analisar a diferenciação entre eles.

É importante lembrar que os relatos e afirmações dos entrevistados, representam sua percepção da realidade e que, portanto, encontram-se traspassada pelo seu atual conhecimento e

¹⁴ Gerard Riemann, curso sobre “Análise biográfica Sociológica”, Departamento de Sociología. UFRGS, 1991, Gerard RIEMANN y SCHUTZE. Some notes on Student Research Workshop on “Bibliography Analysis of Social Worlds” In: Bibliography Society. Newsletter, n. 8, July 1987, p. 54-70.

emotividade. Por isso, este relato esteve, permanentemente, contrastado com a informação bibliográfica referente aos processos históricos, precisando desta maneira, determinados pontos que o entrevistado relatava.

Para a análise do questionário, foi necessária a realização da tabulação de dados, os quais, posteriormente, foram trabalhados no programa para as ciências sociais (SPSS), obtendo-se informação das variáveis mais relevantes.

Por último, é conveniente advertir a respeito de algumas das limitações do estudo de caso, com referência as dificuldades para trabalhar os dados na elaboração de quadros e gráficos, já que só se trabalhou com base a trinta informantes. Por outro lado, os resultados da pesquisa adquirem um caráter bastante modesto quanto a sua generalização, dado o número reduzido dos informantes. Mesmo assim, a partir da pesquisa social o estudo de caso, permite diminuir a distância do desconhecimento da realidade social “collipullense”.

CAPÍTULO II: OCUPAÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL AGRÁRIO

O perfil da estrutura agrária no plano nacional explica-se, em grande medida, pela intervenção do Estado através de diversas políticas agrárias presentes em toda sua trajetória histórica. Nessa trajetória existem períodos fundamentais, tanto que do século XVII a inícios do século XX a organização agrária apresenta-se, de forma relevante, sob o regime latifundiário, com diversas variações no tempo e no espaço¹⁵.

A chegada do século XX traz grandes mudanças estreitamente ligadas aos processos políticos e econômicos do país. Neste século, chama a atenção a duração do regime latifundiário que expira com o surgimento da reforma agrária, processo em certa medida interrompido e que abre passo ao desenvolvimento econômico do modelo neoliberal no espaço agrário.

Para qualquer observador, em uma primeira instância, estes três períodos surpreendem por parecerem contraditórios entre si, e ainda mais quando uma geração de produtores é testemunha e parte de tais transformações. Sendo assim, é possível encontrar tais mudanças na história dos próprios produtores – “parceleros collipullenses” - que têm vivido um passado transplantado para o presente, através de um discurso junto com suas projeções e sonhos. Deste modo, eles refletem a diversidade histórica contida no tempo. A partir daí, compreende-se o tempo como um tempo social variável, no qual a multiplicidade de histórias forma a história dos produtores familiares.

O resgate das diversas histórias, por meio dos antecedentes e relatos, permite demonstrar a conformação histórica de um segmento dos produtores familiares, especificamente, os “parceleros”. Tal denominação surge como uma derivação do processo de reforma agrária, e se constituíram como tal pelo processo “pré e pós reforma agrária”, o que lhes há outorgado uma diferenciação entre os distintos grupos sociais.

A reconstituição conte a existência de um tempo longo e um tempo curto. Compreende-se como tempo curto, os fatos cotidianos que estão ligados a um tempo longo, o qual, por sua vez, encontra-se estreitamente ligado a estrutura; de certa forma, o tempo longo subordina os fatos de curta duração (BRAUDEL, 1978).

¹⁵ As “fazendas, latifúndios e grandes propriedades rurais” são entendidos como explorações da grande propriedade.

O tempo, entendido como dimensão necessária, permite ver os momentos transcendentais marcados pelas rupturas, as quais por sua vez dão lugar ao surgimento de outros, nos quais se aprecia essa diversidade em todas suas dimensões. A partir desta premissa se indicará, em linhas gerais, as principais mudanças e elementos que caracterizam a agricultura a nível nacional, para posteriormente ir reconstituindo a história dos produtores familiares na Comuna de Collipulli, com a finalidade de mostrar a trajetória social dos “parceleros de Collipulli”, e suas posições com relação ao acesso a terra e às políticas de Governo.

2.1. Considerações Gerais Sobre o Sistema Latifundiário no Chile.

Considerando que os “parceleros” provêm de um sistema de inquilinato, a continuação apresenta-se um breve relato deste sistema a nível nacional, para logo centralizá-lo na Província de Malleco, a qual pertence a Comuna de Collipulli.

Durante o período colonial do Chile (séculos XVI a XVIII), a agricultura, progressivamente, passou a constituir-se na principal atividade econômica, levada a cabo pela implementação das “encomendas” e os “benefícios” como formas primárias de organização e posse da terra¹⁶. Em fins do século XVIII e início do século XIX forma-se a sociedade latifundiária na zona central do país, como resultado da decomposição das “encomendas” (BENGOA, 1985). Contudo, alguns autores, como Kay (1986), baseando-se na aceitação da historiografia neste sentido, assinalam que ela surge tanto das encomendas quanto dos benefícios.

O surgimento do sistema de inquilinato é compreendido, segundo Kay (1986), pela necessidade dos fazendeiros de contar com mão-de-obra barata em períodos em que o cereal (trigo), se constituiu na produção mais rentável. Bengoa (1988) argumenta que foi, precisamente, a passagem da produção de rebanho de gado (estância) - que caracterizou no início, a atividade

¹⁶ As “mercês” foram as primeiras formas de repartição da terra na chegada dos espanhóis. Em sentido estrito, as mercês caracterizaram-se por ser um documento de índole legal de posse da terra outorgado pela Coroa Espanhola. O objetivo da Coroa era confirmar suas conquistas, receber impostos pelas terras e recompensar aos conquistadores. Posteriormente, surgiram as doações diretas de terras, dirigidas a cavaleiros e soldados que tiveram relevância especial nas zonas fronteiras com os indígenas. A “encomenda” foi originalmente concebida como uma forma de tutela dos povos indígenas, já que através dela o rei os “encomendava” ao seu cuidado e em troca, o comissário cobrava dos indígenas o imposto que deviam pagar a Coroa. Este imposto se pagava especialmente com trabalho. Inicialmente os “encomendados” trabalhavam na exploração dos lavadouros. Os comissários que não receberam terras se dedicaram à agricultura, utilizando terrenos baldios ou ainda expulsando os indígenas de suas terras. Dessa maneira, com o tempo, a “encomenda” derivou na apropriação da terra.

produtiva das fazendas - a monocultura do trigo, o que gerou a necessidade de assentamentos permanentes no campo, e que vão permanecer até metade do século XX.

Por outro lado, Gazmuri (1970), indica que o surgimento do inquilinato derivou de uma forma de posse, paralela as existentes no século XVII, que consistia nos “empréstimos de terra”, isto é, os fazendeiros traspassavam aos espanhóis pobres ou mestiços, terra em troca de uma renda. Com a abertura da agricultura para a pecuária, estes empréstimos constituíram-se em aluguéis com rendas mais elevadas, exigindo serviços de pessoal para a manutenção da fazenda. Precisamente nesse momento surge o sistema de inquilinato.

Baraona (1983) assinala em um estudo efetuado na Comuna de Putaendo, Região Central, que a procedência se dá pelo empobrecimento dos pequenos produtores que iam oferecer seus serviços naqueles períodos “críticos”, para assim evitar o risco ao qual estava exposta sua produção agrícola. Isto poderia significar que a causa do surgimento do sistema de inquilinato, não obedeceria a uma única determinação ao longo do país. Diversos autores coincidem que, uma vez formado e estabelecido este regime, provocam-se relações sociais que se encontram delineadas por certa bipolaridade, qual seja, de um lado a figura do “patrão” da fazenda, senhor e dono das grandes extensões de terreno, e por outro, os inquilinos como trabalhadores dependentes.

O sistema de inquilinato como tal, passou a institucionalizar-se no século XVIII, época em que se manifestou uma variação na organização do trabalho pelo aumento da população no interior da propriedade. Tal aspecto é expresso através de contratos alusivos a uma transferência conceitual dada pela transformação da renda, pois o “arrendatário” que antes pagava suas dívidas em trabalho, agora é denominado “inquilino” (KAY, 1986).

Cabe destacar que os inquilinos não se constituíram na única forma de relação laborou, senão que esta relação foi a mais permanente dentro da fazenda. Na Região Central do país, entre os anos 1865-1930, o número de empregados diaristas é superior ao número de inquilinos.

**Tabela Nº 1 - Estimativa de população e ocupações agrícolas no Chile central
1865-1930**

Ocupação	1865	1930
Inquilinos	30.000*	59.000
Trab. domésticos	5.000*	18.000
Mão-de-obra por dia	25.000	133.000
Pop.marginal, sob- emprego	35.000	8.000
Total população rural	952.000	1.047.000
Total população	1.252.000	2.375.000

(*) Cifras estimativas.

Fonte: Censo de 1865 e 1930; Bauer, 1975, citado por Vio-Grossi, 1990:130.

A tabela mostra, em certa medida, a fragilidade e dependência as que estavam expostos os diversos empregados agrícolas contratados pelo latifundiário; por outro lado, os inquilinos constituíram-se na base piramidal da estrutura de trabalho da fazendeira.

Kay (1986) distingue como atores principais, o latifundiário e os camponeses. Enuncia que os camponeses constituíram-se em economias internas ou externas beirando a grande propriedade; neste sentido expressa que quem compunha fundamentalmente a economia interna, eram os inquilinos, enquanto que as economias externas estavam formadas por camponeses com terras que se localizavam fora da grande propriedade, cujo vínculo estava estabelecido pela venda de mão-de-obra.

Para Vio Grossi (1990), o inquilino do século passado era um “produtor agrícola” que utilizava principalmente mão-de-obra familiar para colocar seus produtos no mercado, mas que se mantinha subordinado ao poder do patrão, a tal ponto que sua identificação estava estreitamente ligada ao espaço físico da fazenda. Desta maneira, as relações criadas neste regime iam além do econômico; constituíram-se aí relações sociais impregnadas de valores, lealdades e submissões.

A condição para a posse da terra, que conformava o binômio “latifúndio e minifúndio”, seria, segundo Cereceda (1984), um elemento explicativo da permanência do fazendeiro toda vez que as relações sociais estabelecidas impediam ao camponês apresentar reivindicações como grupo social.

Ao contrário, a classe social composta por latifundiários, constituiu-se como tal no eixo central das relações de poder a nível nacional, e que fica manifestado na sua consolidação no poder político de 1854, com 41% de latifundiários como parlamentares (GÓMEZ, 1982). Esta incidência lhes permitia legislar a seu favor e manter as relações de trabalho no campo. Como resultado,

mesmo quando se contou com a presença de conhecidos políticos avançados, não se pode efetuar maiores mudanças na estrutura agrária, pelo compromisso que mantinham também com o controle da terra.

No estudo de Cereceda (1984), avalia-se que o significado da terra, contido nos latifundiários, ia além de ser um meio de produção; era utilizado como um meio de significação social e de poder político. Desta forma, a propriedade da terra constituía-se no eixo para formar seu poder no espaço agrário, o que se viu consolidado entre 1844 e 1860, período de glória, pela expansão do mercado de exportação de grão. Este fato provocou um aumento da produção e gerou uma abertura no mercado de trabalho no campo; isto envolveu a necessidade de contar com mais mão-de-obra, o que levou a exigir dos inquilinos uma situação de “peão obrigado” - este era um trabalhador assalariado que recebia seu pagamento, na sua maior parte, em espécie.

No final do século XIX, produz-se uma diminuição do preço do cereal no mercado exportador, o que repercutiu negativamente na agricultura provocando um aumento de migrações, preferencialmente, aos centros salitreiros. Mesmo assim, o crescimento da produção foi superior ao crescimento populacional da época (KAY, 1986). Por outro lado, a crise motivou a incursão e produção da policultura por parte de certos fazendeiros. Neste período, como forma de assegurar mão-de-obra, aumentaram as ‘medirias’. Esta estratégia foi usada pelos latifundiários em determinadas zonas, e essencialmente, em cultivos extensos. Segundo Grossi, isto ocorria com “el fin de obtener arriendos en especies, así como para minimizar los pagos en dinero al disponer de alimentos para abastecer a sus trabajadores, y a fin de retener en las tierras a los trabajadores más destacados” (GROSSI, 1990, p.130).

Diante de tal fato as fazendas continuavam com a garantia de mão-de-obra a baixo custo, o que em parte limitou a incorporação da mecanização, que também se viu influenciada pelo encarecimento da sua importação. Sem dúvida, algumas fazendas incorporaram novas tecnologias e cultivos industriais, aspectos que contribuíram a certa diferenciação interna entre as fazendas no final do século XIX e começo do século XX.

Das fazendas surgia, por esta época, a maior produção agrícola para o abastecimento local, nacional e, também, externo. Enquanto que os pequenos produtores familiares, dependentes em grande medida do latifúndio para a sua reprodução, chegavam a colocar só alguns de seus produtos no mercado interno, a níveis bastante inferiores, como um modo de assegurar sua subsistência.

A partir do momento que a agricultura não traz nenhum aporte ao produto geográfico bruto (PGB) como no século passado, é substituída pela mineração. O Estado destina recursos provenientes da exportação do salitre para a agricultura, traduzidos em créditos que contribuem ao aumento das áreas semeadas e produção para o mercado interno e exportação (GÓMEZ, 1988).

No período em que se produzia um alto volume das exportações de trigo, entre 1841 e 1855, o Estado começou a fomentar, além disso, a colonização da “Frontera” depois de duas décadas da “pacificação da Araucanía” e assim aumentar a fronteira agrícola¹⁷. Agregue-se a isso a crise da agricultura que produz um forte processo migratório na década de setenta do século passado, até os centros mineiros e, posteriormente, até o sul, traspassando a Fronteira¹⁸.

2.2. Ampliação da Fronteira Agrícola

Se bem que a monocultura do trigo e sua exportação significaram uma época de auge da acumulação de capital na zona central, não era o que se via da “Frontera” ao sul com a devastação da floresta natural a fim de ampliar a fronteira agrícola. Neste sentido, Bengoa descreve: “Así como en el pasado fue triguero, desde otro punto de vista se puede definir como un siglo de incendios forestales provocados” (BENGOA, 1988, p.215).

A colonização estende-se, assim, em meio às queimadas realizadas, geralmente, nas zonas mais distantes dos povoados e linha férrea¹⁹. Entre 1910 e 1930 a destruição de florestas da região alcançou a 25.000 hectares aproximados por ano (PERALTA et al., 1992). Segundo Opazo (OPAZO apud.PERALTA, 1992) , em Malleco limpam-se 350 mil quadras equivalente a 465.000 hectares, por meio de queimadas.

¹⁷ A “Pacificação da Araucanía” refere-se ao fim da guerra entre mapuche e chilenos. Sua denominação é contraditória já que a “pacificação” significou a intervenção de contingentes militares para enfrentar os mapuche e iniciar o processo de colonização. Em 1887, no governo de Balmaceda criou-se por decreto a “província” de Malleco, encerrando-se sua condição de estado de assembléia em que se havia desenvolvido, pondo fim ao regime militar da fronteira. Segundo Ferrando (1986) este fato significou o início da “paz” na região. Na verdade, veio a significar a perda progressiva da terra para o povo mapuche.

¹⁸ Em termos geográficos a Fronteira Sul envolvia o território correspondente entre os rios Bío-Bío e Toltén, que desde o século XVI era ocupado pelos indígenas mapuche. Segundo o Parlamento de Quillen, a Coroa Espanhola reconheceu este território como do próprio povo mapuche.

¹⁹No Chile, denominava-se “roce” a limpeza do terreno a través da queimada e podia ser de um viveiro colhido, resíduos da ceifa, erva-daninha ou mesmo bosque. Supõe-se que a cinza que cobre o solo serve de fertilizante. Proveniente de uma antiga cultura denominada pelos antropólogos de “roza, tumba y quema”, empregada em zonas semi-florestais ou tropicais, onde se utiliza a queimada para limpar o terreno, derrubar as árvores e semear. Trata-se de uma agricultura itinerante (BENGOA, 1988. Tomo I)

Neste processo para a ocupação da terra, a extração e eliminação do bosque foi uma condição determinante para valorizar a propriedade agrícola, existindo, desta forma, uma relação direta entre a destruição de florestas e o melhoramento de preço da terra. O uso indiscriminado da queima de lenha e o desaparecimento paulatino da variada densidade e diversidade vegetativa, foram elementos suficientes que contribuíram para se legislar a respeito das áreas arbóreas. Para tais efeitos, criou-se uma lei em 1872 que pretendia racionalizar este recurso “para limpiar la tierra”.

O conjunto de regulamentos adaptado da realidade européia, dificilmente conseguiria dar conta da realidade sul-americana e sua aplicação viu-se limitada por esta inadaptabilidade. Em 1933, ordenou-se uma nova lei com a idéia de controlar a existência do bosque nativo, e que contemplasse uma estrutura para fomentar a atividade florestal com caráter econômico, já que na época se privilegiavam as atividades mineiras ou industriais como principais fontes de ingressos nacionais. Por outro lado, a exploração do bosque nativo permitiu, em certa medida, baratear custos no processo de colonização e abastecimento das necessidades industriais da época.

Sem dúvida, a abertura de novos espaços não contemplou um critério ecológico, que compreendesse o ecossistema como um todo²⁰. Autores da época chamam a atenção pela ausência da intervenção estatal para controlar a queima indiscriminada; apesar dos relatos de denúncia da época, a constituição de uma prática pirômana deu passo à produção agrícola-pecuarista sulista.

Em meados do século XIX, antes do processo de colonização apoiado pelo governo de Manuel Montt, Malleco já era parte da “colonização espontânea” que vivia a região. Esta consistia na aquisição de terras por parte de particulares através de diversos métodos. Um deles era a compra, o que, na verdade, era usurpação de terras mapuche, pois devido à ausência de uma racionalidade mercantil do preço da terra por parte dos mapuche, era possível aos compradores usurparem as terras. Por outro lado, a maneira instável como os contratos (título de domínio) tratavam os limites dos terrenos, deu passo a uma série de conflitos entre mapuche e particulares, o que obrigou a regulamentação das transações de terras, para as quais designou-se uma autoridade militar como ministro de fé. Mesmo assim, a comercialização da terra continuou desfavorecendo aos vendedores mapuche (BENGOA, 1988).

O Estado, através da Lei do ano 1886, estipulava, na prática, que os territórios ao sul do rio Bio-Bio, diante da ausência de títulos de propriedade dos mapuche, passavam a ser de propriedade

²⁰ Compreende-se como ecossistema “un arreglo de componentes bióticos o un conjunto de elementos conectados o teniendo relación entre ellos de manera que constituyan una unidad. Conexión y relación implican intercambio de energía, de materias y de información entre ellos” (GASTÓ, 1978, apud MORALES 1989, p.22)

fiscal. Isto significou que o Estado tomou posse de novas terras pra estender o território e aumentar a produção agrícola. Desta forma a colonização foi levada a cabo, com colonos nacionais e estrangeiros.

A colonização com colonos nacionais obedeceu, em certa medida, ao interesse de desviar força de trabalho existente no centro do país, para o sul. Uma forma particular de distribuição de terra foi a destinada a ex-soldados, como uma maneira de recompensar sua participação na Guerra do Pacífico, além de evitar um aumento de desempregados no Centro e no Norte do país. Contou-se, também, com a participação de particulares; as terras designadas aos colonos alcançaram um mínimo de 70 hectares por família, distribuídos, principalmente, em solos com aptidão florestal (BENGOA, 1988).

No início, o cultivo cerealista nestes solos não gerou os rendimentos esperados; junta-se a isso, a ausência de uma experiência agrícola, o isolamento e os constantes conflitos pela terra, fatos que contribuíram para a venda dos solos. Isto permitiu a formação e o crescimento da grande exploração agrícola. Mesmo assim, a permanência de certos colonos deu origem à pequena propriedade agrícola.

A colonização estrangeira, realizada através de empresas, obtinha por parte do Estado um mínimo de 60 hectares por família, mais 20 hectares por cada filho maior de 12 anos, em solos aptos para a atividade agrícola (BENGOA, 1985). Entre os anos 1883 e 1890, apresentou-se uma forte diminuição de imigrantes estrangeiros, calculando-se que migraram 9.603 famílias; outras fontes indicam que no início do século, não existiriam mais de 10.000 famílias em toda a região. As causas do êxodo são relativamente similares às dos colonos chilenos, dadas certas deficiências por parte do Estado e agências de colonização no processo de radicação das famílias. Tais fatores vieram a contribuir, da mesma maneira, a concentrações das terras na região.

Já as cifras passam a ser mais fidedignas no início do século, quando se estima que as colônias de estrangeiros instaladas em Malleco, entre 1929 e 1964, alcançaram 348 famílias, das quais 10 se situaram em Collipulli (ECHENIQUE; ROLANDO, 1989).

Outra forma como o Estado regulou a obtenção da terra foi através de leilões de “hijuelas”, não superiores a 500 hectares, licitadas em Santiago e cujo acesso favorecia, especialmente, a latifundiários e comerciantes da região central. Durante o processo de colonização, Malleco abriu espaço para a privatização das terras por meio de um mercado de compra e venda e o surgimento de

novos proprietários legais, tudo isso significando novos espaços de relações econômicas e sociais em Malleco.

Neste período de colonização é possível apreciar que o Estado tenta regular a posse da terra facilitando a presença da média e pequena propriedade, apostando com isto, a uma maior produtividade. Tenta limitar a reprodução das grandes propriedades, e assim, o regime latifundiário. Sem dúvida, as vendas sucessivas e a utilização de requisitos legais para a obtenção de mais extensões de terra, contribuíram para a expansão e o surgimento do latifúndio. Todavia, não se anulou a presença de médios e pequenos proprietários familiares; pelo contrário, produziu-se sua presença simultânea na convivência cotidiana.

Especificamente, em Collipulli, entre 1920 e 1960, 48,7% da superfície total era controlada por latifundiários. Segundo Carrillo (1989), nessas décadas é possível encontrar nove grandes proprietários, os quais possuíam ao redor de 63.200 hectares, equivalendo, aproximadamente, a 55% da superfície total do Município.

A estrutura agrária na região contém suas especificidades, visto que o estabelecimento da colonização se realizou em um contexto diferente do que caracterizou a região central, especialmente pela existência da população mapuche. O relacionamento entre mapuche e colonos era marcado por uma série de conflitos pelo domínio da terra derivados de litígios legais, usurpações e ocultamento de terras indígenas. Aos mapuche destinou-se outro tipo de posse da terra denominado “radicación”, que consistia na extensão de títulos de benefício pela terra. Neste sistema, em Collipulli, constituíram-se 57 reservas, com uma superfície de 5.012 hectares.

Sem dúvida, a posse da terra dos mapuche viu, permanentemente, violentada em forma física, expressada, por exemplo, na alteração das demarcações das terras (afastamento das cercas), e nas agressões físicas derivadas de tais situações; em forma simbólica, expressada nas agressões discriminatórias dos não indígenas com respeito aos mapuche; e pelo contrato, que demonstrava à imprecisão nas compras da terra refletida nos títulos de domínio e que deram passo as usurpações de terras. Esses fatos, em seu conjunto, foram constantes em toda a região. Nesta região a justiça passou a ocupar um papel de aliado do latifundiário, resolvendo a defesa dos “proprietários de papel”, como expressa Bengoa (1988).

Em meio a toda esta dinâmica de conformação do espaço social agrário, no início deste século Malleco foi reconhecido, a nível nacional, como o “celeiro do Chile”. Sua produção cerealista e pecuária estava dirigida, fundamentalmente, ao mercado interno (local e nacional). No início do

século, o rendimento do trigo chegava a 36 quintais/hectare. A produção agrícola alcançou os melhores rendimentos em âmbito nacional, sem contar com grande utilização de produtos químicos, o que trará, mais tarde, uma super-exploração extensiva do terreno, fazendo com que se utilize, prematuramente, fertilizantes fosfatados. Isso demonstra a transformação de uma área essencialmente diversificada, que passa pela exploração de um cultivo uni-extratificado, o que quer dizer que se vão reduzindo as capas superiores da superfície vegetal pela utilização de um só tipo de cultivo (MORALES, 1989).

Por outro lado, em Malleco, os níveis da produção de grãos alcançada, permitiam a reprodução parcial do regime de fazenda que continha uma estrutura particular de organização produtiva; reprodução parcial já que o sistema dos grandes proprietários não se constituiu, necessariamente, em uma reprodução social idêntica ao sistema latifundiário existente na região central do país. Poder-se-ia afirmar que se caracterizou como classe social que sustentava como modelo ideal o regime latifundiário da região central, sem dúvida, a realidade existente em Malleco no século passado e início deste, outorgaram-lhe características diferenciadas devido à estrutura social agrária vigente; apreciavam-se tais diferenças na composição social, já que contava com a presença da população indígena além da colonização chileno-estrangeira.

Mesmo quando os grandes proprietários de Malleco não chegaram aos níveis de desenvolvimento enquanto poder social e político como os da região central (os quais transcendiam a nível nacional), em Malleco exerciam seu poder, especialmente, a nível local. Desta forma, poder-se-ia pensar na presença de um sistema fazendário parcial enquanto classe social, e que se mantém, até meados deste século (década de sessenta).

Como já foi mencionado em páginas anteriores, a partir dos anos vinte, fluiu uma nova etapa a nível nacional proveniente da crise salitreira, e acentuada pela criticidade mundial dos anos trinta. Tudo isto trouxe sérias repercussões na agricultura, o que se refletiu na diminuição do preço do trigo, na baixa demanda nos mercados externo e interno, e no aumento das taxas de desemprego.

Frente a esta situação de crise, grande parte da oligarquia agrária nacional da época, diante de tal quadro econômico, não apresentou um projeto claro, mantendo as mesmas práticas tradicionais de agricultura; converteu-se em um sistema ineficaz, dado que a produção não cresceu em relação ao crescimento populacional. A acumulação de capital concentrava-se no grupo latifundiário, para seu próprio benefício. Nesse processo, as fazendas entram em uma diferenciação interna devido à tecnologia adquirida por determinados grupos, que, mais tarde, converteram-se em

empresas capitalistas (CRUZ, 1989). Em termos gerais, este setor experimentou um atraso econômico, organizativo e político da força de trabalho camponesa, provocando o traslado da pobreza para os centros povoados, de onde se gerou um projeto industrial com respaldo do Estado.

Cabe recordar, que a substituição da agricultura pela industrialização significou a perda do poder hegemônico dos latifundiários, substituídos pelo grupo industrial-comercial, que transformou a estrutura econômica dando ênfase ao modelo desenvolvimentista, com maior regulamentação econômica no sistema monetário e fixação de tarifas alfandegárias com o fim de proteger o desenvolvimento da indústria nacional (CIDA, 1966; CRUZ, 1989).

Nessa época, os grandes proprietários da Província, não conseguem se incorporar ao novo modelo industrial que se desenvolve a nível nacional, e mantêm-se, portanto, como produtores de alimentos. Nessa crise, apresentou-se um processo de divisão da terra que significou 13. 778 novas explorações, com uma média de 9,2 hectares, situação que levou a uma super-exploração do uso do solo e da vegetação.

2.3 Grandes Proprietários na Ocupação em Collipulli

Como já foi mencionado acima, no início do século, a variação na composição da mão-de-obra neste espaço agrário deve-se, em grande medida, aos fluxos migratórios das Regiões Central e Norte do país, que era atraída por um salário relativamente superior. Apesar de produzir-se maior contratação de mão-de-obra assalariada, isso não elimina a existência de inquilinos e com ela a existência de um regime latifundiário incipiente, que tinha como referência a estrutura básica de funcionamento de organização produtiva do regime fazendário da região central.

Parece que o sistema fazendário de Malleco não encontrou, no seu início e durante o transcurso de sua história, uma situação propícia para seu fortalecimento. Some-se a isso, a situação vivida na agricultura a nível nacional, cujo produto da incorporação tecnológica provocou uma variação negativa na contratação de força de trabalho; de maneira quase paralela, implementou-se o salário mínimo (no ano 1953), quando se exigiu o pagamento do salário em dinheiro. Tais aspectos provocaram uma mudança e, possivelmente, uma diminuição do número de inquilinos, os quais passaram a constituir uma nova categoria de trabalhadores: trabalhadores permanentes e temporários

não residentes. Ao mesmo tempo, trouxe consigo uma diminuição das regalias (pedaços de terras e outros meios passados para o trabalhador), como uma maneira de ter a posse do campo.

Enquanto isso, em Collipulli, o quadro não deixa de ser diferente; a pesquisa constatou um atraso na incorporação de novas tecnologias, o que somente se viabilizou ao redor dos anos cinquenta e sessenta. Parece que os distintos grupos sociais neste espaço agrário, não se encontravam em condições produtivas para incorporar tecnologia tão cedo, e/ou competir com outro produto no mercado.

Até a década de cinquenta, as condições sociais caracterizaram-se pelo atraso econômico-cultural ao qual eram submetidos os inquilinos, como indica o relato a seguir:

“Mi papá siempre fue trabajador de fundo, trabajador al día...²¹ que de repente trabajador “a trato”. Entonces la vida no era muy buena la que se pasaba. Yo tenía 11 años y ya tenía que trabajar, porque habían cinco menores que mi, para ayudar a criar a los más chicos. Vivíamos aquí mismo... esto era un fundo grande! Eran como 12.000 hectáreas.... Estos caballeros tenían tres fundos más fuera de aquí...” (Don Pedro O., parcelero)²².

Através dos relatos dos entrevistados, revelava-se que a estrutura do trabalho era formada, hierarquicamente, pelo patrão, capataz, meeiros-inquilinos, inquilinos e peões, registrando-se a ausência de arrendatários.

Chama a atenção no sistema de fazenda, a conjugação “mediero-inquilino”, a qual caracterizava-se como uma forma, relativamente, comum na organização produtiva da grande propriedade²³. Como expressa um dos entrevistados:

“Esto era una hacienda, mi papá era mediero, sembraba con bueyes, aquí en el fundo daba siembras a medias y lo barbechabamos con bueyes, y ahí se sembraba. Yo empecé a trabajar a los 14 años, estaba en la escuela, tuve que... tres años en la escuela y esos fueron mis año de estudio, y ahí mi padre no me quiso poner más...estábamos escasos de recursos así que tuve que ayudarle a trabajar. Después eramos obligados a trabajar en el fundo no más” (Don Juan A., parcelero).

²¹ Trabalho “al día” ou “jornal” refere-se à remuneração percebida por dia trabalhado, sem levar em conta sua especialização ou intensidade. Geralmente este tipo de pagamento era dirigido aos trabalhadores permanentes da fazenda. Denominava-se trabalho “a trato” o contrato estabelecido entre o abastado e o assalariado, quando este último efetuava determinado trabalho por certa quantidade de dinheiro, e que não necessariamente estava relacionado com o trabalho permanente da fazenda”.

²² Os relatos apresentados oferecem exemplos de um período que não se tentou elucidar nesta dissertação. No entanto, são expostos pelas semelhanças constatadas pelos mesmos entrevistados de fatos vividos por seus pais ou até por eles mesmos. Desta forma se tornavam uma referência comum a qual recorriam para fazer comparações com as épocas vividas.

²³ Os latifúndios caracterizavam-se pelas grandes extensões de terra, as quais ultrapassavam 2.000 hectares.

É possível indicar que, no latifúndio, as relações estabelecidas no trabalho modificam-se de acordo as necessidades de braços requeridos por parte do latifundiário. Para este último, a meação constituía-se em uma prática com a qual ele conseguia baratear os custos de produção e ampliar os pastos e as árvores na extensão dos terrenos livres através da queimada, para serem utilizados na agricultura.

Por outro lado, na medida em que a grande propriedade atravessava alguma crise, principalmente derivada dos efeitos da economia global, a meação constituía-se na força de trabalho necessário para fazer produzir a terra. A meação caracterizava-se por ser o proprietário quem proporcionava a terra e o capital, enquanto que cabia ao meeiro a mão-de-obra. A distribuição da produção final dividia-se, supostamente, em partes iguais.

É possível que, hipoteticamente, a utilização da meação como estratégia permanente, seja a diferenciação entre os latifundiários deste espaço agrário, e os da região central do país. Desta forma, a meação constituiu-se em uma estratégia comum nos latifúndios, tanto no que se refere a sua formação como em seu funcionamento. Apesar de que foi desaparecendo com a passagem do tempo, manteve-se vigente até os anos sessenta.

Para os meeiros, este tipo de trabalho significava a existência de uma maior mobilidade, já que lhes permitia optar por outro tipo de tarefa e movimentar-se com maior flexibilidade de tempo com relação às exigências requeridas, e que lhes proporcionava uma condição de maior liberdade que a do inquilino. Como meeiros, tinham garantida a permanência em um espaço determinado para dirigir seu próprio trabalho, e abastecer as necessidades básicas do grupo familiar.

“El patrón era obligado a darle puebla a uno que trabajaba como mediero, o sea, de primera se trabajaba de mediero después ya con los patrones hubo gente que empezó a trabajar no como mediero sino como puro inquilino no más, porque en los fundos se hacían siembras... había que limpiar la tierra, había gente que trabajaba en la ovejas. Uno, de primero cuando era mediero, uno era sembrador de los patrones, no era obligación trabajar fuera. Nosotros trabajábamos como quince años de mediero, nosotros eramos los trabajadores, pero se trabajaba siempre en el trabajo de uno, había que limpiar para sembrar, que después el barbecho, después la siembra, la cosecha y todo eso. Uno hacía todo el trabajo y el patrón ponía la semilla y el abono. Después se cosechaba todo lo que se sembraba, después de todo lo que salían las cosas se repartían “miti-mota” de lo que daba la siembra, nos repartíamos en la loma ahí se descontaba en primer lugar la semilla” (Don Celindro J., parcelero).

A flexibilidade da meação em tais fatos tornava-se relativa, já que a relação de trabalho com o grande proprietário não distava de ser diferente com o inquilino. A diferença dava-se em dois níveis: um deles, na forma de pagamento, já que a distribuição se efetuava com relação ao lucro

obtida por parte do latifundiário; no outro, o meeiro agregava a sua condição não somente o caráter econômico como, também, a liberdade do seu trabalho em oposição ao inquilino. Nem por isso tal mobilidade era minimamente assumida, já que, em termos econômicos, caracterizava-se pela sua precariedade, o que deixava a flexibilidade da meação numa ordem subjetiva do trabalhador.

Dados encontrados no censo agro-pecuário de 1964/1965 indicam que a organização de trabalho no latifúndio continha distintas classificações de trabalhadores, os quais formavam uma escala piramidal, compondo o inquilino a base desta estrutura enquanto que os peões ou forasteiros trabalhavam, ocasionalmente. O administrador ou capataz e o patrão, estavam a cargo da tomada de decisões e distribuição das tarefas. Segundo este censo, indica-se que o número de trabalhadores inquilinos-meeiros, alcançava a 286, os quais geralmente correspondiam a explorações familiares que viviam nas grandes explorações.

Tabela nº 2 Administradores, empregados, pessoal de vigilância e inquilinos-meeiros, em Collipulli 1964/1965

Trabalhadores/sexo	Nº homens	Nº mulheres	Total
Administradores e empregados	23	3	26
Pes. Vigilância	71	4	75
Inquilino-meeiro	279	7	286
Total	373	14	387

Fonte: Censo Agro-pecuário 1964/1965. INE.

O número de administradores de fazendas nesta época chegava a vinte e seis pessoas, incluindo-se três mulheres entre elas, o que permite realizar uma estimativa do número de latifúndios que existiam no Município.

O inquilinato aparece neste espaço como uma “herança familiar”, quando se aprende a trabalhar pelas indicações do capataz. Vivia-se nas terras do patrão, que passavam a se constituir em um espaço de vida, chegando a influir nas características sociais e até nas culturais, da sociedade da época.

“Hacen cincuenta y seis años que vivo aquí, empecé a trabajar en el fundo en el año 36. Mis padres vivían allá...al lado de la calle, nací allá... en unas casitas en lo alto y ahí viví hasta los diecisiete años. Aquí primero empecé a trabajar al día, trabajé como veinticuatro años con un

patrón, después vendió y me dejó recomendado con el otro, con ellos trabajé del año sesenta y tres y se fueron como en el setenta”. (Don Juan R., parcelero).

O direito de “inquilino”, como assinala Bengoa (1985), passava-se, exclusivamente, entre os filhos varões. Neste espaço, a relação “patrão-inquilino” estava marcada por uma espécie de subordinação que reporta a uma submissão delineada pela estrutura patriarcal da época.

No caso do trabalho das mulheres, esposas e filhas dos inquilinos participavam, ocasionalmente, das tarefas nas fazendas, as quais se intensificavam essencialmente na época de verão. Em tempos de colheita, trabalhavam na preparação de alimentos para os trabalhadores e também, na elaboração de conservas e produtos lácteos, que eram destinados para o consumo e, ocasionalmente, a comercialização, especialmente do queijo e da manteiga.

As tarefas femininas ocupavam, claramente, um espaço dentro da casa patronal, apesar de que, indiretamente, se constituía em complemento da organização produtiva do latifundiário. A remuneração obtida da “casa grande” geralmente não se traduzia em dinheiro, mas em roupas e/ou alimentos.

“Mi mamá solía trabajar en la casa... para la cosecha, la patrona enseñaba a hacer dulces, conservas, ahí se le ayudaba. Yo aprendí a hacer hartas cosas que no se hacía. Ella nos daba ropita limpiecita, planchadita” (Doña Petrolina, parcelera²⁴).

As tarefas agrícolas executadas pelas mulheres referiam-se ao cuidado da horta em um terreno que se lhes destinava como “regalia”; que era obtida pelo esposo em sua condição de inquilino. É difícil comparar a relação criada entre o “patrão” e os trabalhadores subordinados, em termos de valor monetário tal como acontecia na Zona Central, pois o inquilino recebia terra em troca de mão-de-obra necessária para o dono dos bens, criando-se, assim, relações de dependência através do acesso a terra (VIO GROSSI, 1990).

O inquilino, como morador da exploração, prestava seus serviços por conta de um salário e regalias; estas últimas consistiam no acesso a uma porção de terra para levantar sua moradia e manter uma chácara, com direito a poda de árvores. Na maioria dos casos, fazia-se a entrega de moradia e a “ração” alimentarem diária.

²⁴ A categoria “parcelera” (produtora familiar) é utilizada aqui para fazer uma distinção do feminino e masculino da categoria. Cabe mencionar que as mulheres não foram beneficiadas na distribuição da terra, derivada da reforma agrária. No entanto, as mulheres que vivem nas terras provenientes de tal processo se identificam como “parceleras”: integrantes deste grupo de produtores familiares (parceleros) em distinção de outros grupos.

Algumas vezes os filhos dos inquilinos tinham acesso à educação básica, com o funcionamento de pequenas escolas nas terras da fazenda. Do mesmo, alguns contavam com serviços religiosos, fosse de caráter católico ou evangélico, entre os mais solicitados. A existência e funcionamento de vendas de alimentos não eram raros na década de sessenta, estimuladas pelo latifundiário, como garantia para o trabalhador.

“A nosotros nos daban cosecha, osea, por el día trabajado. Cuando estábamos al día nos daban medio kilo de harina de trigo, de poroto, eso era la ración de uno. Con eso tenía que tener uno, claro que no tenía, pero como trabajaba, compraba un poco y con eso alcanzaba, se mantenía, y la casa la pasaban ellos (los patrones)” (Don Sergio F., parcelero).

As formas de pagamento estavam contempladas através da obtenção de um salário, mas este era dividido geralmente entre dinheiro e espécies obtidas nas bodegas. Os diversos serviços e regalias proporcionados na mesma fazenda formavam parte do controle exercido sobre os inquilinos, o que abarcava grande parte das suas ações. Assim, através dos diferentes “benefícios”, chegou-se a formar um regime fechado em si mesmo e caracterizado por ser portador e reproduzidor da sua própria estrutura social.

Somente a partir da década de sessenta, frente à discussão política da reforma agrária, regulam-se certos direitos dos trabalhadores como fica claro no relato dos pesquisados. Assim, por exemplo, reconhece-se como um êxito a regulamentação das oito horas de trabalho, bem como a manutenção de negociação com os proprietários com o fim de melhorar as condições de vida dos trabalhadores.

Atualmente, estes e outros feitos reivindicatórios não são avaliados somente como uma concessão do patrão, mas também que, por detrás dele impõe-se a figura do Estado através de formulação de leis e normas reguladoras do processo.

“Cuando éramos apatronados trabajabamos de sol a sol y a veces en la noche y el rico pagaba el mismo sueldo. Luego vinieron las ocho horas no más, claro que habían patrones que respetaban la Ley, pero otros no pué.” (D. Juan O., parcelero).

Este regime latifundiário constituiu-se em um obstáculo para a maioria dos inquilinos, na medida em que não oferecia condições para melhorar suas próprias vidas; por isso considerara-se a fixação da jornada de oito horas como um dos maiores feitos para eles. Posteriormente, acrescentar-se-á a reforma agrária.

Apesar de que existia em Colipulli um sistema latifundiário incipiente, este espaço agrário formou parte do “Celeiro do Chile” do fim do século passado, onde conjuntamente com outros grupos sociais, sustentaram o mercado interno de alimentos. A produção mantida nos latifúndios estava caracterizada pela produção cerealista, apesar de que a pecuária chegou a ocupar um importante significado econômico para os latifundiários.

“Esto aquí era una zona triguera éramos parte del granero de Chile, eran los mejores fundos que habían en los alrededores, esta gente era la que mejor producía, producía semilla para todo” (Don Antonio M., dirigente).

Até a década de sessenta, o cereal (trigo) ainda mantinha a importância econômica de antes, e se conservava nos diferentes grupos sociais devido à origem de um período de glória desta cultura. Por sua vez, sua importância provocava uma identificação produtiva por parte do inquilino, que se sentia parte do processo produtivo, provocando-lhe o orgulho de produzir alimentos para outros.

A perspectiva avaliativa atual dos atores participantes de tal sistema contém a incorporação dos diversos processos e posições pelos quais têm passado ao longo do tempo. Os fatos vivenciados pelos “parceleros” enquanto inquilinos relatam uma história própria, que por sua vez, reconstroem a história do processo. Ao mesmo tempo, revelam uma subordinação histórica a um sistema que ao ser ativado, tendia a reproduzir elementos similares aos das relações sociais do regime latifundiário da região central do país, ainda que, a nível comunal este se viu obrigado a adequar-se as condições sociais existentes. A grande propriedade constituía-se, de certa forma, no eixo ordenador do espaço agrário, especialmente, pela quantidade e volume de produção, além das relações de poder nela estabelecidas. Neste espaço agrário surgiu à totalidade dos “parceleros”, e inclusive, 80% deles estabeleceram sua moradia no mesmo lugar onde viveram seus pais, que trabalharam na fazenda ou propriedade.

Os “parceleros”, ao efetuar o inventário de uma parte de sua história têm como marco geral a identificação de tempos difíceis e tempos bons, e, por sua vez, na medida em que buscam referência para a sua avaliação como produtor familiar no tempo, trazem com eles o referencial político

expressado em forma direta ou indireta. Neste sentido, recolhendo seu parecer, indicam, em grande proporção, que o período mais difícil se referiu ao trabalho “contratado”; com isso estão demonstrando a dependência econômica a qual estiveram sujeitos, bem como a falta de estabilidade e a super-exploração do seu trabalho. A maior parte dos pesquisados, dão conta da sua posição em relação aos latifundiários e ao Estado, tendo como referência o Governo existente, nos quais presenciaram as maiores mudanças.

CAPÍTULO III: POLÍTICA DE MODERNIZAÇÃO NO ESPAÇO SOCIAL AGRÁRIO

A ineficiência produtiva do sistema latifundiário carregado de tradicionalismo econômico - com referência as práticas mercantilistas baseadas nos baixos salários para reduzir custos e altos preços dos produtos, como forma de estimular o investimento e a poupança - foi uma fórmula que por décadas provocou desigualdade na distribuição das receitas, que, por sua vez, gerou acumulação de capital para o latifundiário. Esta situação permitiu criar as condições para a ruptura de um sistema sustentado por décadas, com suas diversas alterações e complexidades, em um momento econômico em que a agricultura perdia relevância em âmbito nacional²⁵.

Desta forma, a necessidade de uma mudança na estrutura da agricultura chilena começou a fazer-se presente no discurso político dentro dos mais variados setores, especialmente no início da década de sessenta. Nesse discurso, fazia-se patente a necessidade de melhorar as condições de vida do camponês, através da modernização da agricultura.

Segundo Villela, os significados que adquire esta modernização agrária no Chile se relacionam com “os distintos momentos de desenvolvimento do capital, e podem ser entendidos como ajustes restauradores diversos” (VILLELA, 1979, p.4).

No caso chileno descrito anteriormente, sentiu-se o reflexo das diferentes ações estatais dos diversos regimes políticos, nos quais a modernização, com o tempo, foi adquirindo vários significados. Significados que se materializam nos complexos interesses em torno da posse e do uso da terra, bem como na finalidade dos produtos que dela se obtém.

Considerando tais aspectos, é possível distinguir as seguintes facetas cronológicas da modernização agrária no Chile: um primeiro período reconhece-se a partir de 1964 até 1970 (Governo de Frei); posteriormente, de 1970 a 1973 (Governo de Allende); de 1973 a 1989 (Regime de Pinochet); e de 1989 até hoje (Governo de Aylwin e Frei).

²⁵ Em termos proporcionais a participação da agricultura foi decrescente na geração do ingresso nacional. Assim foi como na década de 40 se gerava 16,2% do ingresso geográfico, enquanto que em 1962 a porcentagem diminuiu para 9,4%. A população que vivia no sector rural no ano de 1940 chegava a 47,6%, e em 1960 foi de 34,7% (GAZMURI, 1970). Tais cifras indicam os níveis de importância da agricultura na economia, ainda quando a atividade agrícola não parecera de grande importância para a economia. Isso sim era relevante para a população envolvida no processo, especialmente a população ativa, sendo superada, a nível nacional, somente pelo setor de serviços.

No transcurso destes períodos, aparece uma contraposição na concepção de modernização nos diferentes regimes políticos, como se verá mais adiante, devido à concepção política de tal categoria. A respeito disso, Villela (1979) indica que não se trata de uma ambigüidade no seu conteúdo, mas que sua categoria está impregnada de interesses políticos em função do que se espera do espaço agrário.

Mesmo com as diferentes finalidades políticas da modernização, nela se sustentou à reforma agrária que adaptou, novamente, a estrutura capitalista, mas não a racionalidade do capital (VILLELA, 1979). Isto vem a significar que, com a reforma agrária se pretendia estabelecer as noções básicas, como ganho e lucro da atividade produtiva dos novos produtores familiares, aspecto que, com certeza, mais tarde facilitariam a presença dos grandes empresários no espaço agrário.

Ao se rever a reforma agrária, constata-se que a primeira tentativa se deu sob o Governo conservador de Jorge Alessandri (1958-1964), que, influenciado pela Aliança para o Progresso - o governo dos Estados Unidos, condicionou empréstimos aos países que avançavam rumo a uma reforma agrária²⁶ -, como também, pela Igreja Católica - que pleiteou a necessidade de uma reforma agrária através do documento “A Igreja e o problema do camponês chileno” em 1962 -, promulgou uma primeira lei de reforma agrária.

Desta maneira, com a promulgação da Lei 15.020, de 1962, expropriaram terra de propriedade estatal, da Igreja Católica e terras de beneficência. As escassas expropriações foram passadas a CORA, o que permitiu a criação de 561 propriedades particulares, com um total de 51.000 hectares de terras secas e 15.300 de terras irrigadas (CARECEDA, 1984).

Mas, esta reforma não provocou uma mudança estrutural, pois as relações de poder no espaço agrário permaneceram sem alterações. Nesses termos pode-se identificá-la como uma “modernização conservadora”, que, segundo Martinez (1991), caracteriza-se pela inexistência de uma modificação na estrutura da posse da terra, bem como pela carência de uma distribuição eqüitativa dos subsídios agrícolas, entre os grupos sociais existentes. Ambos os elementos são possíveis de ser encontrados na concepção de modernização agrária que se executa por essa época, e

²⁶ Programa implementado pelo Governo Kennedy, dos Estados Unidos, no qual se estipulava que a reforma agrária era um eixo central na concepção do desenvolvimento para os Estados latinoamericanos. A Declaração de “Punta del Este” foi assinada em 1961, pelos governos latinoamericanos, onde se comprometiam a realizar reformas agrárias em seus respectivos países.

que não pretendia modificar a estrutura agrária, para não colocar em risco a estabilidade dos latifundiários. Ao contrário, a modernização concebida pelo Governo democrata-cristão de Eduardo Frei Montalva (1964-1970) continha a necessidade de efetuar uma reforma agrária com o propósito de por fim aos proprietários possuidores de grandes extensões de terra, as quais eram consideradas improdutivas para a rentabilidade do Estado. Com isto, pretendia-se avançar até a presença majoritária dos “pequenos produtores familiares” para ampliar o mercado interno²⁷, e assim garantir as condições de acumulação capitalista.

Politicamente, pretendia-se compatibilizar os interesses dos diversos grupos sociais na busca da sua conciliação, para articular a democracia com a modernização. A conciliação dos interesses fazia-se necessária pela força e relevância que começavam a ter os camponeses no discurso político, os quais, por sua vez, iam adquirindo uma dinâmica própria como grupo social.

Próximo ao surgimento da Lei de Reforma Agrária - que se manteve em discussão no Congresso por cerca de dois anos - emitiram-se leis trabalhistas para normalizar o trabalho do camponês assalariado. Em 1965 surgiu a Lei 16.250, que igualava o salário mínimo agrícola com o industrial, fixando a jornada de trabalho em oito horas diárias, e obrigou os empregadores agrícolas a pagar os dias de chuva como se tivessem sido realmente trabalhados (CARECEDA, 1984).

As novas condições trabalhistas impostas pelo Estado, mais o pleiteamento da reforma agrária, foram consideradas, pelos setores da direita, como uma ameaça aos interesses e estabilidade econômicos. Neste sentido, e prevendo as implicações que acarretaria tal processo para os grandes proprietários, os dirigentes da “Sociedad Nacional de Agricultura” (SNA), decidiram deter, logo no início, a idéia da reforma agrária. Para isso, efetuaram uma campanha de produtividade entre os grandes proprietários, com o fim de evitar a reforma agrária no seu real sentido.

Sem dúvida, o processo de ruptura das relações sociais estabelecidas no latifúndio era inevitável já que as pressões vinham dos mais diversos setores, em forma quase simultânea. Isto, mais a participação dos camponeses no sindicato, onde se questionava a relação patrão, inquilinos e

²⁷ A categoria “pequenos produtores familiares” é entendida aqui como estabelecida a disposição legal da reforma agrária, isto é, tais produtores teriam acesso a menos de 80 hectares de irrigação básica.

diaristas geraram um clima efervescente no espaço agrário. Nesse clima, pleiteava-se o questionamento social do sistema latifundiário.

Conjuntamente, encontravam-se presentes uma série de outros eventos entre os quais via-se envolvida a pressão externa através do “Comité Interamericano de la Alianza para el Progreso” e da “Declaración de Punta del Este”, que apoiavam a modificação da posse da terra a nível latino-americano, na tentativa política por reter os estilhaços de conflitos sociais que já se expressavam em todo o continente. Por outro lado, apresentava-se uma pressão interna exercida pelos próprios camponeses, através dos sindicatos, que junto com a pressão de grupos sociais urbanos, somam uma força política a favor da transformação estrutural da agricultura.

Acreditava-se, na época, que um obstáculo do desenvolvimento econômico estava baseado na subutilização dos solos agrícolas e suas grandes extensões; neste sentido, diversos estudos mostravam a concentração da terra, a nível nacional, e sua ineficácia econômica²⁸. Uma das últimas cifras do censo mostra que o latifúndio chileno, em 1965, concentrava 55,3% de hectares de irrigação básica, e o minifúndio, 9,6% (CRUZ, 1989)²⁹.

Esta concentração da terra viu-se modificada sob o Governo Frei, com a promulgação da Lei 16.640 de reforma agrária no ano de 1967. A prévia modificação da Carta Constitucional, referente ao direito de propriedade, impulsionou as desapropriações das grandes propriedades. Nesta nova Lei de reforma, ampliaram-se as razões de desapropriação, e determinou-se um retardamento no pagamento pelas terras dos proprietários desapropriados. No mesmo período, desapropriaram 1.400 prédios, os quais compreendiam 3.500.000 hectares (CARECEDA, 1984).

Posteriormente, sob o período de Allende, a reforma agrária passa a ser mais intensiva e se desapropriam 4.400 prédios, com um total de 6.800.000 hectares. A concepção modernizadora estava centrada em criar as condições para desenvolver uma sociedade socialista no país.

²⁸ A bibliografia nesta área é abundante. Entre outras obras temos: "Tenencia de la tierra y desarrollo socio-económico del sector agrícola". Comité Interamericano de Desarrollo Agrícola (CIDA). Santiago, 1966. -"La reforma agraria como proceso dinámico de integración en una sociedad que se transforma". ICIRA. Santiago 1967. -Chonchol, Jaques "El desarrollo de América Latina y la reforma agraria". Edit. El Pacífico, Santiago, 1965.

²⁹ Com a Lei 16.640 implementou-se a medida “Hectares de irrigação básica” com a finalidade de homogeneizar a qualidade do solo para efeitos da reforma agraria. Para tal objetivo criou-se uma tabela de conversão das distintas categorías de solos. Para se ter uma idéia do seu significado tem-se que 1 HRB equivale a um hectare sem limites de irrigação nem cultivos, sem maiores accidentes topográficos. Na Região da Araucanía, 1 HRB é aproximadamente 8 hectares físicos, o que é só uma aproximação, dado que varia segundo a qualidade dos solos.

Nesta perspectiva, o programa deste Governo, aprofundou e acelerou o processo de reforma agrária. No período de desapropriação, o dono das terras não tinha direito preferencial para eleger a reserva, como no Governo anterior, que se lhe permitia essa possibilidade. Outro aspecto distinto a reforma de Frei, refere-se à intenção de organizar, preferencialmente, cooperativas de propriedade onde os camponeses podiam optar por títulos de propriedade da casa e horta que lhes foi destinados e direitos sobre a terra, indivisível, da cooperativa.

Estava contemplada a destinação de terras individuais “quando as condições assim o aconselhavam”, com a manutenção da organização do trabalho e comercialização sob a cooperação mútua. Pretendia-se a reorganização da propriedade “minifundiária” através de formas cooperativas do trabalho agrícola. Também, estimulava-se a incorporação de “pequenos e médios camponeses” as cooperativas que funcionassem na área geográfica. Privilegiava-se, portanto, sob o governo socialista, o funcionamento de cooperativas sobre a propriedade individual.

Por último, cabe ressaltar que, na Região da Araucanía, as flutuações da posse da terra são percebidas através dos resultados do V Censo Agropecuario de 1975/76 em relação ao IV Censo, que evidencia um aumento de 23.884 a 33.951 desapropriações entre 1965 e 1975; o maior incremento observa-se no extrato de 0 a 10 hectares, o qual aumenta de 9.812 a 17.756, com uma diferença de 7.944 explorações, como se observa na Tabela nº 3.

Tabela 3 Número de explorações segundo tamanho (1965-1975)

Tamanho	Província de Malleco 1965		Total	Província de Malleco 1975		Província de Cautín 1975		Total				
	Nº	%		Nº	%	Nº	%		Nº	%		
0 - 10	3.449	(35,3)	6.363	(45,1)	9.812	(41,2)	5.446	(45,2)	12.310	(56,2)	17.756	(52,3)
10 - 20	1.704	(17,5)	2.895	(20,5)	4.599	(19,3)	1.732	(14,4)	4.273	(19,5)	6.005	(17,7)
20 - 50	2.105	(21,6)	2.634	(18,6)	4.739	(19,8)	2.027	(16,8)	3.029	(13,8)	5.056	(14,9)
50 - 100	1.121	(11,4)	1.110	(7,9)	2.231	(9,3)	1.247	(10,4)	1.108	(5,1)	2.355	(6,9)
+ 100	1.385	(14,2)	1.118	(7,8)	2.503	(10,5)	1.591	(13,2)	1.188	(5,4)	2.779	(8,2)
Total	9.764	(100)	14.120	(100)	23.884	(100)	12.043	(100)	21.908	(100)	33.951	(100)

Fuente: INE, IV e V Censo Agropecuario Nacional. Elaboración propia.

Na Província de Malleco deu-se uma diferença de 1.997 estabelecimentos provenientes, em grande parte, do processo de reforma agrária.

3.1 Surgimento de Assentados

A partir de 1967, começou a aplicação da reforma agrária na Província de Malleco; entre os Municípios que compõem a Província, o maior número de desapropriações de terras registrou-se em Collipulli, com um total aproximado de 35.266 hectares físicos. A alta porcentagem de desapropriações indica que o maior número de grandes proprietários se concentrava nesta comuna.

As desapropriações efetuadas em Collipulli aconteceram entre os anos de 1968 e 1973. Com a chegada do “Governo Popular”, intensificou-se a reforma agrária em todo o país, como também em Collipulli, onde, neste período, desapropriou-se 60% do total de prédios. Com as desapropriações realizadas na Comuna, criaram-se 24 assentamentos como nova forma de organização produtiva.

Os assentamentos criados em Collipulli, como efeitos da reforma agrária, estão demonstrados na Tabela 4.

Tabela 4 Assentamentos criados e hectares destinados - Collipulli

Assentamento	Hectares físicos	Ano de criação
La Conquista	4.223,3	1968
El Progreso	1.500,0	1968
Salto de Chanchahua	1.332,6	1969
Batalla Del Porvenir	3.588,3	1969
La Suerte	1.705,2	1969
Libertad Campesina	1.119,4	1970
Victoria Unida	1.654,8	1970
Manuel Rodriguez	555,3	1970
Viva Chile	1.358,2	1970
Chile Nuevo	2.077,9	1971
Tranque de Nanco	943,7	1971
Los Aromos	1.048,0	1971
La Montaña	2.242,9	1971
Surco y Semilla	2.348,3	1971
José Miguel Carrera	1.681,4	1971
Unión Chilena	1.389,9	1971
El Tesoro de Malleco	943,3	1971

Araucanía	428,8	1971
El Radal	545,5	1972
Futuro de Chile	1.087,5	1972
El Sol	774,2	1972
América	782,0	1972
El Éden	1.403,0	1972
Los Castaños	563,9	1973

Fonte: Servicio Agrícola Ganadero (SAG), Temuco. Elaboração própria.

Em geral, as residências encontravam-se distribuídas por toda a terra desapropriada; os assentados utilizaram as casas do latifúndio para os inquilinos, ou continuou morando na mesma residência ocupada no regime anterior. Para aqueles que não possuíam casa, foram construídas residências com quotas estatais, localizadas a uma ou duas quadras de distância uma da outra, aproximadamente.

As desapropriações foram realizadas em solos qualificados, preferivelmente, para uso agrícola, portanto, os assentamentos tinham produtividade da terra garantida. Ao final da década de sessenta e início da de setenta, período em que surgem os assentamentos, o chamado “União Chilena” alcançou uma superfície de 1.389 hectares físicos; “San Jorge” estava composto por 1.645 hectares físicos e “Surco y Semilla”, perfazia 2.348,3 hectares físicos. Cada um constituído, respectivamente, por 22, 24 e 19 assentados junto ao seu grupo familiar.

O estabelecimento do assentamento, em cada um dos setores, foi concebido como uma comunidade de camponeses de caráter transitório, enquanto os assentados se capacitavam como “empresários” no decorrer do trabalho da exploração desapropriatória. O período de transição estipulado era de 3 a 5 anos, e ao término deste, os assentados deviam decidir pela formação de uma cooperativa, a divisão da terra por lote de acordo com o número de famílias ou criar uma empresa mista.

Juridicamente, o assentamento era uma sociedade integrada pela CORA e os camponeses (Cereceda, 1984), e como tal constituía-se na primeira fase organizacional da reforma agrária. A denominação assentamento, continha, além disso, um significado político que se manteve até depois de 1973. Tal conceito demonstrava uma mudança que significou, para os trabalhadores, adquirir relevância política sobre os latifundiários, situação que era apoiada pelo Estado, especialmente, sob o Governo de Allende.

No Governo de Frei M., buscou-se incorporar aos setores mais desvalidos do espaço social agrário para melhorar suas condições de vida. Com os assentados, pretendia-se criar produtores

familiares eficientes em termos produtivos, fosse individual ou coletivamente, através de cooperativas. Em troca, durante o governo de Allende, apesar de se continuar com as linhas centrais da reforma, buscou-se aprofundar o processo através da intensificação das desapropriações e geração de cooperativas, aspectos que pretendiam ser coerentes para a criação de uma sociedade socialista.

Neste estudo observou-se que nenhum assentamento conseguiu os níveis de organização para formar uma cooperativa, portanto, os assentamentos continuaram funcionando como tal, a espera de alcançar uma etapa de maturidade em termos produtivos.

A desapropriação que deu passo ao assentamento constituiu-se, sem dúvida, em um feito diante da incredulidade dos futuros parceiros, que viram os grandes proprietários alheios aos seus meios de produção.

“Yo le contaba a mi viejo que venía la reforma agraria, pero él me decía: se te ocurre que fundos tan grandes se los van a quitar a un rico!. Y yo una vez le dije: sabe que mas viejo, yo te cuento porque es una cosa cierta que va a ser, no va a ser hoy ni mañana, pero cómo me voy a morir antes y no lo he de ver.... Y me decía: sos tonta que te pongas a creer todas las cosas que te cuentan por donde andas. Bueno... y no demoró mucho tiempo y salió... fue ley.” (Sra. Julia, parceleira).

A aplicação da reforma agrária dava-se por solicitação do sindicato, e a CORA a reconhecia. Os requisitos e condições de tal medida encontravam-se estabelecidos na Lei de reforma agrária e tinham que ver principalmente com os terrenos que fossem improdutivos, isto é, que estivessem sendo subutilizados ou abandonados e que tivessem uma extensão superior a 80 hectares de irrigação. Uma vez que o comitê da área aprovava a desapropriação, esta se efetuava em forma conjunta entre camponeses e agentes estatais.

“Bueno, ahí hallamos que los patrones estaban atrincando mucho a la gente, que no daban facilidades para criar animalitos, ninguna cosa más que trabajar al día, con un salario mínimo. Y eso fue lo que empezó a pelear la gente hasta que se armó la pelea. Se discutió bastante, pero al final tuvo que expropiarse la tierra no más. Como el presidente dijo que la tierra era para el que la trabajara.” (Don José A., parceleiro).

“Aquí eran los campesinos que pedían la expropiación, estaban organizados, es decir, la organizaba la gente del gobierno, esa era la realidad. Los campesinos no tenían idea de organización. Esta gente de INDAP, CORA, SAG... ellos llegaban a los lugares y formaban los sindicatos, fueron los sindicatos que hicieron la reforma agraria. Se formaron sindicatos que tenían gente de toda la comuna, entonces eran poderosos. Osea, el sindicalista y los dirigentes anadaban bien porque tenían plata siempre. Entonces esa gente llegaba y le decían al gobierno: “miren tal fundo”, iban al fundo formaban un Comité y decían “ya firme la solicitud a la CORA”, y los tipos llegaban y se tomaban el fundo, o sea, cortaban el camino, no dejaban salir, encerraban al dueño de fundo. Y ahí llegaba el jefe de la CORA

con los papeles, llegaba a hablar con los patrones “este fundo se va a expropiar y a la buena a Uds. se les va a pagar” y llegaban a un acuerdo y los patrones se iban” (Don Antonio M., dirigente).

Com a lei de sindicalização N° 16.625 de 1967, respaldou-se a participação dos camponeses nas organizações, e o aumento das filiações permitiu importantes conquistas por melhores condições de trabalho, tais como: melhores salários, cumprimento da jornada de oito horas, carteira de Previdência Social. Além dessas conquistas de direitos, os camponeses começaram aos poucos a disputar com o latifundiário o excedente proveniente do processo produtivo.

Dos diferentes relatos, apreende-se que as mudanças começaram, primeiramente, pela busca de melhorias no trabalho, para, posteriormente, desencadear a solicitação de desapropriação da terra. Se bem que cada desapropriação da terra implicava diferentes níveis de tensão entre inquilinos e patrões, os conflitos foram também vivenciados entre os próprios inquilinos no momento de decidir a desapropriação. As tensões fizeram-se presentes por diversos motivos, entre os quais se podem indicar as diferentes concepções no que se refere à estabilidade no trabalho: para alguns inquilinos, era garantia na relação de emprego; para outros, concebia-se o desenvolvimento como produtores familiares desligados do patrão.

“Había gente que decía que había que se hacerse al final, porque por aquí estaban hecho todos los asentamientos, entonces nosotros éramos menos de la mayoría que quería, éramos como ocho los que no queríamos y éramos como vinticuatro. No queríamos porque estábamos bién con los patrones... si nos llamaban “los momios”⁽³⁰⁾. Nosostros veíamos que iban a las reuniones en Collipulli, nosotros no íbamos nunca, poco menos que a la fuerza nos tenían que llevar” (Don Daniel J., parcelero).

Por outro lado, para alguns inquilinos o desejo da terra apresentava-se de forma contraditória, pelos vínculos criados com o latifundiário. Em determinados casos estabeleceram-se relações de compadrio ou de amizade, resultando em relações que implicavam lealdade por parte do inquilino para com o patrão. Além disso, o cumprimento da normativa trabalhista por parte do latifundiário e até dos trabalhadores em uma das fazendas, constituía-se, também, em outro elemento que podia explicar a negação de alguns inquilinos pela desapropriação dos fundos.

³⁰ "Momio" é uma expressão popular para designar aos simpatizantes e militantes de partidos políticos de direita, pretendendo com isso refletir o tradicionalismo e o conservadorismo das suas práticas políticas.

Com isto revela-se que nem sempre o processo de desapropriação contou com 100% de aprovação por parte dos trabalhadores; a oposição tendia a expressar-se através de condutas passivas dentro do sindicato, e apesar de que estas situações foram minorias, provocaram pequenos conflitos dentro dele.

Não obstante, estes conflitos ficavam marginalizados, pois considerava-se a decisão da maioria do coletivo (cinquenta mais um) força majoritária, que permitia a possibilidade da quebra constitucional latifundiária para chegar à obtenção da terra por parte dos trabalhadores. Além disso, estava-se cumprindo através das leis um ordenamento pleiteado pelo Estado.

“...entonces principió el asunto del asentamiento, se organizaron los consejos comunales, eso era lo fuerte que había, vinieron varias veces donde nosotros para que nos integráramos al Comité del asentamiento, nosotros varias veces lo rechazamos, no queríamos, veíamos que estábamos bien. Un día ya llegaron con la fuera policial, llegaron otros asentamientos de más arriba, esos ya estaban organizados y llegaron con fuera mayor a destituirlo. Si no queríamos el esentamiento, teníamos que retirarnos, dejar el campo. Entonces ahí nos llamó el propietario y nos dijo “ya estamos jodidos así que no hay caso de salvar el fundo, tenemos que cederlo” (Don Leonardo P., parceleiro).

Os relatos indicam que aparentemente as desapropriações se efetuaram sem maiores enfrentamentos com os ex-proprietários das terras. Não obstante, cada desapropriação dava-se em clima de tensão gerado entre o grande proprietário, os trabalhadores e os agentes do Governo. Para os “parceleros”, a concepção de conflito tinha como referência as desapropriações realizadas com atos de violência em outros assentamentos.

Os diferentes relatos tratam da importância do Estado como elemento impulsionador da quebra das antigas relações sociais. O componente ideológico da “luta pela terra” surgiu respaldado por uma estrutura institucionalizada que pretendia interpretar o sentir dos camponeses que, se na realidade fala das suas necessidades, diluiu ao mesmo tempo o compromisso de luta coletiva para chegar a sua institucionalização. Assim foi que a Lei se fez na prática como obrigação, e não como uma luta pela terra.

Quanto ao acesso ao assentamento, nem todos os que trabalhavam na fazenda tinham direito a terra. Para ter acesso ao assentamento, deviam cumprir com certos requisitos, como por exemplo: ser camponês, ser casado ou chefe de família, ser maior de 18 anos, possuir aptidões para o trabalho agrícola e ter bons antecedentes (GAZMURI, 1970).

Os trabalhadores que não tiveram acesso à terra foram os jovens solteiros e sem filhos, e as mulheres solteiras ou casadas que eram chefes da casa. Em tais casos, ou converteram-se em

assalariados temporários do assentamento - que podiam se constituir em sócios com direito a voz, mas sem direito a voto -, ou emigravam para a cidade.

O acatamento da Lei (como indicava grande parte dos “parceleros”: a Lei é a Lei) parecia ser explicado por certa herança do ser empregado, a qual foi incorporada pelos processos de subordinação determinado pelos aspectos econômicos aos quais estavam sujeitos.

Dada esta relação, a imagem do patrão não foi fácil de se diluir no tempo já que tem estado presente na família como eixo ordenador da atividade produtiva, através da qual se haviam obtido os recursos para a manutenção do grupo familiar do inquilino ou horista. Estes antecedentes facilitam que a legalidade caia em terreno fértil; os camponeses pareciam estar acostumados a obedecer, mais ainda quando o Governo lhes oferecia oportunidades para sua melhoria econômica.

Desta forma, conjugava-se a “legalidade dos costumes” e a “legalidade oficial”. Se bem que isto poderia obedecer a um maior aprofundamento pelas implicações que teve o processo da reforma agrária, aqui só resta especificar que o respeito com relação à legalidade se constituiu em um referencial propício para a execução da desapropriação e o desencadeamento do assentamento. É por isso que ainda hoje esta situação não deixa de chamar a atenção.

É possível identificar a existência dos diversos grupos nos censos agropecuários onde, segundo a condição jurídica do produtor, se determinou o seguinte:

Tabela 5 - Condição jurídica do produtor. Collipulli

Condição Jurídica	1964 1965		1975 1976	
	Nº	Hectares	Nº	Hectares
Pessoas Naturais	894	72.845,9	1.153	46.548
Pessoas Jurídicas:				
Setor Reformado	—	—	20	30.487,8 (*)
Setor Público	2	18.254,4	3	25.804,0
Soc. C contrato legal	10	25.837,8	7	23.394,7
Redução Indígena	—	—	2	444,0
Total	906	116.938,1	1.185	126.679,3

Fonte: INE. Elaboração própria

(*) Mesmo quando os dados do Censo 75|76 correspondem a outro período político, os assentados conservaram a condição jurídica de “setor reformado” - nesta data – visto que recentemente começava a se efetuar o processo

de divisão das parcelas; por este motivo aqui não aparece um assentamento, o qual passou a fazer parte da condição jurídica de pessoa natural.

Assim, por Lei, o espaço agrário passou a conter outro segmento social denominado pela administração pública como “setor reformado” (reunia a todos os assentamentos), que, junto ao “setor público” (proprietário essencialmente de reservas florestais) e ao “setor privado”, formavam os diversos grupos sociais. O “setor privado” estava constituído pela existência de pequenos produtores provenientes de colonos que foram herdando e subdividindo, sucessivamente, a terra; segmento, também, denominado por alguns autores como “camponeses tradicionais”, juntando-se a eles, os produtores “máxi”. Também forma parte do setor privado, os irrigadores surgidos da divisão de fazendas, como estratégia para evitar a reforma agrária, conforme relato a seguir:

“Cuando los verdaderos patrones empezaron a ver que la cuestión se iba a expropiar y cosas... como era sociedad, entonces fueron y le repartieron a los hijos el campo. Tenían varios hijos, entonces, le expropiaron a los hijos el campo. Ellos (patrones) alcanzaron a vender, hicieron remates, vendieron animales, todo lo que había porque había cualquier cantidad de animales” (Don José S., parcelero).

Dessa maneira, os grandes proprietários foram mudando-se e rearticulando-se na perspectiva de reconverter-se em empresários modernos. A desapropriação da terra gerou a modificação das relações sociais, provocando-se uma alteração e um deslocamento das posições sociais, dos grandes proprietários de um lado, como dos inquilinos, meeiros e horistas do outro. Assim, limitava-se a reprodução social, tanto do latifundiário como do inquilino, para dar lugar à existência de novas relações sociais no espaço agrário, com o objetivo de criar pequenas propriedades familiares.

Tais aspectos, em seu conjunto, formavam uma nova relação social, passando o Estado, através de seus agentes, a controlar a atividade produtiva e outorgar relevância política a participação social dos camponeses.

A modernização agrícola provocava, então, uma nova diferenciação social, estabelecida por fatores jurídicos, políticos e econômicos com relação à posse da terra; com ela foram-se criando diferenciações verticais que deram passo a grupos sociais até então desconhecidos: os assentados e os irrigadores (derivados da subdivisão das fazendas realizada por seus proprietários).

3.2 Os Assentados e sua Organização Produtiva

A mudança de posição social vivida pelos assentados significou um processo de acomodações, de ajustes e de tensões sociais. Institucionalmente, localizavam-os em igualdade de condições com relação a outros grupos sociais; desta maneira, tiveram acesso a créditos, formação, assistência técnica e, especialmente, acesso a terra. Esta “igualdade”, em termos produtivos, significava um desafio para os assentados: demonstrar capacidade produtiva diante dos outros grupos sociais.

Considerando que o assentamento foi criado, institucionalmente, para desaparecer a qualquer momento, pode-se entender como uma fase de transição a nova posição adquirida como assentados, na qual se pretendia que os beneficiados alcançassem níveis técnicos na produção agrícola, e que, por sua vez, adquirissem uma racionalidade produtiva competitiva que lhes permitisse se reproduzir socialmente como futuro produtor familiar.

A qualidade de assentados não os qualificava como proprietários da terra; esta era propriedade da CORA, que autorizava seu uso bem como a utilização da água da irrigação. Os gastos gerados eram de responsabilidade dos assentados, situação complexa para eles porque significou o desafio de controlar seu próprio processo produtivo em forma comunitária.

No assentamento desenvolveu-se uma organização de trabalho coletivo – conforme o estipulado pelo Estado. Sob esta modalidade, introduziu-se tecnologia agrícola e subsídios, que junto à formação deviam melhorar os níveis de produção. Os assentados, com prévia apresentação de um plano de exploração anual - que justificasse a rentabilidade da inversão - recebiam da CORA um crédito operacional anual que lhes permitia obter sementes, insumos, compras de gado, investimentos em maquinaria agrícola e em infra-estrutura. Os dados surgem dos relatos dos “parceleros”, como conta um deles:

“Aquí se trabajaba todos juntos en una comunidad, como que todos eran dueños, cuando había cosecha se repartía, había que depositar para ir pagando créditos. Aquí se dejaba lo que correspondía a cada uno. Hubo que comprar maquinarias; tractores, rastras, arados.” (Don Celindro J., parcelero).

Por esta via, no assentamento “Unión Chilena”, obtiveram-se: adegas, ferraria, garagens, casa administrativa (casa dos antigos proprietários), galpão, ferramentas de uso agrícola, balança e casebre, currais e “manga”, seis tratores, turbina hidráulica, colhedeira. No assentamento “San Jorge”, adquiriram galpão, adega, casa administrativa (casa dos antigos proprietários), “tranque”, turbina hidráulica, serralheria, três tratores, ferramentas de uso agrícola. E no assentamento “Surco y Semilla” conseguiram galpão, adega, casa administrativa (casa de antigos proprietários), currais, dois tratores e ferramentas de uso agrícola.

No plano municipal, observa-se um aumento de maquinaria e infra-estrutura; no entanto cabe ressaltar que o Censo 75|76 não informa toda a infra-estrutura alcançada pelos assentados, tendo em

vista que na data de sua aplicação muitos deles venderam parte dos recursos para custear dívidas contraídas com a CORA.

Tabela 6 Maquinarias próprias e alheias. Collipulli

Maquinarias	1964/1965	1975/1976
Tratores	184	268
Arados	1.481	357
Ancinhos	616	424
Colhedeiras	218	214
Trilhadoras	302	(*)
Enfardadeiras	117	(*)
Caminhões e camionetes	67	97
Carros de tração Carretas, carretões	905	(*)

Fonte: INE. Elaboração própria

(*) Sem informação

Tabela 7 Número de edificações. Collipulli.

Infra-estrutura	1964 1965	1975 1976
Adegas	82	210
Galpões	138	266
Estábulos	34	12
Silos	7	(*)

Fonte: INE. Elaboração própria

(*) Sem informação

O Estado garantia o acesso a créditos para a produção a baixo custo, o que permitiu o acesso à compra de equipamentos agrícolas e maquinários. Isto favoreceu, também, os grandes e médios proprietários que se converteram em agricultores comerciais mais eficientes. Através do apoio dado pelo Estado, fomentava-se uma mentalidade capitalista do processo produtivo, com pagamentos antecipados, que se efetivavam através do banco. Através do apoio dado pelo Estado, fomentava-se uma mentalidade capitalista do processo produtivo, com pagamentos antecipados, que se efetivavam através do banco, ao qual deviam cancelar com as utilidades conseguidas pelos produtos. Isto significava a aquisição de certos conhecimentos técnicos e a certeza que suas dívidas seriam cobradas. Segundo Lehmann (1975), o Estado pretendia que os beneficiários adquirissem uma mentalidade capitalista, mas na prática aplica-se uma mentalidade camponesa própria.

A estrutura “hierárquica” dentro do assentamento era dirigida e controlada em grande medida por agentes estatais, mas os camponeses participavam na eleição de sua diretoria.

“Se llamaba a elecciones había un presidente, un vice-presidente, secretario y los directores, o sea, los miembros del Consejo Administrativo eran cinco. Entonces el presidente tenía que ver con todo el movimiento y el vice se encargaba de distribuir los trabajos en el asentamiento. Teníamos comités bien organizados, teníamos comité de agricultura, de ganadería y comité de jornada que tenía que ver con eso de sacar la maleza para que trabajaran los tractores.

Habían tres comités, pero el visto bueno lo daba el Consejo de Administración, ese era el que impartía el trabajo, regularizaba los pagos, retirar las platas del banco para pagar al personal y ahí una tirada de trámites que hacer, porque había un contador que tenía la reforma agraria, ese contador tenía que ponerle el visto bueno al crédito a la solicitud que tiraba el Consejo de Administración para sacar plata” (Don José M., parcelero).

Com relação às gestões econômicas, Cereceda afirma que “as decisões concernentes à organização do trabalho, produção e investimento produtivo estavam praticamente sob o domínio da CORA, apesar de que periodicamente se constituía a co-gestão como sistema de adoção de decisões” (CARECEDA, 1984, p.46).

Destá maneira, a estrutura organizativa estava em concordância com o que se estabelecia nos regulamentos para tais casos. O Conselho Administrativo era integrado por dois funcionários da CORA e cinco camponeses eleitos pela assembléia de sócios; além disso, formavam-se comités de produção que tinham a gestão de cada rubro. Trabalhava-se principalmente de maneira comunitária, distribuindo-se o excedente deste o exercício entre os camponeses, segundo os dias trabalhados por cada um deles (CARECEDA, 1984).

Mensalmente, os assentados recebiam uma antecipação salarial sem distinções entre os trabalhadores, e todos recebiam o mesmo montante. O empréstimo devia ser devolvido à CORA, com os recursos obtidos em cada colheita anual; no caso de obter lucros, estes eram divididos entre os sócios. Com isto, pretendia-se criar consciência no assentado, da existência de uma dívida que devia ser paga ao Estado. Esperava-se que atuassem como pequenos empresários, capazes de dirigir seu próprio negócio.

“Aquí había buen personal. Aquí fue el único asentamiento distinto del resto, porque en todos los otros asentamientos habían discusiones entre la gente. Aquí nosotros el que no salía a trabajar no se le pagaba el día, perdía el día de trabajo, en otras partes no, porque para eso estaba ganando. Nosotros no puh... el que no salía a trabajar no ganaba no más...” (Don Daniel J. , parcelero).

A organização do trabalho nos assentamentos buscava o desenvolvimento de padrões democráticos e para isso reproduzia-se a estrutura legal que estipulava a reforma agrária. Para os dirigentes, este exercício democrático nem sempre foi fácil na determinação de tarefas nem na criação ou organização dos comités de trabalho; em algumas ocasiões neles mesclava-se uma atitude “ditatorial-patronal”, com posturas democráticas.

“Aquí habían algunos que trabajaban poco... de ahí... como era cuestión más libre no... que todos éramos iguales, se podía decir. Entonces, generalmente no se podía llamar la atención a un trabajador... Por lo general, para los pagos habían muchos desórdenes, si iban a Collipulli... había que mandar a un tractor con gente para que trajeran las cosas y generalmente no daba buen resultado... algunas veces disgustaban en el camino... entonces era harto problema ese asunto...” (Don Gerardo., parcelero).

A imagem do presidente do assentamento foi, em muitas ocasiões, associada com o capataz; sem dúvida, em dois dos ex-assentamentos, o papel de presidente diluía-se no exercício democrático de sua ação. Em um terceiro assentamento, ao contrário, o presidente decidiu reproduzir o rol de “capataz”, aplicando um esquema organizacional igual ao sustentado no passado, aspecto que contribuiu para o funcionamento da organização produtiva do assentamento, pelo conhecimento que todos possuíam do rol de capataz.

Apesar dos esforços por romper as relações de dependência e subordinação internalizadas nos assentados, elas foram mantidas e repassadas ao Estado, representado no Governo de turno. Inclusive, diante da necessidade de reconhecer uma autoridade os “parceleros” recriaram nos agentes estatais, a figura do patrão. Por isso, não era de estranhar que determinados camponeses solicitaram a agente de Estado o exercício de tal função, o que pode ser explicado pela existência de uma política paternalista com referência a agricultura.

“Vinieron aquí tres campesinos y me explicaron que tenían problemas para trabajar la tierra y que entre ellos habían conversado que yo fuera el patrón, ya que me conocían... Yo qué no le dije... le eché la elevadas y los mandé a cambiar!. Bueno pero esos tres con el tiempo vendieron sus tierras...”
(Funcionário estatal).

Esta situação fazia com que as relações de poder estivessem focalizadas nos agentes estatais. Portanto o Estado, como componente exógeno, representaria a prolongação do poder. No fundo, os assentados estavam reconhecendo o controle do Estado sobre o funcionamento do assentamento, pois seu poder estava baseado nas inversões de capital colocadas em cada assentamento.

É claro que a organização do trabalho nos assentamentos provocou certas reticências nos assentados, já que o esforço empregado por cada um deles se equiparava em um mesmo nível no momento de obter a antecipação salarial pelo seu trabalho; desta maneira, gerava-se desconfianças do trabalho realizado entre um e outro, pois mesmo quando se pagava pelos dias trabalhados, na realidade o esforço de alguns não era comparável ao de outros. Assim era como o sistema enfrentava o problema de definir os critérios de pagamento: pelo esforço realizado em determinados trabalhos ou pelo dia de trabalho. Esta não foi uma situação que chegou a ser controlada plenamente pelos próprios assentados, inclusive em um deles o pagamento era controlado pelo presidente do assentamento, que aplicou critérios utilizados no latifúndio: pagamento por tarefas cumpridas, e não pagamento de dias não trabalhados.

O rótulo de “serem todos iguais” no assentamento, e a possibilidade de realizar qualquer tarefa, deixava de lado diferenças próprias de cada assentado, como por exemplo: idade, conhecimento, especializações etc. Tais diferenças não eram reconhecidas pelos agentes estatais, pois tratavam os assentados com certa igualdade de condições, basicamente, pelos requisitos que deviam cumprir os postulantes aos assentamentos. Desta maneira, dentro do assentamento criaram-se formas de funcionamento com a suposição de que todos eram iguais na definição das tarefas produtivas. As diferenças foram escassamente trabalhadas na formação recebida, as quais se restringiram, especialmente, a conhecimentos de contabilidade do processo produtivo.

Se bem que eram reconhecidas entre os assentados, não se viam diferenças refletidas no tipo de remuneração, situação que com o tempo causou confusão e desinteresse para a obtenção de ganhos para o assentamento, e por sua vez, para cada assentado.

Na estrutura organizativa do trabalho, surgiam conflitos derivados de sua condição de serem “todos iguais”; isto fazia com que se desconhecesse a figura do presidente como responsável da designação de tarefas e realização do trabalho. A tudo isto somavam-se as desavenças entre as famílias na convivência cotidiana. A agricultura coletiva constituiu-se na forma de trabalhar a terra, com a participação de todos os chefes do lar (homens) do assentamento. Na nova organização deu-se continuidade ao rubro produtivo desenvolvido pelos antigos proprietários, especialmente o trigo e a pecuária, buscando melhorar os níveis de produção.

Pela carência de dados fidedignos da época, não é possível reconhecer com exatidão os níveis de produção alcançados. Considera-se, sem dúvida, com base nos relatos de “parceleros”, que os níveis de produção em seus assentamentos alcançaram um aumento a partir do segundo ano de funcionamento. Para melhorar os rendimentos, incorporaram-se, em forma intensiva, a mecanização e a formação dos assentados, especialmente aqueles que deviam trabalhar com maquinarias, aspectos que contribuíram para melhorar os rendimentos.

“Como habían tractores, entonces cada tractor trabajaba con dos tractoristas. Aquí habían seis tractores y se ocupaban doce personas, trabajaban de día y de noche, uno trabajaba medio día no más y volvía en la noche... No llegaba cualquiera que se ponía a trabajar en el tractor, los demás estaban haciendo otro trabajo, que ... limpiando la siembra y cosas, entonces ahí se distribuía la gente para todos los lados... así igual que el patrón” (Don Nicodemes F., parcelero).

Neste processo de modificação da posse da terra e democratização das relações pessoais, não se incorporou a mulher na aquisição da terra e, na idéia da modernização da economia e da agricultura, o Estado lhe destinou ações especiais, constituindo os Centros de Mães (CEMA) no espaço agrário. Esta organização devia ser o nexo entre a família e o mercado de venda. Eles constituíram-se na principal organização da mulher camponesa. É interessante perceber como se releva e relega o papel da mulher ao âmbito doméstico, apesar de que se abre um espaço de participação e de encontro, sem por isso desviar-se, necessariamente, para a comercialização de produtos artesanais. Desta maneira, a mulher está ligada à casa e à horta, mas ausente do trabalho remunerado do assentamento.

“Las mujeres, también, tenían su organización que le llamaban Centro de Madres, pero ellas trabajaban más aparte de nosotros, ellas hacían sus reuniones en la sede, pero un trabajo propiamente del campo... no participaban” (Don Heriberto M., parcelero).

A mão-de-obra utilizada, por excelência, no assentamento devia vir dos assentados, o que não excluía a contribuição dos membros de sua família, maiores de 16 anos, que viviam no imóvel. Na prática, a mão-de-obra familiar (em sua maioria eram famílias jovens com filhos pequenos) restringia-se ao trabalho da horta para consumo próprio.

Além do tipo de organização produtiva, os "parceleros" não fazem uma avaliação positiva da vida do assentado. As relações de poder e seu exercício no interior do assentamento provocaram fissuras entre os assentados, representadas, em certas instâncias cotidianas como ações anarquistas, ao não reconhecer uma entidade reguladora entre eles; daí, os reiterados comentários das desordens que se apresentavam neste novo espaço que no fundo, também, se constituía em um espaço criado por eles mesmos.

“Cuando estaba el asentamiento... ni acordarse... aquí había treinta y siete de esos, siete trabajaban, el resto tomaba los tractores, maquinarias echándolas a perder, era mucho desorden” (Don Graciano A. parcelero).

Para grande parte dos camponeses, podia ter-se evitado o assentamento, pois o interesse estava centralizado na posse individual da terra; por isso, conforme suas avaliações, a utilização de recursos outorgados pelos Governos de Frei e Allende, deviam ser feitas por eles na condição de pequenos proprietários individuais, surgidos da reforma agrária. Deduz-se disto, a defesa da propriedade privada.

As dificuldades do funcionamento do assentamento com vista a uma racionalidade empresarial produtiva eficiente diluem-se na organização produtiva do trabalho e o tipo de posse. Os níveis de consciência esperados não se expressam de maneira coletiva cooperativa; primam pela supremacia de uma racionalidade camponesa que assegure a auto-subsistência familiar, acima da racionalidade capitalista.

Diante de tal situação, o Estado não apresentou estratégias adequadas para promover a rentabilidade dos futuros “parceleros”, deixando que este grupo continue com seu caráter de transição no espaço agrário.

3.3 De Assentados a “Parceleros” Agrícolas

A partir de 1973, com a chegada do regime militar (1973-1989), a concepção de modernização agrária adotou um novo significado. Mesmo quando, em seu início, não existia clareza sobre as políticas agrárias, para os parceiros esta mudança manifestou-se na ruptura evidente da ordem política e ideológica que afetou a organização produtiva do assentamento.

As políticas iniciais do regime militar, não possuíam maior clareza quais viabilizaram medidas do “setor dominante” (constituído, em termos políticos, pelas forças de direita). Assim sendo, “El Estado, de acuerdo con las nuevas orientaciones, adopta nuevas decisiones para el espacio agrario que tiene por finalidad que se oriente por una racionalidad económica de maximización de beneficios” (CRUZ, 1989, p.101).

Com isto, mudam-se, novamente, as relações do Estado com os camponeses, pois passa-se de um “Estado estatista” para um “Estado liberalizante”. Cruz (1989) demonstra que, na nova política econômica se outorga ao Estado um papel subsidiário, oposto ao executado por governos anteriores, visto que agora se lhe concebe uma estrita participação como facilitador das condições necessárias para a livre competição do setor privado, nas atividades econômicas que forem de seu interesse, passando, portanto, a normatizar certos aspectos da atividade econômica.

Na sua nova concepção, o Estado assume só aquelas funções que as sociedades intermediárias ou particulares não se encontrem em condições de assumir. A subsidiariedade é concebida com a existência do setor privado; em outras palavras, trata-se da incorporação, paulatina, do capital no espaço agrário.

Com respeito a esta nova orientação econômica, Cruz (1989) afirma:

“El nuevo modelo económico que orienta la actividad productiva se sustenta en: el respeto por la propiedad privada, la iniciativa privada, como pilar del funcionamiento económico; la libre competencia; el mercado como mecanismo de asignación de los recursos y factor de crecimiento; la apertura al comercio exterior, como forma de asegurar el máximo aprovechamiento de las ventajas comparativas que el país posee en el exterior y la subsidiariedad del Estado en materia económica” (CRUZ, 1989, p.101).

A modernização agrária contém estratégias políticas centralizadas no fortalecimento do direito a propriedade privada, na potencialização e incorporação de empresários ao setor produtivo do espaço agrário, para assegurar a eficiência na maximização dos benefícios. Não obstante, como indica Cruz (1989), as particularidades do setor agrícola não foram consideradas, pois foram incorporadas as políticas de livre mercado em condições similares ao resto dos setores econômicos, e, sua aplicação foi possível tendo em vista que o Governo Militar se apropriou de um momento decisivo para levar o cabo seu objetivo de alta produtividade.

Nessa lógica, entre as diversas estratégias dirigidas ao espaço agrário encontram-se: a prioridade na necessidade de privatização dos recursos solo e água, que culminou na devolução de parte de terras desapropriadas, e na legalização de títulos de propriedade individuais dirigidas a integrantes de assentamentos. Por outro lado, privatizaram solos de comunidades indígenas, outorgando-se título de domínio ao representante de cada família integrante da comunidade. Com estas medidas, eliminou-se todo tipo de coletivização da posse da terra. Além disso, como expressa Villela (1979) e Alvavay (1982), com a obtenção do “título de domínio” pretendeu-se eliminar os conflitos para transmitir “segurança de posse” e o respeito absoluto a propriedade privada.

Nos casos estudados, a continuidade dos assentamentos vira-se truncados a partir de 1973. Suas repercussões específicas fazem-se sentir legalmente a partir de 1976, data em que a Lei de Reforma Agrária 16.540 é modificada pelo Decreto-Lei 1.600, e que passa a estabelecer normas a respeito da transmissão das terras pela Corporação da Reforma Agrária (CORA). Foi assim como a

Junta de Governo, o Ministério de Agricultura e o representante legal da Corporação da Reforma Agrária (CORA) excluíram superfícies desapropriadas por governos antecessores.

O assentamento, que como categoria envolvia em si diferentes significados, durou pouco tempo, rompendo-se com o novo discurso político, com as novas estratégias econômicas do Governo. Para acabar com o resquício coletivista no espaço agrário, e com o significado político do conceito, recorreu-se, na época, a uma nova denominação: associados, denominação que pretendia ser coerente com a nova concepção do social. E claro que, isto marcou uma ruptura no processo da reforma agrária e diversos autores assim a têm definido como contra-reforma ou reversão da reforma agrária (CRUZ, 1989; GÓMEZ, 1982; VIO-GROSSI, 1990; CERECEDA, 1984). Como seja com a imposição das novas estratégias pretendia-se construir uma nova ordem na agricultura, tendo como eixo a estrutura fundiária que, no passado, se constituiu em fonte de conflitos e violência de caráter ideológico e político.

Segundo Gómez (1982), optava-se pela concretização, em curto prazo, de aumentar o tamanho das propriedades de tipo médio. Em outras palavras, o processo de divisão dos sítios envolveu a intenção de reproduzir um grupo de “camponeses médios”, os quais estariam representados pelos “parceleros”. Cabe recordar que a divisão de terras era um aspecto contemplado na reforma agrária, com o agravante de que agora os camponeses não podiam optar pelo tipo de posse, pois não se deixou possibilidade para uma opção comunitária ou cooperativista. Apesar disso, para os “parceleros”, um dos alvos deste regime político foi à obtenção individual da propriedade da terra; com isso, assumiram, até os dias de hoje, a categorização e identificação de “parceleros” derivados da reforma agrária.

Entre os anos 1976-1979, regularizou-se o processo de divisão das terras. Isto provocou o surgimento de 1.611 sítios na Província de Malleco, representando 49,5% do total regional, enquanto em Collipulli se criaram 434 sítios com 321 terrenos, respectivamente. Dados que se demonstram nas tabelas 8 e 9.

Tabela 8 Beneficiários originais do processo de reforma agrária

Comunas	Destinação em unidade familiar	
	Nº	Sítios
Angol	9	178
Renaico	9	160
Collipulli	21	460
Curacautin	3	24
Ercilla	6	117
Victoria	19	382
Traiguén	12	271
Lumaco	—	—
Purén	2	21
Los Sauces	3	24
Total Malleco	84	1.611
Total Regional	181	3.257

Fonte: Servicio Agrícola Ganadero (SAG) Temuco, Angol. Elaboração própria

Tabela 9 Divisão na Comuna de Collipulli

Assentamento	Número de “parcelas”	Número de “sítios”
Surco y Semilla	42	10
Chile Nuevo	29	—
Futuro de Chile	22	4
Libertad Campesina	28	—
Unión Chilena	33	—
Tranque de Nanco	29	17
La Montaña	11	9
El Sol	14	15
El Éden	19	3
La Suerte y el Radal	16	28
América	5	3
La Conquista	19	24
Salto de Chanchahue	12	18
Los Aromos	13	4
José Miguel Carrera	21	4
El Progreso	24	19
San Jorge	24	15
Manuel Rodríguez	33	20
El Tesoro de Malleco	3	1
San Andrés	25	35
Los Castaños	12	2
Total	434	231

Fonte: Servicio Agrícola Ganadero (SAG). Temuco, Angol. Elaboração própria.

A destinação de projetos de divisão das terras no Município de Collipulli representou 24,1% da superfície total da posse de terra entre os anos 75|76. O número de explorações neste Município, que alcançava a 905 entre 1964|65 aumentaram para 1.115 entre 1975|76 (INE, 65/66 - 75/76, SII).

**Tabela 10 Número e superfície das explorações por condição jurídica do produtor.
Collipulli 75|76**

Condição Jurídica	Nº	%	Sup.	%
Setor Público	3	0,3	25.804,0	20,3
Sociedade c contrato legal	7	0,6	23.394,7	18,5
Redução Indígena	2	0,2	444,8	0,4
Pessoas Naturais	1.153	97,2	6.548,8	36,7
Setor Reformado	20	1,7	30.487,8	24,1
Total	1.185	100%	126.679,3	100%

Fonte: Censo Agro-pecuário 1975/1976. Elaboração própria

Os selecionados para receber sítios deviam reunir alguns requisitos para sua apropriação, tais como: viver no imóvel designado, antiguidade, idade, saber ler e escrever, número de filhos, especialização (GÓMEZ, 1982). Desta forma, aqueles que alcançavam um maior número de pontos, obtinham as melhores terras. Os excluídos foram os jovens solteiros e as mulheres chefes de família, mesmo quando, na sua condição, tiveram certa participação no assentamento. Com isto, fixaram-se novas diferenciações entre os ex-assentados, provocadas diretamente pela política estatal da época.

“Y después, de repente, ya primero cuando vivíamos en el asentamiento ya sabíamos que teníamos derecho a tierra y cosas, pero después nos vinieron a repartir las parcelas” (Don Daniel J., parcelero).

O direito à terra, apesar de ter marcado um novo segmento no espaço social agrário, com uma aparência homogeneizadora, deixou transparecer um paulatino processo de diferenciação entre os “parceleros”, dada uma combinação de elementos, tais como: preço da terra, utilização de força de trabalho, maquinarias, produção, experiência laboral e especialização, entre os mais relevantes. De tal maneira, as condições com as quais assumem os sítios passam a definir uma diferenciação interna.

“Aquí, a nosotros podrían habernos dado parcelitas más grandes, si tierra era harta... si trajeron a harta gente de fuera de aquí” (Don Pedro O., parcelero).

Por outro lado, ao mesmo tempo em que se consolida a presença de camponeses advindos da reforma agrária, apresenta-se o desafio de sua capacidade para reproduzir-se socialmente, em uma economia essencialmente competitiva, e na quais os benefícios estatais começavam a ser disputados por outros grupos sociais no espaço agrário.

A superfície designada a cada “parcelero” tinha em média 8,7 hectares de irrigação básica, superfície estimada a nível estatal, suficiente para permitir a reprodução social dos “parceleros”. Apesar da qualidade da terra encontrar-se garantida pela medida de equivalência de “hectares de irrigação básica”, existiam outros elementos que as distinguiam entre si, como por exemplo, a existência de cercas e alambrados, existência de casa, limpeza de solo, entre outros.

Os sítios eram entregues com terreno para a casa e a horta. Em geral, sítio e terreno formavam um só imóvel. Sem dúvida, em alguns casos a propriedade não contemplava o terreno com a casa e a horta; em outros casos, o sítio e o terreno (casa e horta) foram entregues em terras diferentes. É importante conservar este aspecto, visto que os terrenos (casa e horta) se converterão, com o tempo, em uma alternativa de moradia crucial para alguns “parceleros”.

Em cada projeto de divisão entregaram-se hectares de “bem comum” para os fins destinados pelos “parceleros”; nestes hectares encontrava-se a infra-estrutura do assentamento (escola, galpões, adegas). De certa forma, constituía-se no espaço físico onde se materializava a vida comunitária. Em geral, estes hectares foram utilizados para a construção de escolas, centros médicos ou igrejas, impedindo, de maneira implícita, sua ocupação pelos “parceleros”.

“Cuando nos entregaron la tierra a nosotros, quedaron 4 hectáreas de bien común y la escuela. De nosotros nadie quiso ir a la escuela porque eran casas patronales, entonces lo que pasó fue que la donamos al fisco para que tuviera una escuela. Se hicieron los papeles y todo, pero antes nos dejaron las 4 hectáreas de bien común, que eran galpones tremendos, eran 6 galpones, después nosotros los desarmamos y nos repartimos el zinc y la madera: Se hacían filitas con las cosas y después se hacían numeritos y se echaba a un sombrero y, cada uno sacaba un numerito. Y nada de que “yo me voy a elegir esto porque está mejor”, ni cosas por el estilo. Así nos repartimos, entonces ninguno quedó agraviado, no, porque ahí estábamos todo haciendo lo mismo.

Ya después cuando estábamos todo repartido, cuando cada uno estaba en su parcela, entonces ahí sirvió mucho para hacer galpones, casa y otras cosas” (Don Daniel J., parcelero).

Uma vez aprovado o projeto de divisão, o fisco determinou uma avaliação da terra para o pagamento de contribuições; posteriormente, o adquirente comprometia-se a pagar cotas anuais, por um período de 25 a 30 anos, de acordo com o preço estipulado. Por sua vez, cada cota vem sendo reajustada de acordo com o índice de preços ao consumidor (IPC). Isto é considerado como renda da terra, já que se traduz em uma determinada quantidade de dinheiro, por um dado tempo, através de um contrato, è a maneira como o sítio se realiza economicamente valoriza-se enquanto propriedade territorial.

O valor da terra como categoria não se produz na circulação de mercadoria, mas na sua produção; seu valor está em direta relação com a quantidade de trabalho socialmente necessária para a produção. Nesta perspectiva, o valor da mercadoria está formado pela soma de tudo que envolve o processo de produção. As cotas pelo sítio começaram a ser exigidas a contar de 1980; o adquirente, por seu lado, ficou sujeito a explorar, pessoalmente a terra e a ter sua moradia em um lugar compatível com a exploração.

A propriedade privada, apesar de assegurar-lhes a posse da terra, por outro lado, colocava-os frente à responsabilidade da sua organização e administração. Tal fato, sem dúvida, marca uma diferença ostensiva com relação à vivência do assentamento. Apesar das mudanças sustentadas em termos políticos, os “parceleros” mantiveram-se, aproximadamente, por dois anos trabalhando como um coletivo para fazer produzir a terra, utilizando a maquinaria do assentamento que ainda não havia sido retida pelo Estado. Só a partir do ano 1976, quando começaram a entregar os sítios, é que a organização coletiva se dissolveu completamente.

“Después de eso empezamos a trabajar con las parcelas que se entregaron en el año 76, antes estuvimos trabajando como en una comunidad y después se entregó a cada uno su parcela con su título y cada uno tuvo que rascárselas con sus propias uñas y ahí fue que muchos no tuvimos para trabajar solos; entonces empezó la gente a vender, pero casi la mayoría vendió regalado” (Don Joseph., parcelero).

“Después se separó, cada uno siguió trabajando en su parcela, se empezó a desorganizar la gente, que unos querían trabajar juntos, que otros no querían... de repente nos apartamos bien, cada uno en su parcela” (Don Celindro J., parcelero).

“Nosotros estuvimos un tiempo en que estuvimos bien trabajando, pero después se echo a perder todo por un pago a destiempo, se quedó debiendo, se pagó, pero no se pagaron los intereses, entonces ahí empezó a subir la deuda y ahí estuvimos... otro año, después hubo que vender las maquinarias para pagarla”. (Don Alfonso R., parcelero).

No sentido individualista e coletivista, suas estratégias de reprodução como família aparece em diferentes situações. O ex-assentamento “Unión Chilena” apresenta atualmente, tal qual como no passado, traços de coletividade ao longo da sua trajetória produtiva.

Com o fim do assentamento produz-se, conjuntamente e paulatinamente, o desmantelamento da maquinaria agrícola, a infra-estrutura e, em parte, a emigração de mão-de-obra, especialmente, a jovem.

“Con las maquinarias pasó que hubo que venderlas porque se debían créditos y para que no nos quedara a ninguno ninguna deuda, se pagó todo, incluso tuvimos que vender unos animalitos para pagar todo” (Don José R., parcelero).

Para a análise consideraram-se as informações da Comuna, levando-se em conta a falta de dados produtivos específicos dos setores. Em termos de produtividade, esta tendeu a aumentar, levando-se em conta a superfície semeada e plantada, não aconteceu assim com a forragem, existindo entre os anos 1965 e 1975 uma diminuição do número de hectares plantados, como se observa na Tabela 11, e que indica, por sua vez, uma diminuição na criação de gado.

Tabela 11 Superfície semeada ou plantada em Collipulli

	1964 65		1975 76	
	Hectares	(%)	Hectares	(%)
Plantações florestais	9.692,5	35,6	29.452,7	61,8
Cereais	1.070,6	40,6	12.831,5	26,9
Cultivos industriais	1.907,3	6,9	2.991,0	6,3
Hortaliças e flores	208,6	0,8	284,3	0,6
Plantas de forragem	4.255,9	15,6	1.974,4	4,14
Frutíferas	100,5	0,4	115,7	0,24
Vinhedos e matagais	30,9	0,1	5,9	0,01
Superfície total	27.266,3	100	47.655,5	99,99

Fonte: NE, Censos agro-pecuários 64/65, 75/76. Elaboração própria.

A produção cerealista nesta década apresenta uma diminuição da produtividade que é maior que a área cultivada.

A dotação individual de títulos de domínio continha, nos seus inícios, uma cláusula de caráter legal com proibição de venda, tal como estabelecia a lei da Reforma Agrária para fortalecer a base da agricultura familiar futura. Não obstante, tal impedimento é eliminado em forma paulatina, começando pela modificação da Lei da Reforma Agrária, através do D.L. 208, de dezembro de 1976.

A partir de 1976, começa-se a regulamentar as transações no mercado. Em 1977, sob expressa autorização da CORA, permite-se efetuar meeiras e aluguéis. A este respeito, Cereceda (1984), citando um estudo de ICIRA³¹, indica que tais estratégias se constituíram na primeira fase de transferência da propriedade em curto prazo, já que, em 1978, em âmbito nacional, 22,8 % dos “parceleros” encontravam-se realizando esta forma de posse.

Neste contexto, o espaço agrário estudado não foi uma exceção, já que os parceleiros optaram por trabalhar em media ou arrendavam suas terras. Este tipo de transferência formou parte de uma escalada em direção à comercialização da terra, e por outro lado, significou, mesmo que em menor grau, a adoção individual de uma estratégia de reprodução social dos novos proprietários da agricultura familiar.

Posteriormente, por intermédio do D.L. 3.262, de 1980, autorizou-se a venda de sítios, e finalmente, com o D.L. 18.133, anulou-se, definitivamente, a proibição e limitação de venda³².

Tais modificações permitiram que a terra, adjudicada pelos “parceleros”, passasse a circular enquanto mercadoria, assegurando-lhes a “liberdade” da operação mercantil. Desta maneira, o “título de domínio” ou título de propriedade, adquiria uma significação simbólica pela ênfase dada à liberdade de ação. Isto, por sua vez, é coerente com os fins da política agrária, já que permite sua livre circulação e transação no mercado.

“Generalmente, en principio, compró cualquiera, el que tenía un poco de dinero invertía porque a la larga la tierra iba a valer más, ¿no?, entonces el que tenía un poco más de visión compraba parcelas porque las compraba regaladas” (Don Antonio M., parcelero).

Em outras palavras, a possibilidade de traspasso comercial da terra outorgou-lhe o caráter de reserva de valor. Sendo assim, a comercialização da terra permitiu a incorporação de novos proprietários, tais como: agricultores, comerciantes, profissionais, para quem a terra não passa, necessariamente, a ser utilizada em atividades agrícolas, pecuárias ou florestais, mas que pode

³¹ ICIRA. “Análisis de la situación de los asignatarios de tierras a Junio de 1978”. Santiago, Chile, 1979.

³² Publicado no “Diario Oficial el 16 de abril de 1982, N°31.242”.

permanecer inativa, em termos produtivos, por um longo período. Os novos atores começaram a configurar uma heterogeneidade nas relações sociais aí presentes.

Como se sabe, a mercadoria da terra possui uma diferença com respeito ao resto das mercadorias, já que com esta última se estipula a conjunção de posse e uso. No caso da terra, isto não é imprescindível. Pode existir um ou outro, indistintamente ou conjuntamente, porque não é produto do trabalho, já que é finita (MARTINS, 1988). Assim, como para o “parcelero” o título de domínio da terra é um instrumento de trabalho, com isso se compreendia a concepção de propriedade e uso, não possuíam essa concepção no passado, pois antes a terra era só para ser trabalhada enquanto a propriedade pertencia a outros, desta maneira, a terra torna-se dinâmica enquanto mercadoria.

Na tentativa de tornar periódica a comercialização da terra, os relatos dos diversos atores sociais do Município expressam a priorização de uma versão de nexos e transversalidade da venda, por parte dos “parceleros” na sua relação com o Estado, como também, pela presença das empresas florestais. Aspectos que traduzem a relevância outorgada ao setor econômico florestal no processo de mudanças, especialmente, em meados da década de 80. Por sua vez, a periodicidade efetuada através de uma revisão de dados do maior projeto de divisão de terras - “Surco y Semilla”, revela que, de quarenta e um “parceleros” originais, dezesseis (46,3%) venderam seus sítios entre os anos 1981 e 1986 a particulares de procedência urbana, terras que, por sua vez, foram sucessivamente adquirindo novos proprietários, entre eles as empresas florestais³³. Já entre 1987 e 1993, sete (17,1%) dos proprietários (“parceleros”) passam comercialmente adiante suas terras. Como se observa, entre 1981 e 1993, cerca de 63% dos estabelecimentos foram vendidos, confirmando as projeções estimadas por Cereceda (1984) na região central do país, onde mais de 50%, cederiam, total ou parcialmente, seus sítios.

Com relação aos principais fatores que provocaram as vendas, dois períodos podem ser destacados: o primeiro, entre 1980 e 1986, caracterizado pelas estratégias do Estado referentes à privatização da terra, bem como pelas políticas dos organismos estatais, que reduziram as transmissões de apoio creditício aos “parceleros”. Reconhece-se o outro momento a partir de 1986, por apresentar uma maior ênfase nas relações dos “parceleros” com os empresários silvícolas.

Apesar dos fatores indicados nestes dois períodos serem, por sua natureza, externos aos estabelecimentos individuais, a maneira como afetam a determinados “parceleros” provém das próprias condições dos produtores familiares, os quais estimam os aspectos externos e internos transcorridos na peculiaridade de sua própria história. Uma constante que se observa no primeiro

³³ Fonte: Notaria de Collipulli. Registro de Propiedad de Bienes Raíces, anos 1975 a 1993. Diante da impossibilidade de registrar os 21 projetos de divisão de terras, selecionou-se o Projeto Surco y Semilla, por ser o mais representativo quanto ao número de sítios.

período, é a cadeia de vendas desvantajosas para os “parceleros”, pois o preço da terra tem sido o mais baixo alcançado nos últimos 25 anos.

“Como le digo, yo mismo... fue un regalo el que hice, no me pagan ni una hectárea con el valor que tiene ahora la tierra y era bastante tierra la que vendí y no era mala.” (Don Iván Y., parcelero).

“Yo le digo que aquí a nadie le compraron hasta el año 85|84, por más de \$150.000 por la parcela completa. También estaba comprando el derecho a la deuda, pero la deuda del parcelero era bajísima. Si estos tipos compraban en ese tiempo...estas parcelas aquí costaban \$180.000, o si pagaba \$360.000 Ud. Quedaba con una parcelita completita y no quedaba con deuda, y muchos lo hicieron.” (Don Antonio, dirigente).

“Si aqui uno vendió su parcela enterita, con todo, por una citroneta...” (Don Segundo M., parcelero).

Para diversos autores (CRUZ, 1989; CERECEDA, 1984; GÓMEZ, 1982; BENGGOA, 1989) o motivo central do traspasso da terra é o “modelo econômico”, que procura a conformação de um setor empresarial, que efetue um uso eficiente do solo; para tal efeito, os autores estimam que se produziria uma decantação “natural” daqueles que não conseguem ser eficientes e produtivos. Sem dúvida, a ausência de recursos tecnológicos e de financiamento dos produtores familiares, a drástica diminuição de prestações estatais em créditos de baixo custo, e a falta de assistência técnica gratuita, além da cobrança de crédito pela terra constituíram-se em motivos relevantes para a sua venda. A ausência de créditos e subsídios levou alguns parceiros a solicitar empréstimos a bancos privados ou a organismos estatais que já funcionavam com outra lógica econômica. Muitos deles, devido à relação negativa entre o crescimento das dívidas e o crescimento dos ingressos obtidos com seu trabalho, tiveram suas terras embargadas.

“Mi marido halló que teníamos que vivir mejor, entonces, él pidió créditos en animales en Indap. Mi marido siempre fue empleado, que... como propietario como 16 años, pero nunca se dedicó a créditos ni nada, entonces, ahí nos fuimos para abajo, sabe?, entonces ahí nos embargaron la parcela y no pudimos sacar el embargo, porque los créditos subieron, subieron y tuvimos que vender esa parcelita...eso hace como 11 o 12 años, más o menos. Y después de repente hallamos que estábamos pagando y pagando créditos, porque se iba pagando primero.... después dejamos de pagar un tiempo y iba subiendo” (Sra. Juana, parcelera).

“...fui aval de mi propio cuñado y no respondió al pago y yo también tenía un crédito así que no pude sacarme los balazos, eran como \$300.000 en el año 77-78, en el 78. Claro que yo llegué hasta el 82 amortiguando los intereses, pero después subió mucho y después no pude, así que tuve que venderla... la tuve arrendada, pero el arriendo tampoco me daba para pagar, y en el fondo para no estar encallado tuve que venderla. La vendí baratísima, debía como \$360.000 aquí en la Cooperativa Agrícola de Collipulli y la parcela salió en \$400.000, total con los gastos me quedaron \$15.000 fue todo lo que nosotros recibimos de la parcela” (Don Humberto C., parcelero).

Como causa de venda, aos motivos de ordem econômica, podemos acrescentar outros que, não necessariamente, obedecem a elementos puramente econômicos; esta situação viu-se combinada com expressões políticas que pretendiam reverter o sentido total da reforma agrária, e com isso modificar a posição social daqueles que se viram deslocados e desapropriados de suas terras.

Difundiou-se entre os parceleros, através do discurso, a abolição da lei de reforma agrária, a qual traria como consequência, a devolução das terras desapropriadas dos antigos proprietários. Alguns setores de direita davam como certa sua total devolução, enquanto que, para os parceleros, isto foi considerado como uma ameaça; em um período que, politicamente, não era possível esclarecer as dúvidas, dado os níveis de repressão criada ou recriada por diferentes grupos sociais.

“Vendieron sus tierras digamos unos por falta de conciencia, la gran mayoría porque no tenía condiciones para seguir trabajando y otra porque había gente de gobierno... que les decía que a la larga se las iban a quitar y que si no vendían...se las quitaban. En cambio les daban \$50.000 por una parcela, era el derecho que compraban, porque estaban comprando la deuda. Bueno recibían \$150.000 ó \$100.000 y estaban aprovechando algo, porque después se las iban a quitar igual. Entonces, muchos creyeron que se las iban a quitar, pero teniendo título de dominio no se la podían quitar; pero la gente cree cuando le echan una mentira de ese tipo...” (Don Francisco M., dirigente).

Desta forma, fazia-se presente entre os “parceleros” a mudança das relações de poder no espaço agrário. As relações sociais modificavam-se e era evidente a perda do respaldo estatal, ao mesmo tempo em que os antigos latifundiários se articulavam enquanto empresários agrícolas com maior apoio do Estado. Não obstante, a privatização da terra e a descentralização estatal da atividade agrícola econômica não deram espaço à recomposição do antigo sistema latifundiário, além do mais fomentou o setor privado no que se refere a sua capacidade empresarial. Apesar das disposições legais para a devolução da terra aos antigos proprietários, ela não se efetuou de forma massiva; ao contrário, mantiveram-se os projetos de divisão dos sítios para posteriormente serem destinados, individualmente, aos “parceleros”.

Chama-nos a atenção que o medo de perder a terra é um aspecto que, até hoje, se faz presente. Neste contexto, para os parceleiros, o “risco contém o sentido de “perda”, desaparecimento de algo que existiu; tal como acrescenta Lovisoló (1989, p.70), “pode significar algo que não existindo é um modelo ideal para os atores. É uma situação desejável que o processo demonstra dia a dia, a impossibilidade de sua realização”. Portanto, o risco ao qual se sentiam expostos refere-se à perda da condição de ser proprietário, e a possibilidade ideal envolve a própria capacidade de decisão e controle da terra, em outras palavras, o desafio de ser seu “próprio patrão”. O risco traz, por sua vez, a relevância do poder do Estado pela, ainda, “viciada” idéia do que “tira e dá”. Portanto, assim como no passado, desapropriaram solos de um segmento social que controlava, em grande parte, o poder econômico do campo, esperava-se que o mesmo poderia acontecer com eles.

Outro aspecto invocado por vários entrevistados para explicar as vendas de terras, é a falta de “enraizamento” por parte dos parceleiros, já que seus antepassados não eram proprietários, e eles mesmos tinham recebido a terra do governo, através dos programas de Reforma Agrária dos presidentes Allende e Frei.

“Para mi, el hijuelero está más arraigado a la tierra porque no se encontró de repente que era dueño de una cantidad de hectáreas, sino que la ha tenido a través de sus antepasados y sin otros compromisos como el asignatario. Los hijueleros raras veces venden, por ejemplo, no he sabido de este sector de Santa Julia, el Catorce, que hayan vendido a las forestales, pero los parceleros sí están vendiendo y algunos hijueleros tienen tanta o más tierra que un parcelero. Entonces es un fenómeno que, no sé por qué se da, pero yo lo veo así” (Profesor).

“Al parcelero no le importa la parcela, muchos la vendieron por un televisor... se farrearon lo que les dio el gobierno” (Don Luis A., Parcelero).

Com relação ao “enraizamento”, os parceleiros são comparados com os irrigadores, que herdaram a terra de seus antepassados e que, de acordo com estas pessoas, tendem a resistir às pressões pela venda das terras. Se isto fosse verdade, poderia indicar a existência de duas lógicas diferenciadas: a dos irrigadores, que privilegiariam a propriedade da terra e a possibilidade de sua reprodução nela mesma; e a dos parceleiros, que veriam a terra como uma mercadoria, capaz de ser trocada por outra, como um meio de ascensão social. Contudo, o apego a terra ou a falta deste, por parte dos parceleiros é questionado, considerando o marco em que se dá o processo de transformações.

Como se mencionou no capítulo anterior, a totalidade dos parceiros provém do campo e 80% são originários da mesma área onde atualmente têm sua moradia. Ao mesmo tempo, antes da Reforma Agrária não eram proprietários da terra e não tinham experiência em administração de uma unidade produtiva. Assim, provavelmente, não se trata do apego ou não a terra, mas a capacidade do grupo familiar em assumir a propriedade em sua capacidade real de organização produtiva. Capacidade que poderia ter sido potencializada, com o apoio do Estado através de créditos e assistência técnica adequada, mas não o foi. Entre 1976 e 1988, existiam 1.440 edificações (correspondendo a um crescimento de quase 60% em 24 anos). O crescimento do número de explorações entre 1964/65 e 1988 afetou, principalmente, a superfícies de 20 a 100 hectares.

Em resumo, são várias as razões que podem ter levado os proprietários a vender parte ou a totalidade de suas terras ou a reparti-las, entre elas encontram-se: formação de um fundo de poupança, prevendo a velhice e imprevistos; pagamento de dívidas; distribuição hereditária dos bens seja em vida ou por sucessão, através da distribuição da terra aos filhos para dar a eles estabilidade econômica no campo, ou como um apoio econômico para os filhos vivem na cidade; dificuldade em garantir a reprodução da família, motivada por uma relação negativa entre o montante das dívidas e os montantes obtidos através do trabalho dos membros da família.

CAPÍTULO IV: INCORPORAÇÃO DE NOVOS ATORES SOCIAIS

A duas décadas da inserção do novo modelo econômico na agricultura, o Estado tem adotado orientações que têm por finalidade formar e fortalecer um setor empresarial eficiente, orientado por uma racionalidade econômica de maximização de benefícios, baseada na gestão produtiva privada e acesso ao mercado externo. Nessa lógica encontram-se, em linhas gerais, duas atividades econômicas predominantes, em âmbito nacional: a fruticultura e a florestal, ambas de caráter primário extrativo e que têm contado com o progressivo apoio estatal durante estas últimas décadas, enquadrado na concepção de modernização do espaço agrário.

A atividade florestal é relativamente nova, na concepção que se tem por espaço agrário, e nesse sentido alguns autores tendem a desvincular o agrário do silvícola, tratando-os como duas atividades antagônicas, rompendo assim com a possibilidade de complementação produtiva no mesmo espaço de relações.

Contudo, é possível captar e compreender esta realidade reconhecendo a complexidade dos processos sociais a partir da interação dos diversos grupos, sustentada a partir das diversas posições sociais ocupadas no espaço de relações; neste sentido é que se reconhece um espaço social heterogêneo, que segundo Tavares (1993), está formado por:

“... configurações de diversas idades, pelas quais as classes, definidas em nível de processo de produção da vida material, não se perfilam só por especificidades, semelhanças e diferenças. Além disso, os agentes em posição de classes vivenciam historicamente uma porção de trajetórias de classes, as quais modificam sua posição no espaço-tempo social. “(TAVARES, 1993, 79-80).

Ao compreender o espaço agrário a partir da perspectiva de Tavares (1991), como um “locus de relações sociais, de produção específica em uma determinada formação social”, compreende-se que o espaço agrário se constitui pela presença e relação dos diversos grupos e segmentos sociais. Nessa perspectiva, sua constituição, em termos produtivos, não está só em relação à produção específica agrícola e pecuária, mas, também, à atividade silvícola, cada vez que elas estão presentes e dividem o mesmo espaço social. Sem dúvida, a incorporação de uma nova produção implica na presença de novas e diversas posições sociais, que modificam ou alteram a posição dos grupos sociais já estabelecidos, dificultando assim a realidade atual (dos empresários silvícolas, contratistas,

camponeses - cada um deles, também, diferenciados internamente segundo a composição de seu capital - além dos assalariados permanentes ou temporários).

Observa-se que o espaço social agrário dividido pelos “parceleros” já não é o mesmo existente na década de setenta e início dos oitenta; os empresários silvícolas começam a ocupar uma posição relevante, o que, por sua vez, significa que a produção não está só definida pelo agrícola-pecuário, pois hoje em dia o silvícola coexiste no mesmo espaço³⁴. A reconstituição das posições sociais ocupadas atualmente pelos “parceleros” imprime a necessidade de incorporar o silvícola na análise como produção específica realizada em um espaço dividido, para compreender sua complexidade.

Para entender melhor as atuais mudanças no espaço social agrário de Collipulli e as posições sociais adquiridas pelos parceleiros, efetuar-se-á um breve relato do avanço florestal nos planos nacional e regional, já que neles se encontram os elementos chaves para compreender o que sucede no Município.

4.1. O Estabelecimento das Empresas Florestais

O desenvolvimento da atividade florestal viu-se favorecido, em grande parte, pela ingerência do Estado através de diversos corpos legais e a criação de organismos de fomento para tal efeito, observando-se variações nos interesses do Estado até este setor, determinados pelos processos globais da economia nacional³⁵.

Para o Estado, o florestamento e o reflorestamento nascem como medida inicial para controlar o processo de erosão, e ao mesmo tempo, para amenizar as perdas arbóreas ocorridas no passado. Com este fim, implementaram-se políticas específicas. No ano 1931, através do Dec. Supremo nº 4.363, editou-se a Lei de Bosques, criando incentivos para o florestamento com espécies exóticas em terras erosionadas, enquanto a exploração concentrava-se no bosque nativo, destinada para o mercado interno.

Nos anos 60, o Estado incorpora o setor florestal ao processo de reforma agrária, o que permitiu, mais tarde, a desapropriação daqueles terrenos florestais que não estavam cumprindo com seu propósito, passando a mãos estatais. Nessa mesma década criaram-se, além disso, diversos organismos impulsionadores e fortalecedores do setor florestal, como, também, da industrialização dos derivados da madeira. Castañeda (1995), em seu estudo, menciona os

³⁴O setor silvícola é compreendido como todas aquelas atividades diretamente relacionadas com o manejo e o estabelecimento do bosque. (CASTAÑEDA, 1995)

³⁵ O setor florestal é compreendido como: “el conjunto de actividades económicas, cuya estructura interna y relaciones con el sistema económico global se encuentran determinados en diversos niveles de importancia relativa, desde la explotación forestal y la industrialización de los productos forestales del bosque, hasta sus respectivos servicios e infraestructura” (INFOR, CORFO, 1992)

diferentes organismos estatais impulsionadores da atividade florestal em âmbito nacional³⁶. Desses organismos, é relevante a criação da Corporação Nacional Florestal (CONAF) em 1971, que tem como objetivo fomentar, coordenar e controlar o patrimônio florestal do Estado, centrando-se nela as distintas responsabilidades dos organismos antecessores³⁷. A CONAF adquire relevância especial na implementação do Decreto-Lei 701.

A partir de 1974, o Estado tem sustentado um rol fundamentalmente subsidiário com o setor florestal, coerente além disso, com a política econômica do regime de turno. Com a política subsidiária, os empresários florestais têm tornado a atividade florestal um produto viável, rentável, competitivo e incorporado ao “livre mercado”, dependendo da oferta e da demanda do mercado internacional.

Para compreender isto, cabe apontar, brevemente, alguns aspectos que contribuíram ao desenvolvimento do grupo empresarial silvícola.

Sob o regime militar, a Corporação Chilena de la Madera (CORMA), que reúne o empresariado florestal e madeireiro, apresentou ao Governo a necessidade de contar com uma política florestal que permitiria a incorporação do setor privado na silvicultura. Esta demanda está de acordo com a política econômica estatal, pela qual se estabelecem as bases para configurar um novo ator social nas regiões que oferecem garantias em termos de condições climáticas e de solo, para o desenvolvimento da atividade florestal. Desta maneira, em 1974, promulgou-se o Decreto-Lei 701, que modifica o Decreto Supremo 4.363 da Lei de Bosques do ano 1931, com o objetivo de fomentar a atividade florestal.

Entre os principais tópicos do D.L. 701, encontra-se a impossibilidade de desapropriar os terrenos qualificados com aptidão florestal. A qualificação é realizada pela CONAF, conforme solicitação do proprietário interessado, sob aprovação prévia do estudo técnico que deve ser efetuado por um engenheiro florestal ou engenheiro agrônomo³⁸. Os solos bonificados devem estar catalogados entre as classes V, VI ou VII, de uso, preferencialmente, florestal. Uma vez qualificados, obtém-se por parte do Estado, uma bonificação que cobre até 75% dos custos da plantação e administração gastos pelo empresário, que é recebida após um ano de plantio

³⁶ Os primeiros organismos encarregados da produção florestal foram a Corporación de Fomento de Desarrollo (CORFO, criada em 1938) e as Caxias de Previdência Social (Caja Nacional de Empleados Públicos y Servicio de Seguro Social), que tinham como responsabilidade criar, organizar e explorar os recursos florestais. Em décadas posteriores, intervêm o Instituto de Desarrollo Agropecuario (INDAP), o Servicio Agrícola Ganadero (SAG), a División Forestal (1967), a Corporación de la Reforma Agraria (CORA), a Corporación de Reforestación (COREF) (1969) e o Instituto Forestal (INFOR) (1961). (CASTAÑEDA, 1995)

³⁷ Mesmo quando se trata de um órgão estatal, em realidade também recebe recursos do setor privado. Nesse sentido em sua ação aparece como um órgão híbrido.

³⁸ O profissional especializado não é necessariamente o funcionário da CONAF. O estudo técnico é apresentado a Corporação, que deve pronunciar-se dentro de um lapso de 60 dias. Além disso, a CONAF, tem a faculdade de classificar os solos sem requerimento externo.

(MORALES,1989). Estendem-se, também, franquias tributárias referentes à isenção do imposto territorial daquelas edificações qualificadas, preferencialmente, de aptidão florestal. Mesmo assim, enquanto os bosques não sejam explorados nem vendidos, não são considerados para o cálculo da renda prevista nem para o imposto global complementar ou adicional. Além disso, os bosques e terrenos estão isentos de impostos sobre herança, designações ou doações. Por sua vez, rebaixa-se o imposto referente às utilidades advindas da exploração de bosques obtidas por pessoas naturais ou jurídicas, enquanto que a industrialização da madeira e seus derivados não podem gozar desta franquia legal.

Em outras palavras, cria-se um conjunto de medidas legais para fomentar, por meio de subsídios, as inversões de florestação e reflorestação por parte do setor privado. A lei permite, além disso, a participação de todo tipo de investidores, entre eles as sociedades anônimas, cujo investimento vê-se garantido pela impossibilidade da desapropriação.

Este avanço e “boom” florestal, a nível nacional, se expressa no aumento das superfícies plantadas. É possível, comparativamente, ver a intervenção do D.L. 701, ao devolver as superfícies plantadas em diversos períodos. Entre os anos 1955 e 1974, plantava-se, anualmente, uma média de 18.094 hectares, enquanto que, entre 1976 e 1991, a média elevou-se a 107.000 hectares/ano (Altamirano et al. 1992). Outro indicador (INFOR, 1993) apresenta um aumento de 277% no total da superfície florestada em 1993, comparada com 1973. O avanço da atividade florestal nacional pode ser apreciado na seguinte tabela:

Tabela 12 Superfície florestal no Chile

Ano	Superfície florestal (he.)	Aumento com relação a 1973 (%)
1973	450.000	0
1982	827.000	84
1990	1.345.000	199
1993	1.695.000	277

Fonte: INFOR, 1993. Elaboração Propria

Além disso, esse incremento é coerente com o aumento na exportação, que alcançou, entre 1970 e 1990, 1.957% (de 41,7 milhões de dólares a 855,3 milhões de dólares, respectivamente) (INFOR, 1993).

Desde que se pôs em marcha o Decreto-Lei 701, entre 1974 e 1992, tem-se bonificado 800.000 hectares no país, o que significou uma contribuição, por parte do Estado, no valor de 130 milhões de dólares³⁹. Desta cifra, 78% foram captados pelas grandes empresas florestais; 18%, por proprietários com menos de 200 hectares e 4% por proprietários com menos de 50 hectares (CONAF, 1994). Apesar do Decreto-Lei 701 ser o grande estimulador do desenvolvimento florestal, esta atividade vê-se favorecida pelas facilidades que tiveram os empresários no regime militar, quando traspassaram imóveis de propriedade fiscal ao setor privado, através de vendas, licitações ou devoluções aos antigos proprietários atingidos pela reforma agrária.

Assim, os solos que durante duas décadas não se constituíram em fonte de investimento privado, voltaram a ser atrativos a partir do momento em que recebem subsídios estatais diretos, incentivos fiscais, licitações e vendas de terras e meios produtivos a baixo custo. Os favorecidos são, principalmente, os grandes empresários silvícolas, representados em termos econômicos pela crescente presença de investidores nacionais e estrangeiros.

O grupo empresarial com maior força econômica no florestal está constituído por: Grupo Matte (EUA), Grupo Angelini (Nova Zelândia), Bin Mahfouz (Arábia Saudita), Grupo Shell (Anglo-holandês)⁴⁰, grupos que controlam grande parte da atividade florestal do país.

O grupo empresarial caracteriza-se, além disso, por conter diferenciações no montante do capital de investimento. Neste grupo, a posse da terra é ponto central nas porcentagens de lucro obtidas com a produção final. Uma aproximação com respeito à tipologia dos empresários é estabelecida pelo Instituto Forestal, tendo como base na sua classificação, o controle das plantações, conforme o tamanho da propriedade. Assim sendo, a grande empresa, com mais de 200.000 hectares, controla 48% das plantações, enquanto que a média, entre 5.000 e 200.000 hectares, controlam 19% das plantações, e os pequenos empresários, considerando os proprietários individuais particulares, controlam 39% da produção (INFOR, 1993). O tamanho da propriedade florestal é importante nas diferenciações e controle que exercem determinadas empresas nesta atividade.

³⁹O Decreto-Lei 701 foi criado com vigência de 20 anos, prazo que expirou em marco de 1995. Espera-se a aprovação da sua prorrogação por parte do Congresso, a fim de beneficiar aos proprietários menos favorecidos, como também cobrir a existência de terrenos com aptidão florestal para controlar os diferentes graus de erosão dos solos.

⁴⁰O grupo Matte compreende a CELPAC, a CMPC e o INFORSA. Do grupo Angelini dependem Cholguan, Celulosa Arauco e Constitución. Do grupo Bin Mahfouz depende MASISA. O grupo SHELL compreende as empresas Copihue, Forestal Colcura, Complejo Colcura, Celulosa Nacimiento e Comercial Santa Fe.

O nível nacional, os empresários florestais têm ou tiveram seu epicentro produtivo nacional na região do Bio-Bio, limite norte da Província de Malleco. Nesta região, a atividade florestal tem longa trajetória, já que começou a apresentar os maiores investimentos antes de 1973, entre os anos de 1950 e 1960, com o apoio da Corporación de Fomento de la Producción (CORFO), quando se criaram indústria de polpa e papel.

Uma vez que se consolidam e se abrem novos mercados apoiados por garantias estatais, os empresários-investidores deslocam-se para outras regiões do país. No caso da Região da Araucania, a presença de empresários florestais manifesta-se no aumento significativo das plantações entre os anos 1974 e 1992, quando foram plantados 16.458 hectares, o que mostra a Tabela 13:

Tabela 13 Plantações florestais na Região da Araucania (em hectares)

Ano	Prov.Malleco	Prov.Cautín	Total Região
1974	3.183,4	3.251,6	6.435,0
1992	7.796,5	15.096,5	22.893,0

Fonte: CONAF, 1994. Elaboração própria.

Em vinte anos de vigência do D.L. 701 na região, a bonificação dirigida ao setor florestal alcançou um montante de U\$22.807.756,4 (CONAF); enquanto que, em 1992, os hectares florestados alcançaram a cifra de U\$114.871,6. A bonificação do D.L. 701 na região foi outorgada para as seguintes atividades: florestamento, administração e poda. Os hectares beneficiados podiam conter as três atividades.

Tabela 14 Bonificação D.L. 701 - Região da Araucania.

Atividade bonificada	Montante beneficiado (U\$)	Superfície bonificada (HE.)
Florestamento	16.811.247,9	142.699,8
Administração	4.367.043,7	949.149,3
Poda	1.626.464,8	57.597,3
Total	22.804.756,4	1.149.446,4

Fonte: CONAF, Castañeda (1995:47).

Os grandes empresários florestais, com mais de 1.200 hectares, são proprietários de 48% das plantações da região, enquanto que os proprietários de menos de 100 hectares controlam 27,9% das plantações. As plantações manobradas pelo grupo empresarial são de caráter tradicional: pino radiata e eucaliptus glóbulos⁴¹.

Tabela 15 Plantações segundo tipo de proprietários. Região da Araucania

Tipo de proprietário (*)	Nº	Sup.He.		Sup.He.	%
				Produção	Participação
Grandes empresas	8	Mais de	1.200	85.085	48,0
Médios	44	300 a	1.200	23.110	13,1
Familiares	110	100 a	299	19.406	11,0
Pequenos	370	370 menos de	100	49.216	27,9

Fonte: Greenchi, 1988.

(*) As categorias foram extraídas da mesma fonte.

Segundo Castañeda (1995), na região, os particulares (grandes, médios e pequenos empresários) controlam 83,4% (225.863 He.) das plantações, e o Estado os 16,6% (43.818 He.) restantes. Ficam claros os resultados esperados pelo Estado, isto é, deixar em mãos de privados o desenvolvimento da ação da atividade florestal. Como mostra esta abertura, a Região da Araucania comercializa seus produtos a quinze países.

O anterior é coerente com o aumento econômico da atividade florestal ocorrida na década de 80, o qual teve um crescimento relativo a 60%, duplicando o experimentado por toda a economia nacional, no mesmo período. Neste auge, a atividade florestal que apresentou um maior aumento foi a fabricação de móveis, depois a produção de polpa e papel, e a produção de pó de serra com espécies nativas e “pino radiata”, lascas, chapas e tabuleiros (SERPLAC, 1993).

O avanço florestal na região envolve a ambas as províncias, mas tem adquirido maior relevância na Província de Malleco, motivado, de certo modo, por ser fronteira com a região de Bio-Bio, além da qualidade dos solos e condições climáticas que facilitam o crescimento das espécies arbóreas. Esta relativa superioridade reflete-se no aumento do número de hectares

⁴¹ No ano de 1991, no Município de Collipulli existiam 24.342,6 hectares plantados com pinheiro “radiata”, 6.300,7 hectares com eucaliptos e 45,5 hectares com outras espécies, somando um total de 30.688,8 hectares plantados. (CONAF)

plantados entre os anos 1974 e 1992, que alcançou a 127.622,6 hectares em Malleco, enquanto que na Província de Cautín chegou a 123.517,4 hectares (CONAF, 1994). Os municípios da Província de Malleco apresentam uma evolução diferente no avanço florestal quanto ao total de hectares florestados, que, por sua vez, denota os graus diferenciados dos investimentos de capitais nacionais e estrangeiros nos municípios de Malleco. Nesta dinâmica, o Município de Collipulli encontra-se entre os quatro municípios com maior superfície florestal em Malleco.

Tabela 16 Superfície florestada em Malleco, por Comunas (1972-1992)

Comuna	Hectares
Lumaco	31.549,2
Angol	24.574,4
Collipulli	21.150,2
Los Sauces	18.386,3
Ercilla	8.773,6
Traiguén	7.888,4
Victoria	6.039,9
Purén	3.863,4
Curautín	2.462,4
Renaico	2.391,5
Lonquimay	543,3
Total	127.622,6

Fonte: CONAF, 1994. Elaboração própria

4.2 Empresários Florestais em Collipulli

A situação anteriormente descrita logra cristaliza-se, em grande parte, em Collipulli. Os elementos facilitadores de longo e curto prazo, que tem incentivado a empresários na silvicultura, não contribuído, também, a modificação da paisagem física e humana neste Município. Ao percorrer Collipulli, na região norte e sudoeste, observam-se florestas, praticamente, em quase sua totalidade, enquanto que a região oeste é ocupada, de forma intermitente, por diferentes empresas e proprietários dedicados á atividade silvícola, e, também, por produtores agrícolas.

Na região antes mencionada, encontram-se, em sua maioria os “parceiros” designados na década de setenta, onde a heterogeneidade da cor e a natureza começam a serem submetidas, em longos trechos, pela intensidade do verdor das espécies arbóreas de pinheiro e eucalipto, tendo ao fundo, a beleza do nevado vulcão Llaima como uma testemunha semi-silenciosa das transformações da paisagem.

Contudo, estas mudanças não são somente visíveis e observáveis, como também, quantificáveis, para ratificar e verificar sua existência. Dados estatísticos indicam que 50% da superfície da terra é propriedade das florestais⁴². Em troca, outros dados indicam que ao redor de 60% da terra se encontraria coberta por plantações artificiais (PERALTA, 1992). Como se verifica, as cifras não são coincidentes, o que torna conveniente considerá-las somente como uma aproximação, já que não se conta, até esta data, com um Censo que ratifique tais porcentagens.

Sem dúvida, a aquisição de terras por parte dos empresários no setor florestal vê-se beneficiada, especialmente, pelo surgimento do D.L. 701 de 1974, quando os investimentos no Município tem-se tornado efetivos a partir da década de 70, período no qual começa-se a observar um aumento rápido da atividade florestal.

A atividade florestal, além de ver-se potencializada por disposições legais para o seu desenvolvimento, é também favorecida pelo traspasso de terrenos provenientes da reforma agrária ao setor privado. Não escapam os imóveis de uso florestal, de propriedade estatal, manejados pela CONAF e CORFO, que passam ao setor privado, a partir de 1974.

Nos censos agropecuários de 1965-1976, observa-se que do total de superfícies semeadas ou plantadas, o maior aumento se expressa nas plantações florestais. Nesta década plantaram-se 19.760,2 hectares. A área plantada com pinheiro alcançou, em 1985, a 20.394 hectares, quer dizer, 15,7% da superfície total (GREENCHI, 1986), cifra que se duplica em comparação aos anos 64/65, cuja diferença chega a 9.666 hectares. Um desenvolvimento que se apresenta em um município onde predominam solos aptos para a agricultura em seus 58,7%, enquanto 33,6% são de uso florestal (DIAGNÓSTICO,1992). O aumento é progressivo desde a década de 70, considerando-se que a superfície plantada chegou a 21.150,2 hectares, entre 1974 e 1992.

Ao considerar os hectares florestais na Comuna, em virtude do D.L. 701, de 1974 a 1994, chegaram a 28.054,0 hectares reflorestados (CONAF), o que equivale a 22% da província. Por outro lado, em Collipulli tem-se substituído 4.150 hectares de bosque nativo por plantações

⁴²Informação colhida no “Departamento de Desarrollo Rural de la Municipalidad de Collipulli”.

exóticas. Em âmbito regional, isto significa que é uma das comunas que apresenta a mais alta porcentagem de substituição nas últimas três décadas (INFOR, 1994).

As empresas que se destacam na década de 80 como fortemente favorecidas e que, especialmente compram terrenos, são as que aparecem na seguinte tabela:

Tabela 17 Empresas florestais em Collipulli

Empresas	Nº de predios	Superfície (he.)
Industria Forestal S.A	3	10.251
Celulosa Arauco y Constitución	21	9.814
Forestal Mininco	8	4.697
Forestal Nacional	4	4.196
Total	36	28.958

Fonte: “Rol matriz prédios agrícolas” SII, 1988 em: Diagnóstico Collipulli, 1992

Por detrás das empresas, no plano municipal, encontram-se diversos grupos econômicos, tais como: Grupo Matte, proprietários de CELPAC, CMPC, Inforsa; Grupo Angelini (Nova Zelândia, proprietários de Cholguan, Celulosa Arauco e Constitución; Ben Mahfovz Arabia Saudita) donos de Masisa; Grupo Shell (Anglo-holandês) proprietários de Copihue, Forestal Calcura, Complejo Calcura, Celulosa Nacimiento, Comercial Santa Fe. Isso mostra o processo de acumulação, em escala mundial, das empresas multinacionais.

Na década de oitenta, os principais investimentos na atividade florestal de Malleco efetuaram-se em Collipulli, o que se traduziu na compra e venda de terras, intensificação do processo florestal com espécies exóticas (pinheiro e eucalipto) e, muito especialmente, na instalação de uma indústria de celulose - “Celulosa del Pacífico” (CELPAC) -, de propriedade da multinacional Compañía Manufacturera del Pacífico (CMPC). Além disso, surgiram serrarias nos diferentes setores do município.

A avançada tecnologia do Projeto de Celulose caracteriza-se por reunir em si mesmo cinco processos de elaboração, isto é: descascar, cortar em pequenos pedaços, alvejar, voltar a branquear e secar a polpa de celulose (CASTAÑEDA & SALAMÉ, 1992). Neste processo, configura-se claramente um complexo agro-industrial, aparentemente distante da agricultura, mas profundamente

significativo na medida em que altera a produtividade e a composição social do espaço agrário. Neste sentido, compartilha-se a perspectiva de Morales (1989), que expressa que a época neoliberal, no setor florestal começou no final de 1980, considerando para isso os principais investimentos em instalações florestais que se tem feito na província de Bio-Bio e da Araucanía. Contudo, não caberia assinalar a atividade florestal no Município de Collipulli meramente como um produto do “modelo neoliberal”, senão como parte de uma lógica produtiva; incorporada através do Estado já na década dos sessenta, nela se encontram as bases para compreender os investimentos atuais.

Na década de 80, o processo de modernização da agricultura tem-se desenvolvido no espaço agrário de Collipulli através da consolidação da atividade agrícola, com o objetivo de superar a industrialização substitutiva. Com isso, pretende-se colocar a incorporação de valor agregado ao produto que envolva maior contratação de mão-de-obra, aspecto que está sujeito, de forma clara, ao avanço tecnológico que em muitas ocasiões a substitui, requerindo maior especialização.

Por outro lado, a intensificação da compra de terrenos no município, no final de 80 e início de 90, chegam a um momento de estagnação na atividade agrícola, que, especificamente, afeta as lavouras tradicionais. Esta situação é vista como insustentável para aqueles segmentos que não se encontram em condições produtivas para competir no mercado. Para certos setores políticos, especialmente os de direita, este período é considerado com um dos mais deprimentes na agricultura. Voltaremos a retomar este ponto no Capítulo V, já que se constitui em um elemento que contribui a uma ruptura na Agricultura a nível municipal.

4.3. Estratégias dos Empresários Florestais

As estratégias de compra são variadas e mudam no tempo. Os empresários optaram primeiro por aquelas terras pertencentes a grandes proprietários, as chamadas “fazendas”, algumas formadas pela restituição de terras desapropriadas dos antigos donos, derivados do período da reforma agrária. A partir da compra destes terrenos, espalham-se grandes extensões de terras para florestamento, estratégia que, por sua vez permite a possibilidade de comprar terrenos a médios e pequenos proprietários limítrofes, e assim, estender o território florestal.

Em terrenos mais povoados por camponeses, uma vez que o empresário define a área de interesse, começa a comprar terrenos espalhados, especialmente quando se apresentam resistências

por parte dos camponeses; nesses casos, a intenção é, finalmente, cercá-los dentro de sua área de expansão para formar uma grande exploração florestal.

O empresário florestal, mesmo quando forma uma grande exploração não incorpora as diferentes, comercialmente, pois isto lhes permite conservar a avaliação fiscal de cada propriedade que tende a ser edificações de uma só figura legal; mantém pequenas propriedades através de títulos que lhes tem sido traspassados proporcionalmente a quantidade e a qualidade do solo. A compra de terras tem abarcado todo tipo de produtores, sendo os menos requisitados os camponeses “mapuche”, tanto pela exigüidade dos terrenos (5 hectares), como por uma limitação legal que tem adquirido as terras indígenas⁴³.

Durante 1992 e início de 1993, produzem-se uma diminuição e a estabilização na compra de terras, surgindo no lugar seu arrendamento, suscetíveis de serem compradas a médio e curto prazo. Todavia, a paralisação de compra por parte das empresas florestais não significou necessariamente uma retração de suas atividades, visto que continuaram reflorestando e fazendo florestas em todo tipo de solos aptos para a sua exploração. A alta e a baixa intensidade das transações no mercado da terra estão relacionadas com a estabilidade e aumento do preço da madeira no mercado externo. Assim as transações são majoritárias entre 1986 e 1991, período no qual se produz um crescimento das exportações florestais a nível nacional. A esse respeito tem-se que o crescimento do comércio exterior florestal chileno passa por dois períodos na década de 80; um deles, ao início do período, quando a exportação se vê afetada pela recessão internacional que produz uma baixa nos preços, e a segunda vislumbra-se em 1986, pelo crescimento das exportações florestais, que repercute na extensão de terras florestais.

Se bem que a compra e utilização da terra se viu beneficiada pelo D.L. 701, expressamente dirigido a solos de aptidão florestal, uma vez coberta a área de interesse, os empresários têm acesso, também, a terrenos qualificados de uso agrícola. Nesse sentido, os últimos diagnósticos referentes ao município, indicam que o crescimento florestal se está produzindo, neste último período (final de 80 e início de 90) em solos aptos para a agricultura⁴⁴. Esta expansão significa que se vem ocupando a capacidade de solos para tais fins.

⁴³ Segundo a Lei 19.253, as terras indígenas não podem ser alienadas, embargadas nem vendidas, salvo a pessoas ou a comunidades indígenas.

⁴⁴ Não se tem dados precisos a esse respeito. A carência de informação se dá pela inexistência, até esta data, de um censo agropecuario que permita medir a expansão florestal nos solos de uso agropecuario.

Esta preferência expansiva obedece à ocupação da planície, que possui os terrenos agrícolas que facilitam o manejo do bosque, acesso a caminhos transitáveis durante todo o ano, proximidade de centros de venda. Tudo isso permite as empresas manejar, adequadamente, o bosque, e, muito especialmente, baratear os custos de produção.

As terras dos “parceleros” cumprem tais condições, e é por isso que a maioria tem recebido ofertas de compra por parte das empresas que oferecem o melhor preço do mercado, tornando-o atraente ao interessado. A diferença entre os preços pagos pelas empresas florestais e outros compradores explica-se pela maior renda que obtém da terra, graças aos subsídios e aos incentivos fiscais que recebem do Estado. O oferecimento de compra por parte dos empresários exerce-se através do discurso, aduzindo instabilidade e baixa rentabilidade da exploração cerealista e pecuarista, e, por outro lado, as vantagens da comercialização da terra para a empresa. A pressão discursiva é a primeira ação exercida quando os “parceleros” se negam a vender. Com respeito às pressões de venda, Don Julio expressa o seguinte:

“Estos dijeron que les vendiera porque la agricultura no da nada... Y yo le dije ¿qué voy hacer después?...Me dijo que se compraba fuera del país (cereales), fuera del mercado. Yo le dije al Sr. Ese ¡quiere que mañana comamos cogollito de pino!. Tuvimos ahí un intercambio de palabras...” (Don Julio P., parcelero).

Porém, na medida em que as empresas se ampliam, começam a exercer uma pressão clara sobre aqueles que persistem na área; o interesse pela sua expulsão reside, principalmente, na necessidade de resguardar o patrimônio florestal da empresa, pois o camponês pode ser um provável causador acidental de incêndios florestais.

Outra pressão que se efetua por parte da empresa expansionista, é a eliminação de caminhos vizindários, que têm surgido pelo mútuo acordo entre os “parceleros”. Obviamente, para o empresário, a circulação destes caminhos é arriscada para a conservação da sua plantação. Portanto, quando estes não aparecem no plano regulador de propriedades, são facilmente eliminados através de plantações ou cerca da propriedade. Desta maneira, não transgridem nenhuma norma legal, mas sim, a norma de costume proveniente da convivência entre os “parceleros” e que implica, além do mais, na dificuldade para o livre trânsito e chegada de maquinarias para a execução dos trabalhos agrícolas.

Em ocasiões em que se torna difícil o processo de compra direta da terra, recorre-se os intermediários com residência urbana (comerciantes, ex-agricultores, técnicos, profissionais, entre

outros), chamados de “paus brancos”, que compram do “parceiro” para logo vender aos florestais. Estes intermediários utilizam diversos tipos de persuasão, chegando a ser mais rudes que os empresários; diante da insistente negativa de venda, fazem com que se sintam ignorantes, irracionais e desonestos ao continuarem em práticas produtivas agrícolas de baixa rentabilidade econômica, em prejuízo da rentabilidade oferecida pela venda da terra.

“De a poco se va a ir metiendo la forestal, aquí al lado hay un abogado que se compró un fundo y forestó porque no hay utilidad en el trigo” (Michel F, parcelero).

Apesar da resistência por parte dos “parceleros”, eles são isolados paulatinamente, situação que, com o tempo vê-se insuportável e difícil de ser mantida em longo prazo; desta forma, a curto e médio prazo, alguns “parceleros” começam a vender, direta ou indiretamente, suas terras aos empresários florestais ou intermediários.

No início, a urgência por recuperar os terrenos baldios é aceita pelos “parceleros”, apesar da onda expansiva de transformações, percebida por eles somente no momento em que muda a posse e o uso do solo agrícola. As terras não só adquirem um valor comercial, como também, a necessidade de contar com um meio ambiente adequado. Para chegarmos ao significado mais amplo da terra, colhe-se a idéia de Martins (1988), que identifica um valor mercantil e moral; segundo o autor, a luta dos trabalhadores pela terra no Brasil contém em si mesma não só uma concepção de terra em seu valor comercial, pois está em jogo um valor “moral” que vai mais além da propriedade; é, portanto uma concepção do direito à terra como instrumento de trabalho.

Ao considerar a terra como instrumento de trabalho, identifica-se um duplo significado da terra, quer dizer, seu valor comercial e seu valor “moral”. Tomando em conta estas considerações, a terra em seu valor moral implica, neste estudo, o “direito” de ter as condições ambientais que permitam a manutenção da multiplicidade da unidade, isto é, “direito” a um meio que garanta a reprodução dos produtores familiares.

Ao mesmo tempo em que os “parceleros” questionam o avanço florestal em termos produtivos, estabelecem, por sua vez, a revalorização da atividade agrícola como aspecto central, não só para a sua própria reprodução social, como para a sociedade em geral. Neste reconhecimento produtivo não se chega a ver, com clareza, o avanço da biotecnologia na agricultura e suas repercussões no futuro. Fazendo abstração deste último, para os “parceleros”, o camponês e o

agricultor são os eixos para a produção alimentícia da sociedade. Desta maneira, Don Juan e Don Grassiano aferiam:

“Ahora dígame Ud. Es verdad que la madera da muchísima plata y da trabajo también en algunas temporadas, pero quién mantiene a Chile... (Don Juan L., parcelero).

“Vamos a tener que comprar el pan, la harina, ¡imagínese!” (Don Graciano A., parcelero).

Na medida em que a silvicultura sobrepõe-se a agricultura, produz-se a destruição da biodiversidade. Este é o ponto de questionamento do “bem coletivo” que se posterga em favor do valor mercantil. Mathner (1985), a esse respeito indica que:

“El cálculo de la rentabilidad lleva al empresario a dar uso de los recursos gratuitos del medio ambiente. Los bienes naturales no entran en los gastos de las empresas, sino como costo de extracción, sin asegurar su reproducción y por lo tanto agotando la existencia y maximizando flujos que constituyen muchas veces lo esencial de los ingresos” (MATHNER, 1985, p.22).

As críticas a esta situação não surgem somente de parte dos “parceleros”, como também, de outros setores sociais, que questionam o avanço florestal que, como atividade econômica, ignora a interdependência do meio ambiente e a reprodução de seus ciclos para garantir a heterogeneidade do meio ambiente. Ao contrário, com as plantações florestais se geraria um monocultivo perverso. Com respeito ao monocultivo, Mathner expressa:

“El desarrollo de los monocultivos artificializan y esterilizan el entorno, donde el ingreso está constituido por parte de las extracciones efectuadas sobre la reserva que aseguren el funcionamiento de los grandes ciclos naturales” (MARTHNER, 1985, p.26).

Levando em consideração este último, os “parceleros” recusam o monocultivo florestal porque elimina a possibilidade da diversidade produtiva em todas suas escalas, e na qual vêm ameaçada a atividade agrícola, do mesmo modo que sua reprodução social. Pode-se dizer que, fundamentalmente, a disputa que se dá no espaço agrário é uma disputa no campo econômico, em que o empresário se foi fortalecendo via apoio estatal (floresta, poda e/ou administração), respaldo que, inicialmente, não correspondeu aos camponeses.

Os conflitos entre os “parceiros” e empresários começam a revelar-se no momento em que os produtores familiares se dão conta da expansão das florestais até os terrenos de uso agrícola.

“Cuando llegaron, en menos proporción, no nos preocupamos, pero ahora estamos alarmados, en un inicio comenzó a tomar terrenos para ese rubro, pero ahora tomó terrenos que sirve para cultivo agrícola... la gente se ha tenido que ir a las ciudades y ahí están solos, abandonados...” (Don Francisco M., dirigente).

“Estoy cabriao con tanto pino, con el tiempo vamos a comer pino... más tarde van a ver el resultado. Si no hay que poner pino ni eucaliptus en tierras buenas! ¿eso no lo entienden las autoridades!! (Don Leonardo P., parcelero).

A expressão de descontentamento por parte dos “parceleros” frente à expansão das florestais, mesmo quando generalizada é canalizada, em parte, para representantes políticos e autoridades, através de dirigentes que não são respaldados por uma organização diligente, que lhes dê força e presença política. Soma-se ao anterior, o fato de que não existe impedimento legal para o uso de terreno agrícola com espécies arbóreas artificiais. O direito a propriedade privada permite efetuar, no local, as ações que seu proprietário estime conveniente, como explorar o bosque nativo. Por isso mesmo, o acesso a terra não tem limites na sua posse, podendo utilizá-lo tanto empresários nacionais como estrangeiros. Este é um aspecto não compreendido pelos “parceleros”, já que vem a ser a antítese do que foi vivido há duas décadas atrás. Todavia, esta é a concepção atual de modernização agrária, que reivindica, justamente, a liberdade econômica para produzir.

Diante da expansão das empresas florestais e aquisição paulatina de poder, a nível local geram-se respostas a partir dos diversos atores sociais. Assim, os produtores de maior envergadura encontram-se organizados através da Cooperativa COMULCO, buscam novas respostas produtivas diante das empresas florestais e a queda do preço do trigo, incursionando em novos produtores que garantam rentabilidade no mercado nacional e internacional, para o qual contam com assessoria técnica em estudos de mercado, e estudos de qualidade e uso de solo. Neste grupo de produtores encontram-se aqueles que estão ligados a Sociedade Nacional da Agricultura, o que lhes permite um canal de participação e de pressão ao Governo. Do mesmo modo, para alguns existe a idéia da necessidade de organizar um partido político que resguarde os interesses dos produtores agrícolas a nível nacional. Já os produtores familiares buscam e esperam respostas, principalmente, por parte do Estado. Para alguns dirigentes, o “parcelero” e o camponês, em geral, têm adotado uma atitude

passiva diante das florestais e outras situações que os afetam, cotidianamente. Assim afirma um deles:

“El campesino acepta lo que viene de donde venga y como venga, está acostumbrado como la mayoría de los chilenos a aceptar, si son malos los tiempos... si son buenos... también, entonces a los campesinos común y corriente no le produce miedo” (Don Antonio M., dirigente).

O nível de organização dos “parceleros”, como já foi mencionado, é bastante débil, portanto recorrem a determinados dirigentes ou representantes políticos para que o Estado assumira uma postura equitativa com relação ao camponês e ao empresariado. Nesse sentido, os mediadores políticos, especialmente em tempos de eleições, propõem com maior força a necessidade de deter o processo expansivo das florestais em solos agrícolas. Diante das eleições de 1989 (mudança do regime militar por um governo de transição), os “parceleros” têm expectativas de mudanças profundas favoráveis aos camponeses e a agricultura em geral. Junto com as demandas pela democracia apóiam aos candidatos do acordo político.

“Yo decía que tenía esperanzas con este presidente, de que iba a prohibir esto, que se iba a poner atajo, pero esto...eso se dejó de antes que saliera. Yo estaba contenta, le di mi voto con mayor razón para que ayudaran en esto...dicen que los accionistas de las forestales, dicen que hay ministros, senadores ¿cómo no van a haber algunos reglamentos, si quieren vivir el presente no más...” (Sra. Clara, parcelera).

“El gobierno debería parar la cuestión, que no se plantara más y se podría arreglar más para nosotros, pero el gobierno que salga en el tiempo que sea, es lo mismo no más...” (Don Nicodemes F., parcelero).

“Para el gobierno, con las plantaciones que tiene basta y sobra, porque si no se verá más pobreza, niños de aquí después andan de lanza... El gobierno debería obligar a plantar lo más malo, no lo más bueno y de riego. El gobierno se interesa, pero hay parlamentarios que se lo impiden, él no se manda sólo para sacar los proyectos” (Don Hernán V., parcelero).

Com o passar do tempo, produz-se um descrédito entre os “parceleros” com relação aos representantes dos distintos partidos políticos, toda vez que não vislumbram mudanças com respeito a sua situação com relação às empresas florestais. De todos os produtores familiares, sem exceção, chegam às petições ao Estado para impedir a expansão florestal.

“Es necesario parar las forestales, que el campesino tengamos préstamos fáciles. Con INDAP se consigue poca plata y tiene mucho interés, pero si hubiera facilidades la gente se queda” (Don Segundo M., parcelero).

“El Presidente quiere que desaparezca el 50% del campesinado para ayudarle a las forestales” (Don Humberto I., parcelero).

Os “parceleros” responsabilizam especialmente o Estado pelas atuais mudanças produtivas e suas conseqüências futuras. Por sua vez, a maioria deles possui uma visão negativa das transformações ocorridas; entre eles, as mulheres são, especialmente, opositoras ao novo processo e seu discurso chama a atenção por ser mais confrontador com relação as florestais.

“Cuando me encuentre con algunos de ellos (representantes de las forestales) voy a saber lo que les voy a decir: si acaso ¿ellos no tienen descendientes?, son solos?, no tienen hijos?, no tienen nietos?. Yo no soy sola, tengo hijo, tengo nieto, sobrinos, sirviéndoles a la patria también. Y esos cómo no van a sufrir en el futuro?. En el pueblo no va a haber entrada de nada, si traen de otras naciones. Además, se iría a cumplir lo que dice la Biblia, que vamos a tener la plata en la mano y no vamos a tener qué comprar... y para allá vamos con esto que se ve que están haciendo” (Sra. Clara, parcelera).

“Encuentro harto malo lo que están haciendo, van acorralando a la gente, mire si hasta dan ganas de prenderles fuego por lo que hacen, pero no se puede... uno no tiene ninguna fuerza para luchar... ganan los grandes no más” (Sra. Blanca., parcelera).

“Las forestales seguirán comprando la tierra, ¡qué manera de estar entregando la tierra Chile!. La política... por ahí se arreglan los capos, los chicos siempre los dejan de lado, no tenemos ayuda. (Sra. Petronila, parcelera)

4.4. Efeitos das Plantações Florestais e Percepção dos “Parceleros”

Se bem que a chegada dos empresários florestais provoca mudanças na posse e uso da terra, isso também incide nas variações que acontecem na vida cotidiana dos parceiros. Para eles, as conseqüências são, fundamentalmente, negativas com relação aos efeitos biofísicos provocados pelas plantações florestais, que viriam a alterar a médio e longo prazo a economia camponesa. Entre os aspectos mencionados, além da utilização dos solos agrícolas, estão a redução dos recursos hídricos (desaparecimento de camadas subterrâneas, diminuição de vertentes, canais e rios); deterioração dos solos (acidificação); alteração na biodiversidade arbórea e fauna; eliminação do bosque nativo; extinção de espécies; poluição do ar pelo uso de pesticidas; alteração da paisagem natural. A este respeito os “parceleros” afirmam:

“Por la plantación de pino ya no hay aguas; el pino seca el agua, en cambio el bosque nativo, no, porque retiene las aguas y las va largando en forma natural, o sea, Ud. va a tener agua durante todo el año. Ahora, si Ud. Va para allá arriba, Ud. n encuentra ni una vertiente que cruce el camino, salvo los esteros o ríos; en cambio antes Ud. iba para arriba, oiga! Y las vertientes llegaban a cantar en los caminos, preciosas y heladitas! (Don Antonio M.,dirigente)

“Aquí nos están rodeando con pino... esos señores plantaron justo en la línea divisora y a nosotros ahora nos toca la sombra y esa tierra ahora no da ni una hebra de pasto” (Humberto I., parcelero).

O isolamento a que se vêem submetidos alguns “parceleros”, provoca insegurança na manutenção de gado de pequeno e grande porte.

“Ya es difícil vivir, porque llega el león a las casas, casi no se pueden tener animales chicos, y según la cantidad que anden pueden comerse hasta un ternero, siempre que no estén las vacas. Nosotros estamos acostumbrados a tener todo, corderos, chanchos, aves, chivos, gansos, entonces el león no está dejando tener eso” (Sra. Juana. parcelera).

Alguns estudos reafirmam a percepção dos “parceleros”, como por exemplo, Peralta et al. (1992) que afirmam que a substituição do bosque nativo por plantações artificiais no Município tem significado a diminuição da biodiversidade e densidade arbórea, que, por sua vez, afeta o equilíbrio de ecossistemas, como a falta de água, proteção de solo, extinção de espécies de flora e fauna, ausência de um “habitat” adequado para a fauna.

Contudo, não cabe dúvida que um dos pontos mais discutidos pelos diferentes atores sociais do Município é o uso de solos agrícolas. A respeito, os que justificam seu uso argumentam que isso se deve a degradação que tem sofrido os imóveis pequenos pela super exploração produtiva; incluem, além do mais, um uso inadequado do solo por parte dos camponeses, como a realização de queimadas para eliminar restos de colheita ou pequenos arbustos que invadem o imóvel. Este método de limpeza, paulatinamente, debilita a camada vegetal.

Com relação às conseqüências das plantações na debilitação do solo, as opiniões são desencontradas. Para alguns não se produz efeito prejudicial, ao contrário, aumentaria a camada vegetal; enquanto que para outros, depois de sucessivas colheitas, tais ações debilitariam a possibilidade do uso agrícola por várias décadas. Esta discussão depende, claramente, do tipo de espécies utilizadas, ou seja, a inexistência de um consenso deixa em aberto as mais diversas expressões e mitos a esse respeito.

As plantações, dependendo da espécie (pinheiro ou eucalipto), chegam à maturidade entre 10 e 20 anos, e nesse período consomem grandes quantidades de água, provocando sua diminuição nas capas subterrâneas. Tal situação tem provocado, em certos setores do Município, o desaparecimento de fontes de água (vertentes, pântanos) que permitia cobrir as necessidades básicas dos camponeses. Entre os mais afetados, estão os “mapuche” que se encontram ao redor das plantações (PERALTA et al., 1992).

Com respeito aos níveis de contaminação provenientes dos resíduos da fábrica de celulose CELPAC, bem como de pequenas indústrias madeireiras, não existem estudos específicos que permitam medir seu impacto. Considera-se que os solos e a água são contaminados pelo uso de pesticidas, chegando-se a utilizar, em alguns casos, produtos não autorizados (CASTAÑEDA; SALAMÉ, 1992⁴⁵). Unda e Stuardo (1995) afirmam que o uso de tais produtos tem por objetivo controlar pragas em plantas nativas e exóticas, bem como em renovações do bosque nativo. Por sua vez, acrescentam que os pesticidas são somente utilizados no início de uma plantação, e que na agricultura, ao contrário, efetua-se durante todos os anos.

Outros efeitos vividos pelos “parceleros” são os impactos sócio-econômicos provenientes do processo de reflorestamento; para os produtores familiares, é evidente a deterioração de caminhos e pontes, por causa da circulação de maquinaria pesada e caminhões, situação que se vê agravada nos meses de inverno; a diminuição de fontes de trabalho, pela eliminação das grandes propriedades que, permanentemente requeriam mão-de-obra; a emigração da população para a cidade e limitações para realizar queimadas.

“Las forestales ya no necesitan gente, hay máquinas y también para podar, va haber cesantía ya se está viendo, los jóvenes no hayan donde trabajar, son mal pagados” (Don José A., parcelero).

“Las forestales han pensado que los campesinos desaparezcan y que hayan puras forestales, la gente después va a tener miedo que hayan incendios y morir entremedio” (Sra. Julia, parcelera)

“Ahora, ya no podemos hacer quemas como antes, vienen autorizar por allá por abril, cuando uno debería tener ya el trabajo hecho” (Don Iván Y., parcelero).

As expectativas dos “parceleros” de encontrar uma fonte de trabalho nas florestais vêm-se frustradas pelas exigências dos empresários que contratam pessoal qualificado oriundo de outras cidades, devido à inexperiência na atividade florestal dos habitantes nativos. A contratação de

⁴⁵ Com respeito ao uso e efeitos dos pesticidas no sistema hídrico, ver Cavieres, Mathner e Moura (1986)

mão-de-obra local caracteriza-se por ser escassa, temporária e cíclica. Considerando-se o processo de crescimento das espécies arbóreas, a maior demanda de mão-de-obra produz-se no período de plantação - nos meses de junho a agosto - e, em seguida, na colheita entre setembro e dezembro.

Há, também, demanda de trabalhadores, mas em menor escala, para a etapa de controle químico e fertilização manual; mesmo assim, para o período de poda e raleamento (no caso dos pinheiros), como também, para a segurança e proteção contra incêndios e pragas (UNDA; STUARDO, 1995).

Todas estas tarefas são, geralmente, executadas por contratistas que selecionam o pessoal necessário. Desta forma, os custos de produção dos empresários são reduzidos, tanto pelos benefícios estatais como pela licitação a contratistas por determinados por trabalhos (plantação, manutenção e/ou exploração florestal). A dinâmica que a comercialização da terra tem provocado na atividade florestal, a posse por parte de empresas florestais bem como a diminuição na demanda de mão-de-obra assalariada, tem ocasionado um significativo processo migratório intermunicipal.

Segundo o que indicam os diferentes diagnósticos referentes ao Município, estima-se um êxodo aproximado de 150 famílias camponesas imigrantes da área rural, entre 1988 e 1991, equivalente a 5% de sua população total (PREFEITURA DE COLLIPULLI). Entre os anos 1982 e 1992, observa-se uma diminuição da população rural, que vai de 41,7% a 36,9%. Esta diminuição evidencia-se, também, nos índices de matrículas nas escolas rurais que, na mesma década, diminuiu em 547 o número de alunos matriculados.

Considerando-se as transformações econômicas do Município, Castañeda & Salamé (1992, p.7) falam de desequilíbrios manifestados entre o centro e a periferia, “vinculados a relações de dependência e dominação e/ou conflitos de interesses entre os componentes do socio-espço”. Estes desequilíbrios, segundo os autores, originam-se pela localização das indústrias florestais, entendendo-o como um processo de causa acumulativa.

Apesar de gerar desenvolvimentos polarizados no Município, compreende-se que o espaço social agrário contém um setor dominante na esfera da produção; a modernidade expressa-se no grupo de empresas capitalistas, que possuem o capital e tecnologia. Nessa dinâmica parece estruturar-se a criação de mão-de-obra excedente, para ser utilizada em atividades não agrícolas; apesar da existência de sua oferta, ela ultrapassa as necessidades das empresas florestais pelos níveis técnicos e pelos ciclos de produção.

A percepção que a maioria dos “parceleros” possui com relação à presença das empresas florestais no futuro, é negativa, e que deduz o questionamento pela sua própria posição social neste espaço; desta maneira, estabelece-se a possibilidade de perda da sua condição já que é seu próprio “patrão e peão”. Os “parceleros” consideram que a contínua compra de imóveis provocaria o deslocamento dos camponeses e seus herdeiros para dar espaço a expansão florestal. Desde suas perspectivas, não se avalia uma combinação produtiva do setor agrícola com o florestal. O desencontro de ambos os setores produtivos reafirma o questionamento da presença do camponês e sua futura ocupação produtiva.

“Tal vez sea todo forestado, ellos van a ser los que muevan el trabajo, los campesinos van a volver a ser apatronados, no por los mismos, pero por otros, ya no seremos apatronados por otro agricultor sino por un empresario. Va a faltar el pan, no va a haber mucha siembra y el trigo va a ser importado” (Don Heriberto M., parcelero).

“Yo pienso que a esto no se le puede poner punto final, esto va a seguir, ahora pararon un poco. Yo creo que van a seguir porque las partes que pueden las forestan, pero si quisieran plantar, plantan todo. La gracia es que planten campos que sirva para eso. El dirigente me contó que en un seminario que estuvo, dice que dijeron que era la pura verdad que estaban haciendo tira la agricultura, terminándonos por las forestales. Ahora ya están más calladitos, ahora ya no andan pidiendo comprar la parcela, ellos tienen gente que salen a buscar. Por el momento no dicen nada, pero yo sé que esto no para, esto va a seguir creciendo” (Don Juan L., parcelero).

“Los vecinos dicen que esto va a ser un acabose. Ahora le dan trabajo en metros, rozando y plantando, pero después no van a tener y están comprando con tanta exigencia los terrenos y después las plantan” (Don Sergio F., parcelero).

“A lo mejor al final la gente se va a ver rodeada de forestales y va a querer vender, el problema es para la juventud, ahí está el problema grande, no va a haber trabajo para la juventud” (Don Juan L., parcelero).

A partir de 1995, organismos do Estado começaram a traçar programas dirigidos a camponeses, com a idéia de compatibilizar os solos e produção com espécies forâneas, orientadas a melhorar solos erosionados ou de má qualidade, criar cercas de proteção para animais, manter seus níveis de consumo energético (lenha), bem como contribuir para a criação de um “banco de poupança”.

Até aqui, vemos que a reprodução social dos “parceleros”, apesar de que depende, em parte, das próprias capacidades do grupo familiar, estão também ligadas às condições do seu meio ambiente além de sujeitar-se a política agrária do Estado dirigida à classe camponesa. Nesta

tríade, o parceiro controla, cotidianamente, tanto a produção das suas necessidades materiais como do seu sistema de relações sociais.

CAPÍTULO V: ESTRATÉGIAS E PERSPECTIVAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DOS “PARCELEROS”

Assim como o processo de transformação social tem provocado mudanças nas relações dos parceiros com outros grupos sociais, assumindo em cada momento ou período, característica específica, resta saber como estas transformações diferenciam socialmente os camponeses para vislumbrar suas perspectivas de reprodução social em um espaço agrário específico. Ao serem considerados como camponeses com especificidades próprias, com uma diversidade e complexidade inúmeras vezes reiteradas nos textos, torna-se desafiante operacionalizar processos nos quais os parceiros estão e encontram-se imersos; é tentar estabelecer uma “ponte” como afirma Shanin (1978), entre a discussão teórica e os dados empíricos.

A diferenciação social tradicional, apresentada por Lênin, resulta claramente estreita para analisar os camponeses, já que a complexidade que estes apresentam não pode ser sintetizada apenas com respeito à venda ou não de sua mão-de-obra. Retomando Sorj (1980), a idéia de diferenciação social horizontal, permite reconhecer as diferenciações que se dão dentro de um mesmo grupo social, levando em conta os meios de produção que possuem, bem como os níveis de produtividade, com isto é possível ter um primeiro contato com a complexidade dos parceiros. Além disso, implica em reconhecer a trajetória dos parceiros quanto à disponibilidade dos meios de produção. Como se recordará, alguns deles foram vendendo parte de suas terras, emigraram alguns filhos, provocando as alterações no tamanho das famílias (seja por fatores externos ou internos), praticam diferentes tipos de produção, demonstrando a existência de variados aspectos que se manifestam como elementos diferenciadores entre os parceiros.

Continuando, desta maneira tenta-se operacionalizar as diferenciações sociais, considerando os elementos externos aos produtores: acesso aos meios de produção e aos mercados (terra, trabalho,

comércio); por outro lado, os elementos internos referentes à composição familiar: utilização de mão-de-obra e consumo.

Considera-se que a diferenciação se constitui não somente por fatores externos, como também, por determinantes internos provenientes da família. Recordemos que para Chayanov (1974), existe uma diferenciação que ocorre dado o caráter demográfico da família, seu tamanho e composição. Retomando, todo o anterior permite captar a complexidade existente entre os produtores familiares.

Com estes elementos pretende-se resgatar o dinamismo dos processos, para perceber a presença de três grupos de parceiros: os produtores familiares simples, os complexos e aqueles que vendem sua mão-de-obra. De acordo com suas diferenciações, que estratégias utilizam para se reproduzirem socialmente? Isto leva a entrar, necessariamente, ao micro espaço. Este micro espaço corresponde à organização interna dos produtores familiares, caracterizados como um grupo de trabalho com vínculos familiares, onde a reprodução implica em uma dupla exigência, produção para o mercado e para o consumo familiar. Exigências que, segundo Heredia (1979) e García (1983), constitui-se no marco da reprodução física e social dos produtores familiares.

No micro espaço, o tempo, novamente, surge como uma dimensão indissolúvel a ele. Com respeito a esta dimensão, Tavares (1993) indica que existe uma intercomunicação entre o espaço social e tempo social. Citando a Levi-Strauss (1974, p.317-318), afirma:

“O espaço e o tempo são os dois sistemas de referência que permitem pensar as relações sociais em conjunto, ou separadamente. Essas dimensões de espaço e de tempo não se confundem com aquelas utilizadas por outras ciências. Elas consistem em um espaço social e em um tempo social, o que significa que elas não têm outras propriedades que não sejam aquelas dos fenômenos sociais que as habitam” (TAVARES, 1993, p.70).

A reprodução, segundo Almeida (1986), efetua-se no ciclo curto e longo, significando, respectivamente, a reprodução anual e a prolongação das gerações. Sem pretender revelar, concenciosamente, este último, considera-se que as estratégias de curto prazo se encontram estreitamente ligadas às de longo prazo; de tal maneira que, o tempo se torna presente e futuro na medida em que os sujeitos atuam, simultaneamente, sob ambas as temporalidades; em consequência nesta dualidade temporal as estratégias adquirem dinamismo.

Lembre-se que a noção de estratégia permite considerar os sujeitos que a compõem como atores sociais, sempre que não se constituam em pessoas passivas, absolutamente determinadas pelo mercado ou pelo Estado. Rocha et alii (1993) apontam que as estratégias se encontram ligadas à trajetória dos produtores, isto é, as estratégias pressupõem uma temporalidade, por isso, para compreender as ações dos atores, em suas circunstâncias, requer-se conhecer seu passado.

Se bem que as estratégias se definem, para o produtor familiar, na relação produção-consumo, elas também reúnem em si, a racionalidade dos meios e dos fins, revestidas da experiência política dos atores. Desta forma, considera-se que a racionalidade é o fio condutor dos atores no tempo⁴⁶. Só assim é possível trazer e/ou considerar suas trajetórias.

No caso dos produtores simples, interessa conhecer por que e como eles têm-se mantido, quais são suas diferenças com outros produtores; com relação aos produtores familiares complexos, interessa ver como se utiliza a força de trabalho familiar e contratada, bem como o significado que tem a compra de mão-de-obra para este produtor; enquanto que com os produtores familiares semi-assalariados questiona-se como esta é utilizada e que conotação tem para eles, enquanto a sua condição de camponês.

Levando em consideração tais questionamentos, e os elementos constitutivos das estratégias, pretende-se elucidar, por fim, quais as que têm sido assumidas neste processo de transformação. Contudo, tentam-se vislumbrar até que ponto as estratégias produtivas oferecem validade para a reprodução social dos parceiros, neste espaço social.

5.1. Produtores Familiares Simples

Ao serem considerados como produtores familiares simples, significa que possuem seus próprios meios de produção e que produzem, preferentemente, para o auto-consumo familiar. A produção agrícola é dirigida para o consumo direto ou os produtos entram no mercado, para, novamente, serem reembolsados por outros produtos não produzidos no sítio, para garantir os níveis de consumo familiar. É um produtor que se mantém ligado ao mercado de forma indireta, através da comercialização de pequenos volumes de produção agrícola, e que trabalha a terra, utilizando, exclusivamente, mão-de-obra familiar. Propõe-se ser indireta, pela forma especial como se relaciona

⁴⁶ Rocha et al., baseando-se em Pitrou apontam: “Pitrou parte do pressuposto que existe um fio condutor que dá sentido as diversas situações vividas pelos agentes sociais, por mais desencontradas que possa parecer aos olhos do observador. Entende-se que essa linha condutora se refere à dimensão racional das pessoas, que não se reduz a racionalidade econômica.” (ROCHA et al., 1993, p.126; PITROU, A. et al., 1983).

com o mercado, que pode ser mais ou menos próximo, dependendo das circunstâncias (SORJ, 1981).

Chama a atenção que mais da metade do total dos produtores entrevistados, 66,6% (20), não vende mão-de-obra; destes, 14 famílias não vendem nem contratam força de trabalho, situação que as torna bastante peculiares neste espaço caracterizado por um processo de transformação social. Enfocando este grupo de produtores simples, composto por estas 14 famílias, surgem questionamentos como: por que estes produtores familiares representam o maior grupo (48,6%); por que se não mantido? Poder-se-ia dizer que são famílias adultas, que vivem com os filhos em idade produtiva, os quais realizam o trabalho do sítio, mas ao mesmo tempo, por que os filhos permanecem com os pais e não emigraram como os demais? Por outro lado, que estratégias produtivas desenvolvem? Que relações estabelecem e quão suscetíveis são ao mercado? São produtores familiares que, como camponeses, produzem somente para sua subsistência em curto prazo?

Chayanov (1974) estabelecia uma relação entre tamanho da família e capital com área cultivada, daí considerava que o determinante capital não era decisivo na definição da área cultivada, mas o tamanho da família de onde se recorre à super exploração ou intensificação da mão-de-obra. Desta forma, demonstrava que a família que diminui seu tamanho, também diminui sua área cultivada. Contudo, esta relação não é encontrada de maneira tão clara e decisiva entre os parceiros. Sem negar que se apresentam alguns casos onde efetivamente não reduzido o tamanho do sítio, isto não é uma constante, já que os sítios se encontram, majoritariamente, relacionados com os níveis de capitalização da família.

Como se verifica na tabela, a variedade de superfície semeada mantém uma relação bastante frágil com o tamanho da família, enquanto que se vê mais interessante sua relação com o ciclo de vida da família. A relação entre superfície total do imóvel com superfície semeada é bastante relevante pela tendência a semear pequenas quantidades.

Conclui-se com isso, que a superfície semeada não depende da disponibilidade de terra; encontra-se, também, em jogo a qualidade dos solos e os níveis de capitalização dos produtores (⁴⁷). Assim adquire sentido a relação força de trabalho e hectares semeados por aqueles produtos com baixo nível de capitalização; nestes casos, a diminuição do número de filhos afeta a quantidade de hectares semeados, já que se produz somente para o consumo.

Tabela Relação superfície semeada e força de trabalho, produtores familiares simples

Totais hectares	Superfície semeada	Tamanho familiar	Ciclo da família
77,2	38,0	4	Adulta
6,3	7,0	3	Madura
112,0	4,0	3	Adulta
57,0	0,5	6	Madura
4,0	3,0	3	Jovem
55,0	4,0	3	Adulta
34,0	0,6	2	Madura
73,5	3,0	2	Adulta
42,8	0,5	1	Madura
34,5	5,0	8	Adulta
40,0	5,0	6	Adulta
50,0	24,0	6	Jovem
42,0	4,0	10	Adulta
10,0	3,0	4	Adulta

Fonte: Trabalho de campo. Elaboração própria.

⁴⁷ Para Lovisolo (1989) a capitalização é um “conjunto de meios pelos quais passa a produção e reprodução das unidades familiares. Neste sentido, a categoria capital é anterior ou paralela à existência do capital, enquanto relação social, quer dizer, ela é a - capitalista” (1989:129). Sendo assim o capital pode se compreender como um “listagem de coisas” necessárias para produzir nos meios sociais, técnicos e cultural determinados, conseqüentemente, este capital conserva suas particularidades em meios diferentes, este capital concretiza-se em um objeto baseado em seu uso (LOVISOLO, 1989). Mas o capital em termos específicos é definido pelos camponeses em seu próprio espaço social agrária, em tal sentido, o capital concretiza-se pela posse da média mecanizada, na quantidade de terra, no gado, e pela superfície semeada.

(*) É possível distinguir famílias jovens compostas pelo casal e a presença de filhos menores de 12 anos (⁴⁸); famílias adultas, formadas pelos filhos que trabalham; famílias maduras (velhas) que vivem com filhos ou outro familiar, ou que vivem sozinhas. Claro que esta identificação não demonstra a complexidade na qual se encontra representada a família hoje em dia; contudo, tal aspecto não é motivo deste estudo⁴⁹.

“Bueno, ahora se siembra lo que se puede no más, es para nosotros dos no más, porque sale muy caro producir como antes, cuando estaban los hijos, ahí era bueno porque todos trabajábamos, esos eran tiempos buenos, ahora se piensa en la casa no más” (Don José M., parcelero).

O número de consumidores que um trabalhador deve manter por família é, em média, de 1,34; conforme os filhos vão crescendo ou são adultos, a relação consumidor/trabalhador vai diminuindo, enquanto que a relação aumenta novamente, quando chegam novos integrantes à família (noras, netos, sobrinhos), o que, por sua vez, dá complexidade ao tipo de família. Cabe assinalar que a idade média do “chefe de família” é de 50 anos, enquanto que a idade média do total de filhos é de 20,5, e dos que trabalham, é de 26,5 anos de idade. A entrada dos novos membros apresenta-se, em grande medida, quando o casal base começa a tornar-se incapaz para trabalhar no sítio. Nesse sentido, corrobora-se o indicado por Chayanov (1974), com respeito ao comportamento do ciclo familiar.

A média de consumidores por um trabalhador é de 1,48, relativamente superior à média geral isto se explica, de certa forma, pela composição familiar que é bastante heterogênea, pois reúne famílias maduras, adultas e jovens. Ante tal situação, cabe perguntar-se como se destina a força de trabalho no sítio, tendo como base inicial a produção para o consumo familiar.

As relações produtivas que estabelecem entre pais e filhos adquirem diversos matizes, como por exemplo, além dos filhos participarem ativamente nas tarefas agrícolas por tempo integral, ocorrem situações de parceria entre estes e seus pais.

A meeira que acontece entre pais e filhos, é uma prática que se apesar de executar-se no curto prazo, tende a revelar a possibilidade de permanecer no sítio; isto se dá, principalmente, com os filhos casados que vivem no mesmo sítio. Trata-se de um contrato de palavra, no qual cada um compromete-se a realizar determinadas tarefas; em geral, o filho põe sua mão-de-obra, ao mesmo tempo em que é o encarregado de efetuar contatos para a comercialização do produto, sendo o pai

⁴⁸ Como membros ativos na força de trabalho incluem-se as crianças maiores de 12 anos. Este corte operativo obedece às observações de campo, onde se apreciou que as crianças desde cedo participam na atividade produtiva familiar. Esta definição não está regida pelas estimativas oficiais, que qualificam os maiores de 14 anos de idade como população economicamente ativa.

⁴⁹ Ver a complexidade da família em CEPAL, 1993.

quem realiza a direção geral. Os cultivos mais comuns são os de trigo, batata, aveia e a apicultura, e quando chega à época da colheita, a produção é dividida em partes iguais.

Nos casos em que os filhos só contribuem com a força de trabalho em tempos específicos, no momento da distribuição da produção final, ao contrário, eles obtêm uma porcentagem menor que 50%. Esta estratégia é, também, realizada com os filhos que não vivem no mesmo sítio ou com os filhos que vivem na cidade. As meeiras que se concretizam com os filhos solteiros são menos habituais, mas no caso que se realizam, têm como finalidade sua retenção no sítio.

As parcerias realizadas com outros parentes próximos (irmãos, cunhados, tios) buscam uma produção para o consumo, sendo que o cultivo mais trabalhado é o do trigo, com uma média de 4,5 hectares.

As parcerias que se efetuam entre os vizinhos e amigos caracterizam-se pela similaridade das condições de capitalização de ambas partes; os laços de amizade, criados por anos, são considerados uma garantia para diminuir o risco no cumprimento dos “contratos de palavra”. As condições de parceria são definidas entre ambos, mas, em geral, consistem em que um dos mediadores dispõe da terra, o outro da mão-de-obra e maquinária (manual ou mecanizada); os insumos requeridos são dispostos em partes iguais, os quais podem ser divididos a seu momento ou podem ser descontados no final da colheita. Em geral, têm como objetivo primeiro, assegurar o auto-consumo, mas, também buscam obter alguma entrada extra quando os recursos de capitalização de ambas partes o permitem.

Outra estratégia utilizada pelo produtor familiar é o arrendamento, que consiste em arrendar um pedaço de terra a outros, pelo qual recebe um pagamento em dinheiro, mensal ou anualmente. O arrendatário (que é quem aluga), em geral, é um vizinho, que trabalha a terra a sua livre escolha, e onde o dono não tem nenhuma participação no processo produtivo.

Os arrendatários são os denominados “particulares”, que, sem terem uma origem produtiva como agricultor, dedicam-se à agricultura como uma atividade secundária. Sua presença neste espaço tem significado uma diversificação nas relações sociais, tanto que para aí confluem os comerciantes-agricultores, profissionais-agricultores, entre outros. O arrendamento realiza-se, geralmente, por um ano que pode ser renovado no ano seguinte. O aluguel de “parte” das terras, tem-se convertido em prática comum diante da carência de recursos econômicos e/ou força de trabalho familiar. Sendo assim, torna-se uma estratégia atrativa para obter-se uma renda anual fixa pela terra, do mesmo modo que diminui os riscos de produção. A esse respeito, afirma um parceleiro:

“Después que saqué la parcela trabajé cuatro años solo, por mi cuenta y después ya la arrendé, he arrendado 18 hectáreas siempre. Entonces, ahí ya por lo menos uno no tiene tanta preocupación porque no se endeuda tanto con los créditos. Si no hay que pedir créditos, (es) estar endeudado, a veces se alcanza a pagar y otras no alcanza” (Don Celindro J., parcelero).

O arrendamento das terras para outros é efetuado, especialmente, por produtores familiares que se encontram no ciclo de vida maduro, período no qual vêm diminuídas suas capacidades físicas para trabalhar a terra, e por sua vez, ocorre a redução da mão-de-obra representada pelos filhos. Com respeito ao tipo de relações preferido para trabalhar a terra, percebe-se um maior interesse pela meeira. Nesse sentido, um dos entrevistados afirma:

“Con el arriendo uno no gana, porque a Ud. le dan la plata no más y se terminó, en cambio ellos ganan porque en sus siembras sacan más. Lo que da es la media, yo sembré he sido a favor de la media y no por arriendo, nunca me ha gustado porque no es una cosa que le de a uno, a ellos sí, yo recibo la plata y listo, ellos trabajan la tierra, dibujan con ella, ganan el doble, cierto?. En la mediería yo pongo la tierra y voy pagando el abono, el salitre. En el arriendo Ud. recibió la plata y se fue la plata” (Sra. Petronilla, parcelera).

A parceria é, sem dúvida, uma antiga forma conhecida pelos produtores familiares, e que se encontra presente nas suas trajetórias em diversos momentos produtivos, pois permite que continue trabalhando a terra, manter a mão-de-obra no imóvel, bem como diminuir os riscos de produção.

Outra prática comum dos parceiros com relação à posse da terra consiste em ceder parte dela aos filhos casados, para assegurar-lhes um espaço onde morar e manter mão-de-obra no prédio. Na medida em que o prédio conta com terra suficiente, faz-se a entrega da superfície necessária para a construção de uma casa. A prática desta estratégia vê-se potencializada pelo acesso que possuem os camponeses aos subsídios habitacionais rurais; entre os requisitos para conseguir o benefício, exige-se que sejam proprietários da terra, com título de domínio vigente. Para responder às exigências legais, os chefes de família vendem, simbolicamente, aos seus filhos, a media de um hectare; trata-se de uma venda fictícia, porque no fundo, é o traspasso de um pedaço de terra. Esta subdivisão da terra, no interior da família, é reconhecida como um preâmbulo da herança, isso não gera maiores conflitos internos, já que se compreende que o caráter legal da venda é para efeitos de solicitação do benefício. Agora, a exigüidade do patrimônio obtido, garante maiores possibilidades para a obtenção do subsídio habitacional, pois se vêm favorecidos aqueles que estão mais

“empobrecidos” segundo parâmetros estatais. Por outro lado, a esqualidez das terras cedidas obedece a inexistências de disposições testamentárias. Em razão disso, prefere-se outorgar uma pequena quantidade de terra, para não prejudicar a outros herdeiros no futuro, e assim, evitar conflitos familiares.

Como se mencionava anteriormente, a maioria dos produtores entrevistados afirmava que a quantidade de terreno cedida é mínima, e é menos ainda quando ela é outorgada a uma filha. Este tipo de estratégia - ajuda aos filhos - é usada para uma filha, quando o genro não possui terra, nem casa própria; em tal situação, outorga-se um pedaço de terra à filha, que não passa, em extensão, dos terrenos que puderam obter seus irmãos, pela mesma via.

A subdivisão de terras e existência de novas casas em sua exploração é reconhecida pelos parceiros como “pueblas”. Esta denominação proveniente do sistema latifundiário, onde a criação de “pueblas” dentro da grande propriedade consistia na existência de um pequeno terreno e casa, que logo eram passadas aos inquilinos pelo tempo que vendiam sua mão-de-obra. O número de “pueblas” existentes nos prédios é de 19; em cada sítio existem uma duas ou três “pueblas”, dependendo do número de hectares, como também, do número de filhos casados, que não têm aonde ir ou optaram pela atividade agrícola. De alguma maneira isto vem explicar a utilização exclusiva de mão-de-obra familiar, e do porque os filhos casados permanecem no prédio.

Apesar de que o discurso do governo tende ao chamado da diversificação e/ou busca de novos produtos que ofereçam maior rentabilidade econômica e sejam competitivos no mercado (qualidade, competência de preços a nível internacional), os produtores familiares continuam em uma “aparente” tendência até a homogeneização da produção, representadas pelos denominados cultivos tradicionais, como o trigo, "raps", aveia, entre os principais produzidos no Município.

Nestes casos, a produção agrícola tende a responder a duas instâncias simultâneas, às necessidades de auto-consumo familiar e à comercialização do produto. A maneira como opera o produtor nestas duas instâncias adquire variações, pois, por uma parte pode-se considerar que se vende o excedente do consumo, e o que sobra da produção entra ao mercado; é o caso do trigo, onde se privilegia o necessário, vendendo a produção restante. Sem embargo, essa lógica de vender o excedente nem sempre se apresenta com rigor, já que o produtor ao necessitar dinheiro, vê-se forçado a vender parte do consumo, quer dizer, vê-se obrigado a vender à custa do consumo mínimo. Isto poderia estar indicando níveis de empobrecimento do produtor?

A “produção tradicional” caracteriza-se pela existência prolongada daqueles produtos que se têm constituído nos eixos fundamentais na trajetória da organização agrícola dos produtores familiares, que por sua vez, são congruentes com a trajetória agrícola produtiva do Município. Fazendo um inventário dos tipos de cultivos recorrentes, encontram-se: o trigo, a aveia, a batata, com uma média de 6,4 hectares semeados, entre os produtores simples. Como também, a pecuária é uma atividade extensiva da produção tradicional. Em termos estritamente produtivos, os cultivos tradicionais reúnem, em si, essencialmente, a capacidade para o auto-consumo e/ou a comercialização que permite a reprodução social do produtor familiar.

No caso específico do trigo, a manutenção deste cultivo está estreitamente ligada à dieta alimentar dos produtores familiares, toda vez que o pão estabelece-se socialmente, como produto básico. É precisamente esta situação que pode explicar a reiteração deste cultivo. Desta maneira, definem ou re-definem a quantidade a ser produzida para o consumo anual, mesmo à custa dos preços dos insumos e preços do produto no mercado. A produção para o consumo e não para o lucro, pode explicar, em grande parte, a permanência dos cultivos tradicionais, do mesmo modo sua resistência aos embates do mercado, reduzindo os cultivos ao mínimo consumo.

“Cada año estamos sembrando menos, estamos pensando cambiarnos para la ganadería” (Don Leonardo P., parcelero).

“Antes sembraba 15 ó 20 hectáreas de trigo, ahora ya no siembro más de 8 ó 10 hectáreas, se piensa más en la mantención y criar más animalitos” (Don Gerardo P., parcelero).

Tenta-se programar a venda dos produtos, de acordo com as necessidades do grupo familiar, assim que a venda imediata obedece a urgência de dinheiro por parte do produtor, já que programa as compras e pagamentos de dívidas com as entradas provenientes da colheita; para outros, a ausência de infra-estrutura adequada, impede a manutenção do produto por alguns meses para vender em períodos de baixa oferta e obter melhores preços; por este motivo evita-se que o produto, como o trigo, umedeça já que é castigo depois no preço. Como afirma um parceleiro:

“Aquí se cosecha y se vende, no tenemos bodega para guardar” (Don Graciano A., parcelero).

Quando a produção obtida é dirigida, preferencialmente, para o auto-consumo familiar, e o produtor pode esperar, então se busca obter o melhor preço, guardando a produção e esperar que o

preço de mercado seja mais conveniente. Assim, o produto representa uma reserva de valor, já que é vendido quando o preço de mercado melhora ou quando as necessidades da família o requerem.

“Voy vendiendo de a poco, como va faltando. La primera partida la vendí en febrero y después como vaya faltando. Vendo dos de trigo por una de fertilizante” (Don Celindro J., parcelero).

Para os parceleiros, as “faltas” referem-se à ausência de produtos não produzidos por eles, em geral relacionados com os alimentos, os quais são complementados pela compra de outros produtos (açúcar, óleo, erva-mate, sal etc), na medida em que requeira a família; em alguns casos como indica o relato acima, estão relacionados com a necessidade de compra de insumos para a produção. Desta maneira, e de acordo com o período de requerimentos, faz-se um novo “pedido” ou compras, posteriormente à comercialização do trigo, mas este produto não é exclusivamente, encobridor das “faltas”, mas um dos cultivos pelo qual consegue-se cobrir em maior proporção as demandas alimentícias. Com esta lógica de mercadoria - dinheiro - mercadoria, os produtores familiares reproduzem o ciclo agrícola, onde o dinheiro obtido pela comercialização entra novamente como mercadoria na exploração familiar.

O centro de venda são os moinhos próximos da cidade de Collipulli. No passado, o centro de compra era o “Molino de Collipulli”; para os parceleiros este era o ponto principal e seguro para a venda do trigo. No início da década de 90, o centro de compra fechou suas portas devido à baixa do preço no mercado nacional. Tal situação tem obrigado os camponeses a procurar novos centros de compra, mas as novas distâncias vêm aumentar os custos da produção, como no caso do trigo, pois as cidades mais próximas para a venda são Victoria (a 40 km.) ou Traiguén (a 70 km.).

Os centros compradores intermediários, sem distinção entre os camponeses, pagam em torno de 8 e 15 dias, com cheque pré-datado. Esta é uma modalidade operacional que existe na maioria dos centros intermediários de compra. A espera, por parte dos parceleiros é “aceita” como parte do jogo de mercado, e no caso de exigir pagamento à vista, são castigados com uma comissão de 1%, que é descontado do produto vendido.

Quem resulta mais beneficiado são os centros compradores que, com seu procedimento, obtêm um lucro maior pela compra. O intermediário paga só quando vende aos grandes centros de compra, que têm a particularidade de pagar o produto à vista. Em geral, estes grandes centros de compra, encontram-se na região central do país, fato que justifica, para os parceleiros, em certa medida, o tempo de espera, já que se a transação comercial torna-se exitosa para o intermediário, o

camponês obtém seu dinheiro. Esta modalidade, que parece unilateral, tem funcionado assim, por décadas, sem que ninguém se sinta surpreendido, porque é atribuído ao sagrado funcionamento das leis de mercado.

Junto à lógica do produtor familiar e a do intermediário, aparecem, claramente, os fins contrários na comercialização do mesmo produto. O produtor busca assegurar, essencialmente, a reprodução do ciclo agrícola, enquanto o empresário intermediário busca obter uma taxa de lucro maior, procedimento de lógica capitalista, onde a mercadoria o permite obter mais lucro, quando o capital inicial acumula-se para produzir mais valor (MARX, 1972).

No processo produtivo, a maior porcentagem das explorações familiares trabalha com uma constante “lucro nominal negativo”. Para Shanin (1989), o campesinato tenta aumentar a renda, mas, não o lucro obtido na produção. No caso da “rentabilidade” para os produtores, é dirigida para a reprodução do ciclo produtivo.

A produção agrícola não se rege, exclusivamente, pela produção de cultivos anuais ou temporários, além disso, ela é combinada, a níveis de consumo, com a produção em pequena escala de gado de grande ou pequeno porte. Os produtores familiares simples possuem, em média, 3,5 cabeças de gado por produtor familiar (sem contabilizar os animais de carga). O gado cumpre como função principal, constituir-se em uma alternativa de venda diante das perdas resultantes de outras atividades produtivas.

A produção de gado de pequeno porte - a produção, em pequena escala de porcos, ovinos e caprinos- está orientada ao consumo e vendas esporádicas para a compra das “faltas”. Geralmente, eles são vendidos em determinadas festas ou acontecimentos familiares. Em alguns casos, parte do gado pequeno é “dado” aos filhos menores ou aos netos. Como o que se revela neste caso:

“Las ovejas son para los nietos, para cada nieto hay una oveja, así tienen para los gastos de la escuela” (Don Julio P., parcelero).

Uma vez que o gado de pequeno porte chega ao tamanho desejado, é entregue, posteriormente, à família correspondente, para cobrir os gastos escolares dos menores. Os ovinos são mantidos na casa do “avô”, pela estreiteza do terreno em que vive a família jovem.

“Los animales están nombrados para las chiquillas, pero después hay que venderlos... y se compra lo que se puede para ellas” (Don Julio P., parcelero).

Determinar os animais pequenos para os filhos ou netos é uma antiga prática que contribui para socializar ao menino com as tarefas agrícolas; desta maneira, instrui-se para que adote responsabilidades nos afazeres da exploração familiar.

Se o mercado pode ser um dos fatores mais determinantes na tomada de decisões, conjugam-se, além disso, outros aspectos na diminuição de hectares semeados, entre eles os fatores climáticos, o acesso e a utilização da água que, hoje em dia, também está sendo, lentamente, privatizada, e pela presença das empresas florestais.

As condições climáticas formam parte das razões para diminuir ou mudar a atividade produtiva. Nos casos em que os fatores climáticos (especialmente a chuva e as geladas) intervêm no tempo de produção, as explorações familiares vêm-se obrigadas a comprar os produtos para seu consumo. Diante do descontrole, a boa colheita está ligada a Deus, por contar com as condições climáticas necessárias para cada momento do processo. De acordo com isto, é qualificado como ano bom ou mau, pelas receitas recebidas pelos cultivos anuais. O “mau ano”, também é associado às influências de vizinhos ou outros, na manifestação da execução de “maldades” contra a exploração, com a finalidade de provocar uma esquelada ou péssima colheita.

Como se recordará, o hectare de irrigação básico constituiu-se na escala de medição das terras outorgadas aos parceleiros; hoje há quase duas décadas, tal critério não corresponde fielmente à realidade, já que os prédios não contam com a irrigação como as que foram qualificadas na década de setenta. Um dos motivos mais relevantes da sua ausência tem sido a perda da manutenção dos canais de irrigação existentes antigamente, praticamente, abandonados pelos próprios parceleiros devido à falência de sua organização.

“Durante el asentamiento (y también en) en el fundo había riego, porque pasaba un canal, pero se borró, no se limpió nunca, este venía del río Mininco. Ahora se está limpiando” (Aladino C., parcelero).

Hoje em dia, na maioria dos casos estudados, para efeito de cálculo de impostos, os prédios aparecem com irrigação estipulada. Apesar disso, tal situação muda no caso de venda, já que a taxa efetuada pelo poder comprador considera as condições atuais de irrigação, e como é de se esperar, as terras sem irrigação sofrem rebaixa no seu valor comercial (5).

“Pago contribuciones de tierra con riego, pero no tenemos riego, porque el canal se perdió” (Don Gerardo P., parcelero).

Se por um lado, as áreas irrigadas acabaram-se em parte pela desorganização dos parceleiros, por outro lado, acrescenta-se a captação das águas para outros imóveis agrícolas, o que afetou a chegada do bem a diversos setores. Cabe ressaltar que, até então, a água era considerada como um bem natural, com um valor de uso; atualmente, este bem tem passado a constituir-se, lentamente, em um bem comercial, em uma mercadoria com valor de troca, que se rege pelas leis de mercado. A água tem passado a ser um elemento a mais do jogo do mercado, bem como os bosques, a terra. Longe está a visão de Marx, que colocava a água como recurso natural; hoje, comercializa-se a natureza e a água não poderia escapar a esta lógica.

Na medida em que se converte em um bem de capital, a água define, também, as relações sociais que se estabelecem no espaço social agrário, definem formas de acesso. Neste sentido, existe um corpo legal que coloca limites ao seu uso; mesmo assim, sucedem-se abusos no uso desta mercadoria no cotidiano do espaço social.

“El año pasado tenía unas verduritas ahí, que no hay ni agua por Dios!. Nosotros no queremos tomar agua que viene de un esterito, vamos a buscar agua a la vertiente allá lejos como a un kilómetro. Están arreglando el canal por allá arriba... (pero a) este canal unos ricachones... cortan el agua, nos dejan sin agua y uno que es pobre no puede hacer nada” (Sra. Petronila, parcelera).

“Aquí más arriba desvían el agua para su campo y nosotros nos quedamos sin agua en el verano, nosotros le reclamamos, pero parece que no se puede hacer nada, ahora cualquiera desvía el agua para su campo y los demás nos quedamos sin agua”. (Don José A., parcelero).

Se bem que o mais recorrente é que os chamados “ricos” desviem a água para regar sua terra, isto não é prática exclusiva deles, também o é exercida por qualquer um, toda vez que está em relação direta à quantidade de superfície e o cultivo que se possui; portanto, pode ser e é exercida, indistintamente do grupo social aí presente.

Sem embargo, os que possuem maiores níveis de capitalização, obviamente, farão maior uso dos direitos que a própria lei lhes outorga; portanto, é a própria lei que, indiretamente, faculta aqueles que têm mais a usar mais, já que os níveis de fiscalização são precários para regulamentá-la seu uso.

Frente a esta situação, os parceiros não podem atuar de maneira individualizada, portanto, recorrem, novamente, à organização para a concessão da irrigação. Através de um projeto apresentado a INDAP, pretende reparar o canal existente na década de setenta. Neste projeto de irrigação o Estado paga 70% dos custos, sendo a porcentagem restante assumida pelos parceiros, que devem pagar equitativa e individualmente a dívida. A obtenção da irrigação abre para alguns produtores, expectativas para a busca de novas atividades produtivas. As expectativas postas nas terras irrigadas passam pelo novo valor adquirido pela terra, as possibilidades de experimentar com novas atividades produtivas, ou ainda, intensificar determinados cultivos ou criação de ovinos.

Além dos ingressos provenientes das atividades agrícolas, o produtor familiar estabelece novas entradas de acordo com as condições produtivas externas. Assim que ante a atividade silvícola, os produtores entram nela em baixa escala, vendendo madeira nativa ou exótica, reduzidas a “metros ruma”. A comercialização dos metros ruma permite aos produtores familiares suprir a carência de recursos, já que através do dinheiro de sua venda, dá-se, em parte, nos períodos de maior crise, resposta aos requerimentos da família; quem recebe uma baixa soma proveniente da atividade agrícola, tende a intensificar o corte do bosque. Para outros, a venda destina-se, especificamente, “a pagar o sítio” e evitar a morosidade com o Estado.

Para o corte das árvores, os parceiros devem solicitar uma autorização à CONAF, que autoriza o corte das árvores por determinada quantidade e sob condições especiais, para proteger as espécies arbóreas úteis.

“Tuve que ir a la CONAF a Angol ahí dan permiso por tres meses no más para poder ganar plata, porque para el permiso no le piden nada en Angol, pero ahí hay que sacar un certificado de dominio vigente y ese vale \$2.000, todo eso hay que pagar para sacar leña. Uno pide para raleadura, uno saca matas donde a uno le parezca, no va a barrer el campo, ni muy cerca del agua. Yo ahora quiero en marzo, en marzo quiero pedir permiso para hacer un manejo de bosque, porque yo veo que hay hartos árboles en las orillas, pero están muy tupidos, entonces con un manejo uno va cortando lo más malo y dejando lo mejor para que se arregle la madera.” (Don Celindro J., parcelero).

Esta atividade é promovida por vários centros de compra existentes no Município. A venda efetua-se, também, no mesmo imóvel, pois os compradores encarregam-se de transportá-la. O pagamento faz-se em dinheiro e à vista. Os preços variam de acordo com os tipos, a árvore nativa é mais barata que a que vem de fora, pois a empresa de celulose trabalha, basicamente, com pinheiro e eucalipto. Tendo presente uma “perspectiva ambientalista”, o óbvio seria que a madeira nativa fosse mais cara, considerando, além disso, o tempo que demora em ser explorada; não obstante, aqui

imperam as leis de mercado, e na medida em que existe uma maior oferta de madeira nativa, mais baixo será seu valor no mercado.

O período em que se vende maior quantidade de metros ruma, é entre outubro e dezembro, período crítico para os parceiros, já que é o tempo em que começam a diminuir as reservas de trigo, gado de pequeno porte ou irrisórias poupanças em outras espécies. As espécies nativas são as que alcançam maior número de vendas; tais espécies atingem uma idade média de 35 anos, o que as torna fáceis de explorar, enquanto as espécies exóticas têm-se incorporado, recentemente, com maior ênfase na década de oitenta, razão pela qual ainda não se encontram em idade de serem exploradas.

“Ahora hay poco trabajo, ahora el trabajo más grande que hay son los metros, que están haciendo las madereras, sino habría mucha más gente sin trabajo ya... porque los campos se están haciendo forestales y las forestales no necesitan mucha gente” (Don Nicodemes F., parcelero).

Além da venda de metro ruma, alguns produtores familiares estão plantando pinheiros e eucaliptos em pequenas quantidades, com diversas finalidades, como por exemplo: conter erosões no imóvel utilizá-los como cercas para os animais, poupança para o futuro, para o consumo e, em menor escala, por motivos estéticos. Uma das garantias da plantação de árvores não nativas é o rápido crescimento em relação aos demais, mesmo que isto signifique para os parceiros como uma estratégia em longo prazo.

5.2. Produtores Familiares Complexos

Os níveis de inserção no mercado atribuem certas especificidades aos produtores familiares, com uma subordinação direta ou indireta ao mercado, seja financeiro, mercantil ou de trabalho, caracterizada, além disso, por uma relação desigual dado os mecanismos existentes na economia. Estes produtores familiares complexos entram no mercado através da comercialização de produtos agrícolas (trigo, raps, gado), em níveis superiores daqueles realizados pelos produtores familiares simples. Diante disso, cabe perguntar-se por que estes produtores, com uma trajetória relativamente similar diante dos macros processos, conseguem alcançar, com sua produção, um nível mais alto de

inserção no mercado? Por que contratam mão-de-obra?, Se forem produtores, que contratam assalariados, mesmo que eventuais que significado tem isso para a sua condição como camponês?

A contratação de mão-de-obra por parte do produtor familiar, não significa que sejam produtores capitalistas. Ao fazer tal afirmação, ter-se-ia dificuldade para compreender sua relação com a mão-de-obra contratada, já que o produtor familiar não se reproduz sobre a utilização ou exploração de trabalho de outro (BRUMER, 1994). A contratação de mão-de-obra não é o motor gerador de mais-valia, para que seja apropriada pelo produtor familiar. Os produtores teriam que entrar, basicamente, em uma oposição entre trabalhadores e capital, para serem identificados como capitalistas, o proprietário deveria apropriar-se do tempo excedente gerado pelo trabalhador contratado, para a criação de um volume de produção mais além do valor necessário para sua reprodução; quer dizer, gerar um excedente, produzir mais-valia. Esta apropriação não se apresenta nesta relação de contratação entre os produtores familiares e trabalhadores contratados, pois é uma relação que se caracteriza pela sua constatação, que se dá em tempos específicos durante o ano agrícola, o que indica a temporalidade do trabalho; por outro lado, o próprio proprietário, também trabalha na terra ao mesmo tempo em que contrata a mão-de-obra. Daí porque a geração e apropriação da mais-valia não se apresentam de forma direta. No entanto, caberia questionar se a temporalidade e especificidade do trabalho não representam, realmente, a geração da mais-valia, toda vez que o proprietário, finalmente, obtém os resultados esperados pela contratação de mão-de-obra. Se o produtor familiar que contrata força de trabalho, mesmo em tempos específicos e onde ele, também, é um trabalhador, não pode ser qualificado como produtor capitalista, então, que representa?

A contratação de mão-de-obra dá-se por vários motivos, uns mais relevantes que outros. Ao revisar a média de hectares semeados, tem-se que esta chega a trinta hectares, com uma relação consumidores/trabalhadores que alcança a média de 1,1. Isto indica que as famílias possuem pouca mão-de-obra em idade produtiva que dê conta da produção; os motivos de tal situação encontram-se tanto na emigração dos filhos, como pela idade improdutiva de seus membros, aspectos que limitam a atividade familiar nas tarefas agrícolas.

Na medida que se amplia a quantidade de hectares semeados, maior é a necessidade de mão-de-obra externa. No caso de don Aladino C., por exemplo, que semeia 48 hectares e cujos membros ativos da família são três, deve contratar mão-de-obra temporária que responda pela sua produção. Assim como neste caso, os outros produtores familiares complexos devem contratar força de

trabalho, Em tais situações, contradiz-se a relação estabelecida por Chayanov (1974), com respeito à dependência direta entre disponibilidade de mão-de-obra e quantidade de hectares exploradas, pois a necessidade de aumentar a produção não está impulsionada somente pela satisfação do consumo do grupo familiar, como também, com o fim de conseguir uma renda maior com a produção agrícola.

Os produtores familiares complexos, incluídos na pesquisa, são proprietários de terras que vão de 48 a 120 hectares, se bem que o número de hectares não significa um indicador em si mesmo, ele adquire significado com relação ao número de hectares semeados ou número de animais, do mesmo modo que pelos níveis de mecanização alcançados e pela qualidade da terra. Mesmo assim, para o produtor complexo o número de hectares funciona como um limitante no sentido que, com menos quantidade de terras vê-se limitado para ampliar a área semeada; nessas situações, tem que arrendar terras de terceiros ou fazer meeiras. Com o aumento de áreas semeadas, está-se indicando que o produtor procura uma revalorização dos níveis de rendimento a ser alcançado, o que acontece quando seus produtos entram no mercado. Levando-se em consideração o anterior, poder-se-ia considerar que o produtor familiar já não produz somente sob a lógica de mercadoria em troca de mercadoria, mas também tende a agir conforme a idéia de dinheiro-mercadoria-dinheiro, pois pretende vender o produto para obter dinheiro; se produz não somente para o consumo como também para a acumulação, poder-se-ia aventurar a dizer, então, que procura sua reprodução social sob ambas lógicas.

A necessidade de mão-de-obra vê-se requerida, também, pelos níveis técnicos que necessite determinado cultivo, como por exemplo, o “raps”. O respeito, Neves afirma que o trabalho assalariado “em muitos casos, não se configura como resultante de um projeto que procura ampliar a renda ou expansão dos meios de produção. Ele pode resultar das imposições de técnicas de produção que inviabilizam o trabalho familiar” (NEVES, 1995, p.27). Apesar de que isto se apresenta em um dos casos, não invalida que o produtor procure, também, aumentar sua renda.

Os trabalhadores contratados são, em geral, vizinhos de setor, parceiros ou irrigadores, que vendem mão-de-obra por meio-período. Esta relação laboral reconhece somente o contrato de palavra entre as partes, e a forma de pagamento é em dinheiro ou espécies. Os requerimentos por grupo familiar flutuam entre um a quatro trabalhadores por ano, dependendo do tipo de atividade agrícola, o que cria um mercado de trabalho “específico” neste espaço caracterizado pela temporalidade.

O trabalhador ao ser contratado, é, de antemão, contemplado e contratado verbalmente pelo parceleiro; desta forma, assegura-se mão-de-obra em épocas de maior demanda. O maior número de contratações ocorre nos períodos de semeadura e colheita, que, somando, chega aproximadamente, de dez a quinze dias do ano agrícola, e a que se deve incluir mais dias de outras atividades agrícolas desenvolvidas dentro de cada sítio. Dado que em todos os casos estudados a colheita se realiza, majoritariamente, pela contratação de equipes mecanizadas, o processo de preparação da terra é mais rápido; portanto, diminui-se o tempo de trabalho nessas tarefas, o que por sua vez permite que a mão-de-obra requerida seja contratada por menos tempo. Sendo assim, o parceleiro paga somente o trabalho realizado por tarefas específicas, e esta temporalidade viabiliza a contratação de força de trabalho durante o ano agrícola.

O pagamento realiza-se ao término de cada tarefa, através de dinheiro poupado que o produtor possui da atividade agrícola, enquanto que em tempos de colheita, geralmente obtém-se o dinheiro do produto dela. Para alguns produtores, o aumento da produção passa mais pelo aumento da área que pela intensificação do cultivo; desta maneira a ampliação da área cultivada vê-se favorecida pela utilização da mecanização, que complementa o reduzido número de integrantes do grupo familiar. Os tratores e seus implementos, bem como os caminhões, camionetas e furgões entram no processo produtivo, além de serem utilizados na prestação de serviços aos vizinhos, obtendo-se uma renda por isso. Esta renda é esporádica, mas, ao mesmo tempo apresenta certa regularidade dada a quantidade de produtores que não possuem equipamentos mecanizados neste espaço. Poder-se-ia considerar que através da contratação de maquinaria, vende-se mão-de-obra como prestação de serviço. No entanto, este tipo de atividade não se organiza a partir de formas de trabalho capitalista, mas é regido por uma relação de iguais, mesmo quando é mediado pelo pagamento de um salário e seja equivalente ao mercado capitalista (NEVES, 1995).

Sem embargo, para ser inovadores ou ampliar seus níveis de produção, além dos equipamentos mecanizados, também adquire importância os níveis de informação que os produtores possuem para a tomada de decisões em termos produtivos. Em outras palavras, chama a atenção que não somente interfere o capital econômico do produtor, como também seu capital cultural. Conforme Bourdieu (1983), o capital cultural é, segundo a visão economicista, um capital esquecido, sem perceber que este capital é um proporcionador de lucros em diversos mercados, como o educacional, além de ser um lucro de distinção.

O capital cultural dos produtores, compreendido como os níveis de educação e maior acesso à informação, está ligado à sua liderança no espaço agrário. É o caso, por exemplo, de dirigentes que possuem um maior nível educacional e com uma trajetória de liderança desde os tempos da reforma agrária; estes, em geral, são produtores que, além disso, possuem uma maior capitalização, capacidade de investimento e de risco a cultivos não tradicionais. O manuseio da informação é valorizado pelos produtores dado que lhes permite decidir com respeito à atividade produtiva, levando em conta as vantagens e desvantagens da atividade agrícola, como também, da atividade florestal. Desta forma, mantêm contato com agrupações de pequenos camponeses ou associações, agentes estatais e bancários, acesso a revistas agrícolas. Assim, os níveis de informação ou conhecimentos adquiridos permitem-lhe reconhecer os riscos que seu processo produtivo encerra ao mesmo tempo em que enfoca, da melhor maneira, a chamada “aventura produtiva”.

5.2.1 Formas de integração ao mercado

A integração ao mercado desliga o produtor da simples relação entre produção e consumo. A este respeito, Abramovay (1992) afirma que a inserção do camponês ao mercado “elimina a balança entre produção e consumo como fator determinante das decisões econômicas” (ABRAMOVAY, 1992, p. 77). O equilíbrio trabalho-consumo, proposto por Chayanov, deixa de ser, portanto, relevante nas decisões do grupo familiar, com respeito a quanto e o que produzir. Apesar disso, o comportamento não estaria negando, em sua totalidade, a relação produção-consumo, ao contrário, vai além desta simples relação. Ampliar a produção para obter uma renda maior, implica integrar-se de distintas formas ao mercado. Fredericq (1982) reconhece que a relação com o mercado através da indústria dá-se por duas formas de integração, uma que se denomina “integração vertical”, para identificar a produção direta da matéria-prima, e a outra “semi-integração”, para qualificar a produção que deve ser processada, a qual é comprada aos produtores. No primeiro caso podem-se identificar as agro-indústrias, do mesmo modo que a indústria de celulose.

No caso dos produtores familiares estudados - que produzem “raps” - pode-se dizer que se encontram integrados em forma indireta (ou semi-integração) ao mercado industrial, tanto pelo tipo de cultivo como pelas formas de comercialização. Se bem que esta é uma tendência pouco comum entre os produtores e a indústria, não deixa de acontecer através da concessão de empréstimos consistentes em insumos e assistência técnica, para depois comprar a produção final. Além disso,

ocorre aquela relação em que o produtor de “raps” - que produz sem solicitar empréstimos - vende direta e indiretamente à indústria. Os produtores de “raps” (cultivo do qual se extrai azeite) optam por este cultivo porque comparado ao trigo, oferece uma melhor rentabilidade no mercado, desde que a qualidade do solo o permita. Trata-se de um cultivo que não pode ser consumido diretamente, portanto é uma produção familiar para o mercado, produz-se para a venda. Estes produtores semeiam, em média, 20 hectares de “raps” com uma média de rendimento de 45 sacos por hectare.

Os que produzem “raps” em maior escala, caracterizam-se por possuir um melhor equipamento agrícola. Normalmente deve utilizar grande variedade de produtos químicos para assegurar um bom rendimento, o que por sua vez, implica em um maior investimento inicial. O gasto por hectare de “raps” chega, em média, a \$300.000 pesos⁵⁰.

O “raps”, uma vez maduro pode ser imediatamente colhido. Dadas suas características, torna-se impossível seu armazenamento, portanto é vendido logo depois da colheita, nos meses de fevereiro e março, aos centros compradores, tais como a Cooperativa de Collipulli ou a Promosol. O preço do “raps” é controlado pelo mercado interno, não possui um preço pré-fixado pelo Estado, como sucede com o trigo. Tem mantido seu preço no jogo mercantil, com tendências ao aumento, já que manteve uma melhora real no final dos anos oitenta e início de noventa (HENRÍQUEZ, 1990; SILVA, 1994).

Ao saber que a tendência do preço poder ser favorável, os produtores familiares correm o “risco” de um produto relativamente escasso no mercado. É o caso de um ex-dirigente que é proprietário de quarenta e oito hectares de terra, dos quais vinte são semeados com “raps”, para isto estabelece convênio creditício com a pequena indústria (Promosol), que lhes assegura, através de um contrato, os insumos e assistência técnica necessária durante o processo de compra do produto.

Desta forma, o produtor familiar forma parte de uma cadeia agro-industrial, onde o manuseio e o poder de decisão encontram-se submetidos às exigências da empresa processadora de alimentos. Mesmo que para o produtor isto seja uma vantagem no sentido que contam com um comprador permanente e com preços que, apesar de fixados pelo mercado, tem uma margem de compra pela empresa. A empresa industrial estende-se por diferentes espaços para captar a superprodução gerada pelo produtor familiar.

A integração indireta também pode ser manuseada ou induzida pelo Estado, como o que ocorre através de instituições estatais, no caso, o Instituto de Desarrollo Agropecuario (INDAP), que fornece empréstimos com um montante médio de \$600.00 pesos⁵¹ anual, caracterizados por serem, além disso, bastante restritos, pois se privilegiam os denominados pequenos camponeses (a qualificação é feita considerando o número de hectares e maquinaria para a produção).

⁵⁰ Isto é equivalente a U\$ 750 a ano 1993.

⁵¹ Isto é equivalente a U\$ 1.500 a ano 1993

Na medida em que estes montantes são pequenos, os produtores recorrem a outras instâncias no mercado, como é o caso da “Cooperativa de Mulchén y Collipulli” (COMULCO), que oferece empréstimos de quantia maior que o Indap, superiores aos \$2.000.000 (US\$5.000), reduzidos a insumos e sementes. O pagamento do empréstimo é realizado à vista, em dinheiro, ao término da colheita anual.

Talvez uma das formas como o Estado tenha-se feito presente com maior relevância, é a apropriação dos excedentes gerados pelos produtores, através da fixação do preço do trigo, que hoje em dia é pouco rentável. É bom recordar que, apesar de existir uma “faixa de preços” para o trigo (decretada pela Lei Nº 8.525), isto vem perdendo efetividade, já que não considera as distorções causadas pelos subsídios que afetam aos preços internacionais. Ao não considerar os subsídios, o mecanismo de cálculo da faixa de preços prejudica a fixação do preço “piso” (base), matéria que somente pode ser corrigida pelo Executivo.

Para os parceleiros, a maior crise de “rentabilidade” dos cultivos tradicionais concentra-se no cultivo do trigo. Os produtores que tentam realizar um cálculo percebem as diferenças existentes entre os custos iniciais e o produto final. Em geral os parceleiros avaliam a atual produção como regular, comparativamente há quinze anos atrás, sendo o fator mais preponderante, em sua análise, a baixa experimentada pelo trigo e o aumento dos adubos.

“Antes los insumos no estaban tan caros y el trigo hoy está muy bajo, hacen dos o tres años que el trigo no sube” (Don José S., parcelero).

“Aquí el campesino se ha mantenido por el trigo porque la mayoría de la gente se dedica a eso, los pequeños y los medianos se dedican a la agricultura, pero no está compensado, lo que se saca de abono, fertilizantes año por año cambia de valor y el precio del trigo lo mantienen, incluso lo han bajado, entonces cómo se va a poder defender el campesino si no hay compensación?...entonces la gente tiene miedo y no quieren sembrar porque de partía no favorece el precio de los abonos, pero lo suben y el trigo lo mantienen” (Don Juan L., parcelero).

Esta situação afeta a todos os parceleiros e revela a crise mantida pelos produtos tradicionais na agricultura, onde as vantagens por produzir vêm-se diminuídas pela incerteza da produção agrícola no município e no país, a médio e longo prazo. Para os produtores familiares complexos, esta situação significa buscar novas formas para obter uma renda do imóvel, alguns aumentam a produção de “raps”, outros tentam intensificar a produção de trigo para ter, na mesma área, um aumento na sua produção, outros se desligam dos cultivos e/ou reforçam a pecuária.

Uma das combinações recorrentes entre os produtores familiares é a produção de trigo com a produção de gado de grande porte, criando, assim, o circuito produtivo “trigo-gado”. Sem embargo, entre ambas alternativas de produção tende-se dar maior ênfase a uma delas como atividade central, o que em geral ocorre entre os produtores familiares, é considerar primeiro os cultivos tradicionais, depois o gado. Em certos casos, dão ênfase à pecuária, como demonstra o seguinte relato:

“Toda la vida nos hemos dedicado a criar animales, desde que nos casamos. Hemos logrado avanzar porque tenemos muchos años de crianza, nos gusta y nunca nos ha llegado la derrota por eso. Para esta luz (eléctrica) vendimos unos animales, para pagar unas cuotas por tierra igual con animales. Pero no a los cultivos porque el clima no lo favorece” (Don Juan L., parcelero).

Para alguns, a pecuária é tão ou mais importante que o trigo, cria-se, essencialmente para a comercialização do produto, o que fornece entradas permanentes quando a área de cultivo não ultrapassa os quinze hectares. A quantidade vai de dez a quarenta e seis cabeças de gado; em dois dos produtores entrevistados, o gado é o produto principal da sua produção.

Uma das formas mais comuns para a aquisição e formação do gado tem sido a parceria, já que ela oferece vantagens, como segue:

“Empezamos con animales en media. Conversé con un familiar que vivía en el pueblo, él me dio unos animales en media, el viejo no quería. A la mala me los traje y cuando llegaron los animales, le dije que fuera él a recibirlo- más enojao- y gracias a eso nos armamos de animales.

P ¿En qué consistió la mediería?

R: Para tomar animales en media se toman de dos maneras a media de cría y media de autoridad. Autoridad es el animal que uno recibe de ahí para adelante a uno también le pertenece, el talaje que el animal come desde el día que llegó a este terreno se le empieza a descontar el talaje. De la cría se reparte cada vez. Y así empezamos a ir para arriba, gracias a eso después ya trajimos ovejas en media” (Sra. Julia, parcelera).

Em outros casos a criação de animais deu-se pela compra direta, complementada com meiras e aluguel de gado.

“Y como no era comerciante, solamente me dedicaba a criar mis animales y economizar. A trabajar y economizar en el matrimonio. Mi Sra. Es totalmente seria para luchar y para economizar para vivir. Y llegamos a tener solamente economizando el sueldo de ella y mi sueldo por otro lado. La plata que ella recibía no la tocábamos la invertíamos y empezamos a comprar animalitos, daba vacas en media, bueyes para arriendo, novillos para amansar ” (Don Juan L., parcelero).

A posse de animais lhes oferece garantias, como o fato de ser comercializado nos tempos de maior carência da exploração familiar. Aqueles que mantêm gado de grande porte têm como

objetivo entrar no mercado da carne, já que não se extrai derivados dela para serem comercializados, como queijos, manteiga ou leite. Ter animais para “engorda” é uma das estratégias através da qual conseguem obter um preço adequado no mercado, resultando compensador diante dos gastos feitos. Dada a instabilidade do preço da carne, não são em todos os casos que se vêem compensados os ganhos na criação de gado.

A comercialização do gado dava-se, na maioria das vezes, na feira de Collipulli, mas como o seu fechamento, é feito nas cidades de Victoria (distante 40km), Traiguén (distante 70 km) e Los Angeles (distante 110km). O encerramento da feira pode obedecer a vários aspectos, como a baixa de preço ou a diminuição do poder aquisitivo da população; de qualquer forma, sendo um importante centro de vendas para os produtores, significa que fiquem à mercê dos intermediários, como o são as empresas industriais.

O número de cabeças de gado tem-se mantido ou, inclusive, diminuído, situação que vem a revelar o período de crise que atravessa a pecuária no cenário global da agricultura. Um dos últimos inventários do mercado da carne na província de Malleco indica uma leve diminuição do preço em relação aos anos anteriores. No ano de 1990, o preço flutuava em torno de \$450,00 pesos e em 1993, \$412, 24 pesos o quilo⁵². Esta situação é avaliada pelos produtores como preocupante, já que os preços não só afetam negativamente o trigo como também a carne.

Para o parceleiro, a produção de gado de grande porte viveu, por décadas, certo prestígio; como pecuarista adquire-se e mantém-se uma imagem de produtor exitoso. Em certa medida, reproduzem-se aqui estratégias produtivas praticadas nas “fazendas” do passado, onde eles ou seus pais foram inquilinos ou diaristas; eram tempos em que as grandes extensões de trigo e/ou quantidades de cabeças de gado representavam uma posição ou poder nas relações sociais neste espaço social agrário. O que permite supor a recriação constante com o fim de obter uma imagem de êxito entre os camponeses.

“Nosotros le hacemos al cultivo, el trigo, la papa, pero los que tienen plata tienen ganado, antes nosotros también teníamos, pero se nos fue todo” (Don Guillermo S., parcelero).

Nos dias de hoje, a diminuição da criação de cabeça de gado por parte dos parceleiros, significa a depreciação, não só da condição econômica, como também da imagem projetada e

⁵² Equivalente a U\$ 1.13 e a U\$ 1.03, respectivamente, ao ano 1993.

construída socialmente. Desta forma, aqueles que se dedicam à produção pecuarista diferenciam-se entre os camponeses.

5.2.2. O “negócio” como atividade combinada

O negócio refere-se à criação e a manutenção de um armazém, com produtos não perecíveis. Parece pouco comum encontrar um “negócio” de comestíveis em um espaço agrícola, mas sua presença existe de forma aberta e funciona como negócio estabelecido com autorização fiscal, ou como negócio ilegal que funciona na própria casa do produtor familiar durante certos períodos do ano.

Estes se localizam em diferentes lugares do espaço agrário ao qual têm acesso os habitantes da redondeza, para comprar aqueles produtos mais básicos para o consumo. Um deles funciona em uma casa destinada para tal uso, dentro de um imóvel agrícola, à beira de um caminho.

Apesar de escapar de ser uma atividade propriamente agrícola, constitui-se em uma atividade complementar aos ganhos da exploração familiar; é uma atividade preferentemente controlada pela mulher, enquanto os homens cuidam da produção agrícola. É ela quem dirige e controla esta atividade “comercial” no lugar. Tratando-se de uma iniciativa que surge da mulher com o fim de obter e manusear seus próprios recursos, estes podem chegar a sustentar o nível de consumo mais básico da família.

“P: Cómo surgió la idea de tener un negocio?”

Sra. Clara: “Esa idea fue mía, me corresponde contestar a mí Juan. Sabe, que a mí me hacía mal el fuego de la cocina, eso de cocinar... y yo estaba acostumbrada a convivir con tantas personas en el trabajo que yo trabajaba, entonces me hallé tan triste, sola. Yo le dije a Juan, no voy a vivir sin hacer algo, pongamos un negocio. Ahí voy a conversar con algunas personas, conocer más gente, por eso nació, por eso pusimos el negocio. Vendemos solamente abarrotes, son alimentos, porque tener otra clase de negocio no sirve. Aquí se vende más el azúcar, el jabón, la yerba. Tallarines, detergentes, conservas, jabón de tocador....Para nosotros estuvo regio, nosotros jamás vamos a comprar al pueblo, todo lo tenemos acá, la ropa no más. Yo anduve consultando en todas partes, para ver cómo podía hacerlo (instalarse comercialmente) y Juanita (hijo) estuvo haciendo los casilleritos rústicos medio encepillado. Y yo consultando con los comerciantes e Collipulli, ahí me daban ideas. Pero sacar las cosas con los comerciantes.... los costos eran muy altos, ellos tienen que ganar, nosotros no podríamos vender aquí a tan alto precio y así... yo me fui orientando más. Hablé con una distribuidora, pero nos dejaban las cosas en Collipulli. Después el distribuidor de Codina se fue y conversé con otra distribuidora y le dije que me cambiaba a esa y nos vienen a dejar las cosas. Ya van a ser tres años y no hemos tenido ni un fracaso, se defiende. Nosotros vivimos del negocio desde el jabón para arriba, antes nosotros teníamos que vender un animal casi todos los meses para subsistir y ahora dejamos que el animal crezca y se valoriza

más”.

Os contatos no exterior do espaço permitem obter informações que orientam as atividades realizadas no imóvel agrícola.

“Tenemos un amigo, agente de un banco que me dijo: Uds. Van a poder vivir con el negocio y van a poder ahorrar, porque todo el mundo lucha para subsistir no más y no para economizar. En cambio para nosotros el negocio nos da para economizar, no vemos la utilidad, pero nos da para vivir y economizar lo que tenemos, aumentar los animales, porque no se venden todo el tiempo, podemos dejarlos un año sin vender, entonces eso se multiplica se valoriza, entonces, ahí uno ahorra” (Sra. Clara, parcelera).

Como se pode verificar no relato a produção obtida das atividades agrícolas permite acontecer um processo de acumulação.

Outro caso de negócio, mas com características diferentes, trata-se do negócio ilegal (que não tem autorização fiscal); nestes casos funciona na própria casa, pois não há infra-estrutura para tal. Os vizinhos sabem que em determinada casa tem “algumas coisas” à venda que, geralmente, são as mais indispensáveis.

“Tenemos algunas cositas, no son mías, mi hija empezó con algunas cositas, tengo unos kilitos de azúcar, grasa, rinso, aspirinas, kilos de sal, todo o que es de primera necesidad: También bebidas (no alcohólicas), a veces, tengo ese tiempo, cuando hay calor la gente viene. Como hay vehículo se aprovecha de traer del pueblo” (Sra. Juana, parcelera).

Mesmo quando se procura outra renda, também é um espaço de decisão e manutenção das relações neste espaço agrário.

“Lo paso bien allá en el negocio, pasa gente me hacen reír de los acontecimientos que pasan y mientras que uno está aquí no más... bueno recrea el trabajo de la hortaliza, el parroncito, las labores de la casa, pero ahí uno anda callada como los pavos” (Sra. Clara, parcelera).

Desta maneira, através de atividades não agrícolas, a mulher contribui com a renda familiar sem abandonar o lar e utilizando o espaço “negócio”, como um espaço de decisões.

5.2.3. Estratégias em longo prazo

Sob o regime da propriedade privada, o produtor familiar reconhece que a terra adquire maior valorização no mercado da terra na medida em que possui plantações florestais. Sendo assim, a terra alcança um valor que acima da capitalização da renda. Para Chayanov (1979), a renda da terra pode ser superior à capitalização da renda pela pressão da demanda. No caso estudado, a demanda é sustentada, especialmente, pelas empresas florestais. Esta estratégia de florestamento com espécies exóticas é feita por um lado, para valorizar a terra, principalmente se em algum momento se vêem obrigados a vender parte da terra, e por outro para obter a médio ou longo prazo, uma renda pela sua exploração.

Este tipo de produção indica dois tipos de lógicas na decisão por plantar florestas com esse tipo de espécies arbóreas: por uma parte existem aqueles que procuram melhorar ou defender a terra dos setores erosionados; aqui pode-se ler uma atitude de conservação do meio ambiente por manter certo equilíbrio na natureza. De qualquer maneira a plantação está pensada, também, para melhorar ou combinar a renda da exploração familiar.

“Plantamos para proteger la tierra, se van botando árboles y se van plantando otros, el pino es más rápido para crecer, después se puede vender y sirve para leña” (Don Aladino C., parceleiro).

Os produtores familiares que praticam a produção de cultivos tradicionais, e que buscam combinar sua produção anual com a silvicultura, dependem da qualidade dos solos, acesso a subsídios ou margem de capitalização para investir. Considerando tais variáveis, definem o número de hectares para a atividade florestal. A possibilidade de obter um subsídio para plantar florestas é vista pelo parceleiro como uma probabilidade de renda futura.

“Nosotros tuvimos una región de la Junta de Vecinos, vino un caballero de la CONAF de Angol, para darnos facilidades. El nos dio la información si nosotros queríamos plantar de una hectárea para arriba hasta cinco hectáreas, dan alambre y le dan la planta, pero el trabajo lo tiene que hacer uno” (Don Humberto I., parcelero).

“A nosotros nos han dicho Uds. en un par de hectáreas que planten va a ser más que si siembren unas dos o tres hectáreas de trigo, les va a dar más la planta que el trigo- eso dijeron unos caballeros de Temuco” (Don Segundo M., parcelero).

Não obstante, pretender trabalhar só na atividade florestal não está entre os interesses dos produtores familiares, já que buscam combinar os tempos de produção em curto, médio e longo

prazo, com as diversas atividades produtivas; a dedicação à atividade florestal é uma das estratégias produtivas realizadas mais em longo prazo, ainda quando lhes signifique fazer um investimento prévio em trabalho e dinheiro pela compra das plantas (nos casos que não têm acesso a subsídio), e pela contratação de mão-de-obra.

“Aquí tenemos treinta hectáreas con tierra mala, lo planté con pino y eucaliptos, en los cerros no se da nada, no da ni pasto. Y bueno sirve para valorar la tierra para la forestal, pretendo con la forestación pagar la tierra, porque debo \$1.800.000” (Don José S., parcelero).

Em todo caso, o reflorestamento com espécies exóticas pode reunir em si a finalidade para o consumo e a comercialização, juntando-se a isto, também, as intenções ou projeções que possuem com relação ao produto final. Além disso, aqueles que destinam mais hectares para a florestação têm como propósito o pagamento de dívidas, especialmente da terra, pagamento de impostos e/ou direito à terra, ou de contar com uma renda fixa futura. Como seja, as motivações que os leva a plantar implicam uma decisão em longo prazo, “ajuda os planos futuros”. Os planos futuros incluem, especialmente, melhorar suas próprias condições de vida bem como a dos filhos.

“Antes había roce, saqué las matas y aproveche el terreno ya hay algo a qué echar mano, ayuda a los planes futuros” (Don José S., parcelero).

Os bosques já não possuem o mesmo valor de décadas passadas; hoje, pouco a pouco, têm passado a constituir-se em um produto com valor de troca para os parceleiros. Junto com modificar-se a concepção de valor que os bosques possuem agora, tem-se provocado, também uma modificação na atitude com respeito às árvores, o manuseio deles não é o mesmo do passado, tem-se cuidado da qualidade da madeira a ser obtida a médio ou longo prazo.

A combinação que certos parceleiros estabelecem entre a criação de gado e a concepção de florestas é uma das mais requeridas pelos produtores familiares para ser trabalhadas no futuro, sempre que possam ser atividades complementares dependendo do tipo de árvores a ser plantado, de modo a não prejudicar o prado natural ou semeado.

Outro tipo de investimento feito pelos parceleiros é o negócio imobiliário na cidade de Collipulli; alguns deles que acumularam ou venderam parte de terras, têm comprado uma casa na cidade. O objetivo deste investimento é a necessidade de oferecer uma melhor educação a seus filhos, portanto, com uma casa se lhes assegura sua estadia e evita o pagamento de pensões, que também pode ser ocupada pelos filhos quando estes emigram para a cidade. Mesmo assim, este

investimento é visto como uma possível moradia no caso de ficarem doentes e os filhos já não estarem junto com eles. Geralmente, este investimento é valorizado pelo parceleiro mais como um bem de uso que como um bem de troca, mesmo quando representa um capital acumulado.

Poder-se-ia dizer que o produtor familiar complexo é uma mistura entre produtor simples e produtor capitalista, pelas diversas estratégias que assume conforme sua condição social; ele gera uma espécie de síntese das diversas estratégias produtivas e não produtivas para seus fins reprodutivos.

5.3. Produtores Familiares Semi-assalariados

Para o indivíduo que vende mão-de-obra, esta venda significa assalariamento, mesmo que seja em tempo parcial. Agora, quando a venda de mão-de-obra é realizada paralelamente à manutenção da propriedade da terra e da produção agro-pecuária, pode caracterizar-se como uma dupla identificação de classe ou grupo social; quer dizer, a de produtor autônomo e a de empregado assalariado. Diante disto cabe perguntar-se se para o produtor familiar que se considera camponês esta identificação está presente, ou então se sua identificação como camponês compreende as duas situações. A interpretação do pesquisador, tanto quanto a do próprio camponês, pode variar de acordo com seguintes aspectos: a) o camponês, “chefe de família”, é assalariado em tempo integral, sendo que a produção agro-pecuária é desenvolvida pela sua mulher e/ou os filhos menores; b) o camponês, “chefe de família”, é um produtor autônomo que trabalha somente na sua propriedade, enquanto que sua mulher, filhos e/ou netos trabalham como assalariados em outro lugar; c) o camponês, “chefe de família”, e/ou outro membro da família trabalha parte do tempo na propriedade familiar, mantendo, além disso, um emprego em tempo-parcial⁵³.

Frente a estes questionamentos é necessário levar em conta que mesmo quando se considere a produção camponesa como uma produção autônoma, a divisão de trabalho dentro da unidade de produção, como entre os camponeses, tem sido comprovada em várias sociedades não capitalistas. Nessas sociedades, a divisão de trabalho entre camponeses em igualdade de condições, aparece principalmente na forma de mudança de dias de serviço e de solidariedade, quando necessária. Nas

⁵³ O conceito é considerado “tempo parcial” para incorporar o tempo de trabalho fora e dentro da propriedade, em tal sentido o tempo extra predial implica a metade do tempo ou menos deste invertido no desempenho de uma atividade fora da propriedade familiar.

sociedades capitalistas, a mudança de dias de serviço para a realização, tanto de pequenas tarefas como para a construção de uma casa, colheita ou transformação de um produto, foi substituído, em grande parte, pelo pagamento em dinheiro ou espécie, assumindo uma forma de trabalho assalariado. Para o produtor familiar que está acostumado a prestar serviços, o pagamento em dinheiro ou em espécie pelo seu trabalho pode não comprometer sua identificação como camponês.

Por outro lado, além do já mencionado, tem-se o questionamento dos motivos que levam o camponês ou um dos membros da família a assalariar-se por um período relativamente longo, em tempo parcial ou integral. Diante disto cabe perguntar, se se trata da incapacidade de garantir a reprodução dos membros da família em curto prazo, levando em conta os recursos disponíveis como quantidade e qualidade da terra, meios de produção e mão-de-obra, ou se se trata de uma estratégia que busca reduzir os riscos de produção e garantir uma renda, relativamente, fixa?

Na medida em que os produtores familiares mantêm-se como proprietários da terra, se lhes permite atuar com certa liberdade quanto às opções de trabalho. A combinação das atividades não implica na separação do produtor dos seus meios de produção, não se trata, portanto, de um “assalariado puro”, para recordar a suposição de Marx, quem a esse respeito, pleiteava que o trabalho assalariado requeria que o trabalhador se visse separado dos meios de produção, isto é, separado da terra, o que se traduzia na dissolução da pequena propriedade; assim o trabalhador vende sua mão-de-obra por dinheiro, entrando na dinâmica da reprodução do dinheiro e sua valorização, quer dizer, o trabalho passa a ser consumido pelo dinheiro e não como um valor de uso por prazer (MARX, 1977). Com esse distanciamento passaria finalmente a formar parte de um exército de reserva para a indústria.

A combinação destas atividades (produção agrícola e assalariamento) adquire significados diferentes de acordo com a quantidade de terras e meios de produção que possua o produtor. Assim é possível comprovar o distanciamento entre aqueles que possuem 1 hectare e 75 hectares de terra.

O parceleiro que possui acima de 10 hectares de terra e conta com um excedente de mão-de-obra tem maior flexibilidade para vender ou não mão-de-obra. Percebe-se que em tais situações o produtor tende a privilegiar o trabalho predial acima do assalariamento em meio-período. Desta forma, na medida em que os produtores tenham acesso ao mercado de trabalho, a família impulsiona os alguns de seus membros a recorrer o mercado de trabalho pelos mais variados motivos. Como resultado, a venda de mão-de-obra dos filhos ou do “chefe de família” é considerada, pelos produtores familiares, como uma complementação da renda agrícola do grupo

familiar. A “combinação” de ambas as atividades, como a denomina Lovisolo (1989), permite-lhes manter certa ”autonomia relativa”, quer dizer, movimentar-se com flexibilidade na sua relação com o mercado de trabalho, pois não se trata de um assalariamento definitivo.

A venda sucede-se, em parte, pela utilização do tempo livre dos integrantes da família diante da irregularidade do ciclo agrícola que gera excedente de mão-de-obra, e que ocorre dependendo dos tipos de cultivo, especialmente nos meses de inverno.

“A veces los hijos salen a trabajar, en el campo no falta el trabajo, pero en el invierno hay que esperar no más a que haga bueno para hacer a alguna cosa y a veces los hijos se aburren... y toman los trabajitos que por ahí aparecen” (Don Pedro R., parcelero).

A distribuição do tempo entre ambas as atividades efetua-se levando em consideração as tarefas agrícolas para garantir a mão-de-obra familiar. Mesmo quando a demanda de mão-de-obra ocorre especialmente nos meses de primavera e verão, os produtores organizam o tempo para poder tanto com a demanda interna como externa ao prédio agrícola, o que é possível na medida em que os níveis de produção são baixos; assim é que a média em hectares semeados entre os produtores simples é de 4 hectares, possibilitando liberar mão-de-obra.

Em outras ocasiões, os produtores tendo terra para produzir preferem vender mão-de-obra já que em termos de remuneração resulta-lhes mais favorável que aumentar a produção, quer dizer, comparando ambas as atividades no mercado, elege-se a mais adequada para obter um maior ingresso e com menos esforço. O respeito Chayanov cita:

“La familia campesina cubre sus necesidades de la manera más fácil, para lo cual pondera los medios efectivos de su producción y cualquier otro objeto al cual pueda aplicar su fuerza de trabajo, para distribuirlos de tal manera que aprovecha todas las oportunidades para obtener la remuneración más alta” (CHAYANOV, 1974, p.120).

O produtor somente vai efetuar uma maior inversão para aumentar os níveis de produção através do aumento de números de hectares, o que implica em um maior esforço familiar ou o uso de maquinaria alugada, na medida em que os preços dos insumos e produção final lhe sejam rentável; quer dizer, assegurar o retorno da inversão mais um ingresso adicional, que poderia denominar-se excedente na medida em que ingressa ao mercado. Esta decisão também é tomada para repor os ingressos não conseguidos devido a uma má colheita, ou por instabilidade da atividade agrícola, isto é, seja pelas condições climáticas ou pelas flutuações dos preços. Tais condições às vezes levam a

não conseguir produzir o trigo necessário, o que é considerado como um “tempo de ruína”, pois não podem solver o mínimo para o consumo; este tipo de situação só pode ser superado com outra entrada monetária, o que lhes permite retomar o novo ciclo produtivo.

Ao considerar a complementação das atividades significa que os ingressos provenientes por ambos os lados podem ser similares em curto prazo (um ano), que é a duração do ciclo agrícola e de onde o produtor estabelece a recontagem mínima de sua produção e ingressos, ou ainda que o ingresso do trabalho extra-predial seja inferior ao predial, mas que permite equilibrar a atividade agrícola.

A “combinação” de atividades pode ser questionada naqueles produtores familiares com pouca quantidade de terra, com baixos níveis de capitalização e com pouca mão-de-obra, caracterizados por famílias principalmente maduras que vivem com filhos ou netos em idade economicamente produtiva. Trata-se daqueles parceiros que venderam parte de seus prédios e que ficaram com o terreno que alcança 1,5 hectares (em média). Cabe recordar que os sítios foram entregues em sua maioria com o lugar onde se contemplava a casa e a horta; hoje em dia, aquele lugar é a terra para viver e assim foi conservada pelos seus proprietários frente às diversas eventualidades sustentadas em sua própria trajetória.

“Mi tierra ya no hallaba como trabajarla, no hallaba como ganar plata con ella, tenía pocos aperos, habían partes con faldas y era difícil trabajarlo porque llegaban al río Mininco, eran riesgos. Así que quedaba mucha tierra que no se podía trabajar con tractor porque además la tierra era muy blanda. Tenía cualquier clase de madera, perlo eran varillas” (Don Pedro O., parcelero).

A ausência de filhos que contribuía para fazer produzir a terra limitou a capacidade reprodutora dos ciclos agrícolas. É o caso de Don Pedro O., com 68 anos de idade, que vive com uma filha e um neto; decidiu vender o sítio e permanecer sozinho com a casa e a horta contempladas pelo sítio, já que sua filha não se encontrava em condição de assumir a organização produtiva pelos baixos níveis de capitalização existentes, bem como pelos conhecimentos requeridos para trabalhar a terra, enquanto que o neto ainda não havia entrado em idade produtiva. Mesmo assim, em outros casos em que o sucessor era a filha ou as filhas, existiu a tendência a vender parte das terras, pela emigração delas à cidade; quando entravam em idade economicamente produtiva saíam a vender sua mão-de-obra como trabalhadoras em casas particulares - chama a atenção que os primeiros a emigrar foram precisamente as mulheres. Apesar de que no início enviavam alguns recursos aos seus pais, estes deixavam de ser enviados uma vez que organizavam um novo núcleo familiar. No caso dos

filhos (varões), mesmo quando permaneciam por mais tempo como mão-de-obra familiar, finalmente emigravam por ser mais vantajoso vender mão-de-obra no mercado que permanecer no estabelecimento. Desta forma, gradualmente foi-se reduzindo o número de membros da família, permanecendo o casal base mais um filho ou netos; em algumas ocasiões soma-se outro integrante como acompanhante temporário.

Pode-se constatar que, diante da venda de parte da terra, a casa e a horta eram resguardadas estrategicamente pelos parceiros para sua própria moradia ou a de seus filhos; esta tendência observou-se especialmente naqueles estabelecimentos que se localizam longe das plantações florestais. Mesmo quando a venda possa ter significado uma entrada para manter uma poupança, o dinheiro foi utilizado correntemente para pagar dívidas advindas de seu processo agrícola, como também para ajudar aos filhos que já não estavam no prédio sendo que uma parte mínima foi destinada para sua subsistência.

O fato de que disponham de pouca terra também está associado a menos trabalho e, portanto com maior disponibilidade de tempo para ser compartilhado na qualidade de “colaboradores” em pequenas tarefas com os vizinhos. Nestes casos a venda de mão-de-obra viu-se pressionada principalmente pela escassez de recursos (terra e/ou meios de produção), o que impede desenvolver um cultivo de forma intensa. Dada à exigüidade da terra, o grupo familiar libera seus membros para que se assalariem desta forma os filhos ou netos entram no mercado de trabalho recebendo um salário como principal fonte de renda.

Diante das atuais circunstâncias, aqueles que se assalariam orientam-se pelos requerimentos de mão-de-obra no mercado sendo a atividade silvícola a mais recorrente e a que oferece melhores salários. O caráter deste assalariamento por parte dos filhos ou netos é integral e a longo prazo, principalmente por ser a principal fonte de ingressos para o grupo familiar. Este caráter integral não está indicando que se assalariem com um mesmo “patrão” - especialmente como trabalhador florestal - pois nesta atividade existe uma permanente rotação dos trabalhadores; desta forma o trabalhador é absolutamente dependente das condições do mercado.

Estes produtores bem que podiam denominar-se “sitiantes”, na medida em que utilizam a terra especialmente como espaço para morar. Por serem terrenos pequenos encontram-se isentos de todo tipo de pagamentos fiscais e liberados de impostos pela terra. Apesar da exigüidade do terreno, este é utilizado para a semeadura mínimo de trigo para o consumo familiar (0,5 hectares), o horto de pequena envergadura, do mesmo modo que para a criação de gado de pequeno porte, tudo isto

combinado com recursos obtidos das pensões. Nestes casos, os ingressos monetários familiares provêm majoritariamente de dinheiros extra-prediais, tanto pela execução de ações externas às tarefas propriamente agrícolas quanto pelos ingressos provenientes de subsídios estatais ou pensões por velhice; as pensões de velhice chegam a \$38.399 pesos e pensões assistenciais de velhice de \$19.059 pesos mensais; a isso se some em alguns casos o subsídio familiar assistencial, outorgado a menores de 6 anos, de \$1.800 pesos⁵⁴. Alguns recebem colaboração dos filhos equivalente em dinheiro ou recursos em forma irregular, concentrando-se principalmente em épocas de inverno e finais de ano, tudo destinado exclusivamente para o autoconsumo.

A demanda dos trabalhadores provém dos “fundos”, denominação outorgada pelos parceiros para designar aquelas propriedades superiores aos 200 hectares com produtores dirigidos ao mercado interno. Nesta situação, o trabalhador desempenha-se em trabalhos agrícolas ou pecuaristas, sua contratação é por dias ou por meses, recebendo como salário o mínimo legal (estabelecido pelo Estado). A proximidade destas propriedades ao seu prédio permite-lhes manter o domicílio e trabalhar na propriedade familiar nos fins de semana ou feriados. Em geral a relação de trabalho entre o patrão e o assalariado é reconhecida como boa, pelas relações de vizinhança que lhes cruzam. Trabalhar com um “patrão” não é estranho, é uma imagem próxima, reproduzida pelos pais, porém não possui o significado que tem para os filhos.

Este é um tipo de trabalho que os parceiros consideram que estão perdendo como fonte de trabalho esporádico ou temporário, pela venda das grandes propriedades às empresas florestais; em função disso vem-se diminuindo a demanda pela sua força de trabalho. Mesmo quando os ingressos obtidos não necessariamente superam as entradas provenientes pelas atividades desenvolvidas no sítio, a venda de mão-de-obra constitui-se em uma ajuda para cobrir as necessidades do grupo familiar.

“Ahora el problema que van a tener los que somos campesinos es que capaz que más adelante quedemos sin trabajo, si el agricultor se esta reduciendo vendiendo su tierra a forestal, es un hecho que van a deshacerse de varios trabajadores porque no se justificaría tener 100 hectáreas y seis o siete trabajadores. Ese es el problema que se puede originar más adelante en estos momentos no porque en este sector hay bastante trabajo todavía, aquí mismo al frente hay un fundo, ese trabaja con harta gente, entonces gente de este mismo predio (ex-asentamiento) esta trabajando allá, porque tiene bastante movimiento” (Miguel P., parcelero).

⁵⁴ Estes valores reduziram-se ao dólar ao ano 1993 (no custo de \$400 a essa data) são a equivalente: pensões de velhice U\$ 95,9; pensão assistencial de velhice U\$ 47,6; subsídio familiar assistencial U\$ 4,5.

O tempo destinado à venda de mão-de-obra que se efetua nas grandes propriedades permite ao produtor continuar com as atividades no seu sítio. Esta relação de trabalho significa por um lado a obtenção de um ingresso que permite ao trabalhador melhorar a renda familiar, e por outro, o proprietário que contrata mão-de-obra paga somente as horas trabalhadas quando estas são requeridas de acordo com o ciclo produtivo ou outras atividades agrícolas, o que evita o pagamento de um tempo não trabalhado. A respeito disso, Kautsky assinalava a relação entre a grande e a pequena propriedade, onde os grandes proprietários contratavam mão-de-obra proveniente de pequenos proprietários de terras. Esta é uma relação que ainda se mantém neste espaço apesar da redução de grandes propriedades pela venda às empresas florestais.

A contratação por parte dos grandes produtores tem por característica ser mais prolongada no tempo que a efetuada por médios ou pequenos produtores; com isto se está mostrando que os grandes proprietários não são as únicas fontes que requerem mão-de-obra apesar de que sua ingerência é maior quanto ao número de trabalhadores requeridos bem como pelo tempo de sua contratação.

As relações de trabalho com pequenos e médios produtores ocorrem em um plano de horizontalidade, já que os trabalhadores são vizinhos, alguns unidos por laços familiares ou laços de amizade; desta maneira sempre contam com algumas referências do trabalhador contratado, evitando a chegada de desconhecidos à sua propriedade, o que pode prevenir problemas de convivência ou roubos. Esta relação de labouro reconhece somente o contrato de palavra entre as partes, e a forma de pagamento é em dinheiro ou espécies. Portanto pode-se reconhecer esta contratação como imbuída de relações horizontais toda vez que se executa conforme as relações de amizade, o que não ausenta a possibilidade de conflitos internos.

A diminuição das grandes propriedades mostra a mudança do mercado de trabalho. Como recordamos nas décadas passadas à demanda restringia-se à produção agrícola-pecuarista; hoje está sendo disputada pelo setor silvícola em suas diversas manifestações. Portanto, a atividade silvícola é também outro foco de trabalho na medida em que lhes permita permanecer no prédio. Uma das estratégias que lhes permite combinar suas atividades de produtor agrícola com assalariado parcial.

A motosserra, além de ser utilizada no prédio, permite que seja alugada a outros junto com a mão-de-obra; desta forma utiliza-se o tempo ocioso da maquinaria. Brumer (1994, p. 103) verifica com respeito à aquisição de maquinaria que, “representa uma estratégia de capitalização e uma forma de obtenção de uma renda pela prestação de serviços”. No caso dos produtores familiares aqui

estudados, através do aluguel da maquinaria buscam obter um salário que não poderiam obter com seu trabalho no prédio, o que os impulsiona a alugar serviço fora daí.

Por outro lado, o aluguel de maquinaria não o converte em assalariado, já que o produtor é o proprietário e quem efetua as tarefas como motosserrista. O conhecimento para chegar a esta “especialização” é passado por outros, que entregam as noções mínimas junto com o manejo prático; desta maneira vai-se especializando e demonstrando entre vizinhos e amigos sua inserção nesta nova atividade. Assim efetua diversas tarefas, tal como a execução de bosque a nível básico em propriedades de outros camponeses. De acordo com o trato efetuado pode receber um pagamento em dinheiro ou em madeira, a qual posteriormente pode ser reduzida a dinheiro. Outra tarefa é o corte de árvores nativos ou exóticos, efetuada em imóveis agrícolas, tarefa que oferece uma melhor rentabilidade, o pagamento varia em dinheiro ou em madeira, a qual é imediatamente reduzida a dinheiro.

Trabalhar como motosserrista pode adquirir a forma de trabalho individual ou em sociedade com outro. A “sociedade” não possui um caráter legal, mas só de palavra, um dos sócios é quem efetua os contatos externos tanto para fazer o trato como para vender a madeira, enquanto o outro coloca a ferramenta e ambos a mão-de-obra. Este tipo de combinação permite ao parceleiro manter os níveis de independência em suas atividades produtivas. Sem dúvida, ambas as atividades, especialmente a nova, requerem manejo e conhecimentos técnicos para que sejam realmente complementarias a fim de evitar perdas.

“Con un cuñado hacemos metros, pero se nos fundió la moto... pero no quedó utilidad... fue puro gasto, se echo a perder y gaste más de lo que gane...” (Don Ivan Y., parcelero).

Os meses de maior exploração vão de agosto a dezembro, o que não significa que as tarefas possam ser realizadas em outros meses do ano, como maio-junho, só que nos meses menos chuvosos é possível efetuar-se um trabalho mais rápido e vender a madeira relativamente seca. A exploração da madeira, apesar de ter sido trabalhada por outros produtores como uma atividade complementar a renda agrícola, tem adquirido relevância para os parceleiros somente nos últimos dez anos, o que se revela pelas novas plantações com espécies de tipo artificial e pela venda de metros rumas.

As relações de trabalho ocorrem de forma distinta às estabelecidas no setor agrícola. Aí, quando a empresa florestal requer mão-de-obra para atividades silvícolas viabiliza-o por intermédio

de “contratistas”, que são os encarregados de recrutar a mão -de-obra de acordo com as tarefas silvícolas encomendadas pela empresa. Uma vez formada a equipe de trabalho, desenvolvem as atividades em diversos municípios e regiões (especialmente na Región de La Araucanía e do Bío-Bío), o que provoca seu constante movimento. Uma das características como assalariados florestais é a temporalidade do contrato de trabalho.

A relação que estabelecem os assalariados florestais com os contratistas é uma relação concreta de venda e compra da força de trabalho. A relação entre assalariado e contratista desenvolve-se em oposição, o que dá curso a existências de diferenciações de suas posições sociais: uns são os “chefes contratistas” e os outros os assalariados dependentes. Nesta relação social reflete-se a manifestação simples do funcionamento do mercado de trabalho (venda e compra de força de trabalho) que não pretende outros fins mais que a produtividade. Esta relação de polaridade é talvez de onde melhor se represente o sistema econômico nacional em vigor, que tem modificado as relações sociais neste espaço social.

“Se trabaja con los contratistas, que trabajan en las plantaciones haciendo manejos de distintos tipos, roces, desbrotes, fumigaciones en fin, o cualquier actividad relacionada con la parte forestal” (Don Manuel S., parcelero).

Contrata-se o trabalhador para efetuar determinadas tarefas, as quais, uma vez realizadas, se dão por terminado o contrato de trabalho mesmo quando este continue por poucos dias ou semanas com o mesmo contratista e equipe de trabalho em outras tarefas. As atividades que se desenvolvem no campo silvícola estão marcadas pelos ciclos que possuem a produção. Unzué e Stuardo (1995) assinalam que existem ao redor de vinte funções diferentes, as quais são classificadas da seguinte forma: “- Atividades silvícolas: podas, cercas, capinagem, roçadura, prevenção de fogo, plantação. - Atividades de produção: corte de árvores, motoserrista, lenhador, medidor, chefe de tarefa, operador skidder, desramador, boiadeiro, enfardador, arrumador. - Atividades logísticas: manutenção de acampamento, cozinheiro”. (UNDA; STUARDO, 1995, p.61)

Destas atividades a que mais requer mão-de-obra é a atividade que os autores denominaram silvícolas, de onde se opera com mão-de-obra direta, enquanto que na segunda valem-se da mecanização para efetuar as tarefas. Em função das atividades realizadas, possuem o salário mais baixo aqueles que se localizam no primeiro grupo. Poder-se-ia dizer que este grupo é o dos

iniciados, ao qual tem acesso os jovens camponeses que não possuem maior experiência no setor, sendo este o momento de socialização para continuar na atividade silvícola.

Nas atividades silvícolas (compreendidas como todas as tarefas que são requeridas na produção florestal), onde o trabalho é realizado sem a utilização de maquinarias, os níveis de valor gerados pelo trabalhador, além dos requeridos para a sua própria reprodução, passam diretamente ao contratista e empresa. Este tipo de subordinação formal do trabalho ao capital permite gerar uma cadeia de relações para passar a uma subordinação real do trabalho por meio da utilização de tecnologias cada vez mais sofisticadas no setor silvícola. Segundo dados de INFOR (1993), é possível deduzir que o aumento de superfície florestal não está correlacionado com o aumento de empregos, a tendência é aumentar o crescimento de maquinaria e não a fonte de emprego. Como subordinação formal, o trabalho possui características específicas. Com a chegada das empresas florestais, tem-se requerido mão-de-obra não qualificada para efetuar aquelas tarefas que prescindem de maquinaria, esta mão-de-obra não é recrutada especificamente no espaço onde está operando, e de ser contratada é eminentemente sob o signo de temporalidade; por outro lado os trabalhadores locais contratados geralmente efetuam tarefas pesadas.

A temporalidade do trabalho parece ser o sinal dos novos tempos; o empresário florestal, ao relacionar-se com contratistas evita o contato direto com os assalariados e as obrigações legais frente a estes. Por sua vez, o contratista compra força de trabalho através de contratos, em curto prazo, os quais caducam ao final de cada tarefa florestal; desta forma também desvia-se de obrigações contratuais existentes entre (trabalhador e empregador) segundo os direitos trabalhistas. Os contratos efetuados por prazo indefinido são escassos e contam com todas as disposições legais. Isto é ratificado em um estudo de Unda e Stuardo (1995), onde revela-se que de uma mostra de 91 trabalhadores somente 4% tinha contrato indefinido. Quanto às condições trabalhistas (estadia, segurança laboral) nem sempre são as melhores para efetuar os trabalhos, já que os trabalhadores devem instalar-se em acampamentos que nem sempre reúnem as condições as condições para uma estadia prolongada, o que se faz sentir em forma negativa especialmente durante as condições climáticas desfavoráveis.

Mesmo quando as condições de trabalho sejam questionadas por alguns, os trabalhadores consideram que este trabalho oferece uma renda segura. A segurança de obter um dinheiro fixado de antemão bem como a possibilidade de alcançar um salário superior ao mínimo estabelecido a nível estatal, é um incentivo para os jovens. Aqueles que trabalham como assalariados florestais

reconhecem uma remuneração relativamente mais elevada que os salários agrícolas, mas isto é “equilibrado” pelos riscos enfrentados cotidianamente.

Os períodos em que se contrata maior mão-de-obra correspondem às épocas de primavera e outono. Nos meses de inverno as possibilidades de trabalho vêem-se reduzidas, pelo próprio ciclo de intervenção na atividade florestal. Por este motivo os contratos de trabalho têm uma duração de um a seis meses.

Para os camponeses a necessidade do assalariado florestal jovem aparece como o trabalho de maior demanda e que projeta como tal como uma constante neste espaço em transformação. Não obstante, a incógnita que surge é por quanto tempo permanecerão em tal atividade, já que não se lhes garante uma permanência no laborou. Por sua vez, os “contratistas” têm a particularidade de ser “ambulantes” no sentido que eles vendem mão-de-obra em diversos lugares levando em conta que eles possuem maior especialização. Desta forma, neste setor produz-se uma dinâmica produtiva, já que as empresas florestais exigem cada vez maior especialização e experiência, motivo pelo qual neste espaço transitam trabalhadores já especializados provenientes da Província do Bio-Bio - a qual atravessou nas décadas de sessenta e setenta uma transformação produtiva e hoje está convertida no principal pólo de reflorestamento e exploração de madeira.

Em tanto que, para os jovens é mais atraente o trabalho assalariado porque recebem um salário fixo cada semana ou cada mês, sabem que contarão com o dinheiro para o grupo familiar e para si mesmo, sem ocasionar-lhes maiores conflitos. A situação muda quando trata-se de um chefe de família que se desempenha como assalariado; em tal situação a venda de mão-de-obra por período integral é considerada como um feito lamentável, pela perda de liberdade para decidir e para produzir. Portanto, chegar a ser um assalariado permanente significa uma derrota como produtor. Isto ocorre pela perda da terra ou pela limitação do escasso terreno para produzir, como acontece com as unidades produtivas mais jovens, provenientes da subdivisão de sítios originais.

Sem dúvida a presença das empresas florestais tem provocado uma mudança nas relações sociais que tem permitido a introdução de diferentes e novos atores sociais. Para os jovens esta parece ser a opção futura. O respeito relata um professor:

“Les estaba explicando a mis alumnos la importancia de la educación, de la necesidad de terminar la enseñanza media, cuando un alumno dijo: “y para qué tanta cuestión si al final vamos a terminar debajo de los palos” - ...y realmente ante esto uno casi se queda en blanco, porque nosotros los profesores estamos preocupados por el futuro de estos chicos, nosotros invitamos a los gerentes de las forestales para ver juntos este problema, de las alternativas que tienen los jóvenes en Collipulli y ver

posibilidad de capacitarlos en el rubro forestal. Pero fue inútil porque ellos (gerentes) no mostraran interés, incluso nos dijeron que no necesitaban invertir en capacitación porque ellos ya los contrataban capacitados y que cada vez van a incorporar más tecnología de punta para disminuir el número de trabajadores” (Profesor de Collipulli).

E claro que as empresas se interessam por investir em tecnologia cada vez mais complexa para melhorar os índices de produtividade, isto é, obter em longo prazo maior mais-valia. A chegada das empresas florestais e da indústria de celulosa no Município tem envolvido um acelerado processo tecnicista até então desconhecido, na medida em que se opera a introdução da maquinaria. Provoca-se também uma subordinação real do trabalhador ao capital; em outras palavras, parafraseando a Marx, a maquinaria apropria-se do objeto de trabalho, toma o lugar do trabalhador e suas velhas ferramentas (MARX, 1977). Com a utilização de novas tecnologias reduz-se o tempo de trabalho necessário para o trabalhador, e aumenta-se o tempo de trabalho excedente, isto sem diminuir necessariamente a jornada de trabalho, isso provoca um maior valor, cria-se mais-valia para quem possui os meios de produção.

Não obstante se alcance níveis cada vez mais complexos de maquinaria, continua-se requerendo os níveis básicos de produção à presença de trabalhadores para tarefas ainda não tecnificadas. Neste ponto gera-se uma subordinação formal do trabalho, quer dizer, mantêm-se formas de trabalho onde a mais-valia é obtida somente pelo excedente do tempo necessário para criar valor de trabalho, isto é, o investimento de um tempo adicional, ou tempo de trabalho excedente, criador da mais-valia. Assim, aqueles assalariados, provenientes da classe camponesa, desligam-se da sua antiga atividade para depender das flutuações do mercado de trabalho, subordinando-se a esta nova dinâmica econômica como “trabalhadores florestais temporários”, os tempos de trabalho destinados fora do prédio bem como as rendas extra-prediais permitem pensar até que ponto estes produtores continuam sendo camponeses. Ao parecer, ele encontra-se no limite “descendente” em sua condição como tal; sem embargo, para asseverar-se resta reconhecer como estes se auto-identificam em relação aos outros. Por outro lado, cabe perguntar pelas restrições com as quais aparece o trabalho familiar, seu peso na agricultura, quando grande parte de seus membros trabalham fora do prédio familiar.

Com todo o exposto tem-se que as diferenciações sociais entre os parceleiros, permitem visualizar que sua reprodução social está mediada pelas condições de capitalização que estes possuem bem como o interesse dos filhos por permanecer trabalhando na agricultura, isto está cruzado, além disso, pela ingerência do Estado em reproduzir também as condições para que os

parceiros reproduzam-se socialmente em longo prazo. No marco da modernização agrária, com uma política econômica de livre mercado, os parceiros devem prestar conta de sua capacidade individual, enquanto grupo familiar e enquanto classe social, de suas condições para enfrentar as mudanças nas relações sociais de produção que estabelecem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho mostrou os efeitos das transformações sociais vividas pelos “parceleros” beneficiados pela Reforma Agrária do período 1967-1973, refletidas em sua trajetória social, nas relações que estabelecem com outros grupos sociais localizados no espaço agrário, como também de suas perspectivas de reprodução social. Desta forma, reconstituíram-se as mudanças geradas no plano macro no espaço social agrário do Município de Collipulli, levando em consideração a relação dos diferentes atores entre si, mediada principalmente pela posse da terra, e na qual o Estado se constituiu como base, através de políticas agrárias.

Os principais momentos de mudanças foram representados pelos processos de reforma e contra-reforma agrária, seguidos pela entrada, neste espaço, das empresas florestais. Na medida em que se reconstituíram alguns fatos específicos ou cotidianos vividos pelos “parceleros”, também se percebia um tempo maior, que Brandel (1978) chama de “tempo longo” o qual está ligado à estrutura social. Desta maneira, a partir da trajetória dos “parceleros”, foi-se resgatando sua relação com os outros grupos sociais, o que permitiu demonstrar as modificações na sua composição vivenciadas pelos outros grupos, e o quanto foram se alterando em relação à posse da terra e acesso aos recursos estatais.

No primeiro momento deste trabalho, revelou-se a proveniência dos produtores familiares, o que permitiu reconhecer a estrutura social existente naquele tempo. Naquele momento, a classe social que detinha o poder era representada pelos grandes proprietários ou latifundiários que, apesar de não se constituírem em uma força política poderosa como na zona central do país, controlavam grande parte da terra como um espaço de poder. Por outro lado mantinham uma forte ingerência no mercado interno dos produtores agrícolas, especialmente com a produção de trigo a nível local.

Em termos de relações sociais de produção, criou-se um sistema de trabalho que teve como base a utilização de inquilinos e horistas como mão-de-obra recorrente nas grandes propriedades. Muitos dos “pareceleros” chegaram a vivenciar este sistema de relação social, seja de forma direta ou a través dos pais, demonstrando sua origem como trabalhadores sem terra que vendiam mão-de-obra nas fazendas ou latifúndios; sua mobilidade espacial não era relevante, já que a demanda de trabalho provinha das grandes propriedades.

A condição de trabalhadores horistas ou inquilinos se reverte com a reforma agrária, quando se reestrutura a posse da terra em Collipulli, alterando a composição dos grupos sociais presentes.

Provoca-se um deslocamento dos grandes proprietários, isto é, sua retirada do espaço agrário ou sua reconversão em proprietários de terras de pequeno tamanho ou que sobre passassem as exigidas pela reforma agrária como forma de posse.

A ação do Estado no processo modernizador foi clara, intervindo e definindo a reforma agrária, como resposta a ebulição social e luta dos sem terra. Sob uma forte pressão política, provinda tanto das forças sociais do setor rural como do urbano, os camponeses viram-se, pela primeira vez, favorecidos por uma política de modernização agrária, sob o “slogan” “a terra é para aqueles que trabalham nela”. O Estado formava parte de tudo este processo de mudanças sociais que por um lado, sob o governo de Eduardo Frei M., buscava equilibrar as condições sociais no campo, apostando na efetividade da produção agrícola familiar, e por outro lado, sob o governo de Salvador Allende G, buscava criar condições para uma sociedade socialista, priorizando o fortalecimento de assentamento e cooperativas como formas de produção coletivas.

Sob ambos os sistemas de governos, os assentamentos de Collipulli buscaram sua consolidação, seja para criarem cooperativas e/ou aceder a terra em forma individual. A definição de quem teria acesso a terra estava definida estatalmente, bem como sua estrutura de funcionamento.

As relações entre os assentados encontravam-se transpassadas pelo reconhecimento ou não do poder dos seus representantes ou dirigentes, muitas vezes interpretados pelo discurso do Governo “onde todos eram iguais”; portanto, em se tratando de camponeses com condições sociais similares, ninguém podia ter maior poder sobre o outro. Sem dúvida, este foi um dos obstáculos no funcionamento interno dos assentamentos, exceptuando-se um deles onde se reproduziu o sistema vigente na fazenda, onde o “capataz” era o dirigente e o “patrão”, o Estado (representado pelas instituições ou agentes estatais). Outro obstáculo foi a escassa valorização das distinções entre os “parceleros” na distribuição de tarefas e responsabilidades. As relações criadas entre agentes estatais e “parceleros” caracterizaram-se por certo paternalismo como fonte obstrutora do funcionamento fluido dos assentamentos. O acesso dos assentados a créditos e maquinaria para efetivar os níveis de produção, além de envolver sua capacitação técnica, não foi medida devido à curta duração dos fatos, já que foram interrompidos pela mudança política ocorrida em 1973.

A mudança política trouxe uma nova orientação ao processo de modernização a ser implementado na agricultura, a pesar de que no seu começo existia uma falta de direção quanto à política agrária a seguir, e que se refletia na incerteza vivida pelos “parceleros” naquele tempo quanto, a que e como produzir, onde vender. Eram questionamentos que surgiam toda vez que os

agentes estatais se encontravam em retirada do espaço agrário, e que por um tempo foi como um espaço de lutas sociais e políticas.

Por outro lado, existiam proibições de reuniões as quais restringiam a ação do assentamento como coletividade; mesmo assim, apesar dos obstáculos externos alguns “parceleros” continuaram trabalhando a terra para assegurar a manutenção dos recursos para o consumo das famílias. A adjudicação das terras a cada assentado em forma individual significou um novo ajuste na posse da terra. Esperava-se que as totalidades das terras desapropriadas retornassem aos antigos proprietários. No entanto, isto não ocorreu, e os terrenos desapropriados foram repartidos entre os assentados e os antigos proprietários; muitas das reservas pertencentes ao CORA foram redistribuídas aos proprietários desapropriados.

Este reordenamento definiu os assentados como “parceleros”. Esta denominação, que permanece até hoje, terminou sendo assumida por eles como sua própria história em relação aos outros camponeses. Como “parceleros” vêm-se enfrentados a assumir individualmente a produção agrícola sem o apoio estatal, pois o Estado reduziu ao mínimo a prestação de serviços e créditos, destinados aos grupos mais empobrecidos como a população mapuche. Diante da retirada estatal, outros grupos sociais - as organizações não governamentais - ingressam como prestadores de serviços, os quais, mesmo não outorgando créditos de envergadura prestam assistência técnica ao produtor.

Mesmo que cheguem a possuir terras, muitos dos “parceleros” as vendem e emigram para a cidade. A venda produz-se por diversos motivos: ausência de apoio estatal, meios de produção insuficientes, temor de expropriação do campo por parte do Estado, impossibilidade gerencial para tornar a terra produtiva, impostos pelo direito a terra, entre outros. Com a venda das terras pelos “parceleros”, chegam novos atores sociais: comerciantes, profissionais universitários, empresas florestais, que começam a dar uma nova dinâmica produtiva ao espaço agrário – o cultivo de árvores ou reflorestamento.

O Estado, com sua nova política, favorece o setor empresarial, e as empresas florestais deste Município vêm-se beneficiadas pelas bonificações recebidas por plantar espécies exóticas em solos aptos para o cultivo florestal. Os incentivos outorgados permitiram a entrada das empresas florestais em grande escala, ocupando terrenos tanto de aptidão florestal como também os de aptidão agrícola.

Os empresários florestais compram terras de todo tipo, sejam grandes ou pequenos produtores e também dos “parceleros”, alguns dos quais vendem e outros se mantêm como

produtores. No entanto, as estratégias desenvolvidas pelas empresas florestais são variadas para comprar terras e estender seu território florestal. Diante disto os “parceleros” somente conseguem fazer frente a isto na medida em que se mantêm unidos em um território, de preferência, agrícolas. O problema está em que até quando podem atuar como cortina de contenção diante da pressão externa. Esta é uma situação que as empresas florestais reconhecem e postergam sua resolução na medida em que vão comprando em outros setores.

Somam-se a estas mudanças a competitividade de alguns produtos como o trigo e também a produção de gado de grande porte, com produtos importados por menor preço. São as repercussões, embora suaves, das políticas de modernização totalmente abertas aos mercados internacionais. Os produtores sabem disso, reconhecem que, em maior ou menor medida, estão competindo com um novo mercado. O Governo propõe uma reconversão produtiva, para produzir produtos mais rentáveis e que ofereçam qualidade produtiva para garantir sua comercialização. Os grandes ou médios produtores que contam com níveis de capitalização tentam mudar de produtos, e para isso, solicitam estudos especializados a Universidades ou a outras entidades de pesquisa.

Na trajetória dos produtores, considerou-se como as transformações ocorridas no plano macro afetavam as relações dos “parceleros” com os outros grupos sociais, e como os “parceleros” iam mudando de posição com relação à posse da terra e acessos aos recursos estatais. No momento em que se vislumbra o impacto das transformações sobre os “parceleros”, utilizando o conceito de Sorj (1980), aprecia-se uma diferenciação social vertical e horizontal, examinando-se as características dos produtores familiares em torno da propriedade, utilização dos meios de produção e a contratação ou não de mão de obra assalariada. Isto resultou em três grupos específicos de “parceleros”, o que permitiu vislumbrar suas perspectivas de reprodução social neste espaço social.

É necessário indicar que a percepção das diferenças sociais encontradas entre os (parceleros) não implica em um esquema homogeneizante nem totalizador, já que as diferenciações se manifestam através de diversos aspectos (econômicos, políticos, culturais) que permitem compreender os processos sociais. As diferenciações sociais derivadas dos processos de transformação mostram como resultado subgrupos que se diferenciam pelos níveis de meios de produção e utilização de mão-de-obra no lugar.

Os “parceleros” que vivem com os filhos não vendem nem compram mão-de-obra, pois já possuem mão-de-obra para fazer produzir a terra e obter produtos para garantir o consumo familiar; são produtores cujos níveis de capitalização são mínimos. Suas estratégias se baseiam na produção-

consumo: produzem principalmente para a sua subsistência e tem um cultivo principal que é destinado, na sua maior parte, para o consumo. O resto vai para a venda, para possibilitar a compra de mercadorias não produzidas por eles, mas que são necessárias para a sua reprodução.

Considerando o tipo de família, na sua maioria famílias ampliadas, com netos (crianças e adolescentes), existe a possibilidade de continuidade ou projeção da família como unidade produtiva; portanto, produzir para o consumo lhes permite reproduzir-se a níveis mínimos ou médios até a chegada de um novo membro na atividade produtiva.

Como dizem os próprios produtores: “A terra é para os filhos ou para os netos”. A terra e a projeção ou transcendência postas pelos produtores sobre seus descendentes, por ser a única herança. A continuidade é colocada aos descendentes, e são eles quem finalmente definem o destino do sítio, muito em função de seus interesses de permanecer ou não trabalhando na terra. Apesar dos processos de transformação, estes “parceleros” não estão totalmente subordinados ao capital através do trabalho. Em contraposição, o trabalho familiar é mantido e as relações de parentesco adquirem relevância para o fortalecimento e continuidade do trabalho coletivo.

Os produtores que compram mão-de-obra por tempos específicos possuem maiores níveis de capitalização. São famílias adultas que vivem com seus filhos pequenos - os filhos maiores emigraram -, e buscam no processo produtivo acumular renda além de solver o consumo familiar. Na sua trajetória revela-se um lento processo de acumulação que lhes tem permitido melhorar sua condição de vida. Com relação à produção agrícola, tende a se definir pela lógica do comportamento do produto no mercado, com a finalidade de obter a renda que garanta sua reprodução social. Apesar dos “parceleros” possuírem os meios de produção, podem ter sua reprodução arriscada no futuro, isto vai depender do interesse demonstrado pelos filhos em continuar o trabalho no prédio.

Finalmente, encontraram-se aqueles produtores que vendem mão-de-obra assalariada tanto a tempo parcial como a tempo integral. A venda de mão-de-obra não é necessariamente um indicativo da proletarização dos “parceleros”, já que alguns produtores vendem mão-de-obra como uma forma de aumentar a renda familiar em conjunto com outras atividades complementares. A venda de mão-de-obra a tempo parcial é considerada aqui como um complemento à atividade agrícola. São produtores familiares que buscam alternar os tempos de produção no prédio com os tempos liberados pela atividade agrícola. No entanto, os “parceleros” que vendem mão-de-obra a tempo integral são assalariados que vivem como sitiante, obtendo como renda fixa o salário recebido pela mercantilização da sua força de trabalho.

Das diferenciações sociais apresentadas pelos “parceleros”, observa-se que a reprodução social esta mediada tanto pelos níveis de capitalização como pelos tipos de famílias que dispõem de mão-de-obra familiar para enfrentar as mudanças ocorridas neste espaço. Contudo, pode-se assinalar que o “parcelero” considerado como integrante da classe camponesa sustenta uma inserção especial no processo social de produção, o que ocorre dada às especificidades enquanto produtor familiar: caracteriza-se por ter acesso a terra e meios de produção, que lhe permite efetuar um trabalho baseado na força de trabalho familiar e onde a família e a unidade de produção e consumo.

O trabalho familiar e a terra são os elementos constitutivos do produtor familiar, o que lhe aporta uma relativa autonomia e lhe permite enfrentar as condições externas. Quando um destes elementos e alterado, esta autonomia também se vê afetada, tornando-os mais ou menos dependentes do mercado. Na medida em que se conservam os meios de produção e se controla o processo de trabalho familiar, o “parcelero” pode conectar-se, de maneira especial, com o mercado. A diferença do assalariado, o “parcelero” mantém-se e reproduz-se considerando os níveis de autoconsumo.

Com relação às perspectivas de reprodução dos “parceleros”, pode-se estabelecer uma aproximação em longo prazo. Os produtores familiares simples tendem a depender mais das políticas estatais e, especialmente, das políticas sociais (subsídios habitacionais, pensões por velhice, pensões assistenciais etc.) que das políticas produtivas. Por outro lado, tendem a evitar o risco produtivo através da diversidade de atividades, uma estratégia que lhes permite garantir sua reprodução em curto prazo e evitar que sejam alcançados pelas pressões externas como o mercado e seus preços, o que lhes outorga flexibilidade e especificidade na sua relação com o mercado. O problema esta em até quando eles podem se manter no tempo, levando-se em consideração sua certa falta de capacidade de consumo num mercado abertamente capitalista.

Quanto aos produtores familiares complexos, aparece uma tendência a solidificarem-se no mercado na medida em que conseguem aumentar seus graus de acumulação. No entanto, suas perspectivas não são claras dadas à fragilidade com que se apresentam ante o mercado nacional e internacional, considerando a escassez do capital tanto econômico como cultural para enfrentar um mercado competitivo. Mesmo assim, e levando em consideração a expertise do desenvolvimento do capitalismo em outros países (ABRAMOVAY, 1992, p.9), são poucas as possibilidades de reprodução generacional, dado que o avanço tecnológico impede a utilização da mão-de-obra de todos os filhos como camponeses (com a incorporação de tecnologia maximiza-se o tempo e sobra mão-de-obra sem uso no sitio agrícola). Suas condições poderiam ser potencializadas na medida em

que pudessem melhorar e aumentar sua capacidade de fazer pressões políticas, negociando com os compradores (indústrias, florestais) e com o Estado, para garantir políticas econômicas com juros mais baixos, apoio financeiro em determinados tipos de produção que lhes facilite uma transformação produtiva, para possibilitar a manutenção e estabilidade dos produtores familiares, apesar das mudanças externas.

Sem dúvida isto também depende da vontade política do Governo e das forças políticas em âmbito nacional. Os camponeses poderiam exercer pressão se melhorassem seus níveis de organização. Do mesmo modo que os grandes produtores estão organizados, os camponeses poderiam desenvolver mecanismo de organização e de pressão. Ter pouca terra e vender mão-de-obra não aparece como um problema para esta geração e sim para os filhos, que não têm terra para produzir. Assim, o “sítio” passaria a ser o lugar de moradia para assalariar-se, o que leva os filhos a emigrar, já que se apresenta uma diminuição das fontes de emprego. Eles parecem muito mais dependentes das políticas diretas do Estado para reter ou não os produtores na atividade agrícola. E para que ocorra isto se requer um apoio governamental para sua reconversão ou a instalação dos filhos nas terras, como por exemplo, através de créditos para a compra de terras.

Como se vê, o futuro não parece muito alentador. No entanto, é impossível negar a realidade quando as mudanças existentes a nível nacional afetam aos produtores familiares, que apesar das suas estratégias, parecem questionar sua reprodução social a curto e longo prazo, num espaço em transformação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. Redescobrimo a família rural.. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. UNICAMP, São Paulo, vol.1, nº 1, junho, 1986.

ALTAMIRANO, H. et al. **Análisis Sectorial Forestal. Plan de Acción Forestal para Chile**. (mimeo), Santiago, 1992.

ALVAYAY, Rodrigo. La renta de la tierra en la agricultura chilena 1964-1982. In: **GEA**, nº 10, 1982, p.35-49.

ARCHETTI, E. Una visión de los estudios sobre el campesinado. In: **Estudios Rurales latinoamericanos**. Vol. 1, nº 7, p. 7-31, 1978.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. UNICAMP. São Paulo, 1992.

BARAONA, Rafael. **Los Campesinos en Putaendo**. Santiago, 1983.

BENGOA, José. **Historia Social de la Agricultura Chilena**. Vol. I e II. Santiago, 1988.

_____ “Análisis histórico de la agricultura chilena”. In: **Agricultura y Sociedad**, Santiago, 1985, nº 2, p. 9-14.

_____ et al.. **Capitalismo y Campesinado en el Agro Chileno**. Santiago GIA, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais; a longa duração. In: **Perspectiva**. 1978, p. 41-78.

BRUMER, Anita. **A Pequena Produção Agrícola: Conceitos e Tendências**. Texto de Estudo nº 3, PPGS. UFRGS, Porto Alegre, 1987.

_____ “Transformações e estratégias produtivas na produção familiar na agricultura gaúcha”. In: **Cadernos de Sociologia** vol. 6, p. 89-111, Porto Alegre, 1994.

CARRILLO, Isaias. **Monografía de Collipulli**, GIA (mimeo), 1989.

CASTAÑEDA, Patricia. **Veinte Años de Fomento Forestal en la Araucanía, 1974-1994**. Tesis de Magister en Ciencias Sociales, Universidad de la Frontera, Temuco, 1995.

CASTAÑEDA, Patricia ; SALAME, Ana María. **La Localización de las industrias forestales contribuye a acentuar los desequilibrios regionales: el caso de CELPAC - Mininco en la IX Región.** Paper, Universidad de la Frontera, Temuco 1992.

CAVIERES, Aaron et al. **Especialización Productiva; Población y Medio Ambiente.** Gia, Santiago, 1986.

CERECEDA, Luz; BARRIA Liliana. **Comportamiento Económico y Racionalidad del Campesinado.** Instituto de Sociología Universidad Católica, INECOP, Santiago, 1984.

CEPAL. **Cambios en el Perfil de las Familias, la Experiencia Regional.** Santiago, 1993.

CHAYANOV, Alexander. **La Organización de la Unidad Económica Campesina.** Nueva Visión, Buenos Aires, 1974.

Comité Interamericano de Desarrollo Agrícola (CIDA). **Tenencia de la Tierra y Desarrollo económico del sector agrícola.** Santiago, 1966.

CORPORACIÓN NACIONAL FORESTAL (CONAF). **Colección Chile Forestal 1984-1994.** Santiago, 1994.

CROUCH, Luis; YANVRY Alain. “El Debate sobre el campesinado, teoría y significancia política”. In: **Estudios Rurales Latinoamericanos.** vol. 2, nº 3, set/diez, Bogotá. 1979.

CRUZ, María Elena. **El Campesinado en Chile.** Paper, GIA, Santiago, 1989.

DOS SANTOS. Theotonio. **Conceito de Classes Sociais.** Vozes, Petrópolis, 1983.

ECHENIQUE, Jorge; ROLANDO Nelson. **La Pequeña Agricultura.** Agraria, Santiago, 1989.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade e do Estado.** Presença, Portugal, 1980.

FERRANDO, Ricardo. **La Frontera.** Temuco, 1986.

FREDERICQ, Antoinette. A “Babá” dos Brasileiros: uma multinacional no setor leiteiro” In: CORADINI, Odaci; FREDERICQ Antoinette. **Agricultura, Cooperativas e Multinacionais.** Zahar, Rio de Janeiro, 1982.

FROTA, Teresa. **Metodologias Qualitativas na Sociologia.** Vozes, Petrópolis, 1990.

FURCHE, Carlos. **La Economía Campesina y su Inserción Estructural: elementos para una discusión.** GIA, Santiago, 1990.

GARCÍA, Afrânio. Terra de Trabalho: **Trabalho Familiar de Pequenos Produtores.** Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983.

O Sul: Caminho do Roçado: Estratégias de Reprodução Camponesa e Transformação Social. Marco Zero, São Paulo, 1989.

GAZMURI, Jaime. **Asentamientos Campesinos, una Evaluación de los Primeros Resultados de la Reforma Agraria.** Troquel, Buenos Aires, 1970.

GOMEZ, Sergio. **Instituciones y Procesos Agrarios en Chile.** Flacso, Clacso, Santiago, 1982.

GOMEZ, Sergio; ECHENIQUE, Jorge. **La Agricultura Chilena.** Flacso-Agraria, Santiago, 1988.

GRANDO, Marinês Z. **Pequena Agricultura em Crise: o caso da Colônia Francesa no Rio Grande do Sul.** FEE, Porto Alegre, 1990.

GREENCHI, Roberto. **Disponibilidad y Distribución de la Plantaciones de Pino Insigne en la IX Región.** Colegio de Ingenieros Forestales, Temuco, 1986.

HABERMAS, Jurgen. **Conocimiento e Interés.** Tauros, Madrid, 1988.

HARNECKER, Marta. **Como Estudiar la Sociedad.** Campero, Montevideo, 1986.

HENRIQUEZ, Luis. **Informes de Coyuntura.** GIA, Santiago, 1990.

HEREDIA, Beatriz. **A Morada da Vida.** Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

HEYNING, Klaus. "Principales Enfoques sobre la Economía Campesina". In: **Revista de la CEPAL**, nº 10 abril, Santiago, 1982.

ICIRA. **Análisis de la Situación de los asignatarios de tierras a junio de 1978.** Santiago, 1979.

INE. Censo Poblacional 1970.

_____. Censo Poblacional 1982.

_____. Censo Poblacional 1992.

_____. Censo Agropecuario Nacional de 1964/65.

_____. Censo Agropecuario Nacional de 1975/76.

INSTITUTO FORESTAL (INFOR). **El Sector Forestal en Chile, Logros y Desafíos.** Santiago, 1993.

_____. **Estadísticas Forestales 1992.** Santiago, 1993.

KAUSTKY, Karl. **La Cuestión Agraria.** Cultura Popular, México, 1978.

LARANGEIRA, Sonia. Faz sentido falar em classes sociais?. In: **Natureza Historia e Cultura**, p..85-92, UFRGS, Porto Alegre, 1993.

LEHMANN, David. "Ni Chayanov ni Lenin: apuntes sobre la teoría de la economía campesina". In: **Estudios Rurales Latinoamericanos**, vol. 3, nº 1, en/abr., Bogotá, 1980.

LENIN, Wladimir. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia; o Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria**. São Paulo, São Paulo, 1985.

LOUREIRO, Maria Rita. **Terra, Família e Capital**. Petrópolis, Vozes, 1987.

LOVISOLO, Hugo Rodolfo. **Terra Trabalho e Capital: Produção Familiar e acumulação**. São Paulo: UNICAMP, 1989.

MATHNER, Gonzalo. La Expansión Forestal. In GIA, s/n .Santiago, 1985.

MARTINE, George. "A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia". In: **Lua Nova**. nº 23, p. 7-38. São Paulo: Marco Zero, 1991.

MARTINS, Jose de Souza. **Caminhada no Chão da Noite: Emancipação Política e libertação nos Movimentos Sociais no Campo**. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **Não há Terra para Plantar neste Verão : O Cerco das Terras Indígenas e das Terras de Trabalho no Renascimento Político do Campo**. Petrópolis: Vozes, 1988.

MARTINEZ, Marielle; RENDON, Teresa. "Fuerza de Trabajo y Reproducción Campesina". In: **Revista de Comercio Exterior**. Literatura Económica nº 9, febr., 1978.

MARX, Karl. **EL Capital, Crítica de la Economía Política**. Tomo I, II. Madrid: Edaf, 1972.

MARX, Karl. **O 18 Brumario e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **O Capital, Crítica da Economia Política**. Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MORALES, Jorge. **El Desarrollo Forestal en Concepción**. Santiago: GEA - Universidad de Humanismo Cristiano, 1989.

MOURA, Margarida. **Os Herdeiros da Terra**. São Paulo: Hucitec, 1978.

NEVES, Delma. **Engenho e Arte**. Vol. II, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988.

_____. Usineiro expropriado. Trabalhador recriado. In: **ABRA**, vol. 1, nº 3, set/dez, 1991, p. 74-90.

_____. Agricultura Familiar: questões metodológicas. In: **Reforma Agraria**. Vol. 25, nº 2/3, 1995, p. 21-36.

OBISPADO Temuco. **Diagnóstico de Collipulli**. Temuco, 1992.

OSSOWSKI, Stanislaw. **Estrutura de Classes na Consciência Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. In: **Estudos Avançados**. USP. São Paulo, vol. 3, set./dez, 1989, p. 87-108.

PERALTA, Luis et alii. **Diagnóstico, Propuesta de Programas de Proyectos Ambientales Campesinos para Malleco**. CET, Temuco, 1992.

PITROU, A. et al. **Trajectoires professionnelles et strategies familiales**. Dix-en-Provence: CNRS/LSET, 1983

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político y Clases Sociales en el Estado Capitalista**. México: Siglo XXI, 1994.

_____. **Clases Sociales en el Capitalismo Actual**. Madrid: Siglo XXI, 1975.

QUEIROZ, Maria Isaura. “Relatos orais do indivisível ao divisível”. In: Von Simson (organizadora). **Experimentos con historias de vida**. São Paulo: Vértice, 1988.

RIEMANN, Gerhard; Schutze, Fritz. Some notes of student research workshop on “bibliography analysis of social worlds”. In: **Bibliography Society**, Newsletter 8, 1987, p. 54-70.

RIVERA, Rigoberto. Campesinado: el enfoque de las estrategias del hogar. In: **Estudios Rurales Latinoamericanos**. Bogotá, 1989, vol. 12, nº 13.

ROCHA, Maria et al. De Sitiantes a Assentados: trajetórias e estratégias de famílias rurais. In: **São Paulo em Perspectiva**, 1993, vol.7 nº 3.

Servicio Agrícola Ganadero (SAG). **Proyectos de Asentamientos y de Parcelación Comuna de Collipuli**, Años 1967 a 1977. (Fichas de trabajo). Temuco.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do Vinho: Estudo sobre a Subordinação do Trabalho Camponês ao Capital**. São Paulo: Hucitec, 1984.

_____. “Crítica da sociologia rural e a construção de uma outra sociologia dos processos sociais agrários” In: **Revista de Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: ANPOCS-Vértice, 1991.

_____. **Matuchos, Exclusão e Luta (do Sul para a Amazônia)**. Petrópolis: Vozes, 1993.

SERPLAC. **Estrategia de desarrollo Regional**. Temuco, 1993.

SILVA, Cristina. **Los Empresarios en la IX Región**. Temuco: Serplac, 1994.

SILVA, José Graciano da. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SHANIN, Teodor. “A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo de uma discussão marxista”. In: **Estudos CEBRAP**, São Paulo, nº 26, 1980, p. 41-80

_____. “Chayanov e a questão do campesinato”. Texto de estudos nº 7. Porto Alegre, Programa de Pós Graduação em Sociologia Rural/UFRGS, 1989.

_____. “La medición del capitalismo dentro del campesinado”. In: **Estudios Rurales Latinoamericanos**. Vol.1, nº 2 mayo/agosto, 1978, p.148-166.

SHEJTMAN, Alejandro. “Economía campesina, lógica interna, articulación y persistencia”. In: **Revista de la CEPAL**, Santiago, 1980.

SOARES, Luis Eduardo. **Campesinato: Ideología e Política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

STAVENHAGEN, Rodolfo. **Las clases Sociales en las Sociedades Agrarias**. México: Siglo XXI, 1978.

TEDESCO, João Carlos. **A Produção Familiar e a Agroindústria**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

TEXEIRA, Antônio. Espaço social e suas representações. In: **Revista de Faculdade de Letras**. Universidade de Porto, vol. II, p.29-61, Porto, 1992.

THOMPSON, E.P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, vol. 1.

UNDA, Alfredo; STUARDO, Alejandro. **Expansión Forestal y Silvicultura en la Novena Región y Desarrollo Sustentables**. Santiago: Instituto Forestal, 1995.

VARGAS, Ricardo. **Análisis del Manejo Forestal y Silvicultura en la IX Región**. Temuco: CIF, 1985.

VEIGA, José Eli da. **O Desenvolvimento Agrícola**. Uma Visão Histórica. São Paulo: EDUSP/Hucitec, 1991.

VERGOPOULOS, Kostas. “Capitalismo disforme”. In: AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. **Questão Agrária e o Capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VILLELA, Hugo. Reforma y Contra-reforma agrária: dos ímpetus modernizadores In: **Boletín de Estudios Agrarios**, Santiago, nº 4, jul/oct., 1979.

VIO GROSSI, Francisco. **Resistencia Campesina, en Chile y en México.** CEAAL-Canelo de Nos. Santiago, 1990.

WOLF, Eric. **Los Campesinos.** México: Labor, 1971.

LISTAGEM DE ANEXOS

- ANEXO I Collipulli, ¿um espaço social agrário?
- ANEXO II Mapa I Localização geográfica do Município de Collipulli
Mapa II Localização dos assentamentos no Município de Collipulli
- ANEXO III Fotografias

ANEXO I

COLLIPULLI ¿UM ESPAÇO SOCIAL AGRÁRIO?

Este estudo foi realizado no Município de Collipulli, que de acordo com a distribuição política do Estado, forma parte da Província de Malleco, ao norte da Região da Araucanía. O Município situa-se a 577 quilômetros ao sul de Santiago e a 140 quilômetros da cidade de Temuco. Como território, foi fundado em 1867, no Governo de Jose Joaquín Pérez, neste período, Cornelio Saavedra tomou posse de terras antes ocupadas pelos “mapuche”, deixando aberto o processo de colonização que ocorreria posteriormente.

O nome Collipulli deriva-se do idioma “mapuche”, o “mapudugun”, onde “colli” significa monte (morro) e “pulli” significa vermelho. Apesar de esta tradução literal ser objetada por alguns lingüistas, o certo é que tal tradução é de uso cotidiano, passando a adquirir uma legitimidade baseada no costume.

A terra não se constitui por si mesma em um “espaço social agrário”. A noção de espaço compreende-se pela existência do meio ambiental e social. Em termos ambientais, caberia assinalar alguns elementos que lhe são constitutivos.

Territorialmente está conformada por 1.327,5 km², e sua superfície encontra-se a uma altitude média de 297 metros sobre o nível do mar. Em termos geomorfológicos, o Município caracteriza-se, na sua maior parte, por possuir uma superfície com relevo, formado por montes suaves e pequenas escarpas que se localizam na parte central do território e em algumas extremidades do Município. Encontram-se outros tipos de relevo nas cadeias montanhosas da Cordilheira da Costa. Finalmente, apresenta um relevo pronunciado nos extremos cordilheranos do Município (Diagnóstico, 1992).

O clima caracteriza-se por ser temperado e úmido, o que favorece uma agricultura diferenciada. No Município existem áreas com clima diferenciado pela “zona de sombra pluviométrica” que atravessa a Cordilheira de Nahuelbuta, um cordão montanhoso que lhe outorga um clima diferente do resto.

O verão traz como consequência que a zona central e ocidental seja mais seca que a zona oriental. No outono, as zonas central e ocidental são mais úmidas e no inverno, devido à reorientação da “zona de sombra pluviométrica” em direção ao sul, permite precipitações em todo o Município.

Em geral as chuvas se repartem por todo o ano, sendo mais freqüentes no inverno, em torno de 50%, enquanto no outono é de 27%, na primavera, 15% e no verão com 8%. A precipitação média no inverno chega a 1.500 mm, e no verão, a 400 mm. A temperatura média é de 9C no inverno e 20C no verão. (Diagnóstico 1992; Suplemento 1985).

A alta pluviosidade do inverno permite aumentar o caudal dos rios maiores como o Malleco e o Mininco, e dos menores Renaico, Caillin, Niblinto, Negro e Lohuén. Os dois sistemas hidrográficos de maior importância nascem na Cordilheira dos Andes e atravessam o Município com leitos acidentais que dão origem a outros rios e riachos.

Quanto às águas artificiais, existe o canal de irrigação Bio-Bio Sul, de aproximadamente 3.000 metros de extensão. Por outro lado conta-se com uma quantidade indeterminada de canais de irrigação abandonados ou semi abandonados.

Sob estas condições existe uma vegetação que se localiza especialmente na pré-cordilheira andina. Aí encontra-se a Reserva de Pemehue, onde se conservam bosques nativos (araucarias, avellanos, robles, coigues, peumos, canelos, litres, radales, olivillos) e matas de frutos silvestres, em uma superfície de 23.600 hectares (Suplemento, 1985). Entre as poucas espécies arbóreas encontradas na área central, destaca-se o roble, que no passado foi usado para a construção de casas, pontes, postes elétricos. Atualmente é usado, principalmente, como madeira para combustão e cortes para a venda de pilhas por metro.

Outra característica da vegetação é a presença de pequenas brenhas que em certas ocasiões adquirem o caráter de “praga”, e entre elas encontram-se a pica-pica (*ulex europeus*), zarzamora (*rubus spp.*) e o aroma australiano (*acacia dealbata*). Tais espécies desenvolvem-se especialmente nos que campos abandonados.

O uso potencial do solo indica que 58,7% dele são aptos para o uso agrícola e 33,6% para uso florestal. Grande parte do solo é cultivável, existindo solos argilosos, solos de transição, solos “trumaos” e solos de pré-cordilheira andina, que favorecem o desenvolvimento da agricultura e do rebanho de gado (SERPLAC, 1994).

O cultivo dominante nas áreas de seca há sido a produção de grãos, como o trigo, a aveia, a cevada e o lupino, e nas zonas de irrigação destaca-se a “remolacha” açucareira. Também se apreciam pradarias naturais e artificiais. A produção que vem adquirindo importância na economia municipal é a atividade florestal, com espécies arbóreas como o “pino insigne” e o eucalipto.

Quanto ao trigo, encontra-se em franca queda pelas baixas dos preços no mercado interno, pela competição com o trigo importado e a ausência de subsídios que permitam baratear os custos de produção. A isto, soma-se a implementação de projetos de inversão efetuados pelas empresas florestais, e a través da qual se disputa o espaço agrário no uso e posse da terra agrícola no Município.

O espaço social agrário é compreendido pelas diversas relações sociais que se estabelecem em torno dos meios de produção (TAVARES, 1991). Tanto é assim que quando a sociedade apropria-se da natureza, dos meios de produção e da diferenciação social, cria um espaço social.

De acordo com as relações de produção provoca-se uma distribuição dos atores sociais nos diferentes grupos ou classes sociais. Assim se apresentam as relações sociais de produção (POULANTZAS, 1994). Os produtores familiares conforme as condições de posse da terra, junto a outros grupos sociais, constituem as relações sociais de produção do espaço social agrário em Collipulli. Está claro que o determinante econômico não é absoluto na constituição de sua diferenciação e posição social.

No entanto, para reconhecer a posição social dos produtores familiares collipullenses, parte-se objetivando as distintas condições de posse da terra e seu acesso aos meios de produção, em oposição aos outros grupos sociais.

A estrutura da posse da terra demonstra que entre os anos 1975 e 1976, 96% da terra é própria, o que mostra que a propriedade se encontra, essencialmente nas mãos do setor privado.

Tabela Nº1 Forma de Tendência da Terra em Collipulli

Tendência (*)	N de explorações	Superfície
Própria	653	110.940,9
Aluguel	8	3.020,0
Mediaria	7	390,3
Goce o regalia	461	936,9

Cedida	7	123,5
Ocupada	2	40,4
Total	1.138	115.452,0

Fonte: Censos agropecuários 1975/76. INE.

(*) Explorações baixo uma forma de tendência.

Na atualidade é possível encontrar grupos sociais compostos por empresários florestais e agrícolas, camponeses-produtores familiares e assalariados. Sem dúvida, em cada um destes grupos encontra-se uma grande heterogeneidade e complexidade interna.

Os empresários florestais caracterizam-se pelas grandes inversões efetuadas na compra da terra e gastos na plantação de bosques no Município, o que tem permitido variações no mercado da terra. Estima-se que este grupo controla 60% da propriedade da terra.

A exploração dos bosques não se refere somente aos bosques artificiais, como também a exploração de bosques nativos, e nela participam empresários que têm como objetivo entrar na cadeia de exportadores de lascas e “chip”. A esse respeito, os projetos de investimento existentes não encontram grandes limitações legais para a produção de lascas em cadeia de exportadores de "astillas y chip".

Trata-se de empresários não somente florestais, como também um grupo de empresários agrícolas em formação, já que este é um setor que diante das transformações produtivas pelas quais o Município atravessa, pretende efetuar um processo de reconversão empresarial produtiva que lhes permita competir no mercado com novos produtos.

Este grupo que se tem caracterizado por serem reconhecidos produtores tradicionais na produção de cereais, e estão provando a fatibilidade de introduzir produtos de caráter intensivo no setor hortifrutícola (por ex.: tomates, alcachofras, arándanos, framboesas), setores que não são propostos pelos estudos de factibilidade, considerando as condições do solo, clima, mercado e mão-de-obra.

Os camponeses são ao redor de 3.000, e dentro deste grupo também se encontra uma heterogeneidade em sua composição definida pelo acesso aos meios de produção e pelas características étnicas. Neste grupo é possível encontrar a irrigadores, “parceleros”, “mapuche”, cada qual trazendo suas distinções próprias com relação ao outro.

Para o produtor, o cultivo permanente é de trigo e aveia, mas também mantém pradeiras naturais para o gado, e é freqüente encontrar chácaras e hortas destinadas principalmente para o consumo familiar. Mesmo assim o tipo de produção, (hectares produtores e produção final) não é

homogêneo neste grupo social. Nelas intervêm aspectos culturais, de conhecimento, de risco entre outros.

Esta observação baseia-se nos programas de desenvolvimento implementados com os produtores familiares, apesar de não ser possível comparar com dados exatos pela ausência de um censo agropecuário. Desta maneira, ao não ser possível verificar estatisticamente sua realidade no uso da terra, a observação permanece no plano da contemplação. Alguns indicadores demonstram que 66,7% dos solos agrícolas (classes III e IV) são ocupados pelos proprietários de terras inferiores aos 12 hectares de medida.

Os assalariados constituem um grupo definido especialmente pela ausência dos meios de produção e pela venda de sua força de trabalho no Município, seja pela atividade agrícola, seja pela silvícola.

Em termos exclusivamente estatísticos, estes grupos, em grande parte, formam o conglomerado da população rural, população que tem marcado suas diferenças nos últimos trinta e seis anos, como se observa no gráfico N° 2.

Quadro N°2 População Total do Município

População/Ano	1970		1982		1992	
Urbana	7.213	(47,8%)	11.324	(58,3%)	14.362	(63,1%)
Rural	7.864	(52,2%)	8.098	(41,7%)	8.405	(36,9%)
Total	15.077	(100%)	19.422	(100%)	22.767	(100%)

Fonte: Censos 1970, 1982, 1992. INE.

O que chama a atenção é a diminuição da população rural que em 1982 chegou a 8.098 habitantes, e em 1992 a cifra alcançou a 8.405 l; em dez anos a taxa de crescimento absoluto foi de 307 pessoas. A baixa porcentagem contrasta com o aumento sustentado da população urbana, com crescimento absoluto de 3.030 pessoas nos mesmos dez anos. Da mesma maneira é possível supor que a corrente migratória é intra municipal, quer dizer, a população rural se transferiu principalmente a cidade de Collipulli.

A migração tem um significado correlato com a diminuição de alunos matriculados nas escolas rurais, incluindo os colégios “municipalizados” e particulares. Em 1982, a matrícula chegou a 1.871 alunos e em 1992 a cifra foi de 1.324 alunos matriculados, o que tem significado, nos últimos dez anos, o encerramento funcional de quatro escolas, e, por sua vez, o surgimento de novas escolas em povoados rurais recentes.

Quadro N°3 Número de Establecimientos rurales e matriculados em Collipulli anos 1982 - 1992.

Establecimientos	Matriculados	
	1982	1992
G-93 Santa Catalina	52	12
F-94 La Esperanza	236	203
G-95 Quilquihueno	54	59
G-96 Santa Julia	76	20
G-99 Pemehue	27	20
G-100 Encinar	65	29
G-101 Rahuilmaco	56	43
G-102 Canadá	154	103
G-105 Fundo Lolenco	24	15
G-106 Hacienda Jauja	18	--
G-107 Niza	22	--
G-108 Roirima	32	21
G-109 Villa Curaco	61	22
G-110 Fundo El Pan	8	--
G-111 Los Guindos	34	24
G-112 San Andrés	69	41
G-113 El Avellano	63	47
G-114 Rio Amargo	70	41
G-115 Maica	332	218
G-116 Mapuñancu	60	52
G-117 Salto El Mulito	53	16
G-118 Niblinto	27	15

G-119 Hacienda Ñanco	83	24
G- 131Chihuaihue	45	54
N 6 Huapitrio	--	85
N 7 Caillin	50	30
N 20 Viva Chile	52	15
N 21 América	31	17
N 23 Loncomahuida	--	80
N 24 El Edén	17	--
Total	1.871	1.306

Fonte: Extraído de Diretórios Educacionais, 1982. 1992.

Junto ao processo migratório, também há existido mudanças significativas nas últimas décadas com relação à demanda de laboro especialmente na década de 80 e início dos 90, período em que se produziu uma maior demanda de mão-de-obra juvenil, tanto intra como extra municipal. Isto significa que a mão-de-obra assalariada é principalmente flutuante; os assalariados podem encontrar-se realizando seus labores florestais neste Município ou em outros da Região.

Por isso existe uma preferência por contratar mão-de-obra especializada do setor florestal de outros municípios, que garantam maior experiência.

A população economicamente ativa, segundo grupos de ocupação, mostra que as últimas décadas de ocupação de maior importância tem sido a agricultura, a madeireira e ocupações afins. A não especificidade censitária impede reconhecer o comportamento da ocupação da população.

Quadro N° 4 População economicamente ativa, por grupo de ocupação
1970, 1980 Collipulli.

Ocupação	1970	1982 (*)
0 Profissional Universitário	151	264
1 Gerentes administrativos	50	96
2 Empregados de escritório	185	225
3Vendedores e trabalhos afins	194	309
4Agricultores, madeireiros. (**)	1.886	2.316
5 Condutores de transporte	100	119
6 Artesãos e operários	463	521
7 Outros artesãos	29	104
8 Operários e diaristas	103	561
9 Trabalhadores de serviços pessoais	134	461
10 Outros não identificados	180	473
Total	3.475	5.449

Fonte: INE

(*) No Censo de 1979, considerava-se população economicamente ativa aos maiores de 12 anos. No Censo de 1982, passou-se a considerar a população economicamente ativa aos maiores de 15 anos de idade.

(**) A classificação censitária inclui em um mesmo grupo a agricultores, granadeiros, pescadores, caçadores, madeireiros e pessoas com trabalhos afins.

Este espaço social agrário possui também suas distinções definidas pelo tempo; sua reconstituição permite conhecer as distintas rupturas pelas quais os produtores familiares não passaram.

